

Bernardo Brasil Bielschowsky

**PAISAGENS URBANAS EM ÁREAS CENTRAIS.
POLÍTICAS MUNICIPAIS, PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL E
ESPAÇOS PÚBLICOS EM BLUMENAU/SC**

Tese submetida ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Doutor em Geografia.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Margareth de
Castro Afeche Pimenta

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Bielschowsky, Bernardo Brasil
Paisagens urbanas em áreas centrais : Políticas
municipais, preservação patrimonial e espaços
públicos em Blumenau/SC / Bernardo Brasil
Bielschowsky ; orientadora, Margareth de Castro
Afeche Pimenta, 2017.
391 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis,
2017.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Paisagem urbana. 3. Preservação
patrimonial. 4. Espaços públicos. 5. Blumenau/SC.
I. Pimenta, Margareth de Castro Afeche. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

Bernardo Brasil Bielschowsky

**Paisagens urbanas em áreas centrais. Políticas municipais,
preservação patrimonial e espaços públicos em Blumenau/SC**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutor em Geografia” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia

Florianópolis, 24 de agosto de 2017.

Prof. Elson Manoel Pereira, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Margareth de Castro Afeche Pimenta, Dr.^a
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Gilberto Sarkis Yunes, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Nelson Popini Vaz, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Claudia Araripe Freitas Siebert, Dr.^a
Universidade Regional de Blumenau

Prof. Wilson Ribeiro dos Santos Junior, Dr.
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Prof. Julio César Cabrera Medina, Dr.
Universidade Estadual da Paraíba

Este trabalho é dedicado aos colegas interessados nos assuntos de planejamento urbano e valorização da história de Blumenau/Santa Catarina, especialmente ao meu estimado amigo Hans Broos – em memória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que colaboraram para a realização deste trabalho e que enriqueceram ainda mais esse percurso.

Em especial à Prof.^a Dr.^a Margareth de Castro Afeche Pimenta, orientadora deste trabalho, pela sua competência profissional e enorme generosidade. Uma pessoa rara, a quem agradeço pelos diversos incentivos e oportunidades ao longo da minha carreira acadêmica.

À Universidade Federal de Santa Catarina, pela oportunidade de realizar graduação em Arquitetura e Urbanismo, mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade e doutorado em Geografia. Aos coordenadores do PPGGeo e as secretárias Helena e Renata.

Ao Instituto Federal de Santa Catarina, pelo compromisso com a capacitação dos seus servidores. Aos colegas da Reitoria, do Campus Criciúma e do Campus Florianópolis.

À Universidade do Minho – Portugal, pela oportunidade de realizar o intercâmbio acadêmico, especialmente ao Prof. Dr. Francisco da Silva Costa. Aos demais professores, funcionários e colegas, especialmente Prof. Adriano Troleis, Prof. António Vieira e Sofia Vaz.

Aos colegas portugueses que dispensaram parte do seu valioso tempo comigo, Prof. Dr. José Manuel Lopes Cordeiro, arq. João Paulo Providência, Dra. Isabel Fernandes, Dra. Paula Peixoto Dourado e arq. Miguel Melo, que tornaram essa experiência inesquecível.

Aos colegas de Blumenau, da FURB, da Prefeitura e do Arquivo Histórico, que colaboraram para a obtenção de dados para esta pesquisa.

Aos colegas de Florianópolis, que contribuíram nas intermináveis discussões sobre a cidade de Blumenau e a obra de Hans Broos, especialmente ao arq. João Serraglio.

À minha esposa Milena e meu querido filho Henrique, por todo o amor, apoio e paciência, fonte de energia para a superação dos diversos obstáculos superados ao longo do tempo. À minha querida família, por todo o apoio e amor, especialmente Dora, Wagner e Bosco.

Ao meu “departamento médico”, composto por médicos, fisioterapeutas e psicólogos.

Aos professores que aceitaram participar da banca final, Prof. Dr. Nelson P. Vaz, Prof. Dr. Gilberto S. Yunes, Prof. Dr. Wilson R. dos Santos Junior, Prof.^a Dr.^a Claudia A. F. Siebert, Prof. Dr. Julio César C. Medina, com seus conhecimentos e suas contribuições sobre o tema. Ao Prof. Dr. Ewerton Vieira Machado e ao Prof. Dr. Milton Luz Conceição pelas importantes sugestões apontadas na banca de qualificação.

“A paisagem é sempre uma herança... e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades”.

(Aziz Ab'Saber, 2003)

RESUMO

Esta tese aborda a importância da paisagem historicamente construída como um bem patrimonial que deve ser valorizado. Esse patrimônio, cultural e socialmente constituído, que é a paisagem, encontra-se ameaçado por sucessivas políticas públicas de desvalorização da história da cidade e pela ideia de construção de uma nova “imagem” de cidade. O recorte espacial será a área central da cidade de Blumenau/SC e o recorte temporal será a partir da década de 1950 até hoje, subdividido em diferentes períodos, conforme os diferentes níveis de formação e de ameaça à paisagem. A partir da década de 1950, ocorrem algumas alterações na estrutura urbana e a substituição de alguns bens históricos por elementos emblemáticos da modernidade em locais estratégicos, que permanecem como marcos referenciais até hoje, num período onde não existia ainda uma conscientização patrimonial, mas existia um desejo de representatividade do seu tempo. A partir do final da década de 1970, ocorre o incentivo para a construção de uma sucessão de elementos “*fakes*” em meio ao conjunto urbano e em alguns em pontos estratégicos, que não representaram o seu tempo e nem refletiram as dinâmicas socioeconômicas daquele período, num momento em que já havia um avanço com relação as políticas patrimoniais. Na década de 1990 houve alguns avanços nas políticas públicas, como a criação do IPPUB e do Programa de Valorização Patrimonial. Atualmente, o próprio poder público procura divulgar o futuro da cidade através de diversas imagens e de políticas públicas que legitimam esse processo através do novo Plano Diretor, onde as tais imagens servem como atrativos para os investidores construírem uma nova paisagem, com novos paradigmas e com suas práticas sociais preconcebidas. A ideia atual de construção de uma nova “imagem” de cidade, com elementos emblemáticos exteriores aos verdadeiros aspectos da sociedade, é a ameaça de maior impacto negativo sobre a paisagem urbana da área central entre todas, porque se anteriormente as intervenções ocorreram de forma mais isolada, atualmente o processo de renovação urbana proposto para a área central vai ser muito mais violento, pois trata-se de uma substituição definitiva e em grande escala, que pode comprometer a paisagem urbana, o uso do espaço público e a preservação do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Paisagem urbana. Políticas municipais. Preservação patrimonial. Espaços públicos. Blumenau/SC.

ABSTRACT

This thesis approaches the importance of the historically constructed landscape as a heritage good that must be valued. This heritage, culturally and socially constituted is the landscape. It is threatened by successive public policies of devaluation of the city history and by the idea of constructing a new "image" of city. The spatial profile will be the central area of the city of Blumenau / SC and the temporal profile will be from the 1950s until today, subdivided into different periods, depending on the different levels of formation and threat to the landscape. Starting in the 1950s, there were some changes in the urban structure and the substitution of some historical goods for emblematic elements of modernity in strategic places. These elements remain as reference until today, in a period where there was not a heritage awareness. Instead, there was a desire for the representativeness of this period. From the end of the 1970s, there is an incentive to build fake elements in the midst of the urban estate and in some strategic points. It did not represent their time and did not reflect the socioeconomic dynamics of that period, at a time when there was already an advance in relation to the heritage policies. In the 1990s there were some advances in public policies, such as the creation of the IPPUB and the Heritage Valuation Program. Nowadays, the government itself seeks to publicize the future of the city through various images and public policies that legitimize this process through the new Master Plan, where such images serve as attractive points for investors to build a new landscape, with new paradigms and with their preconceived social practices. The current idea of constructing a new city "image", with emblematic elements outside the real aspects of society, is the threat of greater negative impact on the urban landscape of the central area among all. It is because if previously the interventions occurred in a more isolated way for the central area, nowadays will be much more violent, since it is a definitive and large-scale replacement that can compromise the urban landscape, the use of public space and the preservation of cultural heritage.

Keywords: Urban landscapes. Municipal policies. Heritage preservation. Public spaces. Blumenau / SC.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Localização da área de estudo na Carta de Blumenau de 1859.	83
Figura 02 - Localização de Blumenau em relação a topografia.	84
Figura 03 - Divisão do terreno na Carta da Colônia de Blumenau em 1864.	85
Figura 04 - Divisão do sítio em duas áreas distintas.	86
Figura 05 - Esquema da concha central.	88
Figura 06 - A concha central na foto aérea.	89
Figura 07 - Ocupação do solo na concha central.	91
Figura 08 - Foto aérea a partir do “portão de entrada” da concha central.	92
Figura 09 - Foto aérea a partir do “portão de expansão” da concha central.	92
Figura 10 - Croqui da concha central.	93
Figura 11 - Delimitação da área de estudo.	94
Figura 12 - A área central na década de 1950.	98
Figura 13 - Relação histórica do <i>Stadtplatz</i> com a “curva do rio”.	99
Figura 14 - Relação do porto com a prainha na “curva do rio”.	100
Figura 15 - A praça como elemento estruturador do espaço urbano.	101
Figura 16 - Conjunto urbano da <i>Stadtplatz</i> na década de 1950 .	102
Figura 17 - A Praça da Fonte na Rua das Palmeiras.	103
Figura 18 - Hotel Holetz e conjunto urbano a partir da Praça do Porto.	104
Figura 19 - Vista aérea do conjunto da Rua XV na década 1950.	105
Figura 20 - Perspectiva do conjunto urbano da Rua XV na década 1950.	105

Figura 21 - Perspectiva do conjunto urbano da Rua XV desde a Matriz.	106
Figura 22 - Relação histórica da Matriz com a “curva do rio”.	107
Figura 23 - Vista aérea do morro da Matriz na década 1950.	108
Figura 24 - Vista da Matriz a partir da Rua XV no início da década 1950.	109
Figura 25 - A Matriz vista desde a Ponta Aguda na década de 1950.	110
Figura 26 - Vista aérea da Estação Ferroviária na década de 1960.	111
Figura 27 - Final da Rua XV e acesso a Praça da Estação na década de 1950.	112
Figura 28 - Praça da Estação na década de 1950.	112
Figura 29: Pátio da Estação na década de 1950.	113
Figura 30 - Conjunto urbano da Estação na década de 1950.	113
Figura 31 - A centralidade na década 1950.	116
Figura 32 - Local da ponte Centro-Ponta Aguda.	119
Figura 33 - Estação Rodoviária próximo da Matriz.	120
Figura 34 - Perspectiva da Matriz de Gottfried Böhm.	121
Figura 35 - Inauguração do trecho ferroviário Blumenau-Itajaí.	122
Figura 36 - Vista da área central com a proposta do traçado da ferrovia.	123
Figura 37 - Diploma de Município de Maior Progresso do Brasil.	124
Figura 38 - Charge da candidatura de Busch para prefeito.	125
Figura 39 - Construção da ponte em 1956.	126
Figura 40 - Ponte já finalizada em 1957.	126
Figura 41 - Incêndio na prefeitura em 1958.	128
Figura 42 - Projeto para o Arquivo Histórico de Blumenau em 1957.	129

Figura 43 - Grande Hotel Blumenau.	130
Figura 44 - Palácio de Justiça de Blumenau.	131
Figura 45 - Construção da torre da Matriz na década de 1960.	132
Figura 46 - Projeto do Centro Cívico para Blumenau/SC.	134
Figura 47 - Grande Hotel Blumenau na década de 1960.	135
Figura 48 - Imagem da margem esquerda ainda sem a avenida.	138
Figura 49 - Imagem da construção da primeira parte da Beira-rio.	138
Figura 50 - Detalhes da construção da primeira e segunda parte da Beira-rio.	139
Figura 51 - As centralidades na década 1970.	141
Figura 52 - Restaurante <i>Frohsinn</i> em 1969.	145
Figura 53 - Restaurante Moinho do Vale como cartão postal da cidade.	145
Figura 54 - Relação do Vapor Blumenau II com o Moinho do Vale.	146
Figura 55 - Mausoléu Dr. Blumenau em 1974.	147
Figura 56 - Detalhe da “concha central” no Plano Diretor de 1977.	150
Figura 57 - Castelinho da Moellmann na década de 1980.	158
Figura 58 - Prefeitura de <i>Michelstadt</i> .	159
Figura 59 - Nova sede da prefeitura na década de 1980.	160
Figura 60 - Cartões postais da década de 1980.	163
Figura 61 - Conjunto urbano na década de 1980.	164
Figura 62 - Banespa e Flamingo na década de 1980.	165
Figura 63 - Biblioteca Municipal e Arquivo Histórico.	166
Figura 64 - A praça (1930) e o jardim (1980).	167
Figura 65 - Vista do Edifício América.	167
Figura 66 - Croquis sugerindo o gabarito máximo igual ao entorno.	169

Figura 67 - Croquis demonstrando o impacto no centro histórico.	169
Figura 68 - Fotos do Edifício América.	170
Figura 69 - Macrozoneamento do Plano Diretor de 1989.	173
Figura 70 - Detalhe da “concha central” no Plano Diretor de 1989.	174
Figura 71 - Zoneamento do Plano Diretor de 1997.	181
Figura 72 - Detalhe do Zoneamento da “concha central” no Plano Diretor 1997.	183
Figura 73 - Reurbanização da Rua XV.	188
Figura 74 - Edificações tombadas pela FCC.	188
Figura 75 - Macrozoneamento PD 2006.	201
Figura 76 - Edificações na Vila Itoupava tombadas pela FCC.	201
Figura 77 - Zoneamento do PD 2006.	202
Figura 78 - Caderno Blumenau 2050.	207
Figura 79 - A área central no Caderno Blumenau 2050.	208
Figura 80 - Prainha e Morro do Aipim no Caderno Blumenau 2050.	210
Figura 81 - Morro do Aipim e Centro Histórico no Caderno Blumenau 2050.	210
Figura 82 - Margem esquerda (Ponta Aguda) no Caderno Blumenau 2050.	211
Figura 83 - Mapa de Zoneamento da área central e Ponta Aguda.	214
Figura 84 - Projeto para o antigo terreno do BEC.	216
Figura 85 - O impacto do novo edifício na Ponta Aguda.	218
Figura 86 - Empreendimentos da Planolar em Balneário Camboriú.	219
Figura 87 - Paisagem de Balneário Camboriú.	220
Figura 88 - Detalhe dos Bens identificados na área central.	223

Figura 89 - Critérios para a seleção de edificações para o tombamento.	224
Figura 90 - O antigo (década de 1960) e o novo Fórum (2000).	225
Figura 91 - O antigo (1968) e o novo Parque de Exposições (2006).	225
Figura 92 - A antiga (1960) e o nova Agência de Correios (2013).	226
Figura 93 - Projeto para o Novo Parque de Exposições (2006).	226
Figura 94: Novo Parque de Exposições (2006) denominado Vila Germânica.	227
Figura 95 - Antiga empresa Gaitas Hering e seu patrimônio edificado destruído.	229
Figura 96 - O antigo terreno do Estádio do BEC na Rua das Palmeiras.	230
Figura 97 - “ <i>Biergarten</i> ” abandonado (2014) e reaberto (2015).	234
Figura 98 - Prainha abandonada (2010), interditada (2014) e atualmente (2016) com o novo marco referencial da cidade.	236
Figura 99 - Vista do mirante e ocupação do espaço abandonado.	238
Figura 100 - Local interditado e o incêndio.	239
Figura 101 - Bem vindo ao Centro Histórico.	241
Figura 102 - Conjunto urbano do Centro Histórico.	242
Figura 103 - Relação entre o casario e o esqueleto do Edifício América.	243
Figura 104 - Rua das Palmeiras.	243
Figura 105 - Rua das Palmeiras e o esqueleto do Edifício América.	244
Figura 106 - Antigo terreno do BEC na Rua das Palmeiras.	245
Figura 107 - Perspectiva da zona histórica.	245
Figura 108 - Relação histórica da Praça Hercílio Luz.	246
Figura 109 - Entrada da Praça Hercílio Luz com esqueleto no fundo.	246

Figura 110 - Entrada da Praça Hercílio Luz com o restaurante no fundo.	247
Figura 111 - Relação da Praça Hercílio Luz com o rio.	248
Figura 112 - Relação da Praça Hercílio Luz com a Prainha.	248
Figura 113 - Relação da Praça Hercílio Luz com a Avenida Beira-Rio.	249
Figura 114 - Relação do mirante do Morro do Aipim com o Centro.	250
Figura 115 - Relação do mirante do Morro do Aipim com a Ponta Aguda.	250
Figura 116 - Acervo do Arquivo da ARH do Norte/APA.	254
Figura 117 - Guimarães no contexto da Bacia do Ave.	257
Figura 118 - Arquivos demonstrando o aproveitamento hidráulico para moagem e serraria em 1921 e para a indústria têxtil em 1947, ambos no Rio Vizela.	258
Figura 119 - Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho (Alto Vale), Fafe e Vizela (Médio Vale), e V. N. de Famalicão e Santo Tirso (Baixo Vale).	259
Figura 120 - Vista aérea da barragem do Ermal na divisa entre Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho e a Estação de V. N. Famalicão, com as funções de fornecimento de energia no Alto Vale e de escoamento no Baixo Vale.	260
Figura 121 - Paisagem do Médio Vale, com ocupação nos fundos de vale, junto ao rio, caracterizando os processos de industrialização e de desindustrialização.	261
Figura 122 - Mapa da Rota do Patrimônio Industrial do Ave.	262
Figura 123 - Reabilitação da antiga Fábrica de Fiação e Tecidos Sto. Thyrsó.	262
Figura 124 - Vista aérea de Guimarães.	263
Figura 125 - Elementos simbólicos no Largo do Carmo e no Largo do Toural .	264

Figura 126 - Muralhas no séc. XIII e início da estrutura urbana no séc. XIV.	265
Figura 127 - Evolução urbana no séc. XV-XVI e no séc. XVIII.	265
Figura 128 - Castelo (Monte Latito) e Igreja de N. S ^a da Oliveira (mosteiro).	266
Figura 129 - Tanques junto ao Rio de Couros na década de 1930.	266
Figura 130 - Evolução urbana e usos do solo no final do séc. XX.	267
Figura 131 - Praça da Câmara e Praça São Tiago na década de 1980.	268
Figura 132 - Espaços públicos reabilitados e que estruturam o espaço urbano.	269
Figura 133 - Praça da Câmara e Praça São Tiago reabilitados atualmente.	270
Figura 134: Moradores e turistas utilizando os espaços públicos reabilitados.	270
Figura 135 - Delimitação da zona classificada como “Patrimônio Mundial da Humanidade” pela UNESCO e da Zona Especial de Proteção (ZEP).	271
Figura 136 - Zona de Couros antes (superior) e após a reabilitação (inferior).	272
Figura 137 - Delimitação da zona classificada em 2001 com a ZEP e a delimitação da Zona de Couros para a candidatura em 2013.	272
Figura 138 - Delimitação da Operação de Reabilitação Urbana (ORU).	273
Figura 139 - Delimitação da ORU no âmbito da proposta geral da cidade.	274
Figura 140 - Vista aérea de Guimarães (ORU e Zona classificada UNESCO).	275
Figura 141 - Figura referência dos percursos propostos.	277
Figura 142 - Foto aérea da Zona classificada pela UNESCO.	279

Figura 143 - Torre do Castelo e Paço dos Duques em destaque nas perspectivas.	280
Figura 144 - Zona restritiva ao uso de veículos.	280
Figura 145 - As portas de entrada da antiga vila medieval.	281
Figura 146 - Sensação de continuidade às paisagens históricas.	281
Figura 147 - Torre da Igreja de N. S ^a da Oliveira (antigo mosteiro), vista a partir da zona classificada pela UNESCO “intramuros” e da ZEP “extramuros”.	282
Figura 148 - Figura referência da Zona classificada pela UNESCO.	283
Figura 149 - Rua de Santa Maria [A]: Largo do Carmo [C] e o Largo da República do Brasil [G].	284
Figura 150 - Rua de Santa Maria [A]: Praça do Largo da Câmara [D] com a Câmara Municipal [4] e a Biblioteca Municipal [5], e o Posto de Informações para Turistas [6], na entrada da Praça São Tiago [E].	284
Figura 151 - Rua das Trinas [M] (esquerda) e Rua Val Donas [N] (direita).	285
Figura 152 - Rua Rainha D. Maria II [B].	286
Figura 153 - Casarios em fita com roupas secando na Praça São Tiago [E].	286
Figura 154 - Espaços públicos sendo utilizado por moradores e turistas.	287
Figura 155 - Apropriações dos espaços públicos por moradores e turistas.	288
Figura 156 - Moradores e turistas dividem socialmente os mesmos espaços.	288
Figura 157 - Pisos no acesso ao Largo da Câmara [D].	289
Figura 158 - Pisos na Praça de São Tiago [E] e eixo Largo da Oliveira [F].	289
Figura 159 - As fachadas utilizam materiais originais e a mão de obra local.	290

Figura 160 - “Casa da Rua Nova” (Távora, 1985) premiada em 1986 e inspiração para as futuras intervenções dos técnicos do GTL, também premiados em 2006.	291
Figura 161 - Exemplos de comunicação visual feita nos pisos: local da antiga Capela de São Tiago (com o detalhe do logo do Caminho de Santiago de Compostela) na Praça São Tiago [E] e local da antiga Porta da Vila entre o Largo da Misericórdia [J] e o Largo do Toural [I].	291
Figura 162 - Elementos simbólicos: pedra, água e o <i>skyline</i> com o Castelo.	292
Figura 163 - Requalificação dos espaços com cuidado paisagístico na ZEP.	293
Figura 164 - Área do entorno do Convento de São Domingos.	293
Figura 165 - Área do entorno do Convento de São Francisco.	294
Figura 166 - Largo do Toural [I] e o Largo da República do Brasil [G].	294
Figura 167 - Figura referência do percurso ZEP.	295
Figura 168 - Rua Dr. José Sampaio [G-P] e acesso ao Parque das Hortas [P] .	296
Figura 169 - Parque das Hortas [P] e antiga fábrica de tecelagem [21].	296
Figura 170 - Processo 92/1952/Archiv-Ave - fábrica de tecelagem [21].	297
Figura 171 - Parque das Hortas [P] e parque ciliar junto ao rio.	297
Figura 172 - Tanque público para lavar roupa junto ao rio.	298
Figura 173 - Rua da Ramada e antiga Fábrica da Ramada [24].	298
Figura 174 - Antiga Fábrica da Ramada reconvertida em Instituto de Design.	298
Figura 175 - Antiga Fábrica Âncora reconvertida em Centro de Ciência Viva.	299
Figura 176 - Largo da Cidade [Q] e Pousada da Juventude [26].	299
Figura 177 - Rua de Vila Verde e o Largo da Cidade [Q].	300

Figura 178 - Processo 33/1951/Archiv-Ave – fábrica de curtume [Q].	301
Figura 179 - Poema inscrito no balcão e desenho da zona em alto relevo no piso.	301
Figura 180 - “Casinhas” de um antigo curtume e “Travessa da rua de Couros”.	302
Figura 181 - Fábrica Freitas & Fernandes reconvertida em CAFPG [28].	303
Figura 182 - Pátio interno da antiga Fábrica Freitas & Fernandes	303
Figura 183 - Antiga Fábrica do Arquinho [29] e CAAA [30].	304
Figura 184 - Tanque público para lavar roupa junto ao rio.	305
Figura 185 - Antiga Fábrica Pátria reconvertida Casa da Memória [34].	306
Figura 186 - Antigo Mercado Municipal reconvertido em Plataforma das Artes e Criatividade [35].	307
Figura 187 - Zona de expansão industrial da cidade (Pevidém).	309
Figura 188 - Figura referência do percurso pelo R. Selho.	310
Figura 189 - Laboratório da paisagem em Creixomil.	310
Figura 190 - Laboratório da Paisagem junto ao R. Selho.	311
Figura 191 - Volumes e materiais utilizados no Laboratório da Paisagem.	311
Figura 192 - Edifício similar ao Laboratório da Paisagem no R. Selho.	312
Figura 193 - Detalhe do percurso em Pevidém.	313
Figura 194 - Zona de expansão industrial da cidade (Pevidém).	313
Figura 195 - Indústria Têxtil sobre o R. Selho (Pevidém).	314
Figura 196 - Rio, indústria, habitação e topografia na Paisagem de Pevidém.	314
Figura 197 - Parque de Lazer do Rio Selho (Pevidém).	315

Figura 198 - Áreas de lazer e de produção lado a lado junto ao Rio Selho.	315
Figura 199 - Vista área de Pevidém (Indústria e Parque de Lazer do Rio Selho).	316
Figura 200 - Estação Moinho do Buraco (Pevidém).	316
Figura 201 - Figura referência do percurso pelo Ave.	317
Figura 202 - Antiga Fábrica ASA [51] reconvertida em espaço multifuncional.	318
Figura 203 – ASA: CEC 2012 e Prêmio Nacional de Reabilitação Urbana 2013.	318
Figura 204 - Fábrica Varela Pinto [52] junto à Ferrovia Porto-Guimarães.	319
Figura 205 - Parque das Termas de Vizela [53] junto ao Rio Vizela.	319
Figura 206 - Conjunto de ruínas industriais [54] junto ao Rio Vizela.	320
Figura 207 - Vista aérea do conjunto de ruínas industriais [54] em Vizela.	320
Figura 208 - Paisagem característica do Vale do Ave desde a estrada nacional.	321
Figura 209 - Paisagem característica do Vale do Ave desde a ferrovia.	322
Figura 210 - Indústria têxtil [55] no encontro do Rio Vizela com o Rio Ave.	322
Figura 211 - Antiga Fábrica Santo Thyrsó [56] junto ao Rio Ave.	323
Figura 212 - Antiga Fábrica Santo Thyrsó [56] em processo de reconversão.	324
Figura 213 - Entrada da antiga Fábrica Sampaio, Ferreira & Cia [57] junto à estrada.	325
Figura 214 - Antiga Fábrica Sampaio, Ferreira & Cia [57] junto ao Rio Ave.	326

Figura 215 - Antiga Fábrica Sampaio, Ferreira & Cia [57] 326
abandonada.

Figura 216 - Museu da Indústria Têxtil do Ave [58] em espaço 327
inapropriado.

Figura 217 - Fábrica Têxtil Elétrica [55] e Santo Thyrsó [56] 328
vistas desde a ferrovia.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro comparativo de zoneamentos

381

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIB – Associação Comercial e Industrial de Blumenau
ADRAVE – Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave
AHJFS – Arquivo Histórico José Ferreira da Silva
AL – Alojamento Local
APA – Agência Portuguesa do Ambiente
APC – Área de Preservação Cultural
APH – Área de Preservação Histórica
APP – Área de Preservação Permanente
APPI – Associação Portuguesa para o Patrimônio Industrial
ARH do Norte – Arquivo da Administração da Região Hidrográfica do Norte
ASSEPLAN – Assessoria de Planejamento Municipal
BEC – Blumenau Esporte Clube
BESC – Banco do Estado de Santa Catarina
BNH – Banco Nacional de Habitação
CAAA – Centro para os Assuntos da Arte e da Arquitetura
CAFPG – Centro Avançado de Formação Pós-Graduada da Universidade do Minho
CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal
CEGOT – Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina
CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas
CEC – Capital Europeia da Cultura
CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CMG – Câmara Municipal de Guimarães
CMVNF – Câmara Municipal de Vila Nova Famalicão
COEB – Comissão Organizadora de Exposições de Blumenau
COPE – Conselho Municipal de Patrimônio Cultural Edificado
COPLAN – Conselho Municipal de Planejamento Urbano
CONPRESP – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
DCH – Divisão do Centro Histórico (antigo GTL)
DMT – Departamento Municipal de Turismo
EFSC – Estrada de Ferro Santa Catarina
EN – Estrada Nacional
GTL – Gabinete Técnico Local
FAMOSC – Feira de Amostras de Santa Catarina
FCB – Fundação Cultural de Blumenau
FCC – Fundação Catarinense de Cultura

FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
ICOMOS – International Council on Monuments and Sites
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPPUB – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Blumenau
IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
IPU – Imposto sobre a Propriedade Urbana
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
ISQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza
ITBI – Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis
JK – Juscelino Kubitschek
JSC – Jornal de Santa Catarina
LHS – Luís Henrique da Silveira
ORU – Operação de Reabilitação Urbana
PD – Plano Diretor
PDM – Plano Diretor Municipal
PDSE – Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior
PLAMEG – Plano de Metas do Governo (SC)
PMB – Prefeitura Municipal de Blumenau
PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia
PROEB – Promotora de Eventos de Blumenau
PSD – Partido Social Democrático
REN – Reserva Ecológica Nacional
RP – Relatório do Prefeito
RPI – Rota do Patrimônio Industrial do Vale do Ave
SERPHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SENAC – Serviço Nacional do Comércio
SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento Urbano
TICCIH – The International Committee for Conservation of Industrial Heritage
UDN – União Democrática Nacional
UNESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
ZEP – Zona Especial de Proteção
ZPA – Zona de Proteção Ambiental
ZPH – Zona de Preservação Histórica
ZLE – Zonas de Localização Especial
ZRU – Zonas Recreacionais Urbanas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	33
2. QUADRO TEÓRICO (ESTADO DA ARTE)	45
2.1. Paisagem, Sociedade e Espaço: uma construção social	47
2.2. História e Memória: o passado que anima para o futuro	55
2.3. Centralidade Urbana e a problemática contemporânea	63
2.4. Paisagem como um legado patrimonial	75
3. A CONCHA CENTRAL DE BLUMENAU	83
3.1. A Paisagem em 1950	97
3.2. As transformações na paisagem entre 1950 – 1970	115
3.3. As transformações na paisagem nas décadas de 1970 e 1980: a criação de uma imagem urbana estereotipada	143
3.3.1. Implantação dos primeiros edifícios emblemáticos em locais estratégicos	144
3.3.2. O primeiro Plano Diretor da cidade no ano de 1977	148
3.3.3. A polêmica Lei 2.262 no ano de 1977	155
3.3.4. As transformações no Centro Histórico na década de 1980	165
3.4. As transformações na paisagem na década de 1990: o início das políticas de valorização e proteção patrimonial	171
3.4.1. A revisão do Plano Diretor de 1989 e a Zona de Preservação Histórica - ZPH	171
3.4.2. Criação do IPPUB e o Programa de Valorização Patrimonial	179
3.4.3. Considerações Finais do Período: 150 anos da cidade no ano de 2000	189
3.5. As transformações na paisagem na década de 2000: as políticas de valorização e de proteção patrimonial em risco	191
3.5.1. A extinção do IPPUB, a criação do COPLAN e o Plano Diretor de 2006	193
3.5.2. O projeto Blumenau 2050 da PMB e a proposta de renovação da área central	205

3.5.3. A revisão do Código de Zoneamento de 2010	213
3.5.4. A Política de Preservação do Patrimônio Cultural atual	221
3.5.5. A construção de imagens emblemáticas nos edifícios institucionais	225
3.5.6. A destruição de bens patrimoniais de relevância histórica e de memória coletiva para venda de espaço público para o setor privado	228
3.5.7. O abandono dos espaços públicos em locais estratégicos	233
3.6. A paisagem atual	241
4. ESTUDO COMPARADO: GUIMARÃES (VALE DO AVE - PORTUGAL) E BLUMENAU (VALE DO ITAJAÍ - BRASIL)	251
4.1. O estudo comparado	251
4.2. Vale do Ave: Patrimônio Industrial e Dinâmica Contemporânea	257
4.3. Guimarães: Centralidade Urbana e Patrimônio Vivo	263
4.4. A compreensão da paisagem a partir da atualidade.	277
4.4.1. Zona de Patrimônio Mundial classificada pela UNESCO	279
4.4.2. Zona Especial de Proteção (ZEP)	293
4.4.3. Zona de expansão industrial da cidade (Rio Selho)	309
4.4.4. O Vale do Ave como um todo (Rio Ave)	317
4.5. A comparação: Guimarães x Blumenau	329
5. CONCLUSÕES: A PAISAGEM URBANA DE BLUMENAU/SC. POLÍTICAS MUNICIPAIS, PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL E ESPAÇOS PÚBLICOS	347
REFERÊNCIAS	361
APÊNDICE A – Quadro comparativo de zoneamentos	381
APÊNDICE B – Objetivos e metodologia do estudo comparado	383

1. INTRODUÇÃO

Santa Catarina pode ser considerado um estado que apresenta um diferenciado mosaico cultural constituído pelos diversos ciclos migratórios em períodos distintos, desde o século XVIII no litoral catarinense. Este trabalho será focado na paisagem urbana de Blumenau, na região do Vale do Itajaí, construída a partir do século XIX, com a chegada de imigrantes que fugiram das crises europeias e encontraram na política de imigração brasileira novas oportunidades. A política de colonização europeia do Governo Imperial brasileiro buscava mão de obra livre e assalariada para substituir o trabalho escravo (fim do tráfico negreiro em 1850) e ocupar, estrategicamente, o Sul do país, com o aval da Lei das Terras de 1850, que transformou o valor do solo em mercadoria. A maioria desses migrantes veio da Alemanha (unificada somente em 1871) e se estabeleceram principalmente nas áreas urbanas mais centrais no Médio Vale, enquanto os italianos, poloneses e descendentes de portugueses do Vale do Rio Tijucas se estabeleceram nas áreas mais periféricas e montanhosas no Alto Vale.

Esses migrantes não eram somente agricultores, mas também técnicos e trabalhadores qualificados e voltados ao trabalho fabril, que não se dedicaram somente à formação de uma colônia agrícola, mas que contribuíram também na urbanização e industrialização da cidade. Adaptando-se às condições locais, os migrantes europeus dão lugar a uma nova cultura, teuto-brasileira, na qual mantêm ou transformam os traços linguísticos, comportamentais ou sociais de forma diferente de sua evolução no país originário. Como é a cultura, mediada pelas técnicas, que oferece aos homens os meios de apropriação dos ambientes para aí imprimir sua característica, constitui-se, então, identidades locais que forjam, historicamente, a formação de paisagens, sobretudo, com traços dominantes da origem alemã.

A paisagem de Blumenau retrata bem as formas culturais de apropriação do ambiente pelos imigrantes (agricultores, técnicos e empresários), a partir da utilização das técnicas existentes e o estabelecimento de um sistema de relações locais, constituindo assim uma identidade cultural. A dinâmica urbana, gerada pela lógica de implantação das indústrias, pelos sucessivos processos econômicos e sociais ocorridos nos diferentes períodos resultaram em paisagens

específicas e estão registradas na paisagem e na memória coletiva local, e justamente por isso, com grande valor patrimonial. Essa paisagem constitui um acervo de importância fundamental ao desenvolvimento da cidade, definindo características particulares pelos traços culturais, modo de vida e apropriação do espaço, o que pode reafirmar a ideia de uma identidade social constituída.

Este trabalho analisou a paisagem urbana na área central de Blumenau, a partir da década de 1950, para revelar a importância dessa paisagem historicamente construída como um bem patrimonial, que deve ser valorizado e reapropriado, pois encontra-se ameaçado por sucessivas políticas públicas de desvalorização da história da cidade, especialmente neste presente momento, quando está ocorrendo uma ameaça mais efetiva à área de estudo.

Essa paisagem foi sendo construída por sucessivas gerações até o centenário da cidade em 1950, configurando uma paisagem formada por uma série de justaposições e complementações nos diversos períodos. Naquele momento, ocorre a necessidade de se estabelecer uma nova identidade nacional, onde a modernidade, com as premissas do homem universal, se apresentava como uma boa alternativa para a cidade industrial em pleno desenvolvimento, conforme o processo de acumulação naquele momento. Essa modernidade vai se introduzir diretamente na dinâmica urbana através de grandes reestruturações urbanas e em alguns pontos específicos, através de algumas obras emblemáticas, que foram sendo incorporadas gradativamente ao conjunto urbano ainda em formação e à paisagem da cidade, estabelecendo vínculo direto com o local.

O recorte espacial será a área central da cidade de Blumenau/SC, que engloba o Centro Histórico (*Stadtplatz*), o Centro atual e o bairro Ponta Aguda, incluindo a relação destes com a geomorfologia peculiar do local, especialmente o Rio Itajaí-Açú e a topografia acidentada. Essa delimitação compreende o espaço entre o antigo porto fluvial e a antiga estação ferroviária na década de 1950 (utilização do transporte fluvial e ferroviário), abrangendo o principal conjunto urbano da cidade, que eram justamente esses espaços e a própria Rua XV, que fazia a conexão entre eles. Na década de 1970, esses mesmos espaços tiveram suas funções alteradas e passaram a incorporar uma nova Avenida, denominada Beira-Rio, que estabeleceu uma nova relação da cidade

com o rio e a margem esquerda da cidade, onde fica o bairro Ponta Aguda. Atualmente, existe uma relação direta entre esses espaços, através da paisagem e da relação "entre margens", com o rio e com a topografia. E justamente devido à essa relação, que a poligonal de delimitação da área total do estudo, abrange a Ponta Aguda, porque recentemente ocorreu a liberação de altura sem restrições de gabarito nesse bairro, que vai afetar diretamente a sua relação com o Centro Histórico (*Stadtplatz*) e o Centro atual, bem como, a relação destes com o rio e a topografia local.

O recorte temporal será de 1950 até hoje, subdividido em períodos distintos, que foram definidos conforme os diferentes níveis de formação e de ameaça que ocorreram na área de estudo. As principais ameaças, que são os processos de renovações urbanas, iniciam no primeiro período, a partir da década de 1950 até o final da década de 1970, que foi marcado pela modernidade, com grandes alterações na estrutura urbana, como o fim do transporte fluvial e perda da função porto fluvial, o fim do transporte ferroviário e a perda da função da estação ferroviária, a implantação de uma estrutura viária que altera a estrutura urbana através da implantação de novas pontes e novas avenidas, a criação de novas centralidades urbanas e a conexão de novos espaços, a transferência do centro cívico e a perda da dinâmica urbana no *Stadtplatz* (atual centro histórico). Além dessas alterações na estrutura urbana, diversos elementos emblemáticos da modernidade foram inseridos em locais estratégicos dessa nova estrutura urbana, tornando-se marcos referenciais até hoje.

Esse discurso de modernidade penetra por todas as esferas: o setor público propõe a criação de um novo centro cívico, o setor religioso substitui a antiga igreja matriz por uma moderna e o setor privado inicia um processo de substituição do conjunto urbano horizontal através da verticalização da cidade. Alguns processos substitutivos são marcantes, como o incêndio no edifício administrativo da cidade que abrigava os poderes executivo e judiciário em 1958, a destruição da antiga Matriz para a construção da nova em 1953 e a destruição do antigo Hotel Holetz para a construção do Grande Hotel em 1959. Esses novos elementos modernos negavam parcialmente o contexto ou foram implantados de forma substitutiva ao invés de complementarem os elementos históricos já contextualizados. Porém,

foram construídos em locais estratégicos do espaço urbano e foram elaborados por arquitetos renomados que estavam em consonância com as discussões contemporâneas da arquitetura mundial naquele período. A criação de um centro cívico refletia os ideais do urbanismo moderno e funcional, enquanto o projeto da Igreja Matriz refletia a reformulação da própria igreja católica, o Grande Hotel refletia às últimas tendências mundiais em termos de hotelaria e a verticalização urbana estava sendo disseminada por todo o mundo.

Nesse período, ocorrem então grandes alterações na estrutura urbana, que modificam a dinâmica dessa centralidade urbana, inclusive com a substituição de alguns elementos históricos por elementos modernos, num período onde ainda não existia a consciência patrimonial. Esses novos elementos modernos são bem interessante do ponto de vista arquitetônico, mas infelizmente eles substituíram edificações históricas e afetaram tanto a paisagem como a memória coletiva, ao invés de se relacionarem com elas através da justaposição e formação de um conjunto urbano heterogêneo. Porém, pode-se dizer que existia um desejo de representatividade do seu tempo, da prosperidade econômica da cidade industrial que deixava de ser colônia, através dos elementos arquitetônicos e urbanísticos projetados no período e que permanecem como marcos referenciais até hoje.

O segundo período inicia no final da década de 1970, com o início da crise no setor têxtil e a possibilidade de ascensão do setor de turismo, quando ocorre o incentivo para a construção de uma sucessão de elementos “*fakes*” em meio ao conjunto urbano genuíno e em alguns em pontos estratégicos, que não representaram o seu tempo e nem refletiram as dinâmicas socioeconômicas daquele período, num momento em que já havia um avanço com relação às políticas patrimoniais. Nesse momento, o setor de turismo vai ganhar maior destaque neste processo de formação de uma imagem de uma germanidade forçada, através da imposição de elementos emblemáticos temáticos nos locais referenciais da cidade, como a Rua XV, a Prainha e o mirante do Morro do Aipim, por exemplo, em detrimento da valorização do patrimônio genuíno que havia sido construído até aquele momento. Porém, essas intervenções não se sobrepuseram totalmente ao conjunto urbano histórico, pois foram relativamente isoladas e não configuraram uma grande escala de substituição.

Esse discurso étnico de resgate à germanidade perdida no período anterior, não penetra por todas as esferas, pois não representava a realidade cotidiana da população local. O que realmente aparece neste período é uma mercantilização do espaço, sem compromissos com sua qualidade e com a própria história da cidade. Os setores econômicos ligados ao turismo alavancaram essa corrente, fomentando uma política pública bem definida de desvalorização da arquitetura que representava a história da cidade, onde nesse momento a arquitetura moderna já estava integrada no conjunto urbano e contextualizada na paisagem. Logo, além da mercantilização do espaço em si, a própria história aparece de foma mercantilizada por esta “reconstituição inventada e falsificada”, ou seja, existe um desprezo pelo autêntico, o que não acontecia no período anterior. Entre os demais símbolos criados para reforçar essa política, temos a construção da nova prefeitura, em 1982. Esse novo elemento simbólico, com seu caráter explícito de falsidade, vai diminuir ainda mais a importância do *Stadtplatz*, onde se localizava o antigo paço municipal, com o antigo edifício administrativo da cidade (poderes executivo e judiciário) e antigo porto. Para complementar, o poder público faz diversas concessões de espaços públicos para a iniciativa privada explorar, justamente nos espaços mais nobres e valorizados (*Stadtplatz*, Prainha e mirante do Morro do Aipim), com o discurso de fomentar as relações comerciais advindas do setor turístico, que acabam por tornar os poucos espaços públicos da comunidade local em espaços destinados prioritariamente aos visitantes, ao invés de fortalecerem as relações sociais e coletivas tão necessárias para a população local, carente de espaços públicos.

A introdução desse tipo de imagem preconcebida, que passou a substituir parte da paisagem por um signo para a apropriação principalmente do turismo, foi um marco importante com relação ao rompimento da paisagem historicamente existente pela possibilidade de se construir uma “imagem” de cidade, com elementos emblemáticos exteriores que não refletem os aspectos da sociedade contemporânea. Essas políticas públicas demonstram como os processos de renovação urbana substituem a prioridade com relação ao morador local pelo turista ocasional, dos espaços públicos pelos espaços privados, dos conjuntos urbanos genuínos pelos cenários temáticos, enfim, dos espaços sociais de usos pelos espaços abstratos de expropriação.

Na década de 1990, os processos de “reestruturação industrial” do setor têxtil e a transferência do poder econômico local para outros setores, como a construção civil, possibilitaram uma reorganização do poder público mais adequado aos interesses comunitários, como a revisão do Plano Diretor e a introdução da Zona de Preservação Histórica ainda em 1989, a criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Blumenau (IPPUB) em 1993 e do Programa de Valorização Patrimonial em 1994, a segunda revisão do Plano Diretor com maior restrição aos índices urbanísticos no Centro atual e no Centro Histórico em 1997, além dos tombamentos realizados pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC) em 2000.

Atualmente, o poder público tenta criar uma imagem de “cidade global”, com a cópia de vários elementos simbólicos que poderiam estar em qualquer outra cidade do mundo, com objetivo de divulgar uma nova imagem de cidade, como as do projeto “Blumenau 2050”, por exemplo, não somente para atrair turistas, mas, principalmente, atrair investidores. Essas políticas públicas, de tentar divulgar a imagem da cidade como um objeto, tratam novamente da espetacularização urbana, da mercantilização dos espaços e da própria paisagem.

A introdução dessas novas imagens, propostas pela prefeitura, vão se impor justamente na delimitação do recorte espacial deste trabalho, nos espaços mais importantes e de caráter referencial para a cidade, como o Centro Histórico (*Stadtplatz*), o Centro atual e o bairro Ponta Aguda, incluindo a relação destes com a história e a geomorfologia peculiar do local, especialmente os espaços públicos, o Rio Itajaí-Açú e a topografia acidentada. Esse processo está sendo “legitimado” pelas políticas públicas, plano diretor e parâmetros urbanísticos adotados nos últimos anos, como o último Plano Diretor de 2006 e a revisão da lei de zoneamento de 2010, por exemplo.

Além disso, novas edificações institucionais, como o novo fórum, a nova agência dos correios e o novo centro de eventos, continuam atendendo às mesmas diretrizes do período anterior. Ainda que algumas dessas edificações fiquem fora da nossa área de estudo, elas repercutem diretamente no nosso tema, pois continuando com a política da criação de cenários, o poder público está desprezando e desvalorizando o patrimônio genuíno. E concentrando investimentos em outras áreas, acaba não investindo na manutenção e requalificação dos espaços que

estão em nossa área de estudo, abandonando-os e esvaziando-os de sentido para depois transferir essa responsabilidade para o setor privado. Logo, o próprio poder público se torna uma ameaça, ao tentar esvaziar esses espaços mais significativos da cidade para depois elaborar projetos para tentar divulgar a cidade como uma imagem (um objeto) para atrair investidores. Essas tais imagens servem então como atrativos para os investidores construírem uma nova paisagem, com novos paradigmas e com suas práticas sociais preconcebidas.

A questão principal da pesquisa é como este patrimônio já está sendo ameaçado pelas intervenções planejadas para a cidade, partindo do princípio que a paisagem é um bem patrimonial. O objetivo geral do trabalho foi fazer uma análise de forma integrada da paisagem da área central de Blumenau a partir da atualidade e defender a ideia que, a partir dos possíveis impactos dessas ameaças atuais, a paisagem seja declarada ou considerada como um elemento de valor patrimonial que deve ser incluído nas políticas públicas culturais, de planejamento e de desenvolvimento urbano. Os objetivos específicos foram analisar os aspectos ainda presentes na paisagem atual considerados como bens patrimoniais, as transformações, as dinâmicas urbanas e as ameaças que caracterizam os diferentes períodos e os impactos positivos e negativos dessas ameaças nos diferentes períodos.

A justificativa deste trabalho, do ponto de vista do recorte, está justamente no fato de que o impacto da ameaça à paisagem no presente momento será muito maior para o conjunto urbano como um todo e para as especificidades locais do que nos períodos anteriores, pois afetará os aspectos mais relevantes e identitários do lugar, que são o sítio físico peculiar (rio e topografia), o histórico-cultural (centro fundador da cidade) e o socioeconômico (desenvolvimento econômico e as práticas sociais). A ameaça presente pode afetar de tal forma que vai descaracterizar esse conjunto de aspectos e elementos como um todo, fragmentando a paisagem com valor patrimonial. Do ponto de vista da discussão teórica, a importância do trabalho está no debate sobre os aspectos mais relevantes e identitários do lugar, que se articulam de forma complementar e recíproca, formando um conjunto indissociável de análise, que dão o valor patrimonial à paisagem e que não deveriam ser ameaçados pelas intervenções planejadas pelo poder público para a área central da cidade.

A metodologia empregada foi a de analisar a paisagem a partir da atualidade, sob uma visão multidisciplinar e de forma integrada, para destacar os aspectos ainda presentes na paisagem que merecem ser considerados como bens patrimoniais e detectar qual o impacto da ameaça que esta paisagem está sofrendo no presente momento. A partir dessas duas informações, foi feita uma reconstrução histórico-cultural da paisagem, desde a sua evolução (sua construção contínua), passando pelas transformações (dinâmicas) que caracterizaram os diferentes períodos, os diferentes níveis de ameaça (cada um com uma intensidade diferente) e o impacto dessas ameaças nesses diferentes períodos.

Como metodologia de trabalho, foi realizada uma pesquisa de história urbana comparada em Portugal, que teve como objeto as paisagens enquanto patrimônio ainda vigente, pois são reveladoras das especificidades dos lugares, tomando em conta seu estado de conservação e contexto em que se inserem. A importância do estudo comparado foi a possibilidade de se criar um olhar de contraposição sobre as realidades urbanas brasileiras e portuguesas, onde foi possível perceber a falta de valorização das paisagens históricas e especificidades dos lugares em função de um excessivo processo de renovação urbana do lado brasileiro, enquanto do outro lado foi possível perceber a valorização do seu legado patrimonial nos processos de reabilitação urbana inseridos na dinâmica contemporânea.

A partir dessas análises e reinterpretações da paisagem foi possível detectar os principais aspectos presentes na paisagem (bens patrimoniais), como a própria geomorfologia do sítio físico da concha central, responsável pelas formas de apropriação, ocupação, expansão e identidade local, com o destaque para o que é mais característico e peculiar da paisagem, que é a presença dos rios e dos morros sinuosos, seguido do aspecto histórico-cultural representado principalmente no centro fundador da cidade (*Stadtplatz*) e o aspecto socioeconômico, representado pelos espaços públicos que revelam as práticas sociais coletivas e pelo conjunto urbano edificado que revela o desenvolvimento econômico.

Foram abordados alguns aspectos importantes no contexto das ameaças à paisagem, como a relação entre passado/presente, antigo/novo, a re-criação da identidade germânica, a construção de cenários urbanos para atrair turistas, a elaboração de projetos para atrair

investidores e a mercantilização dos espaços públicos e da própria paisagem, pois é nesta relação obscura entre agentes públicos e privados que as políticas públicas se tornam uma ameaça cada vez mais presente para a paisagem e a história da cidade. A partir da análise da paisagem e dos possíveis impactos das ameaças atuais, contextualizada pelas reinterpretações sobre a sua construção e os diferentes impactos das ameaças nos diferentes períodos históricos, é que se defende a ideia de que esta paisagem seja declarada ou considerada como um elemento de valor patrimonial que deve ser incluído nas políticas públicas culturais, de planejamento e de desenvolvimento urbano da cidade.

Partindo-se dos conceitos de paisagem como registro das relações socioespaciais e as transformações históricas assíncronas das diferentes determinações que compõem a realidade social, a revisão bibliográfica procurou enriquecer o “estado da arte” com relação aos conceitos que tratam a paisagem como um processo, contribuindo dessa forma para o debate teórico da evolução dos conceitos de paisagem, patrimônio e paisagem-patrimônio. Para enfrentar a problemática da pesquisa, buscou-se relacionar as noções geográficas de paisagem, espaço e sociedade com a evolução dos conceitos de patrimônio, história e memória. Partindo da evolução dos conceitos das categorias geográficas de paisagem e patrimônio no âmbito dos organismos internacionais e nacionais (UNESCO e IPHAN), pautados não somente nas interações entre os aspectos naturais e culturais (paisagem), mas também nas interações entre os aspectos materiais e imateriais (patrimônio), tratou-se de inserir a arquitetura, o urbanismo e as diversas formas de apropriação do espaço de forma contextualizada na paisagem como um bem patrimonial, para que sirva de referência cultural para a sociedade e as futuras gerações.

A construção do quadro teórico procurou relacionar as ideias dos conceitos, principalmente de paisagem e de patrimônio, de tal forma que estes fossem se tornando convergentes em relação ao nosso objeto teórico, que é a paisagem como um bem patrimonial. A tese procurou revelar alguns avanços em termos de uma perseguição autoral, procurando articular os conhecimentos teóricos num primeiro momento, para num segundo momento, a partir também dos conhecimentos empíricos, fazer proposições para a problemática encontrada, através da articulação de proposições intelectuais e teóricas convergentes.

Nesta tese, a Paisagem é muito mais do que somente a ação do homem sobre as condições naturais, pois estão sendo incluídas, além das técnicas disponíveis nos determinados períodos históricos para adaptação aos meios, as práticas sociais como elementos de transmissão dessas heranças culturais. Justamente por isso ela não deve somente revelar esses elementos naturais, econômicos, sociais e culturais, mas também, sobretudo, desempenhar uma função social e de interesse público, que deveria ser feito através de sua proteção, gestão e ordenamento, conforme já apontava a Convenção Europeia da Paisagem (2000). Já o Patrimônio, é muito mais do que o objeto, o material e o natural, pois deve-se considerar o conjunto, o imaterial e o cultural como contribuições de uma construção social e coletiva que deve fazer parte do presente e ser repassado para as futuras gerações. É justamente na convergência desses dois conceitos, paisagem e patrimônio, que se defende a ideia de “paisagem como um bem patrimonial”. Essa análise da paisagem como um bem patrimonial está condicionada à percepção do patrimônio como resultado de acumulação de tempos históricos que marcam, com traços culturais, a paisagem e as pessoas.

Se para Milton Santos paisagem foi definida como “aquilo que está ao alcance dos olhos”, este trabalho pretendeu avançar na discussão no sentido de revelar também o que está por trás (o conteúdo) do que os olhos alcançam (a forma) e demonstrar que necessariamente existe um valor subjetivo nos olhos de quem a percebe, pois esta paisagem não deve apenas ser observada, mas deve ser sentida também. Para a apreensão da sua totalidade, além da natureza, técnica e cultura, existe também o fator da dinâmica, pois está sempre em movimento. Se a construção do espaço geográfico é social, a sua apropriação vai depender dessa dinâmica, gerada pela articulação e interação dos diferentes aspectos, com significados e valores subjetivos, que estão representados nessa paisagem. São justamente esses aspectos, pela relevância histórica e cultural, que devem ser tratados como um legado patrimonial da vida contemporânea, que nos foi deixado (de alguma forma) e que deve permanecer (de alguma forma) para as futuras gerações.

As metodologias de análise da paisagem utilizados neste trabalho também podem ser consideradas como um avanço metodológico, pois incluem as contribuições adquiridas em Portugal, como a metodologia

de análise integrada da paisagem proposta pela Universidade do Porto, que leva em conta os elementos naturais, socioeconômicos e culturais, onde existe uma articulação recíproca entre os aspectos biofísicos e os valores culturais que as moldaram, e a metodologia de investigação de análise da paisagem da Universidade do Minho, como algo dinâmico e indissociável de uma análise multidisciplinar, o que nos permitiu perceber a interação do legado patrimonial com o contexto da vida contemporânea.

A desvalorização da paisagem, da centralidade urbana, dos espaços públicos, da autenticidade, do conjunto urbano e dos edifícios mais significativos da cidade em detrimento da construção e valorização de modelos externos ou temáticos, está acarretando no processo mais violento no que diz respeito à história e memória urbana da cidade de Blumenau. Com os processos de renovação urbana propostos pelo próprio poder público para essas áreas, essa paisagem histórica e socialmente construída corre o risco de deformação ou até mesmo de desaparecimento, ocasionando assim, perda irreversível à cidade contemporânea e as futuras gerações. Portanto, frente às suspeitas (hipóteses) levantadas e aos acontecimentos que já estão em curso, só nos resta fortalecer esse debate para promover a conscientização nas diretrizes para as decisões, por novas escolhas ou por novos caminhos, que estão sendo tomadas neste momento.

2. QUADRO TEÓRICO (ESTADO DA ARTE):

Partindo-se dos conceitos de paisagem como registro das relações socioespaciais e as transformações históricas assíncronas das diferentes determinações que compõem a realidade social, a revisão bibliográfica procurou enriquecer o “estado da arte” com relação aos conceitos que tratam a paisagem como um processo. A revisão bibliográfica conceitual procurou debater inicialmente os conceitos centrais da pesquisa através dos seguintes autores: Milton Santos (1982; 1985; 1988; 1996), Paul Claval (1999; 2011) sobre paisagem, sociedade e espaço; Le Goff (2003), Halbwachs (1990) sobre história e memória; Lefebvre (2000; 2001), Castells (1983) e Jeudy (1990; 2005) sobre a centralidade urbana e a problemática contemporânea. Esses autores constituíram o ponto de partida, que foi complementado pela especulação bibliográfica, conforme o avanço da complexidade dos aspectos que foram sendo abordados ao longo da tese e como esses conceitos estão sendo incorporados pelos organismos nacionais e internacionais nas políticas patrimoniais.

Com relação às questões ligadas ao progresso, o moderno e a relação entre passado e presente, nossa principal referência será Le Goff (2003). O quadro teórico pretende abordar ainda a contradição entre os ideais da modernidade (1950) num período em que não havia uma consciência crítica estabelecida em relação ao patrimônio, mas havia um desejo de demonstrar a arquitetura do seu tempo, por vezes descontextualizada ou negando o entorno, e a criação dos cenários (1977), num período no qual já existia essa consciência crítica estabelecida em relação ao patrimônio, porém não se pretendia demonstrar a arquitetura do seu tempo, mas pelo contrário, inventar uma arquitetura de um tempo que nunca existiu na história desse lugar. Para enfrentar a problemática da pesquisa, buscou-se relacionar as noções geográficas de paisagem, espaço e sociedade com a evolução do conceitos de patrimônio, história e memória.

O debate teórico procura contribuir para a evolução dos conceitos relacionados à “paisagem e patrimônio”, de forma convergente, para discutir o valor patrimonial do objeto de estudo, demonstrando não somente as interações entre os aspectos naturais e culturais (paisagem), mas também as interações entre os aspectos materiais e imateriais

(patrimônio). Além do valor material dos objetos isolados, existe uma articulação recíproca deste aspectos, que se inter-relacionam entre si e que dependem da dinâmica urbana local e da sua relação com o ambiente historicamente herdado, com a cultura, a história e a memória, ou seja, a imaterialidade também. O quadro pretende demonstrar então, como todos esse fatores se articulam e contribuem na construção contínua da história, que não deve ser fragmentada.

2.1. Paisagem, Sociedade e Espaço: uma construção social

Para compreendermos a relação direta entre espaço e sociedade, precisamos considerar o espaço na sua totalidade, como um objeto em permanente movimentação. E quem lhe dá essa condição é a sociedade que o habita, ou seja, sem a sociedade o espaço não possui vida. Partindo do conceito que o espaço é uma inércia dinâmica e utilizando isso como um referencial de método, faz-se necessário dividi-lo em algumas partes essenciais. São os fatos que vão moldar esse espaço, ressaltando os seus aspectos e lhes atribuindo formas, conforme os contextos e as estruturas sociais que se modificam nos diferentes períodos históricos. (SANTOS, 1988, p. 49).

Tomando primeiro a cidade como o conjunto das partes que serão analisadas, podemos dizer que sua evolução urbana e suas transformações são consequências dos diversos processos sociais, políticos e econômicos que ocorrem nos diferentes períodos históricos. Para compreendermos os níveis de realidade dessa cidade como um todo, é necessário analisar as relações entre os seus principais elementos - forma, estrutura e função -, além dos fenômenos urbanos específicos de cada uma: redes, problemas, poder de decisão. A cidade assume então a forma de um envelope desse local do cotidiano do cidadão e vai se manifestar como um grupo de grupos com dupla morfologia: prático e sensível ou material e social. (LEFEBVRE, 2001, p. 60).

As cidades não são moldadas por si mesmas e não são resultados apenas de processos locais, mas se relacionam com escalas mais amplas (regional, nacional, global) da ação humana. Ela é resultado das ações, num determinado espaço específico, em determinado momento histórico, que atuam ao mesmo tempo em escalas desiguais e combinadas. (FIGUEIREDO, 2005, p. 38).

Para Milton Santos (1996) o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Devemos considerar a importância do lugar e do espaço nas particularidades do processo social. Não basta apenas analisar a descrição do espaço e da sociedade, mas é necessário compreender as suas relações. Para identificar a natureza do espaço, é necessário um método. Esse método se faz pela utilização de conceitos, retirados de uma realidade histórica contextualizada, sobre a realidade em movimento.

O espaço como produção do homem, na relação com a natureza e a intermediação da técnica, correspondente a um tempo histórico determinado. Para Santos, "o homem vai impondo à natureza suas próprias formas, a que podemos chamar de formas ou objetos culturais, artificiais, históricos" (SANTOS, 1988, p.89). Estes elementos que são resultado da cultura fazem com que a natureza se torne mais humanizada. "O processo de culturalização da natureza torna-se, cada vez mais, o processo de sua tecnificação" (SANTOS, 1988, p.89). As técnicas se incorporam à natureza que fica cada vez mais socializada que, cada dia mais, é o resultado do trabalho humano. Os indivíduos trabalham cada vez mais conjuntamente, ainda que disso não se apercebam. "No processo de desenvolvimento humano, não há uma separação do homem e da natureza. A natureza se socializa e o homem se naturaliza" (SANTOS, 1988, p.89). O ambiente existe socialmente a partir da maneira como os grupos o concebem e se apropriam pelas técnicas, historicamente, definidas.

A ideia de periodização visa destacar o aspecto espaço-temporal, uma vez que devem caminhar concomitantemente, pois são indissociáveis. A ideia da técnica como algo onde o sujeito e o objeto são inseparáveis, também torna-se central. Com isso, busca-se diminuir as separações entre o natural e o cultural, entre objetivo e subjetivo, o global e o local, e entre os objetos naturais e objetos fabricados pelo homem.

Nesta pesquisa, o espaço será visto como forma-conteúdo, isto é, uma forma que não existe sem o seu conteúdo e um conteúdo que não poderia existir sem a forma que o abrigou. O processo pelo qual esses objetos e ações se confundem, formando o espaço e suas formas-conteúdo, é através do movimento permanente de dissolução e recriação do sentido. Para entendermos esse movimento necessitamos compreender a totalidade do processo, que inclui unificação, fragmentação e individualização. É assim que os lugares se criam, e se recriam e se renovam, a cada movimento da sociedade. E o motor desse movimento é a divisão do trabalho, encarregada a cada cisão da totalidade de transportar aos lugares um novo conteúdo, um novo significado e um novo sentido. São os eventos que constituem os vetores dessa metamorfose, unindo objetos e ações. E o tempo é dado por esse acontecer histórico que é o evento. (SANTOS, 1996, p.21).

Uma ação só vai existir se houver um objeto, que vai se redefinir como nova ação e conseqüentemente vai redefinir um novo objeto. Por isso os eventos estão no coração da interpretação geográfica dos fenômenos sociais. Ao longo do tempo um novo sistema de objetos responde ao surgimento de um novo sistema de técnicas e em cada período vai ocorrer um novo arranjo de objetos, porque também vão ocorrer novas formas de ações. (SANTOS, 1996, p.75).

O espaço geográfico deve ser interpretado como um espaço híbrido, evitando-se os conceitos puros. Os objetos não possuem por si só uma história ou uma geografia, pois dependem da sua inserção numa série de eventos (histórica – ordem vertical) e pelas relações sociais a que o objeto se subordina (geográfica – ordem horizontal). Sua significação é sempre relativa, pois a cada evento, a forma se recria e o objeto se resignifica. A ideia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social, ou seja, o espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e ações. (SANTOS, 1996, p.83).

Se a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza, o espaço é essa forma e mais a vida que se anima. A paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, os objetos não mudam de lugar, mas podem mudar de função, isto é, de significação. A paisagem é um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável. O espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente. O espaço, através de seu uso, é um conjunto de objetos, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, num dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem. (SANTOS, 1996, p.83).

Essa relação entre paisagem e espaço deve ser compreendida da mesma forma que a relação forma-conteúdo, indissociável, pois uma necessita da outra para existir como tal. O espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem tivessem vida

própria, podendo explicar-se por si mesmo. As formas são importantes, pois essa materialidade sobrevive aos ritmos da produção que lhe deram origem. A paisagem já é o espaço humano em perspectiva. A paisagem existe, através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem à determinação da sociedade atual. Logo, a paisagem é a representação de vários tempos presentes sobrepostos, mediante acumulações e substituições de diferentes gerações. A natureza do espaço seria então, formado pelo resultado material acumulado das ações humanas através dos tempos (paisagem) e animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade (espaço). Paisagem e sociedade são variáveis complementares cuja síntese, sempre por refazer, é dada pelo espaço humano. Os movimentos das sociedades que vão atribuindo novas funções às formas geográficas, transforma a organização do espaço infinitamente. Essa renovação das formas (formas-conteúdo), renovadas pelo movimento social, podem e devem participar da dialética com a própria sociedade e desta com o espaço.

Paul Claval (2011) lembra que a geografia é uma ciência de observação e quem pratica adora andar, observar ao redor, sentir os odores e a atmosfera, mas sobretudo, é homem de contato, sempre pronto a interrogar as pessoas e escutá-las. Não basta a percepção do objeto ou sua aparência, procura entender a essência dos processos das formas, ou seja, quer saber também o seu conteúdo. Para o autor, analisar a paisagem é apreender o real em diversas escalas, pois trata-se uma realidade múltipla, que pode ser analisada sob diversos ângulos e sob diferentes escalas. (CLAVAL, 2011, p. 63).

A paisagem expõe uma multidão de traços que falam do trabalho dos homens e da vida social, fatores estes que serão considerados nesta pesquisa como fatores sócio-culturais. A animação da rua traduz os ritmos da vida coletiva, enquanto as formas dos conjuntos urbanos falam da maneira de habitar, da ideia que os grupos fazem de si mesmo e do que dá sentido a sua vida, enquanto as igrejas destacam a dimensão espiritual desta comunidade (CLAVAL, 2011, p. 67). Mas a paisagem só fala para quem aprendeu a ler e, por isso, para ver as realidades sociais o olhar deve ser formado.

A função da paisagem atual será dada por sua confrontação com a sociedade atual. A paisagem é história congelada mas participa da história viva. São suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais. A paisagem é sucessão dos meios de trabalho, um resultado histórico acumulado. O espaço humano é a síntese, sempre provisória e sempre renovada, das contradições e da dialética social. Sua realidade é histórica e lhe advém de sua associação com o espaço social. (SANTOS, 1996, p.88).

Para a compreensão da produção das formas-conteúdos, vale lembrar que totalidade é movimento, por isso a importância das particularidades, das possibilidades e da força do lugar no espaço. Totalidade não é a soma das partes, porque somente a soma das partes não consegue explicá-la, mas, ao contrário, somente a totalidade é que consegue explicar as partes. Por isso é necessário analisar sua forma de aparência (que aparece como paisagem), reconhecer suas transformações através de seus processos, para compreendermos a essência do espaço (que revela o seu conteúdo). Isso equivale a um vai e volta entre a forma e a totalidade, entre o universal e o particular, do global ao local, e vice-versa, para encontrar nos eventos e na divisão do trabalho as mediações necessárias. A totalidade é a realidade em sua integridade. (SANTOS, 1996, p.94).

O contexto preexistente resulta numa particularidade, que aparece agora como possibilidade. Por isso o espaço atua também como forma de resistência quanto ao impacto de novos eventos, exercendo um papel de inércia dinâmica das formas conteúdo. (SANTOS, 1975).

Por impactos seletivos, tanto nas formas como nos conteúdos, algumas possibilidades se tornam realidades, que só existem objetivamente quando existe um movimento dirigido à sua espacialização, que é também a sua particularização. Esse princípio da diferenciação (que se dá através de instituições e infraestrutura) entre os lugares acontece porque ocorre uma combinação específica em que as variáveis do todo se encontram de forma particular. E é justamente essa ordem unitária que cria a diversidade, pois as determinações do todo se dão de forma diferente para cada lugar, tanto qualitativamente como quantitativamente. (SANTOS, 1996, p.100).

Com relação ao aspecto da ideologia no movimento da totalidade, não é mais possível opor somente aparência de essência, porque a ideologia aparece também como essência, porque aparece como realidade vivida. As coisas em movimento estão justamente no caminho que leva a essência para a existência. A ideologia não é mais subjetiva, ela produz símbolos criados para fazerem parte da vida real e frequentemente tomam a forma de objetos, penetrando como forma e conteúdo na construção da história do presente. A história real é construída através de símbolos, quando num lugar a essência se transforma em existência e o todo se transforma em parte com formas específicas. Na medida que a vida social se complexifica, o real abstrato se torna real concreto, ou seja, a ideologia cria o real também. Logo, o movimento da história em construção, através da sociedade em movimento, acontece através dos movimentos dos elementos, tanto da verdade como dos ideológicos. (SANTOS, 1996, p.101).

Já o símbolo pode se destacar do movimento geral, pois mantém sua identidade independente do movimento e do contexto. Logo, o movimento da sociedade modifica a significação de todas as variáveis constitutivas. Se no presente une as coisas, no futuro pode separá-las, o que vai permitir distingui-las. Por isso, a cada nova divisão do trabalho e a cada nova transformação social, há uma nova exigência de renovação das ideologias e dos universos simbólicos. (SANTOS, 1996, p.103).

As rugosidades revelam combinações que eram únicas possíveis em um tempo e lugar dados. O meio ambiente construído constitui um patrimônio que não se pode deixar de levar em consideração, já que é nele que vão ocorrer os eventos atuais. Esse patrimônio se contrapõe aos dados puramente sociais da divisão do trabalho. Esses conjuntos de formas estão prontos para receberem novas funções. O trabalho já feito se impõe sobre o trabalho a fazer e a atual repartição territorial do trabalho repousa sobre repartições anteriores. E a divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a explicação da divisão territorial do trabalho, que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas. (SANTOS, 1996, p.113).

Não é possível compreendermos um lugar simplesmente pela sua objetividade, mas é necessário considerarmos as relações intersubjetivas que o caracterizam. Os novos olhares sobre a paisagem, a partir dos anos 1970, consideram muito mais do que a funcionalidade da simples

reflexão dos processos do mundo material e social. Para Augustin Berque (1955, p.22) a paisagem deixa de ser um objeto, pois agora é necessário compreender também a subjetividade humana através das determinações culturais, sociais e históricas da percepção. É uma realidade singular carregada de valores culturais e simbólicos, onde não é possível distinguir o que é sujeito e o que é objeto. A motivação é que a sociedade organize seu meio num determinado sentido e que os indivíduos desta sociedade percebam este sentido, o reconheçam e o apreciem. Para Alain Roger (1997, p.10) a paisagem nunca será redutível a sua realidade física, pois deve ser compreendida no sentido dinâmico. Ela só pode ser compreendida através das relações que os homens têm com ela. (CLAVAL, 2011, p. 233).

A paisagem fala da realidade objetiva, dos homens que a povoam e das relações que tecem com o meio. Expõem também uma realidade criada por necessidades sociais, lúdicas e estéticas. E esses valores empregados àquilo que os cerca é que determinam as diferenciações entre as sociedades, inclusive num mesmo processo de acumulação dominante. Essa consciência do lugar na construção do indivíduo também caracteriza o próprio indivíduo com relação ao tempo e ao espaço. O indivíduo toma consciência daquilo que é através dos lugares onde vive, das paisagens que lembram a construção do passado e dos elementos que o animam para o futuro. (CLAVAL, 2011, p. 233).

Apesar das diversas relações culturais preservadas, a paisagem tratada neste trabalho não será a paisagem cultural, pois esta pressupõe a relação direta e permanente entre cultura e paisagem, ou seja, as formas tradicionais de interação entre o homem e o ambiente, presentes, que seriam protegidas como tal. A UNESCO define paisagem cultural como uma forma de preservar culturas tradicionais. Por isso, neta tese, trabalha-se com o conceito de paisagem herdada, seguindo o pressuposto de Milton Santos de que a paisagem é algo em constante mutação, assim como a produção social do espaço. O fato de ser uma paisagem herdada não significa que seja uma paisagem cultural com cultura tradicional preservada, pois a cultura pode ter sido readaptada, resignificada ou ter se tornado um patrimônio imaterial.

2.2. História e Memória: o passado que anima para o futuro

Com relação aos conceitos de história e memória, Le Goff será a referência imediata, pois é ele quem nos alerta para o perigo da divisão passado/presente, oposição essa vem acompanhada de uma atribuição desigual de valores, como antigo/moderno ou progresso/reação, como veremos a seguir.

A evolução do conceito de “história dos homens” para “história dos homens em sociedade” revela que a preocupação da história individual passa a ser por uma história coletiva e em sociedade, porque a história é também uma prática social, onde poderemos incluir os aspectos do movimento da sociedade, facilitando a compreensão de que não devemos dividir a história entre passado e presente, mas considerarmos o presente como parte de uma história em construção. “*A leitura histórica do mundo deve se articular com a vontade de transformá-lo*”. (LE GOFF, 2003, p. 07).

Conforme Le Goff alerta, não devemos utilizar o materialismo histórico para o determinismo histórico, mas ao contrário, devemos investigar todas as possíveis ações (os conteúdos) que “determinaram” esse materialismo (as formas). A evolução do reconhecimento das realidades históricas políticas, econômicas, sociais e culturais, torna-se cada vez mais complexa e cada vez mais multidisciplinar, pois deve incluir também o reconhecimento da história das representações: história das ideologias, das mentalidades, do imaginário e do simbólico. Logo, é necessário, também, reconhecer a existência do simbólico no interior das realidades, pois é necessário, cada vez mais, explicar o que representa cada fato histórico, naquele determinado período histórico, para o conjunto da sociedade em movimento, ou seja, como uma parte de uma história que continua.

O aspecto do tempo, que serve para domesticar e regular cada vez mais o tempo natural, introduz a noção de duração e de tempo vivido, que acaba por exaltar justamente a oposição da relação passado/presente na história e até mesmo por separar, em parte, história e memória. Logo, essa separação é uma construção, mas que vai ser apreendido de forma diferente conforme a sua relação com o tempo vivido. A oposição entre antigo e moderno acaba por estabelecer o antigo como algo superado e o moderno como algo progressista.

Assim,:

A oposição antigo/moderno emerge das controvérsias dos intelectuais europeus desde a Idade média situada no nível cultural. Os antigos são defensores da tradição enquanto os modernos se pronunciam pela inovação. (LE GOFF, 2003, p. 173).

A Revolução Industrial vai mudar essa oposição, no final século XIX para o XX através do modernismo, da modernização e da modernidade. O Modernismo era de ordem artística, literária e religiosa, marcado pela passagem à doutrina das tendências modernas até então difusas. A Modernização é levada de países desenvolvidos (centro) para os “atrasados” (periferia), se radicalizando principalmente com a ideia de descolonização a partir da II Guerra Mundial (esse quadro caracteriza bem a descolonização germânica na “atrasada” Blumenau). A Modernidade é um novo conceito, a partir da reação, que se impõem no campo da criação estética, da mentalidade e dos costumes, enfim, busca procurar o valor do presente (do moderno) simplesmente pelo fato de ser presente, não precisa de justificativa a mais que isso (esse fato vai ocorrer pontualmente em Blumenau, em meio ao modernismo).

Sobre o modernismo pós II Guerra Mundial, Pierre George (1990) comenta:

No final da Segunda Guerra mundial, que colocou à prova, para fins de destrutivos, técnicas novas de grande potência, foi acompanhado de uma aceleração das formas de “crescimento” marcando profundamente o espaço. Fascinação dos grandes canteiros onde se constrói o futuro, as modificações de estrutura que parecem traçar novas perspectivas de relações entre os homens e seu espaço geográfico. Fascinação que não é sem riscos, porque implica a priori no sucesso. (GEORGE, 1990, p.34 *apud* CLAVAL, 2011, p.92).

Já Henri Lefebvre distingue um pouco melhor o modernismo de modernidade:

A modernidade difere do modernismo, tal como um conceito em via de formulação, na sociedade, difere dos fenômenos sociais, tal como uma reflexão difere dos fatos (...) a primeira tendência – certeza e arrogância – corresponde ao modernismo; a segunda – interrogação e reflexão já crítica -, à Modernidade. As duas, inseparáveis são dois aspectos do mundo moderno. (LEFEBVRE, 1972, p. 10)

A modernidade, voltada para a experimentação inacabada, principalmente após a II Guerra Mundial, é o resultado ideológico do modernismo, da ideologia do inacabado, da dúvida e da crítica. “*A modernidade é também impulso para a criação, ruptura declarada com todas as ideologias e teorias da imitação, cuja base é a referência ao antigo e a tendência ao academismo*” (LE GOFF, 2003, p. 195).

O ideal da modernidade se afirma como uma razão científica, pautada na ciência e na técnica, que a elevaria a um grau de saber cultural alinhado ao que havia de mais “novo/moderno” do pensamento internacional. Como exemplo, nos discursos de alguns elementos marcantes na paisagem de Blumenau, podemos perceber bem a justificativa da modernidade como algo quase que “supremo”, realmente “indiscutível”.

A modernidade penetra por todos os planos: a economia, a política, a vida cotidiana e a mentalidade. Com relação aos países em desenvolvimento, e aqui podemos inserir o Brasil de forma geral e Blumenau em particular, a modernidade se introduz principalmente pelo critério econômico, que tem como força motriz a mecanização através da industrialização. Esse progresso econômico torna-se o progresso da mentalidade, onde a racionalização da produção é o signo da modernidade. Blumenau consegue com isso aliar a modernização (em cima da colônia germânica) com a modernidade da cidade industrial.

A partir dessa “concepção intelectual da modernidade”, ocorre a aliança da família moderna à industrialização e o aparecimento da mulher moderna, conforme adverte Lefebvre (1972). O moderno começa a deixar de ser somente “progresso” e passa a ser compreendido

como “desenvolvimento” e, em particular pelos economistas, “crescimento”. Deixa de se opor ao “antigo” e passa a se opor ao “primitivo”, pois a mentalidade primitiva é incapaz de objetivar a mentalidade moderna, definida pela faculdade de abstração.

Com relação a história dos modos de produção, Pierre Kende, embasado em Marx, coloca “*que as estruturas da vida moderna são, diretamente, o produto de suas séries de revoluções: a que interveio na esfera da produção (passagem do artesanato à indústria) e a que teve lugar na política (substituição da monarquia pela democracia)*” (KENDE, 1975, p. 16). Marx escreveu que a abstração do Estado enquanto tal pertence apenas ao tempo moderno e a abstração do Estado político é um produto moderno. Em Blumenau teremos ainda os representantes dos modos de produção, das indústrias têxteis, dominando o cenário político-institucional neste período “moderno”.

O modelo de modernismo seguido pelo Brasil, inclusive em Blumenau, é o modelo norte-americano, que Le Goff adverte como modernismo político, onde a figura do americano passou a ser considerada como um protótipo do homem moderno. Nesse mesmo sentido, podemos destacar o seu caráter de massificação, pois é uma cultura da vida cotidiana e uma cultura de massas ao mesmo tempo.

Nos meios humanizados, o ambiente torna-se um componente da cultura, que ajuda a transmitir, mas que contribui a fixar. “Os grupos humanos transformam os meios naturais onde se instalam. (...) A paisagem humanizada (cultural) toma diversas formas que refletem as escolhas e os meios de diferentes culturas” (CLAVAL, 1999, p.287).

O modernismo e a modernidade são importantes para entendermos a tomada de consciência das rupturas com o passado e a vontade coletiva de as assumir que ocorreu em Blumenau. Essa tomada de consciência é: a percepção da aceleração da história através do conflito de gerações (um passado recente ou um presente sentido como passado); a transformação das mentalidades através da pressão que os progressos materiais impõem (a “razão” - e o aleatório segundo Lefebvre - se sobrepõe a autoridade ou tradição); a afirmação da modernidade como um domínio cultural de intelectuais e tecnocratas (a democratização da vida social e política elaborado por uma elite restrita, autodenominada como intelectuais modernos). (LE GOFF, 2003, p. 203).

Lefebvre (1972) exalta o papel da modernidade como a sombra de uma revolução, que se espalha pelos meios (no conteúdo) e se materializa como tal (assume a forma). Le Goff não acredita numa leitura revolucionária, mas sim, irreverente. Essa ruptura com o passado não é aleatória, uma vez que carrega vida cultural e cotidiana, constituindo também instrumento de adiamento, de mudança e de integração, pois “*o passado só é rejeitado quando a inovação é considerada inevitável e socialmente desejável*”. (LE GOFF, 2003, p. 218).

Para Le Goff (2003), após a II Guerra Mundial, o passado aparece como nostalgia e o futuro como temor ou esperança. Porém, Marx já alertava sobre o processo que parte do presente, vai ao passado e depois retorna ao presente, agora de forma contextualizada. Le Goff acrescenta que nunca vai existir uma história só do passado, nem que vai existir um corte específico que vai separar o passado do presente. O conhecimento do presente vai incrementar cada vez mais a reflexão e o conhecimento do passado, bem como, esse conhecimento do passado vai facilitar a compreensão do presente como continuação da história em movimento. (LE GOFF, 2003, p. 228).

Para fortalecer a necessidade do diálogo e interação entre passado e presente, Le Goff, recorre ao aspecto da memória como algo que “*remete à um conjunto de funções psíquicas que auxiliam o homem a atualizar suas impressões ou informações passadas ou que ele representa como passadas*”. Inicialmente, levava em consideração as manipulações, conscientes e inconscientes, que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição e a censura exerciam sobre a memória individual. (LE GOFF, 2003, p. 419). Posteriormente foi necessário compreender a importância e a eficácia da memória coletiva para a tomada de consciência coletiva sobre os processos que afetavam um conjunto de memórias individuais, conforme nos alerta Halbwachs (1990).

O aspecto da memória é importante para a compreensão dos lugares, porque com a homogeneização do espaço global, é no passado que as diferenciações e particularidades do uso se apresentam como singularidades destes espaços. E por mais preservada que seja uma paisagem, é através de memórias que, a partir de um lugar, procuram unir o presente ao passado da cidade. Na Europa o passado sempre foi a

base sólida material e espiritual que fez parte do presente e da ideia de futuro, ao contrário do Brasil, que onde as formas materiais e simbólicas herdadas foram rejeitadas no projeto modernizador. Logo, ao invés de se criarem políticas públicas em favor da inserção desses bens patrimoniais construídos coletivamente no planejamento das cidades, no Brasil parece ocorrer exatamente o contrário, com a constante desvalorização dos espaços que representam a memória coletiva da pessoas e a própria memória urbana das cidades.

Enquanto os novos espaços das cidades são cada vez mais segregados, normatizados e exclusivos para os diferentes públicos, esses espaços que unem o presente ao passado são caracterizados pelo seu valor de uso. Logo, na memória social, esses espaços não possuem valor mercadológico, mas sim de uma rede de relações que só se estabelecem socialmente através de seu uso e de sua apropriação.

Já a memória urbana é o estoque de lembranças, cultural e socialmente construídas coletivamente pelo seu valor de uso ou de apropriação, que estão presentes na paisagem e nos registros materiais de um determinado lugar ou simplesmente na memória coletiva, pela invocação de determinadas atividades que possibilitaram a construção de uma determinada identidade num determinado período histórico. Essas lembranças podem e devem ser objetos de reapropriação por parte da sociedade, reforçando a importância da história dos lugares na construção e planejamento das cidades. A história de determinado lugar é a história de seus espaços, seu modo de apropriação, suas alterações e suas paisagens culturalmente herdadas, disso resultantes. A memória urbana se forma a partir das memórias coletivas que remetem a um cotidiano vivido por um grupo de pessoas, num mesmo lugar, num determinado período. A importância da preservação e valorização da memória urbana deve ser contextualizada, para se pensar o espaço e suas alterações no contexto das transformações decorrentes das intervenções de distintos sujeitos sociais. Sujeitos esses que, como ser social, tiveram sua cultura produzida ao longo de sua história, pela reprodução da vida, em condições e situações sociais e históricas específicas. Logo, o espaço não existe e nem pode ser pensado em si mesmo, pois é produzido e transformado pelo trabalho de distintos grupos sociais ao longo de anos e por isso é histórico e social.

Halbwachs (1990) considera a memória coletiva como o conjunto de lembranças constituídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo. Não pela aderência de um indivíduo a um determinado espaço, mas pela aderência do grupo do qual ele faz parte àquele mesmo espaço. Espaço em que se habitou, trabalhou ou viveu e que foi compartilhado por uma coletividade durante certo tempo, como a residência, a rua, o comércio, o bairro ou o local de trabalho. Pode ser ainda definido como um hábito, ou seja, um mecanismo motor e cultural, cotidianamente presente na vida de indivíduos e grupos, estruturador das práticas sociais necessárias ao convívio em grupo.

A memória coletiva fomenta também a interdisciplinaridade. A memória agora está ligada aos comportamentos e às mentalidades, facilitando a compreensão das realidades das sociedades ao longo dos tempos (e não mais nos acontecimentos). E por ser compartilhada pelo grande público, torna-se também um objeto da sociedade de consumo. É neste contexto que emerge a importância dos lugares da memória coletiva, pois “*não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial*” (HALBWACHS, 1990). Lugares topográficos, monumentais, simbólicos ou funcionais que adquirem status de “memoriais” (em função dos usos diferentes que fazem a memória). Le Goff define como *um elemento móvel (enquanto reservatório) e vivo (sonoro)*.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva. Mas como tal, é também um instrumento e um objeto de poder. Quanto maior for a consciência da memória social, mais fácil será a compreensão da luta pela dominação da recordação e da tradição. Se tratado com objetividade científica, como pretendemos fazer ao longo desse trabalho, deve servir como libertação (e não para servidão) dos homens. (LE GOFF, 2003, p. 471).

2.3. Centralidade Urbana e a problemática contemporânea

Os processos sociais, políticos e econômicos, que influenciam a cidade como um todo, ocorrem de forma diferenciada em cada grupo do conjunto de grupos, mas é na centralidade urbana, no seu cotidiano e na sua problemática atual que esta pesquisa vai se aprofundar.

Castells (1983) aponta que o conceito de centralidade urbana pode ser a questão-chave para a compreensão das relações e articulações da estrutura urbana, pois é um espaço revelador das relações entre cidade e sociedade. Seria o local geográfico escolhido para a fixação do conteúdo social de um determinado período. “*O centro geralmente é o ponto de partida de uma cidade que, delimitado espacialmente, desempenha um papel ao mesmo tempo integrador e simbólico*” (CASTELLS, 1983, p. 271).

A centralidade urbana é um produto que exprime as forças sociais em ação e a estrutura de sua dinâmica interna. Para tal, podemos perceber esse produto como resultado de um processo social de organização do espaço. Castells sugere que a centralidade urbana pode ser estudada por três viés principais: *o centro simbólico* enquanto resultado do processo pelo qual uma sociedade se organiza com relação aos valores expressos no espaço; *o centro de trocas* enquanto expressão do processo de expansão urbana durante a fase da industrialização, de divisão do trabalho, da especificidade funcional e da ocupação do solo conforme a lei de mercado; *o centro lúdico* enquanto expressão do processo de formação de uma sociedade pautada no consumo, com separação entre o habitat e o trabalho, e uma organização horizontal da cultura de massa e privada.

Para este trabalho vale destacar o centro enquanto espaço simbólico, que parte da ideia de comunidade urbana. Seria um *sistema específico de relações sociais e de valores culturais através de um sistema hierarquizado, diferenciado e integrador*. Logo, se existir essa comunidade urbana onde ocorre a interação entre sociedade e espaço, por consequência vai ocorrer também a centralização de símbolos e de um sistema de comunicação baseados na participação espacial (CASTELLS, 1983, p. 272). Essa ideologia urbana, de que modificando o meio altera-se também as relações sociais, destina um papel essencial de elemento integrador ao centro.

Logo, o centro urbano não é uma entidade espacial definida, mas *a ligação de certas funções ou atividades que fazem a comunicação entre os diversos elementos de uma estrutura urbana*. A análise sobre a centralidade necessita de uma interpretação de cunho mais sociológico num primeiro momento, para depois tentar espacializar, em possíveis expressões materiais, os seus elementos. Para Castells, essa análise exprime muito mais um conteúdo do que uma forma. Para compreender esse conteúdo precisamos estabelecer uma análise da estrutura urbana nos diferentes níveis: econômicos, político-institucional, ideológico e meio social.

Com relação ao nível econômico, o centro urbano-permutador age enquanto intermediador, organizador e comunicador entre os processos de produção e consumo (organização social) na cidade, ou seja, entre a atividade econômica e a organização social urbana.

Com relação ao nível político-institucional, o centro político-institucional é articulador dos pontos fortes (repressivo, ideológico e econômico) dos aparelhos estatais com referência de hierarquia a uma dada estrutura urbana (e sua expressão espacial depende também da influência, local e nacional, destes aparelhos sobre a sociedade civil), que constituem os nós correspondentes à estrutura institucional do espaço urbano.

Com relação ao nível ideológico, o centro simbólico é, sobretudo um emissor de valores, e onde a intersecção semântica da cidade e a acumulação um conjunto lugares e de signos que condensam uma carga valorizante, em função da qual se organiza de forma significativa o espaço urbano. Segundo Kevin Lynch (1980), *“uma cidade não é apenas um conjunto funcional capaz de gerir sua própria expansão, ela é também uma estrutura simbólica”*, ou seja, um conjunto de signos que estabelece a relação entre sociedade e espaço, natureza e cultura. Neste caso, trata-se de uma linguagem urbana que não comunica somente as funções, mas sobretudo as representações que estimula o inconsciente urbano. É a organização do espaço marcando os ritmos da vida, que permite a identificação de seus atores entre si e como referência urbana e cultural.

Com relação ao nível meio social, o centro age como a organização espacial dos processos de reprodução e transformação das relações sociais de uma estrutura urbana.

Por isso, que o centro simbólico pode fomentar todas essas relações de cunho mais simbólico, lúdico e cultural, porque essa centralidade não precisa se adaptar e se conformar com a problemática urbana contemporânea que se restringe cada vez mais aos processos econômicos ou político-institucionais do imediatismo. É lugar de reflexão e conexão como passado e de animação para o futuro. Não se trata somente das questões sociais, mas pelo contrário, é uma abordagem muito mais criteriosa, a partir de hipóteses realistas do pensamento de uma sociedade em movimento e não estática.

O que tentamos abordar nesta pesquisa, e ao mesmo tempo tentando desconstruir os discursos mercadológicos que envolvem a questão centralidade urbana pautada exclusivamente sobre o aspecto especulativo de que o capital imobiliário é quem desenha a cidade, é que não existe produção social do espaço sem o *espaço social*, porque o espaço geográfico deve ser entendido como social, independente da escala. O *espaço abstrato* não existe por si só e nem é uma variável independente que justifica tudo.

Lefebvre (2000) distingue bem ao colocar que o *espaço abstrato* está voltado para as estratégias de reprodução do capital (produção de mais valia) e perpetuação das relações sociais que lhe constituem (controle social), enquanto o *espaço social* seria orientado pela pluralidade das práticas sociais, modos de vida e formas de apropriação do espaço. A centralidade urbana aparece como configuração espacial de confluência de toda a diversidade que poderia existir num ponto específico, local do encontro e do diálogo entre todos os sujeitos e objetos. Porém, também de luta pela imposição da definição da situação e da implementação de ações sobre o mesmo espaço. Daí porque,:

O 'direito à cidade' se refere à globalidade assim considerada. Não é um direito natural, certamente, nem contratual. Significa o direito dos cidadãos-cidadinos, e dos grupos que eles constituem (sobre a base das relações sociais) de figurar em todas as redes e circuitos de comunicação, de informação e de trocas. O que não depende nem de uma ideologia urbanística, nem de uma intervenção arquitetônica, mas de uma qualidade ou propriedade essencial do espaço urbano: a centralidade. Não há realidade urbana [...] sem um

centro: sem reunião de tudo que pode nascer no espaço e nele se produzir, sem encontro atual ou possível de todos os 'objetos' e 'sujeitos'. (LEFEBVRE, 2001, p.21)

A problemática sobre a centralidade urbana atual deve-se às transformações que ocorrem nos centros urbanos, pautadas na difusão do simbólico no espaço urbano, na desconcentração e descentralização da função comercial, na criação de minicentros no interior dos conjuntos habitacionais, na especialização crescente do antigo centro nas atividades de gestão e administração, e na dissociação do centro urbano e das atividades de lazer. Logo, novas formas e novas estruturas vão se impondo à antiga centralidade urbana, alterando assim a própria relação da sociedade com seu espaço.

Por outro lado, Jeudy traz à tona a discussão sobre o patrimônio urbano e a problemática da necessidade de representação simbólica nas cidades contemporâneas a qualquer custo, especialmente nas áreas urbanas centrais mais representativas. Costurando patrimônio com o conceito de “espetacularização das cidades” (DEBORD, 1997), discute sobre as reparações urbanas que buscam refletir uma cidade que nem sempre é realmente o espelho das sociedades contemporâneas que a habitam.

Antes de mais nada, vale explicar melhor o conceito de espetacularização das cidades que estamos utilizando, onde ao invés de refletir as sociedades historicamente constituídas, fazem parte da gestão urbana baseada nas estratégias de marketing que buscam cada vez mais construir novas imagens para as cidades contemporâneas, para estas se inserirem numa nova geopolítica das redes internacionais como uma marca ou uma grife a serem consumidas pelo mercado.

O planejamento estratégico finge produzir uma imagem singular de cidade, apostando numa imagem que supostamente refletiria a sua identidade, mas que paradoxalmente se torna cada vez mais parecida. É que os organismos financiadores multinacionais dos grandes projetos urbanos buscam uma sociedade ou turistas “universais” e não estão preocupados como habitante local. O espaço urbano torna-se cada vez mais padronizado e os valores de uso são cada vez mais substituídos pelos valores de troca (LEFEBVRE, 2000).

Jeudy adverte sobre a patrimonialização excessiva como uma forma de “museificação urbana em escala global”, mas parte do contexto europeu, especialmente do francês, que não é o caso do Brasil. Mesmo assim vários conceitos, como revitalização urbana, são introduzidos por aqui, mas não como forma de patrimonialização, e sim como pretexto para a mercantilização dos espaços. Jeudy chega a falar em “naturalização” da noção de patrimônio cultural urbano, fato este que ainda estaria em estágio quase que embrionário no Brasil. Raro são os projetos por aqui e geralmente recebem financiamentos internacionais e não apresentam nenhum questionamento crítico com relação à fórmula: patrimonialização, estetização, espetacularização, padronização dos espaços e gentrificação. Geralmente são projetos “de fachadas” para construir cenários, expulsar moradores locais, inserir novos moradores, atender às atividades de turismo e implantar novas funções elitizadoras.

Jeudy considera a questão da transmissão dos valores patrimoniais como primordial, uma vez que é “um ato e um dever coletivo” que ninguém deve contestar, pois é a única detentora da lógica de reprodução das sociedades. Segundo o autor,:

A melhor testemunha deste fato é o “tesouro vivo”, aquele que cuja totalidade do corpo nunca deixa de se representar como tópico da transmissão de um saber-fazer. O conjunto de seus gestos precisos, repetidos, tornados visíveis para um público suscetível de se emocionar e se admirar, confere-lhe a majestade e o torna atemporal. Ele é uma engrenagem mágica dentro da herança cultural de uma sociedade. Antes de morrer ele cria esse efeito de eternidade garantido pelo mais alto grau da tradição. (JEUDY, 2005).

A conservação patrimonial é a manutenção da ordem simbólica. O processo da reflexibilidade como estratégia patrimonial é a promoção da visibilidade pública dos objetos e dos locais da estrutura simbólica de uma sociedade. Mas devemos tomar cuidado para que o valor simbólico não se confunda com o valor de mercado do objeto. Essa contradição entre “sagrado/profano” acaba por permitir o marketing patrimonial como justificativa da mercantilização do desenvolvimento cultural

(HARVEY, 2005).

Jeudy alerta que a gestão contemporânea patrimonial só tem finalidade se estiver referida a uma vontade supostamente coletiva de reatualização permanente do passado. Nesse sentido, *trata-se de uma busca pela expressão de identidade cultural, mas que, se ela existe realmente, não necessita de ser reivindicada, ela já está lá.* (JEUDY, 2005, p.23). Esse sentimento de pertencimento cultural é a forma ideal de proteção.

Mas a cidade é muito mais do que ela representa, ela se movimenta através da forma como ela é apreendida. *Cada indivíduo constrói uma forma imaginária de uma cidade dentro de uma cidade.* O simbólico não é nem feio e nem bonito, ele simplesmente é um signo que adquiriu um valor simbólico. Por isso, na tentativa de erro e acerto dos gestores urbanos, vão existir aprovações e reprovações coletivas que só o tempo vai demonstrar se realmente esse signo vai ser incorporado como patrimônio de uma época. Só a percepção sensível da cidade vai assegurar, posteriormente, a legitimidade das intervenções, pois *“a percepção cotidiana das cidades se dá através desses signos.”* (JEUDY, 2005, p.81).

Logo, temos aqui uma grande problemática urbana “dualista” entre a criação de signos que necessitam ser incorporados no cotidiano da população local para seus valores de uso contra a “imposição” de elementos significantes para representar uma cidade global com espaços homogeneizados para agradar alguns visitantes (turistas). Temos então uma separação de olhares: um olhar imediato que pode ser leviano e um olhar distanciado que consegue apreender as realidades incorporadas na paisagem como um processo em movimento e inacabado, mas porém, vivo. *A objetivação da cidade, necessário para seu futuro, depende desse olhar distanciado que pressupõe a compreensão das determinações preliminares necessárias para refletir a cidade como um objeto.* (JEUDY, 2005, p.82).

Porém, nem sempre é fácil demonstrar que uma comunidade está em condições de “viver a cidade” tal qual ela se apresenta ou se tornou. Em Blumenau, temos uma clara problemática entre a aparência e a essência, então as pessoas nem sempre demonstram quem são ou o que pensam, pois são muito influenciadas e necessitam ser aceitas por uma sociedade que vive cada vez mais de uma aparência construída

socialmente. Logo a criação de imagens urbanas emblemáticas se torna muito mais desejada do que responder alguma sensibilidade comum de seus habitantes. E, infelizmente, os políticos acabam sendo mais lembrados por essas imagens que criam do que por algum tipo de gestão que realmente melhore a vida das pessoas. Jeudy alerta então para a contaminação dos signos nas megalópoles, *que acabam por se tornarem imagens incompreendidas ou desprezadas pelas comunidades.*

O poder sentimental da cidade não pode ser julgado objetivamente, só a experiência cotidiana da cidade pode explicar essa força dos lugares. Portanto,:

Não se trata de um jogo de comparação, mas de superposição e de condensação de imagens mnemônicas das cidades. Ao nos ensinar a viver a simultaneidade temporal e espacial, a cidade oferece provavelmente a mais bela experiência de soberania estética, uma vez que ela obtém sua identidade aparente dos efeitos do totalitarismo da representação. (JEUDY, 2005, p.84).

O aspecto da memória é interessante no sentido que as visões do tempo presente se misturam com as imagens do passado. A própria cidade impõe ao olhar do cidadão essa visão incerta de suas transformações, mantendo um certo respeito pelo passado, mas estimulando a construção da história do presente e do futuro. Essa relação imposta pela cidade, entre o que ainda está presente, o que desapareceu e o que foi recentemente construído, caracteriza *o movimento de substituição reversível que estimula a memória.* Por isso, a representação patrimonial das cidades pode demonstrar *a superposição dos diversos signos elevando a percepção das temporalidades urbanas.* (JEUDY, 2005, p.84).

A relação entre imagem e conceito também é fundamental para os gestores do urbano. O conceito pode reduzir as metáforas, a partir da qual a cidade se torna um objeto. Mas como a cidade não é estática, jamais pode ser tratada exclusivamente como produto de sua conceituação. Aqui podemos ver a problemática dos projetos urbanos que se apropriam dos conceitos da antropologia e da sociologia para dar “vida” aos seus projetos, mas que só serão realmente estruturadores do espaço quando criarem uma coesão social. Nas poucas experiências

(ditas planejamento estratégico) que temos, ocorre justamente ao contrário, principalmente pelo fenômeno da gentrificação, como já alertamos anteriormente. Essa ambiguidade entre o discurso e a realidade demonstra a dificuldade de um projeto urbano adquirir ao mesmo tempo forma e conteúdo. Para tal, teria ainda que encontrar na filosofia uma base conceitual para alcançar as esferas de uma construção de pensamento:

O que está oculto nem por isso está destinado a ser supervalorizado. Todos os signos urbanos, visíveis ou não, participam de uma potencialidade disponível, em uma dinâmica de justaposição, de correlação de signos. (...) Acentuar o sentido do que funciona como signo, sobre objetivá-lo, torná-lo sobrevisível são maneiras de suprimir o que está em potência. Essa potencialidade seria a expressão de uma relação constante entre uma “coerência interna” do espaço urbano e a emergência de “tendências espontâneas” que advêm da própria mobilidade dos modos cotidianos de apreensão da cidade pelos cidadãos. (JEUDY, 2005, p.103).

Com relação aos elementos temáticos, uma cidade não pode servir apenas de cenário, pois é território de confrontos de olhares e um campo de batalha de percepções e sensações. *A cidade se faz obra inacabada porque excede, nos modos de apreensão que temos dela, o poder do sentido exercido pelos signos que não para de configurá-la.* (JEUDY, 2005, p.118).

A problemática urbana contemporânea é justamente a ideia de substituição da paisagem historicamente construída por uma sucessão de imagens abstratas descontextualizadas. Como estamos considerando a paisagem como a forma do espaço que vai propiciar toda a confluência das práticas sociais contemporâneas, nos seus diversos conteúdos e sob diferentes aspectos, devemos ter um olhar crítico e sensível sobre ela. A manutenção da paisagem deve ser feita com o intuito de preservar os valores comunitários, pois além de preservar o patrimônio material no qual a população se identifica, surge a necessidade de preservar a memória coletiva das sociedades. Não se trata apenas de preservar o passado, mas reverenciar o passado e a cultura ainda presentes. “*Da*

restituição das identidades culturais a um tratamento das memórias coletivas, as razões de modernizar a própria ideia de conservação constituem a lógica dessa reabilitação do sentido” (JEUDY, 1990, p.01). Acreditamos que a introdução desse conceito de paisagem nas discussões sobre as políticas públicas de planejamento urbano e de preservação patrimonial podem fazer essa mediação entre política de conservação e planejamento do futuro.

A cultura estampada na natureza socializada é parte do registro de um determinado tempo, e a outra parte desse registro encontra-se na memória coletiva social. Porém, mantendo signos e atividades vivas, que sujeitas à temporalidade, podem sofrer alterações ou não, é uma forma de manter a dinâmica da vida do local. *O cenário não fica sendo apenas uma realidade desaparecida, mas adquire vida própria*. Memória serve como forma de conservação, continuação e divulgação da cultura. A manutenção ou a busca de identidade cultural motiva e dinamiza as práticas e políticas de conservação. *“Conservar não quer mais dizer preservar, mas restituir, reabilitar ou reapropriar”*. (JEUDY, 1990, p.02). Porém, vale esclarecer que as intervenções propostas pelo poder público não seguem esses conceitos estabelecidos por Jeudy, mas pelo contrário, buscam na desvalorização da memória e dos próprios lugares uma possibilidade de rompimento entre o passado e o presente, através de políticas de substituição ao invés de continuação e divulgação da cultura.

É essa cultura, material e imaterial, que vai criar a identidade cultural local e se inserir na paisagem. Essa metodologia pretende demonstrar o valor cultural da evolução dessa paisagem para embasar o debate contemporâneo, que não pretende apenas criticar os novos elementos que estão sendo incorporados na paisagem, mas refletir sobre a própria identidade da cidade. A identidade não deve ser tratada aqui como um aspecto individual, mas como uma construção coletiva do lugar.

No Vale do Itajaí é visível a ação do capital sobre a paisagem, modo de viver e cultura nos núcleos urbanos mais antigos, pois as cidades estão se tornando cada vez mais vítimas da lógica capitalista de apropriação espacial. Nos espaços mais urbanizados, as principais vias e espaços históricos já estão se descaracterizando há um certo tempo, num processo contínuo de apropriação espacial por parte do capital privado e

de descaracterização do ambiente construído. Mesmo havendo certa resistência de boa parte da população local nesses processos, o poder público tem sido conivente com essa situação de priorizar o valor de troca mercadológico ao valor de uso social. (LEFEBVRE, 2001).

Porém, Blumenau preserva ainda, em parte, o acervo material e social constituído, devido a uma estreita e confundível relação entre o ambiente de produção e o ambiente urbano, que reflete também no desenvolvimento das relações sociais. São bens patrimoniais dessa relação: a influência da cultura trazida pelos imigrantes, os locais escolhidos para a implantação de seus núcleos organizacionais, as formas de apropriação destes espaços, a relação entre as edificações e a natureza, o desenvolvimento e a evolução desses conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, as formas de adaptação dos edifícios ao sítio físico encontrado e as sucessivas tecnologias construtivas, que estão representados nas paisagens culturais resultantes destes processos.

Conhecer a história local e valorizar a sua paisagem é de fundamental importância para reafirmar a identidade constituída de forma coletiva. O sentimento de fazer parte dessa obra socialmente constituída que é a cidade pode inverter a lógica de que o valor de troca mercadológico deve se sobressair do valor de uso social, ou seja, o sentimento de pertencimento à construção da história e da paisagem local devem influenciar na efetiva participação democrática da população na definição das políticas públicas voltadas para a manutenção ou alteração dessa paisagem.

Não é possível pensar em planejamento urbano sem pensar no patrimônio histórico-cultural existente, pois será a partir dele que poderemos fomentar uma tradição para a participação coletiva para este aspecto. A tradição participativa reforçaria os sentimentos de pertencimento e de responsabilidade pelas decisões tomadas, muito mais no sentido coletivo do que individualista, muito mais no sentido qualitativo do que quantitativo, repassando também às pessoas o dever da participação responsável e a obrigação pelo acompanhamento e a revisão constante das decisões tomadas ao longo do tempo. Trata-se de instituir políticas públicas de gestão integrada, participativa e continuada do território, como talvez seja a pretensão da própria chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

Por isso, valorizar a paisagem e a memória urbana é perceber o ambiente como um todo, não considerando mais apenas objetos isolados, mas a totalidade do espaço culturalmente humanizado, inclusive a questão espaço-temporal. Não se trata mais de tombamento ou congelamento, mas sim de conscientização, de educação patrimonial, da busca pela inserção do patrimônio na dinâmica urbana local. Trata de uma abordagem sobre o conceito de preservação que não é mais estanque e congelado no tempo, mas fazendo sentido, tendo significado, ou sendo resignificado constantemente pela própria vida contemporânea.

2.4. Paisagem como um legado patrimonial

Buscando enriquecer o “estado da arte”, foi realizado um estágio doutoral em Portugal, no Doutoramento em “Estudos da Paisagem” da Universidade do Minho, que utiliza a metodologia de investigação da paisagem como algo dinâmico e indissociável de uma análise multidisciplinar, onde foi possível debater sobre as interpretações contemporâneas dos conceitos de paisagem e património, de forma que estes se tornassem convergentes em relação ao nosso objeto teórico, que é a paisagem como um bem patrimonial.

Com relação as interpretações mais recentes do conceito de Paisagem, Soares et al (2013) apontam que a paisagem *“ocupa um espaço intersticial no saber, assumindo forte caráter interdisciplinar na transversalidade imposta pelo apelo interpretativo e criativo a que se associa”* (MONTANER, 2008). A paisagem inicialmente definida como uma síntese *“entre as condições naturais (um conjunto de determinantes biofísicas) e a ação do homem organizado em sociedades portadoras de uma historicidade, de uma cultura, de uma evolução tecnológica”* (DOMINGUES, 2001, p. 56), posteriormente torna-se um conceito dinâmico *“apoiado em noções de hábito e adaptação ao meio, encaradas como fatores de diferenciação das regiões e paisagens”* (CLAVAL, 2010, p. 149). A paisagem torna-se o *“resultado da adaptação das comunidades ao meio, onde o hábito e as práticas instrumentais dão lugar à transmissão de heranças culturais”* (NAME, 2010).

Com relação a legislação portuguesa e europeia é possível perceber as diferentes perspectivas, desde o artigo 5.º da Lei de Bases do Ambiente, em que a paisagem é entendida como uma *“unidade geográfica, ecológica e estética resultante da ação do homem e da reação da Natureza, sendo primitiva quando a ação daquele é mínima e natural quando a ação humana é determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica”* (Lei n.º 11/87, de 7 de Abril, p. 1387) até o Decreto n.º 4/2005, que transpõe para o quadro português a Convenção Europeia da Paisagem, quando a paisagem passa a desempenhar importantes funções de interesse público *“nos campos cultural, ecológico, ambiental e social, e constitui um recurso favorável à atividade econômica, cuja*

proteção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego, formação de culturas locais e o bem-estar humano” (Decreto n.º 4/2005, de 14 de Fevereiro, p. 1025). É justamente nessa premissa que essa tese se apoia.

Para Soares et al (2013), podem-se considerar três tendências principais na análise da paisagem em Portugal:

(1) uma mais associada ao que se designa por Ecologia da Paisagem, que privilegia a componente biofísica e os valores ambientais naturais, no domínio de estudo das Ciências da Terra, com áreas científicas como a Geografia Física, a Geologia ou a Biologia. (SOARES et al, 2013);

(2) uma perspectiva que se enquadra no âmbito das Paisagens Culturais, com ligações evidentes às Ciências Sociais e Humanas e ao conceito Paisagem-Património, na qual a paisagem é vista como o conteúdo geográfico de uma dada área, numa abordagem que exclui a indissociação entre paisagem e cultura na oposição constante entre materialidade e imaterialidade. (NAME, 2010);

(3) uma visão, ligada ao conceito anterior, mas que congrega, cada vez mais, as duas perspectivas anteriores, considerando ... “uma vontade de reconstituir uma identidade e um enraizamento local, uma defesa de valores naturais e ecológicos, uma necessidade de qualificar o quadro de vida cotidiano, mas também (e, sobretudo, agora) de chamar a atenção sobre patrimónios e lugares excepcionais. (DOMINGUES, 2001, p. 62).

Com relação aos estudos realizados pela Geografia portuguesa, Soares et al (2013) aborda as metodologias de investigações em Portugal nos três sentidos acima citados.

Com relação ao sentido naturalista,

“a paisagem é encarada como geossistema e analisada nos seus aspetos mais concretos – a “paisagem real”, o “espaço-objeto”, no sentido de

“extensão cartesiana”. Na investigação de geógrafos como FERREIRA et al. (2001), que falam da “paisagem real”, salientando um entendimento integrado da Geografia Física com os seus vários ramos – designadamente geomorfologia, climatologia e biogeografia – numa perspetiva integrada e dinâmica”.

Com relação a Ecologia da Paisagem,

a paisagem é encarada como “um mosaico de alguns quilômetros, nos quais ecossistemas e usos do solo específicos se repetem... um sistema vivo [que] exhibe três características gerais: estrutura, funcionamento e mudança” (CASIMIRO, 2000, p. 49). Neste contexto, é possível subdividir as paisagens em dois grandes grupos “... naturais e culturais [...] que geralmente acabam por se cruzar como “palimpsestos” compostos por várias “camadas” (layers) ou níveis que se sobrepõem” (DELGADO, 2010, p. 95). Analisa-se então a sua estrutura e evolução temporal com base na definição e medição de padrões espaciais do uso do solo.

Com relação a Geografia Cultural,

SARMENTO (1997, p. 166), num texto em que discute as suas relações com a Geografia do Turismo, aborda o conceito de paisagem no contexto de “renascença humanística” na Geografia, salientando que estas são “... uma manifestação de uma dada cultura, símbolos ou representações emblemáticas de poder, capital e status” e que o seu significado só pode ser apreendido se contextualizada nesses domínios. No mesmo sentido, PIMENTA (2007, p. 476) refere que a paisagem constitui uma “representação da Memória, a “geografia imaginativa” que do Passado detêm os diversos momentos da historiografia”.

Com relação as interpretações mais recentes do conceito de Patrimônio, Soares et al (2013) apontam que já não se pode mais considerar o seu caráter meramente material, do sentido de posse e de herança de pai para filho (étimo latino “*patrimonium*”), pois passou a ter um caráter muito mais abrangente, com elementos materiais e imateriais, e não somente de um pai para um filho, mas para toda uma coletividade de um povo. (MARTINS, 2006). Na geografia portuguesa contemporânea, além dos envolventes materiais e imateriais, busca-se adicionar as envolventes geográficas e sociais, que novamente vai ao encontro do que esta tese pretende explorar de forma mais acentuada que alguns trabalhos anteriores.

O Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa (2001), faz referência aos bens materiais e imateriais como herança dos nossos antepassados, pois “*na generalidade, se pode entender o património como sendo um legado que nos foi deixado, fazendo parte de um presente que deve manter-se para as gerações posteriores*” (FONSECA, 2009). Mas o conceito avança sobre os tipos de patrimônio, transpassando os objetos de forma isolada para sítios e paisagens integradas, enaltecendo dessa forma o material, imaterial, natural e o cultural.

Com relação a origem do termo Patrimônio Cultural, este apareceu na Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura em Paris em 1962 (HERNANDÉZ, 1996, p. 256). A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural em 1972, discute o conceito, onde de acordo com o art.º 1 do Decreto n.º 49/79 de 6 de Junho, são considerados como patrimônio cultural:

(1) Os monumentos – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

(2) Os conjuntos – Grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

(3) Os locais de interesse – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico

A Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro de 2001 estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural:

Art.º 2: integram o património cultural todos os bens [móveis e imóveis] que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização.

A definição de Património Cultural apresentada na Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008 de 12 de Setembro, aprova a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, assinada em Faro, em 2005, avança ao incluir definitivamente a interação entre pessoas e lugares:

... group of resources inherited from the past which people identify, independently of ownership, as a reflection and expression of their constantly evolving values, beliefs, knowledge and traditions. It includes all aspects of the environment resulting from the interaction between people and places through time.

O Comité Científico Internacional das Paisagens Culturais define como:

... the combined works of nature and of Man evolution of human society and settlement over time, under the influence of the physical constraints and/or opportunities presented by their natural environment and of successive social, economic and cultural forces, both external and internal.

Logo, mesmo que não esteja expresso formalmente, o conceito de paisagem enquanto patrimônio está implícito, pois “*a paisagem atual constitui um ponto de encontro entre o natural e o cultural, resultando de um processo de consolidação na história, na qual meio e homem se relacionam construindo a sua memória*” (Soares et al, 2013). Dessa forma, as metodologias de análise da paisagem já devem considerar os avanços e as reinterpretações do conceito de patrimônio, não sendo reducionista ao objeto, ao material e ao natural, mas considerando o conjunto, o imaterial e o cultural como contribuição de construção social.

O conceito Paisagem-Patrimônio busca justamente a conciliação entre os aspectos naturais com os culturais. Os trabalhos desenvolvidos em Portugal neste sentido iniciam na década de 1990 e inicialmente se referem ao conceito de *Geopatrimônio*, pois consideram a paisagem como resultado da nossa percepção da imagem do espaço “*que pode conter simultaneamente elementos naturais e culturais, e que pelo seu valor científico, histórico/cultural, estético e/ou socioeconômico podem e devem ser consideradas patrimônio*” (PEREIRA, 2006).

Para PEREIRA (2006) a paisagem não é um objeto, mas sim uma “expressão visual”, ou seja, obrigatoriamente deve conter um sentido subjetivo, dado pela vivência do indivíduo que a percebe.

... a paisagem é a expressão observável à superfície da terra, pelos sentidos, da combinação entre a natureza, as técnicas e a cultura dos homens. Ela é, essencialmente, mudável e não pode ser apreendida senão na sua dinâmica, isto é, no quadro da história que lhe restitui a sua quarta dimensão. Se a ecologia lembra que a natureza tem as suas leis fundamentais e que é oneroso transgredi-las, a história ensina que o homem tem as suas razões que a natureza ignora. A paisagem é acto de liberdade. (AMARAL, 2001, p. 77),

Para Soares et al (2013), o conceito Paisagem-Patrimônio consegue articular os aspectos naturais e culturais, numa abordagem inserida no conceito de “*integrated cultural landscape*” (PANIZZA; PIACENTE, 2003), o qual “*valoriza os aspectos de desenvolvimento territorial e promoção turística da paisagem, no qual os sítios de*

interesse geológico e geomorfológico também fazem parte da paisagem cultural” (SOARES et al, 2013).

Com relação as metodologias de análise da paisagem que utilizam esse conceito, podemos citar o sistema teórico-metodológico (GTP) de Georges e Claude Bertrand (2007), que procura abordar de maneira integrada essas relações:

geossistema [os sistemas bióticos e abióticos transformados pela ação humana], território [resultado das atividades socioeconômicas que se sucedem no tempo] e paisagem [como representação da interação natureza-cultural] aparecem com significados e valores diferenciados, porém coexistentes e conferindo dinâmica àquilo que chamamos de espaço geográfico (SOUZA, 2009, p. 104).

A metodologia de análise integrada da paisagem, proposta pelos professores Laura Soares, Elsa Pacheco e João Lucas, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Portugal, considera que a perspectiva geográfica da paisagem só pode ser integrada, quando composta de elementos naturais, socioeconômicos e culturais, onde exista uma articulação recíproca entre os aspectos biofísicos e os valores culturais que as moldaram. Então, não faz sentido fragmentar a sua análise entre patrimônio natural e patrimônio cultural, pois a paisagem é composta de elementos naturais, socioeconômicos e culturais. Os autores reinterpretam os conceitos de paisagem, integrando a geografia aos modos de vida contemporânea, ressaltando a importância da diversidade e da conservação do patrimônio como âncoras para a promoção e valorização do homem com seus recursos territoriais.

O geoturismo, por exemplo, propõe a valorização e o desenvolvimento territorial para a promoção do potencial geoturístico. Suas bases em torno da preservação do patrimônio, partem da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), associada a Convenção Europeia da Paisagem estabelecida em Florença (2000) e a Carta Internacional sobre Turismo Cultural (*International Council on Monuments and Sites* – ICOMOS, México, 1999), apresentando uma visão integrada do patrimônio natural e cultural. Para NOGUÉ (2008), a paisagem apresenta elementos

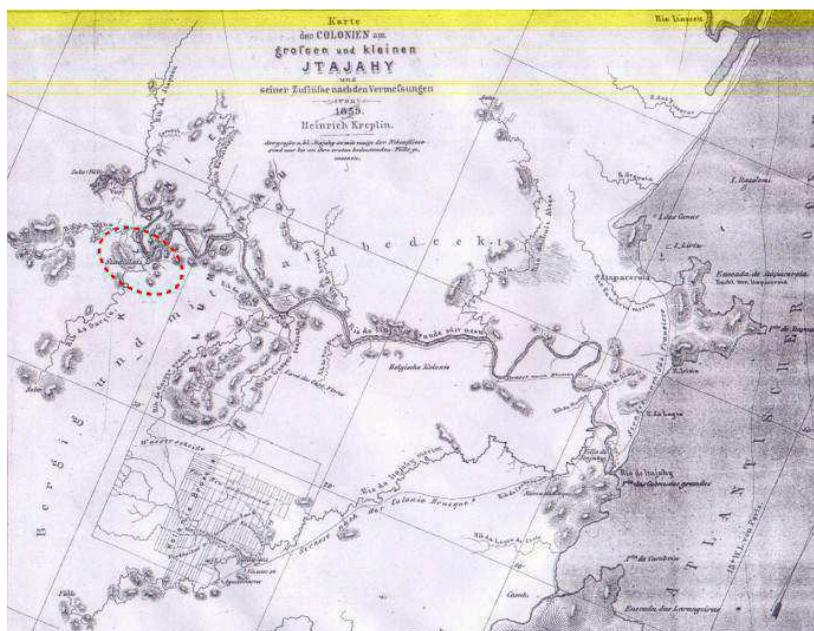
objetivos e materiais (dimensão geo física) e elementos percebidos e subjetivos (dimensão cultural).

Vale lembrar que a paisagem é dinâmica, então as diferentes ações humanas nos diferentes períodos históricos vão alterar a paisagem e vice-versa, ou seja, paisagem também pode alterar o comportamento humano (RIBEIRO, 2001). Sendo assim, a promoção, valorização e geoconservação da paisagem pode e deve ser orientada para a melhoria de vida das populações. A promoção, valorização e a conservação da diversidade e memória da paisagem não representam algo estanque (pois a paisagem é dinâmica), mas pelo contrário, se apresentam como forma de promoção de atividades de desenvolvimento ajustada às dinâmicas territoriais. A paisagem reflete a forma como os indivíduos se apropriam do seu território e lhe dão territorialidades. São espaços de apropriações, sentidos, referências culturais e significados simbólicos, que de forma integrada, se apresentam como possibilidades de estratégias para o planejamento e desenvolvimento local. (SOARES et al., 2010).

3. A CONCHA CENTRAL DE BLUMENAU

Blumenau fica localizado à aproximadamente 50km de Itajaí (litoral), junto ao Rio Itajaí-Açu, que corta a cidade no sentido leste-oeste (E-O), e sua localização foi definida pelo fundador da cidade, o Dr. Blumenau, por ser o último ponto navegável do Rio Itajaí-Açu. A Carta com a localização da Colônia de Blumenau de 1859 mostra o último ponto navegável do rio (Salto/Fälle) e a localização do *Stadtplatz*, entre os diversos morros e os principais ribeirãoes (Garcia e Velha), onde fica a localização do recorte espacial deste trabalho (Fig. 01).

Figura 01 - Localização da área de estudo na Carta de Blumenau de 1859.



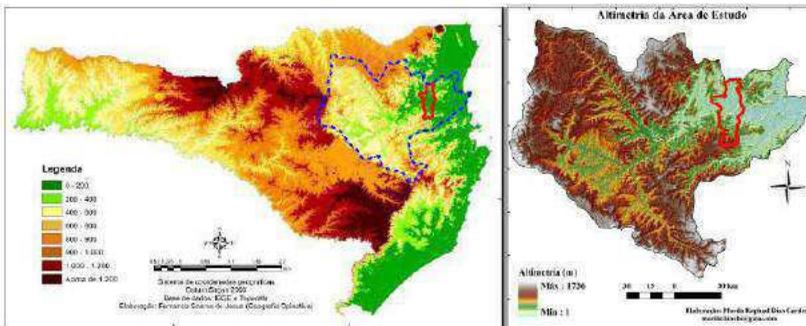
Fonte: Tschudi (1868).

Sua comunicação com o litoral e o restante do país ocorria por transporte fluvial até 1954, através do porto de Itajaí, e sua comunicação com o Alto Vale, em direção ao planalto, ocorria através do transporte

ferroviário implantado em 1909. Em 1954 ocorre a finalização da construção do trecho ferroviário que substitui o transporte fluvial, ligando diretamente o Alto Vale até o Porto de Itajaí, tendo como nó principal, a cidade de Blumenau.

Localizado no Vale do Itajaí, em terreno bastante acidentado, as principais ocupações urbanas vão ocorrer nos fundos de vale, que serão definidas a partir da localização dos rios e limitadas pela topografia. As plantas de Hipsometria de Santa Catarina e Altimetria do Vale do Itajaí representam bem, através das cores, a topografia e o relevo acidentado, onde fica localizado a cidade de Blumenau (Fig. 02). Com relação ao sítio, este fica localizado *"na retro-terra do baixo Vale do Itajaí, em uma estreita planície do piemonte das serranias acidentadas que ali fazem às vezes de Serra do Mar"* (AB'SABER, 1997).

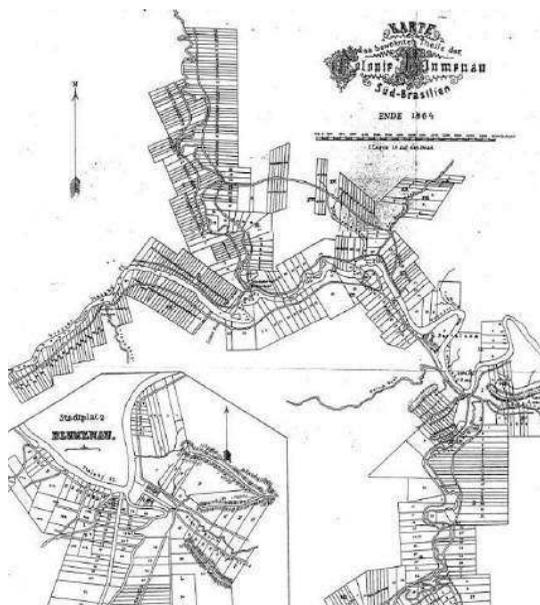
Figura 02 - Localização de Blumenau em relação a topografia.



Fonte: Jesus (2000) e Cardoso (2014).

A primeira carta de divisão do terreno de 1864 (Fig. 03) revela caminhos paralelos aos cursos d'água, Rio Itajaí-Açú e seus afluentes, com a divisão dos terrenos perpendicular aos caminhos, ocupando o leito secundário dos rios, onde a futura estrutura urbana vai ser implantada entre os rios e os morros (SIEBERT, 1999). No detalhe, aparece o *Stadtplatz*, localizado na curva do rio, onde será a área de estudo deste trabalho.

Figura 03 - Divisão do terreno na Carta da Colônia de Blumenau em 1864.



Fonte: AHJFS (1864).

Para explicar melhor a delimitação da área de estudo, serão utilizadas algumas figuras elaboradas pelo arquiteto Hans Broos, onde ele apresenta o esquema da “concha central”, que serve para representar o sistema geomorfológico da área central da cidade, a partir das instruções do geógrafo Aziz Ab'Saber, que foi seu consultor (desde 1982) para as propostas de planejamento urbano apresentadas para a cidade de Blumenau na década de 1980. Essas propostas se baseavam na criação de uma rede de anéis que passavam por morros, baixadas e rios “reunindo em uma unidade a topografia e o volume físico da cidade” (BROOS, 1990f), onde existia um anel central responsável pela organização do espaço do recorte deste trabalho, que era interligado com diversos outros subanéis auxiliares e perimetrais que seriam implantados em diversas fases de ampliação e que resultariam num sistema integral ao final, com o objetivo de se criar um planejamento urbano integrado com as condições geomorfológicas do sítio físico local. Esse sistema foi sugerido ao município em 1983 e “foi confirmado, no sentido geológico

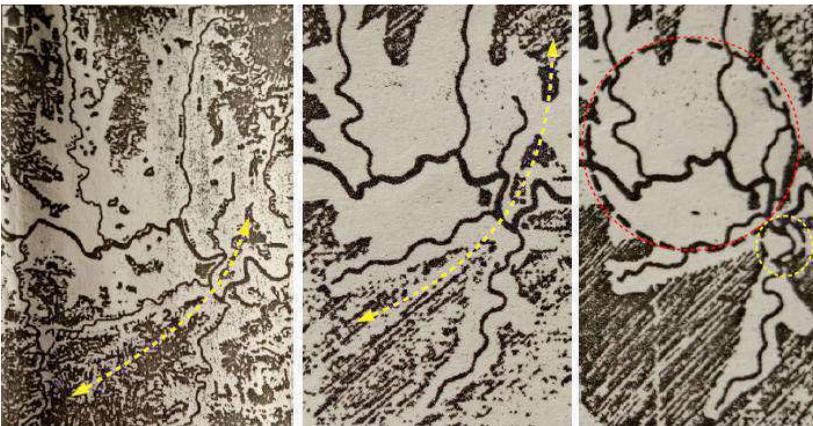
e topográfico, pelo prof. Aziz Ab'Saber, por ocasião das palestras na prefeitura e na FURB nos anos de 1985 e 1989” (BROOS, 1990f).

Segundo Ab'Saber, a cidade:

“nasceu e cresceu no piemonte de uma região serrana, uma espécie de filial da Serra do Mar, que não forma uma escarpa tipo paredão como aquela, mas ao contrário, desce para a região sublitorânea sob a forma de vários degraus e várias barras de rochas dirigidas do oeste ao sudeste para leste e nordeste, formando uma espécie de espigão fragmentado no sopé da região montanhosa, onde ocorrem alvéolos, planícies alveolares interdigitadas por entre esporões Pré-serra de Itajaí” (BROOS, 1990c).

O sítio geológico de Blumenau, que define a sua volumetria física, seria então formado por *“uma malha de conchas e terraços de diferentes tamanhos e formas, mais fechada na parte do atual centro e mais livre ao norte e oeste da área”* (BROOS, 1990c). A diagonal representada pelo espigão que vai do Morro dos Porcos (Morro dos Padres) até a Ponta Aguda, sentido sudoeste-nordeste (SO-NE), representa a divisão do sítio em duas áreas distintas (Fig. 04): a “concha norte” à noroeste (NO) e a “concha central” à sudeste (SE).

Figura 04 - Divisão do sítio em duas áreas distintas.



Fonte: Hans Broos (1990c).

Essa concha central vai delimitar fisicamente, o que pode ser considerado historicamente como a área central de Blumenau, que representa a centralidade urbana e o ponto de conversação de diversos elementos sob diferentes aspectos, que representam não só a centralidade da cidade em si, mas a centralidade desses diversos aspectos numa escala regional. Nessa área que foi implantado o porto fluvial, na foz do ribeirão Garcia, onde também foram implantados os primeiros edifícios mais significativos do *Stadtplatz*, como a antiga prefeitura. Foi nessa área também, que foi implantado a estação ferroviária, na foz do ribeirão da Velha, o que demonstra a centralidade historicamente regional da área.

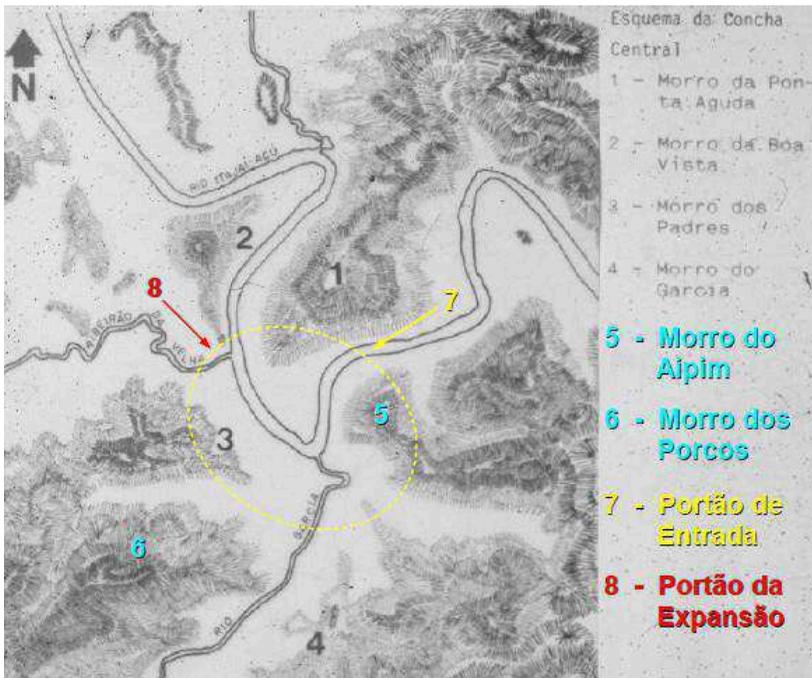
Essa centralidade é de importância fundamental para a cidade, pois o Centro é o local das contradições de uma cidade, onde o espaço deveria ser democrático e representativo de sua sociedade como um todo. Por isso as políticas públicas para esse espaço tão nobre, vão determinar as características e as formas de apropriação deste lugar. O Centro é considerado o espaço simbólico da cidade (CASTELLS, 1983), então antes de mais nada, é necessário respeitar e dialogar com a história urbana. E para isso, é necessário representar o modo de vida e os processos contemporâneos também na arquitetura e no desenho da cidade do seu tempo, ao mesmo tempo que deve, necessariamente, respeitar e dialogar com a paisagem, o rio, a topografia, os espaços e a própria história da cidade como uma construção permanente e sucessiva.

Mas por que o Centro numa cidade industrial (no seu sistema cultural e simbólico) polinucleada? Porque o centro é o espaço representativo para as relações prioritárias que se estabelecem no meio urbano, entre as pessoas e destas com o comércio, a produção industrial e os turistas. A importância do recorte espacial deste trabalho está no fato de que será justamente nessa área central, que engloba o centro atual, o centro histórico e o bairro Ponta Aguda (o centro físico da concha central), que vai ocorrer o maior impacto da ameaça à paisagem, afetando diretamente o conjunto urbano como um todo e as especificidades locais construídas nos períodos anteriores. Entre os aspectos principais, podemos destacar o sítio físico peculiar representado pelos rios e a topografia acidentada, o aspecto histórico-cultural representado principalmente no centro fundador da cidade (*Stadtplatz*) e o aspecto socioeconômico representado pelo conjunto

urbano edificado que revela o desenvolvimento econômico e pelos espaços públicos que revelam às práticas sociais coletivas.

Um dos aspectos mais relevantes e identitários do lugar, presente desde sempre na paisagem e que deve ser considerado como bem patrimonial, é a própria geomorfologia do sítio físico, que foi responsável pelas formas de apropriação, ocupação, expansão e identidade local, com destaque para o que é mais característico e peculiar da paisagem, que é a presença dos rios e dos morros sinuosos. Será a partir dessas características geomorfológicas, que faremos a delimitação física do recorte espacial da “concha central”.

Figura 05 - Esquema da concha central.



Fonte: Hans Broos (1990d). Elaboração: Bielschowsky (2017).

A concha central (Fig. 05) será formada pela convergência das massas do Morro dos Porcos (6) / Morro dos Padres (3) e do Morro do Garcia (4) / Morro do Aipim (5), que acontece do outro lado do rio, no Morro da Ponta Aguda (1). O “portão de entrada” (7) da concha central, que conecta núcleo central com o litoral e historicamente utilizado pela via fluvial, fica entre o Morro do Aipim (5) e o Morro da Ponta Aguda (1). O “portão de abertura para a zona de expansão” (8), que separa a concha central da concha norte em direção ao Alto Vale, fica entre o Morro dos Padres (3), Morro da Boa Vista (2) e o Morro da Ponta Aguda (1).

Será nessa primeira planície alveolar, diferenciada e atraente, formada pelos morros, o rio e seus afluentes, denominada concha central, que o núcleo central da cidade vai se localizar. A partir da concha central em direção ao Sul, existem três subvales bem definidos, que são os vales do Bom Retiro, do Garcia e do Passo Manso. Estes subvales foram caracterizados como apêndices, por não possuírem continuidade e não se conectarem com os demais alvéolos, por isso não entram na concha central e conseqüentemente na área de estudo deste trabalho.

Figura 06 - A concha central na foto aérea.



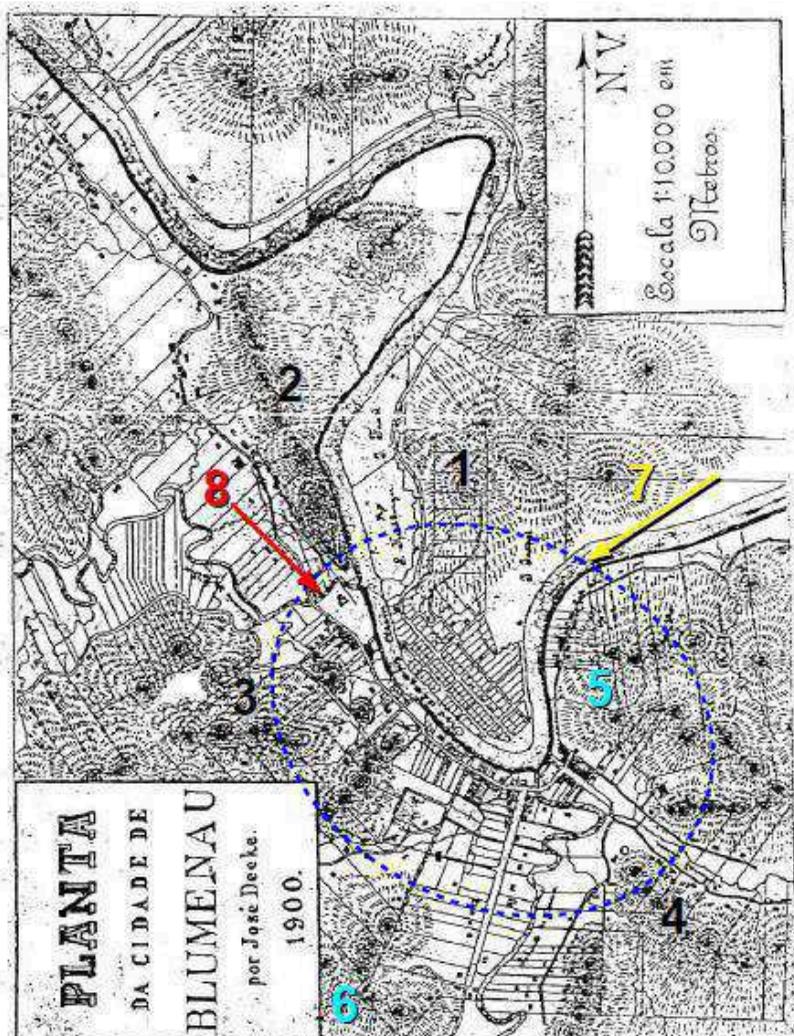
Fonte: Google (2017). Elaboração: Bielschowsky (2017).

A área de estudo vai ser delimitada a partir do sistema geomorfológico apresentado na concha central (Fig. 06), que corresponde ao fundo de vale ocupado, no sentido SO-NE, entre o “Morro dos Padres” (3) e o “Morro da Ponta Aguda” (1), incluindo o Rio Itajaí-Açú, onde na margem direita (SO) fica o centro atual e na margem esquerda (NE) o bairro da Ponta Aguda. No sentido NO-SE, entre o “Morro da Boa Vista” (2) e o “Morro do Garcia” (4), incluindo a foz o Ribeirão Garcia, onde na sua margem direita (SE) fica o centro histórico (*Stadtplatz*) e na margem esquerda (SO) fica o centro atual, que termina na foz do Ribeirão da Velha. Na figura é possível perceber os grandes maciços ainda preservados, que são as massas do Morro dos Porcos (6), que termina na concha central como Morro dos Padres (3), as massas do Morro do Garcia (4), que invade a concha central como Morro do Aipim (5), e, do outro lado do rio, as massas do Morro da Ponta Aguda (1) que vão em direção ao norte. O “portão de entrada” (7) da concha central e o “portão de abertura para a zona de expansão” (8) são importantes também porque formam um corredor de ventilação, permitindo que os ventos predominantes que vem do litoral passem para a área de expansão, ventilando as concha geológicas.

Essa delimitação procura revelar a relação dos espaços onde houveram as ocupações humanas principais, seus aspectos histórico-cultural e socioeconômico, com o sistema geomorfológico, onde a estrutura urbana vai ocupar as áreas mais baixas e planas localizadas entre o sistema hidrográfico (rio) e o relevo acidentado (morros), fatores estes que também foram levados em conta na delimitação da área, pois para compreender o espaço construído é necessário conhecer o espaço geográfico anterior à sua ocupação.

A área de estudo representa a relação imediata entre o relevo acidentado, o rio principal (Rio Itajaí-Açú), os principais ribeirões dos bairros mais populosos da cidade (Ribeirão Garcia e Ribeirão da Velha) e as formas de ocupação humana ao longo dos anos, fatores determinantes na delimitação do espaço físico do que chamamos de “concha central”. A relação entre o sistema geomorfológico (hidrografia, geologia e topografia) e a forma de ocupação do solo na concha central (Fig. 07), através da divisão do terreno, entre o rio e os morros, vai ter importância histórica no desenvolvimento urbano, principalmente pela limitação física da área de estudo deste trabalho.

Figura 07 - Ocupação do solo na concha central.



Fonte: AHJFS (1900). Elaboração: Bielschowsky (2017).

Figura 08 - Foto aérea a partir do “portão de entrada” da concha central.



Fonte: Aerofoto (2014).

A ideia da delimitação da área de estudo através de uma “concha” procura estabelecer uma dimensão tridimensional do espaço, em perspectiva, e não apenas uma projeção bidimensional, em “planta”, inserindo assim a altura, que é representada pela topografia. Através do esquema da “concha central” é possível compreender o sistema geomorfológico no contexto da paisagem atual, que será delimitada como a área de estudo deste trabalho.

Figura 09 - Foto aérea a partir do “portão de expansão” da concha central.

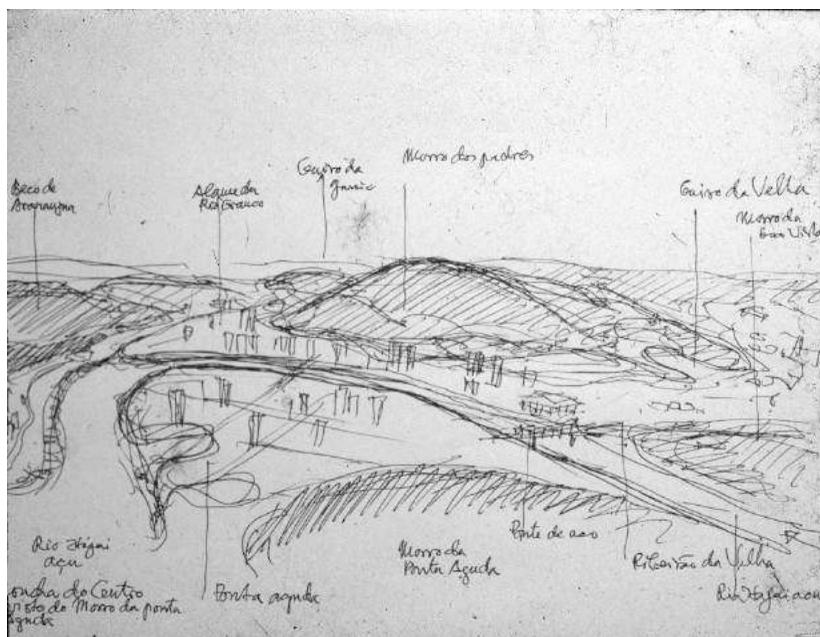


Fonte: Aerofoto (2014).

As imagens aéreas a partir dos “portões”, de entrada (Fig. 08) e de expansão (Fig. 09), vão reforçar a importância do Rio Itajaí-Açú, do Ribeirão Garcia e do Ribeirão da Velha na estruturação da malha urbana da cidade, que limitada pela topografia peculiar do lugar, vão definir a estrutura da paisagem como pano de fundo para as futuras formas de apropriação.

O recorte espacial será esta “concha central” da cidade de Blumenau/SC, conforme ilustra o croqui elaborado pelo arquiteto Hans Broos (Fig. 10), que representa a delimitação da área central pelo conjunto de morros no contexto da cidade e que engloba o Centro Histórico (*Stadtplatz*), o Centro atual e o bairro Ponta Aguda (o centro físico da concha central), onde vai ocorrer o maior impacto da ameaça à paisagem, incluindo a relação destes com a geomorfologia e com a história do local.

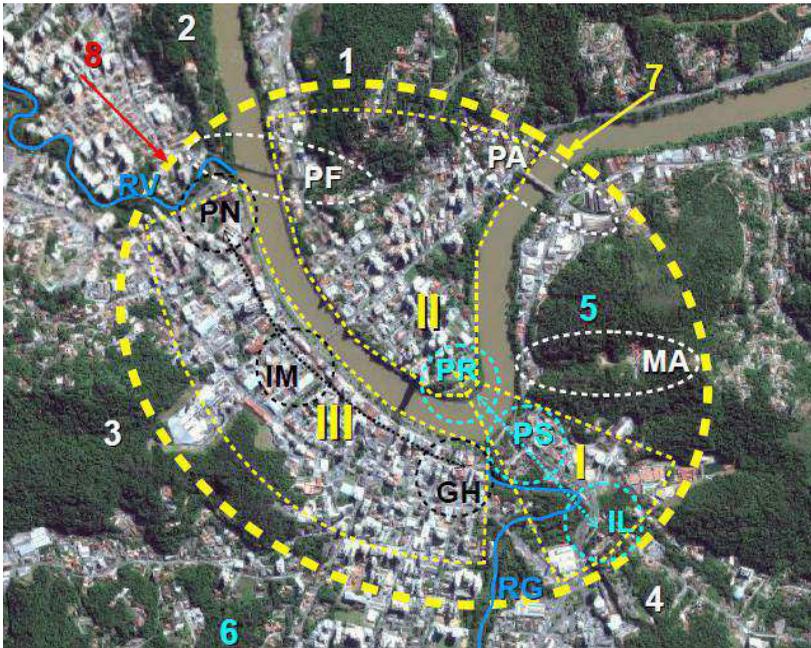
Figura 10 - Croqui da concha central.



Fonte: Hans Broos (1990d).

Essa delimitação compreende o espaço entre o antigo porto fluvial e a antiga estação ferroviária na década de 1950, abrangendo o principal conjunto urbano da cidade, que eram esses espaços e a própria Rua XV, que fazia a conexão entre eles e servia como o elemento socioeconômico de grande vitalidade nesse período. Na década de 1970, esses mesmos espaços tiveram suas funções alteradas e passaram a incorporar uma nova Avenida, denominada Beira-Rio, que estabelece uma nova relação da cidade com o rio e a margem esquerda da cidade. Atualmente, esses espaços dialogam com a Ponta Aguda, através da paisagem e da relação "entre margens". E justamente devido à essa relação, que a delimitação da área total do estudo, abrange a Ponta Aguda, porque atualmente foi aprovada a liberação de altura das novas construções sem restrições de gabarito nesse bairro, que vai afetar diretamente a sua relação com o Centro Histórico (*Stadtplatz*) e o Centro atual, bem como, a relação destes com o rio e a topografia acidentada.

Figura 11 - Delimitação da área de estudo.



Fonte: Google (2014). Elaboração: Bielschowsky (2017).

A delimitação da área de estudo (Fig. 11) foi pensada como uma área de influência, estruturada pelo rio e delimitada pelos morros da Ponta Aguda (1), da Boa Vista (2), dos Padres (3), do Garcia (4), do Aipim (5), dos Porcos (6), bem como, pelo “portão de entrada” (7) e o “portão de abertura para a zona de expansão” (8), que contextualizam a paisagem da concha central. A área de estudo abrange o Centro Histórico (Praça do *Stadtplatz* [PS] – Igreja Luterana [IL]) localizado na foz do Ribeirão Garcia [RG], o Centro Atual (Grande Hotel [GH] – Igreja Matriz [IM] - Prefeitura Nova [PN]) entre a foz do Ribeirão Garcia [RG] e a foz do Ribeirão da Velha [RV], o bairro Ponta Aguda (Ponte de Ferro [PF] – Prainha [PR] - Ponte dos Arcos [PA]) entre o Rio Itajaí-Açú e o antigo leito da ferrovia entre as pontes [PF]-[PA], e o mirante do Morro do Aipim [MA], onde é possível contemplar a paisagem que revela a relação direta entre o sítio físico privilegiado e a forma de ocupação humana do território.

Dentro desta delimitação mais abrangente da área de estudo, temos a demarcação de três conjuntos complementares, que mesmo formando um conjunto único em nossa análise, foram sendo configurados de forma e com intensidades diferentes, conforme as diferentes políticas públicas que serão abordadas ao longo do trabalho.

O conjunto I é o Centro Histórico, que tem como elemento principal e estruturador do espaço a Praça do *Stadtplatz* [PS], localizado na foz do Ribeirão Garcia [RG], que engloba o antigo porto e a antiga prefeitura, mas que foi delimitado desde a Igreja Luterana [IL] até a Prainha [PR], por considerarmos a “curva do rio” como um elemento único e indissociável na história da cidade.

O conjunto II é o Centro Atual, que tem como elemento principal e estruturador do espaço a Rua XV (principal rua comercial da cidade, que conectava o antigo porto e antiga prefeitura localizados na Praça do *Stadtplatz* [PS] à antiga estação ferroviária e Prefeitura Nova [PN]), localizada entre a foz do Ribeirão Garcia [RG] e a foz do Ribeirão da Velha [RV], delimitado desde o Grande Hotel [GH], passando pela Igreja Matriz [IM] e finalizando na Prefeitura Nova [PN]. Fazem parte desse conjunto a Rua 07 de Setembro, que delimita o espaço junto ao Morro dos Padres (3) e a Av. Beira-Rio, que delimita o espaço junto ao Rio Itajaí-Açú e que estabeleceu uma nova relação da cidade com o rio e com a margem esquerda (bairro Ponta Aguda).

O conjunto III é o bairro Ponta Aguda, que tem como elemento principal e estruturador do espaço a Prainha [PR], localizado na histórica “curva do rio”, delimitado pela Ponte de Ferro [PF] e pela Ponte dos Arcos [PA]), no espaço compreendido entre o Rio Itajaí-Açú e o antigo leito da ferrovia entre as pontes [PF]-[PA], junto ao Morro da Ponta Aguda (1).

3.1. A Paisagem em 1950

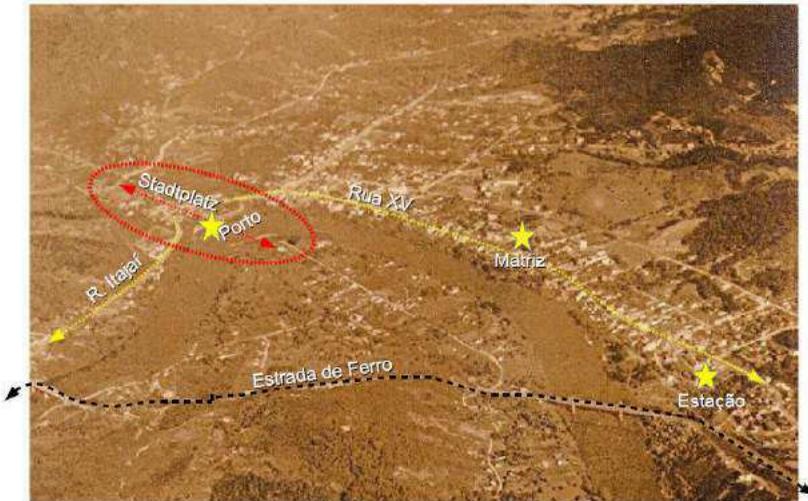
A paisagem urbana da área central de Blumenau foi construída por sucessivas gerações de forma contínua por aproximadamente um século, de 1850 até 1950, configurando uma paisagem formada por uma série de justaposições nos diversos períodos. Nesse momento do centenário da cidade, ocorre a necessidade de se estabelecer uma nova identidade nacional, onde a modernidade, com as premissas do homem universal, se apresentava como uma boa alternativa para a cidade industrial em pleno desenvolvimento. Porém, naquele momento, não havia um departamento técnico e especializado de gestão do espaço urbano, principalmente com relação à ordem de valores e consciência patrimonial.

É nesse contexto da cidade industrial moderna se sobrepondo a cidade colonial germânica (PIMENTA, 1998) que será feita a primeira contextualização para a compreensão dessa paisagem na década de 1950. As primeiras descontinuidades, dentro de uma continuidade da constituição da paisagem, iniciaram em 1950 com a introdução da modernidade na paisagem por uma necessidade de substituição e complementação do processo de alteração da imagem da identidade germânica que estava ameaçada no período nacionalista pós II Guerra (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994). Tal processo já havia se iniciado desde a década de 1930, com a construção do pensamento sobre a necessidade do consumo do que seria o novo e o moderno (CAREZIA, 2002). A cidade passava de uma colônia recém urbanizada para uma cidade industrial, calçada na modernidade internacional, conforme o processo de acumulação se apresentava naquele momento (THEIS, 2000).

Com relação a historiografia, o método utilizado foi a leitura da evolução fotográfica, com a reconstrução da história a partir do que a paisagem atual deixa transparecer, através dos lugares, das estruturas urbanas, dos edifícios emblemáticos ou de seus usos, seja pela sua importância atual ou histórica. A paisagem encontrada em 1950, ano do centenário da cidade, naquele momento com aproximadamente 50 mil habitantes, era a de um conjunto arquitetônico e urbanístico que se relacionava diretamente com a paisagem natural, a partir do rio e da topografia local, elementos essenciais na evolução urbana da cidade.

O centro simbólico da cidade era o *Stadtplatz*, onde ficavam concentrados os principais elementos urbanos e representativos da cidade, como a praça que ligava o porto ao edifício administrativo (que abrigava os poderes executivo e judiciário), o arquivo histórico e a Rua das Palmeiras, rua simbólica da cidade que conectava o paço municipal e o porto (rio) com a Igreja Luterana (topografia). *Stadtplatz* quer dizer lugar (*platz*) da cidade (*stadt*), e por isso iremos utilizar esse termo, ao invés de centro histórico, que na cidade de Blumenau tem uma conotação de passado.

Figura 12 - A área central na década de 1950.

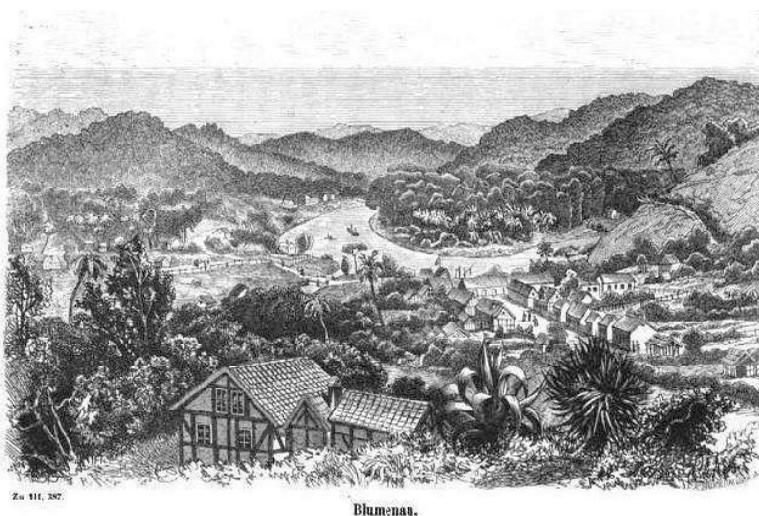


Fonte: Darlan J. Schmitt (2014).

O *Stadtplatz* ficava localizado na “curva do rio”, como é chamada até hoje, essa curva acentuada do Rio Itajaí-Açú, que é justamente o centro geográfico da concha central. É a partir dessa curva que vão se organizar as primeiras estruturas urbanas com as linhas que vão estruturar os principais eixos de ocupação humana e de locomoção da cidade (SIEBERT, 2000). Vale destacar que essa localização não foi ao acaso, pois nesta curva acentuada do Rio Itajaí-Açú, apelidada de “ponta aguda”, que vai ser o nome do bairro ali instalado posteriormente, era o

ponto mais tranquilo para o atracamento das embarcações para a utilização do porto, fator este, essencial para o desenvolvimento socioeconômico da colônia (DEEKE, 1995). A foto aérea da área central na década de 1950 (Fig. 12) revela que a estrutura urbana se formou a partir do *Stadtplatz*, devido a localização do porto, de onde partem os principais eixos estruturais paralelamente aos rios, sendo que o bairro da Ponta Aguda permanece sem uma estruturação marcante devido ao seu isolamento geográfico.

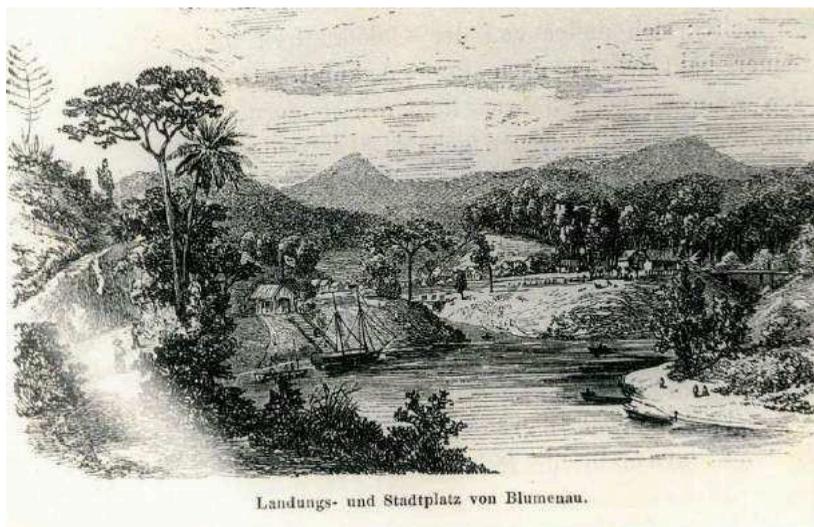
Figura 13 - Relação histórica do *Stadtplatz* com a “curva do rio”.



Fonte: Josef Bruggemann (1866).

A “curva do rio” (Fig. 13 e 14) foi registrada desde a chegada dos primeiros imigrantes, demonstrando a sua importância frente ao sítio físico encontrado. Josef Bruggemann, era um dos pintores paisagistas que foram convidados pelo Dr. Blumenau para pintar os aspectos da colonização alemã de Blumenau nos anos de 1866 e 1867. Nas suas imagens é possível perceber a valorização do sítio físico durante as primeiras formas de ocupação do território.

Figura 14 - Relação do porto com a prainha na “curva do rio”.



Fonte: Josef Bruggemann (1866).

Na margem esquerda da “curva do rio” ficava a “prainha”, que se formava naturalmente a cada nova enchente que ocorria na cidade, e era a parte mais “natural” desse conjunto, funcionando como o espaço público de lazer, esportes e ócio dos moradores, caracterizado pelo próprio nome, como a “praia dos blumenauenses” (DAY, 2014). A “prainha” se relacionava visualmente diretamente com a parte mais representativa da cidade, que era o paço municipal em frente ao porto, conhecido como *Stadtplatz*.

Na margem direita da “curva do rio” ficavam os equipamentos carregados de simbologia. O porto fluvial significava a relação da cidade com o resto do mundo, seja através das relações sociais que ali se estabeleciam como a chegada e partida dos colegas, amigos e familiares, seja através das possibilidades de trocas comerciais que o comércio e as indústrias incipientes necessitavam (DEEKE, 1995). A praça era o grande elemento estruturador do espaço (Fig. 15), pois ligava o porto ao paço municipal e ao edifício administrativo, que abrigava a prefeitura e o fórum da comarca, além do Arquivo Municipal instalado em 1950.

Figura 15 - A praça como elemento estruturador do espaço urbano.



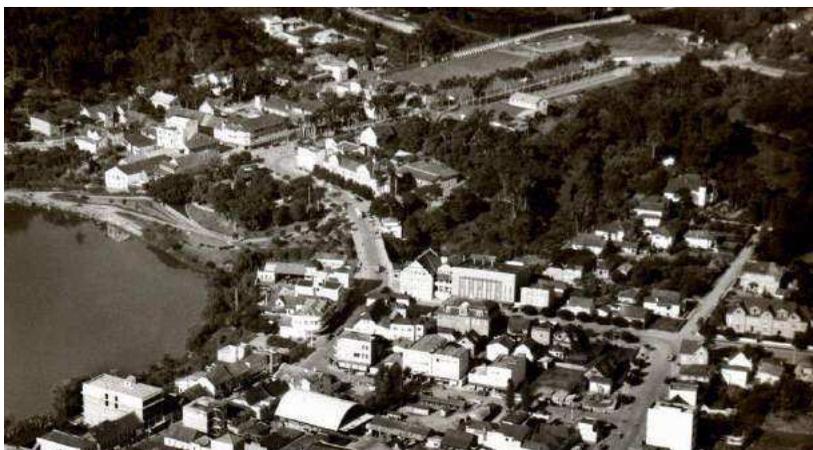
Fonte: AHJFS, 1950.

O edifício administrativo foi formado por sucessivas construções que se iniciaram em 1875, com ampliações em 1918 e 1939. Trata-se do edifício mais representativo da cidade, pois além de abrigar os poderes executivo e judiciário, era o edifício de boas-vindas, localizado em frente à praça do antigo porto fluvial. Esse edifício é tão representativo que a primeira parte foi construída pelo próprio Dr. Blumenau, fundador da Colônia, com projeto de Heinrich Krohberger, que projetou também a primeira Igreja Luterana e a primeira Igreja Matriz, além de projetar as principais ruas da cidade da área central (FCB, 2014).

O conjunto urbano da *Stadtplatz* na década de 1950 (Fig. 16) mostra como a praça estrutura o espaço urbano, conectando o porto, a prefeitura e uma pequena praça que fazia a “amarração” com a Rua da Palmeiras. Além disso, se conectava visualmente com a “curva do rio”, numa época em que a cidade estava praticamente toda de costas para este, com exceção deste espaço representativo. A atual “Rua XV” de Novembro (que chamaremos apenas de Rua XV, por assim ser chamada pela população local), antiga *Wurststrasse* (rua da linguiça), que

delimitava esses espaços, fazia a ligação do *Stadtplatz* com o caminho terrestre que conectava o litoral (através da Rua Itajaí) e estruturava a expansão urbana da cidade à esquerda do Ribeirão Garcia, pois era o único ponto onde havia ponte. Por conectar o porto fluvial à Estação Ferroviária, adquiriu grande importância socioeconômica, pois os alemães elegem a “rua comercial” como elemento básico do plano urbano, ao contrário dos portugueses, onde o plano parte da “praça da igreja” (PELUSO, 1991).

Figura 16 - Conjunto urbano da *Stadtplatz* na década de 1950 .



Fonte: AHJFS (1950).

A Rua das Palmeiras foi projetada com um grande Boulevard de Palmeiras, que conectava o paço municipal e o porto à Igreja Luterana, ou seja, de uma lado da rua ficava as conexões materiais com os outros lugares do mundo e do outro lado, em cima do morro e em destaque, ficava a igreja e o cemitério, que seriam as conexões imateriais e espirituais com uma outra esfera. Nessa rua ficavam localizados diversas edificações representativas e institucionais, além da casa do Dr. Blumenau e o cemitério de gatos da Edith Gartner. A Rua das Palmeiras aparece como um grande eixo que ligava a Praça do Porto à Igreja Luterana. E para fazer essa amarração entre a Rua das Palmeiras e a Praça do Porto, existia uma outra pequena praça, a Praça da Fonte

(Fig. 17), onde hoje está localizado o edifício inacabado (esqueleto) do América. Pode-se verificar ainda a escala das edificações, com gabaritos, varandas e recuos muito interessantes para a escala da época e dos pedestres.

Figura 17 - A Praça da Fonte na Rua das Palmeiras.



Fonte: AHJFS (1950).

E se de um lado da Praça do Porto existia a Praça da Fonte, do outro lado existia a ponte sobre o Ribeirão Garcia, que era a única conexão na época que fazia a ligação com a parte comercial da Rua XV. Atravessando essa ponte sobre o Ribeirão Garcia, estava localizado o Hotel Holetz (Fig.18), considerado um patrimônio Blumenauense, por ser o cartão postal da entrada da Rua XV e o local de acolhimento dos visitantes que chegavam através do porto. O Hotel foi o primeiro a ter um salão para exibição de filmes, que na década de 1940 deu lugar ao primeiro cinema da cidade, o Cine Busch (DAY, 2014).

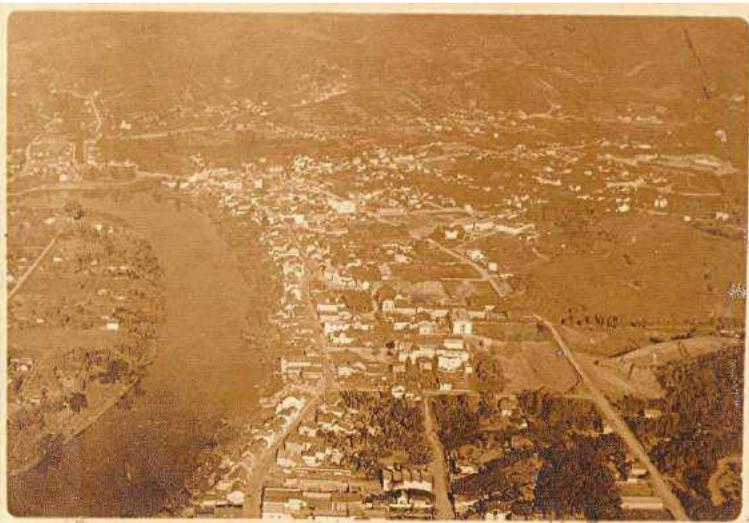
Figura 18 - Hotel Holetz e conjunto urbano a partir da Praça do Porto.



Fonte: AHJFS (1950).

A Rua XV não possuía o mesmo caráter simbólico e representativo do *Stadtplatz*, mas havia se tornado a rua comercial mais importante da cidade, pois conectava o porto com a Estação Ferroviária, sendo o local onde se instalaram as principais casas comerciais e de serviços da cidade.

Figura 19 - Vista aérea do conjunto da Rua XV na década 1950.



Fonte: Darlan J. Schmitt (2014).

Como não haviam pontes que conectassem as duas margens do Rio Itajaí-Açú na área central da cidade, entre os ribeirões Garcia e Velha, a Rua XV formava um conjunto urbano bem característico (Fig.19), concentrando as fachadas frontais dos edifícios, que por sua vez, davam as “costas” para o rio (MATTEDI, 2009).

A paisagem no início da década de 1950 era a de uma cidade desenhada a partir de uma centralidade representativa e que organizava do espaço urbano, que se conectava somente visualmente com a prainha (Ponta Aguda) na própria curva do rio, pois a Rua XV era uma rua paralela ao rio, com construções em fita e que ficavam com as fachadas voltadas para a rua e praticamente ignorava a sua relação com o rio.

Já no *Stadtplatz*, tínhamos a grande abertura dessa cidade, aparentemente fechada e voltada para uma rua comercial, com relação às conexões materiais e espirituais através da dinâmica urbana que ali ocorria, com a utilização do espaço da Praça do Porto e paço municipal (prefeitura, fórum e acervo), além da imponência da Rua das Palmeiras, que conectava à Igreja Luterana no alto do morro. Essas construções que estavam dispostas praticamente em fita nas principais ruas da cidade, com suas fachadas bem projetadas, formavam um rico conjunto urbano, muito característico e bem particular para a época.

Figura 20 - Perspectiva do conjunto urbano da Rua XV na década 1950.



Fonte: Willy Sievert (1950).

As imagens da Rua XV (Fig. 20 e 21) revelam alguns aspectos do conjunto urbano da época, caracterizado pela horizontalidade, gabarito, alinhamento, recuo, ritmo das aberturas e inclinação das coberturas, diferente da maioria das cidades do restante do país, justamente por sua autenticidade e especificidade.

Figura 21 - Perspectiva do conjunto urbano da Rua XV desde a Matriz.



Fonte: Willy Sievert (1950).

Aproximadamente no meio da Rua XV, no ponto mais alto em relação à rua, ficava a Igreja Matriz (católica), também projetada por Henrich Krohberger (mesmo projetista da Igreja Luterana). A “Matriz” (Fig.22), como era carinhosamente chamada, havia sido projetada à 45 graus da Rua XV, ficando direcionada exatamente para o espaço simbólico da “curva do rio”. Dessa forma, a Igreja Matriz mantinha uma relação com o espaço estruturador do núcleo inicial, revelando a importância simbólica dessa relação, da mesma forma que a Igreja Luterana, localizada no alto do morro no final da Rua das Palmeiras, também representava.

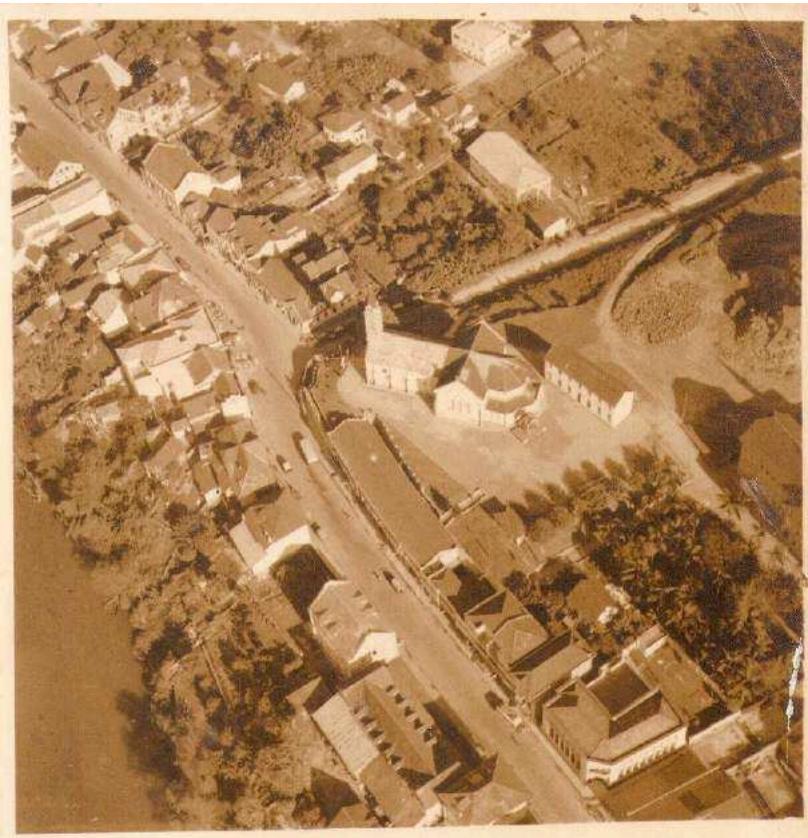
Figura 22 - Relação histórica da Matriz com a “curva do rio”.



Fonte: AHJFS (s/d).

A vista aérea do morro da Matriz na década 1950 (Fig.23) revela a relação da Matriz com o seu entorno, em cima do morro, sem praça e desconectada da rua. Apesar de estar voltada para a “curva do rio”, e não diretamente para a Rua XV, ela aparece como ponto focal ao longo da rua. Até aquele momento, ainda não haviam construções mais importantes entre o Ribeirão do Garcia (*Stadtplatz*/porto) e o Ribeirão da Velha (Estação Ferroviária) ou que concorressem visualmente com a Igreja Matriz, o que fazia dela o grande marco referencial da Rua XV.

Figura 23 - Vista aérea do morro da Matriz na década 1950.



Fonte: Darlan J. Schmitt (2014).

A Rua XV tem aproximadamente 1.400 metros e a localização da Matriz fica bem no meio, distante cerca de 700 metros de cada ribeirão. Essa centralidade física, na principal rua comercial da cidade, vai reforçar a sua importância na construção de uma nova centralidade, do “novo centro”, com a substituição dessa edificação por uma moderna e pela implantação de uma nova ponte que vai conectar com a outra margem, além de outros elementos simbólicos e estruturais que serão construídos nos períodos posteriores.

Figura 24 - Vista da Matriz a partir da Rua XV no início da década 1950.



Fonte: AHJFS (s/d.)

A imagem da Matriz a partir da Rua XV (Fig. 24) revela a sua importância como ponto focal da perspectiva de quem caminhava pelo conjunto urbano praticamente em fita da Rua XV, que por não ter aberturas para o rio, reforçava ainda mais o ponto focal como ponto de fuga do observador. Embora sem a importante presença de uma praça, a Matriz, que estava no alto do Morro do Padres, voltada para a “curva do rio”, tinha sua imponência percebida e avistada desde a Ponta Aguda (Fig. 25), da outra margem do rio. Como o gabarito das edificações ainda era baixo e o conjunto urbano possuía uma certa horizontalidade, o edifício se destacava na paisagem, tanto pelo seu gabarito mais alto,

como pela sua localização no ponto mais elevado do sítio físico. A topografia acidentada tinha função de “pano de fundo” da paisagem e o rio podia servir como um “espelho” para refletir as diversas formas de ocupação e técnicas construtivas tradicionais da época.

Figura 25 - A Matriz vista desde a Ponta Aguda na década de 1950.



Fonte: Willy Sievert (1950).

Para encerrar o percurso pela Rua XV, na foz do Ribeirão da Velha, estava localizada a antiga Estação Ferroviária, que naquela época conectava somente com o Alto Vale (WITTMANN, 2010). A foto aérea da década de 1960 (Fig. 26), revela que a Rua XV era a principal e a única via de comunicação da área central com os demais bairros. A Praça da Estação Ferroviária ficava praticamente atrás do Colégio Luiz Delfino e do Hotel Esperança, ou seja, não era uma praça como a do porto, que estruturava o espaço urbano.

Esse espaço era de muita importância para a cidade, pois além de marcar o final da principal rua comercial da cidade, era o local onde ficavam os pontos de ônibus que levavam aos bairros, sendo que na década de 1950 só existiam 5 linhas na cidade (DAY, 2014).

Figura 26 - Vista aérea da Estação Ferroviária na década de 1960.



Fonte: AHJFS (s/d).

O Hotel Esperança também era muito simbólico, não como o Hotel Holetz localizado na Praça do Porto e com status de melhor hotel da cidade principalmente para os visitantes que chegavam do litoral (mais urbanos), mas com uma importância similar, principalmente para os visitantes de uma escala mais regional, que descia do Alto Vale para fazer negócios e utilizar os serviços (mais do interior) da cidade.

Apesar da diferente relevância entre os espaços do porto e da ferrovia, eles funcionavam também como um contrapeso, numa balança que tinha a Matriz como elemento intermediário. A Rua XV vai se desenvolver como elemento de maior importância, por ser a conexão entre esses espaços, que perderão suas funções urbanas ainda na década de 1950, enquanto a Rua XV vai manter sua função comercial até hoje (MATTEDI, 2009).

O final da Rua XV e o acesso a Praça da Estação (Fig. 27) eram marcados pelo Colégio Luiz Delfino numa esquina e o Hotel Esperança na outra, onde na abertura dessas é que ficava a praça.

Figura 27 - Final da Rua XV e acesso a Praça da Estação na década de 1950.



Fonte: Adalberto Day (2014).

A Praça da Estação (Fig. 28) era bem singela, sem muita infraestrutura, calçamento e sombreamento, fatores estes que vão diminuir a sua importância na dinâmica urbana após o encerramento das atividades ferroviárias neste lugar (DAY, 2014).

Figura 28 - Praça da Estação na década de 1950.



Fonte: Adalberto Day (2014).

Figura 29: Pátio da Estação na década de 1950.



Fonte: Adalberto Day (2014).

O Pátio da Estação (Fig. 29), espaço destinado aos serviços ferroviários, reforçava ainda mais a falta de relação da cidade com o rio, pois a Estação ficava voltada para a Rua XV e cortava a relação desta com o rio, conforme revela a imagem do conjunto urbano da Estação (Fig. 30).

Figura 30 - Conjunto urbano da Estação na década de 1950.



Fonte: Adalberto Day (2014).

Com relação as políticas públicas de controle urbanístico, em 1948 foi aprovado um novo Código de Posturas, através da Lei 37/1948, que regulamentou o código de Construções e estabeleceu novos parâmetros urbanísticos, como largura para os novos quarteirões (entre 50 e 300 metros), área dos lotes (mínimo de 300 m² e máximo de 1.000 m²) e a doação de 5% das áreas loteadas para o Município. As recomendações estéticas “nos revelam uma sociedade menos liberal que a atual, em termos do controle da aparência das edificações, e como resultado, uma paisagem urbana mais uniforme”. (SIEBERT, 1999).

Com relação as políticas públicas de fomento ao turismo, pode-se dizer que 1950 foi o marco inicial, a partir dos festejos do Centenário da cidade (RISCHBIETER, 2007), tanto pela forma que foi organizado, com diversas atrações como a Exposição Industrial de Blumenau, a Exposição Agropecuária, a Exposição Museu, a Exposição de Artes e a 60 Exposição Filatélica e Numismática, como pelo número de aproximadamente 100 mil visitantes, ou seja, praticamente o dobro da população local. A construção de hotéis demonstra a primeira preocupação com a profissionalização do turismo na cidade, que seriam as acomodações e a própria linguagem “moderna” desses hotéis. Em 1950 é construído o Hotel Rex, que para o prefeito da cidade, Hercílio Deeke “representou a alavanca da atividade turística em Blumenau” (RISCHBIETER, 2007).

3.2. As transformações na paisagem entre 1950 – 1970

Com relação ao contexto político e as decisões que vão interferir diretamente em Blumenau (CAREZIA, 2002), sabe-se que no contexto internacional existia o fortalecimento da relação com os EUA após o final da II Guerra Mundial. Com relação ao contexto nacional, havia acabado a “Era Vargas” (1930-1945) e iniciado a “Segunda República” (1945-1964), onde ocorreu a “Era JK” e o processo de modernização do país através do Plano de Metas com grandes investimentos no setor industrial (LESSA, 1982), o que iria beneficiar diretamente a cidade “industrial” de Blumenau (THEIS, 2000). No contexto estadual (GOULARTI FILHO, 2002) havia o predomínio da UDN (Bornhausen e Lacerda) até 1960, quando o PSD retoma o poder político através de Celso Ramos, ex-presidente da FIESC e que atendeu aos anseios do setor industrial catarinense através do Plano de Metas do Governo – PLAMEG (SCHMITZ, 1985). No contexto local teremos uma sequência de praticamente 20 anos de poder político nas mãos da classe empresarial através da sua representatividade na administração pública, de 1951 a 1970 (SIMÃO, 2000).

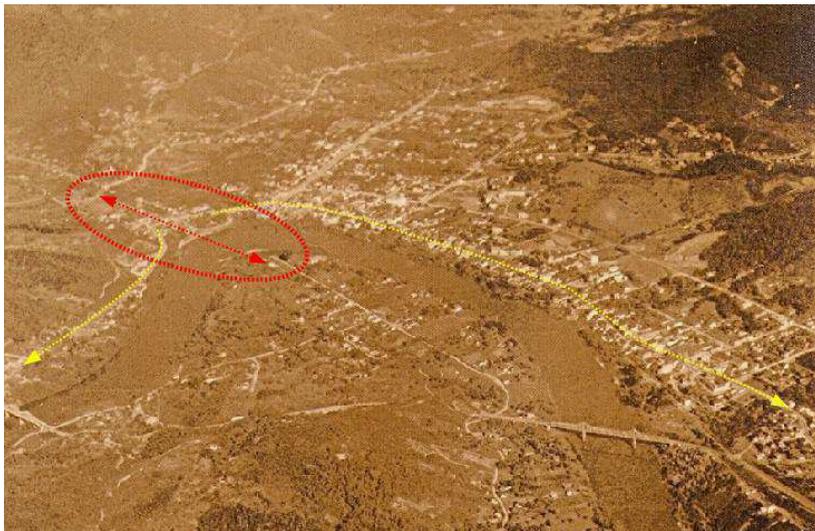
Nesse momento ocorreu a implantação de uma série de novas estruturas urbanas de grande impacto na cidade, como a substituição do transporte fluvial pelo transporte ferroviário (WITTMANN, 2010), que entre outros fatores tem como fato marcante principal a retirada do valor de uso do porto para a cidade. Com o término da utilização do porto no *Stadtplatz*, esse lugar carregado de símbolos e significados, mas que continha ainda o edifício mais representativo da cidade, que era o edifício da Prefeitura (setores administrativos, jurídico e arquivo histórico com toda a documentação social, histórica e política de Blumenau desde a sua fundação), vai aos poucos perdendo sua vitalidade, bem como, a vida coletiva e as trocas sociais (BUDAG, 2004). Esse lugar histórico distribuía os fluxos para a Rua XV, Rua Itajaí e Rua das Palmeiras, onde estavam implantados importantes casas comerciais, serviços e clubes culturais, recreativos e esportivos.

Em 1950 a Praça da *Stadtplatz* (do porto e da prefeitura) era um espaço de convergência de uma série de fatores, como: as informações e os produtos que chegavam do litoral pelo porto; a vida política, econômica e cultural que ali acontecia; e até mesmo a localização

geográfica do espaço urbano da cidade, onde ficavam os pontos de ônibus que conectavam o centro com os bairros (de um lado ia para o Garcia ou em direção ao litoral, e do outro lado as linhas que iam para a Vila Nova, Velha e Itoupavas), pois só havia uma ponte e uma rua (Rua XV) que cortava a área central da cidade, ou seja, naquele tempo não existiam pontes que ligassem o centro com a Ponta Aguda (somente as do transporte ferroviário) e a Rua 07 de Setembro não se conectava com a Garcia ou com a Velha (não haviam pontes), conforme consta nos Relatórios dos Prefeitos (RP) desse período.

A Praça da *Stadtplatz* representava uma centralidade física (Fig. 31), pois articulava todo o espaço cívico (prefeitura) com as três principais ruas da época: a Rua Itajaí que conectava com o litoral, a Rua das Palmeiras que era a rua simbólica da cidade e a Rua XV que conectava o porto à ferrovia e formava um grande eixo longitudinal paralelo ao rio.

Figura 31 - A centralidade na década 1950.



Fonte: D. Schmitt (2014). Elaboração: Bielschowsky (2017).

O outro espaço de convergência de informações era a Praça da Estação Ferroviária, através das informações e dos produtos que

chegavam do Alto Vale pela ferrovia, da existência da escola Luiz Delfino, da presença de uma banca tradicional e novamente pela sua posição geográfica no espaço urbano da cidade, pois era onde ficavam os pontos de ônibus que conectavam o centro com os bairros, conforme descrito anteriormente (DAY, 2014). Essas duas praças, a Praça do *Stadtplatz* (do porto e da prefeitura) e a Praça da Estação, eram pontos estruturadores do próprio espaço, fazendo com que a principal rua comercial da cidade (Rua XV) se tornasse cada vez a mais importante, como passagem por ser a única a ter acesso aos bairros e como representativa da pungência econômica da cidade industrial.

A cidade que já apresentava carência de espaços públicos e de encontros (PELUSO, 1991), se vê condicionada cada vez mais a conceder à sua principal rua comercial (Rua XV) o seu espaço de encontro e de socialização ao longo dos anos (MATTEDI, 2009). A lógica do local de relação da cidade com o mundo seria alterado, pois até aquele momento era o porto fluvial no *Stadtplatz* (DEEKE, 1995) e agora passaria a ser numa nova Estação Ferroviária, do outro lado do Ribeirão da Velha, que conectaria até o porto (WITTMANN, 2010).

Com o final da utilização do porto, o *Stadtplatz* perde em grande parte a sua importância, sendo prejudicado ainda mais posteriormente por um incêndio em 1958, tendo sua representatividade simbólica diminuída com a retirada definitiva da prefeitura, que só vai acontecer em 1982. Com relação à Praça da Estação, após o término do transporte fluvial e consequente readequação urbana para o outro lado do Ribeirão da Velha em 1954, este espaço também perdeu a sua função mais importante e ficou à espera de um novo uso. Após o incêndio de 1958 na prefeitura, surge a ideia da criação de um centro cívico neste local (RP, 1962), dando uma sobrevida ao espaço com a implantação do Fórum já na década de 1960 e com a implantação da nova prefeitura, mas somente na década de 1980.

Na década de 1950 ocorre a implantação de significativos edifícios representativos, que embora possam ter substituído alguns dos edifícios históricos mais representativos da época, como é o caso da antiga Igreja Matriz, do antigo Hotel Holetz e do edifício da antiga Estação Ferroviária, foram reapropriados pela comunidade local ao longo dos anos e ainda hoje são considerados elementos marcantes no cotidiano e na paisagem da cidade. Outros exemplos de grande

importância na transformação da paisagem foram a construção da Av. Beira-Rio e, como consequência desta, a verticalização da Rua XV a partir dos anos 1960.

Aldo Rossi (1995) considera que a cidade se constitui por elementos primários ou estruturantes e por tecido urbano secundário ou acompanhante. Os elementos primários ou estruturantes deveriam ficar sobre a ação ou decisão do poder público:

Os estruturantes são aqueles edifícios e espaços singulares e significativos, que a sociedade tem como pontos de referência por serem sede de órgãos representativos da organização comunitária, de serviços públicos indispensáveis, de atividades de lazer e cultura ou espaços públicos de congregação. Esses edifícios e espaços têm a vocação de definir a imagem da cidade, estruturar sua identidade, definir sua transcendência, marcar as características do tempo e lugar de atuação, ***valorizar a própria estrutura urbana e manifestar os valores culturais comprometidos com a contemporaneidade e com os desejos e expectativas da sociedade.*** Eles são motivo de particular atenção e, por possuir uma carga de significado tão importante, abertos ao debate e discussão pública com a participação das mentes mais esclarecidas. Eles se constituem nos monumentos da cidade, independente de sua escala e hierarquia, no sentido de superar o rotineiro para entrar na consciência cidadã como pontos referenciais de uma atividade ou de representação e significado. Tais empreendimentos ficam, por sua natureza, sob decisão e ação do poder público (ROSSI, 1995).

O tecido urbano secundário ou acompanhante poderia ficar subordinado às leis gerais:

Os acompanhantes são aqueles edifícios de fundo, que definem o espaço urbano e possuem padrão de certa repetição e subordinação às leis gerais de organização da estrutura urbana. Por sua natureza, tais empreendimentos são atribuição da iniciativa

privada, com o correspondente controle e debate público quando o impacto deles atinge o funcionamento da estrutura urbana ou a própria imagem da cidade. (ROSSI, 1995).

Os espaços urbanos de Blumenau (porto, praça, ruas, pontes e avenidas) poderiam ser definidos como elementos estruturantes, enquanto os edifícios propriamente ditos (Prefeitura, Hotel, Igreja, Casa Comercial) seriam os elementos primários nesse período, que estariam implantados em pontos estratégicos dos espaços estruturantes. O tecido urbano que forma um conjunto urbano representativo seria considerado como secundário e os demais apenas como acompanhantes. Em Blumenau, os elementos estruturantes e primários atenderam algumas demandas institucionais específicas, como a industrial, a religiosidade e as corporações financeiras, que subsidiaram o poder naquele momento.

Em 1951 assume o prefeito Hercílio Deeke, que vai começar a espacializar melhor esse contexto exposto e, principalmente, fomentar suas ações num discurso progressista.

Figura 32 - Local da ponte Centro-Ponta Aguda.



Fonte: RP (1953).

A sua primeira ação foi sugerir uma ponte conectando o Centro com a Ponta Aguda (Fig. 32), na parte central da Rua XV, na altura da Igreja Matriz, onde iria surgir uma “nova centralidade”.

Desde o momento da posse, foi a construção de uma ponte sobre o Rio Itajaí-Açú, ligando a cidade com o bairro Ponta Aguda, uma das minhas maiores preocupações, por reconhecer nela uma das obras mais úteis e necessárias ao desenvolvimento da cidade. Fonte: RP, 1954.

Em 1953, é possível perceber o corte no Morro dos Padres para dar continuidade na Rua 07 de Setembro, onde ficará localizada a Estação Rodoviária, obra considerada de interesse vital para a cidade (RP, 1953). Nesse mesmo ano, mais duas obras estruturais para novo dinamismo e a nova imagem da cidade foram iniciadas: a construção dessa Estação Rodoviária (Fig. 33) e o lançamento da pedra fundamental da nova Igreja Matriz (Fig. 34).

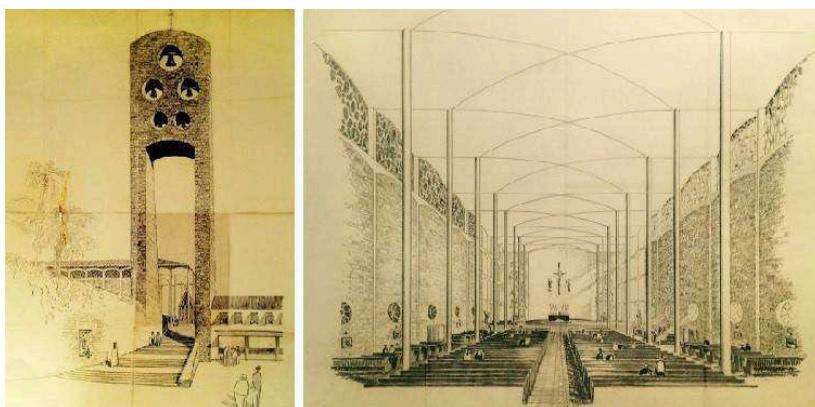
Figura 33 - Estação Rodoviária próximo da Matriz.



Fonte: Adalberto Day (2014).

Com a transferência, e conseqüente retirada, da Estação Ferroviária do Centro no ano de 1954, a Estação Rodoviária passou a ser o grande local de saída e chegada das pessoas, a partir do modelo de desenvolvimento e integração nacional que priorizava o transporte rodoviário, dando forma ao novo eixo central perpendicular à Rua XV, formado pela nova Rodoviária, nova Matriz e a nova ponte, todos construídos nesse mesmo período, espacializando desta forma o discurso do progresso e da modernidade.

Figura 34 - Perspectiva da Matriz de Gottfried Böhm.



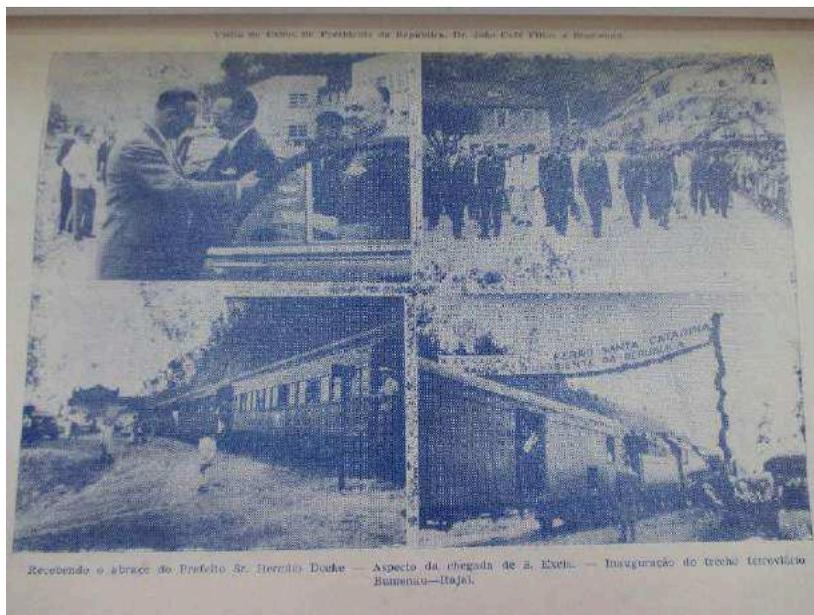
Fonte: NOLL; ODEBRECHT (2014). Acervo: Arquivo Histórico do Museu Alemão de Arquitetura, Frankfurt.

Em 1954 foi inaugurado o novo trecho da ferrovia que ligaria Blumenau ao porto de Itajaí (Fig. 35), com a presença do presidente da república Dr. João Café Filho, que demonstra a importância do evento, conforme consta no “Relatório do Negócios Administrativos do Município de Blumenau apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Hercílio Deeke” em 1954, conhecido popularmente como RP - Relatório do Prefeito (RP, 1954).

Por outro lado, a inauguração do novo trecho da ferrovia, ligando Blumenau ao porto de Itajaí, vai ocasionar o abandono do transporte fluvial, da utilização do porto no *Stadplatz* e da própria utilização da antiga Estação, sendo responsável pela conseqüente perda de dinâmica urbana, tanto na Praça do Porto, devido ao encerramento das atividades,

como na Praça da Estação Ferroviária, devido a sua transferência do local.

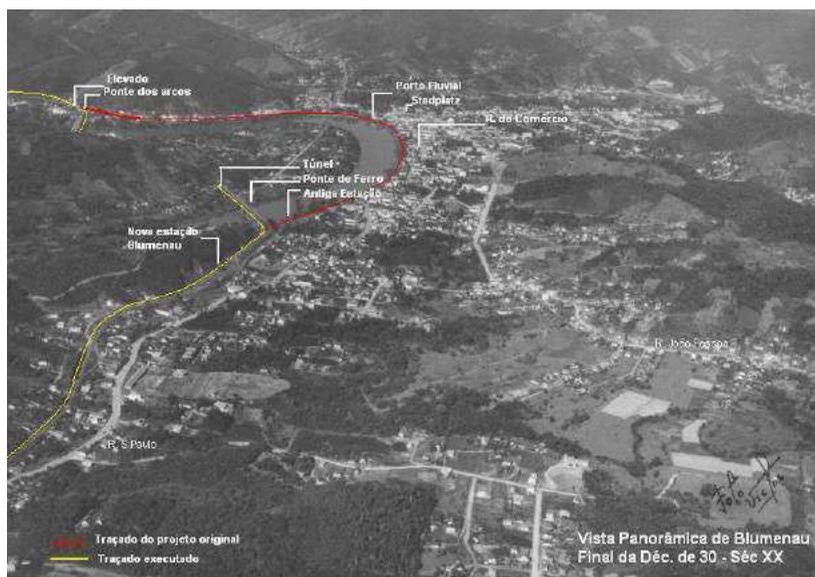
Figura 35 - Inauguração do trecho ferroviário Blumenau-Itajaí.



Fonte: RP (1954).

WITTMANN (2010) apresenta a proposta do traçado original para o percurso da ferrovia (Fig. 36), em vermelho, que seria justamente passando na margem do rio, onde atualmente encontra-se a Av. Beira-Rio e que passaria pelo *Stadtplatz*, cortando a sua relação com o rio. O traçado executado (em amarelo) ficou livre das enchentes e possibilitou também a abertura da Av. Beira-Rio mais tarde, iniciando assim uma nova relação do centro da cidade com o rio e com a margem esquerda. Talvez esse desvio tenha sido o evento fundamental para a caracterização das relações e da paisagem hoje existentes.

Figura 36 - Vista da área central com a proposta do traçado da ferrovia.



Fonte: Wittmann (2001).

Ao final do mandato do prefeito Hercílio Deeke (1951-1954), consta ainda no seu relatório, que as obras de contenção da margem direita do rio (centro) seriam de fundamental importância para “*a segurança de grande parte de nossa cidade*”, sendo esse discurso, o embrião da futura Av. Beira-Rio (RP, 1954).

Apesar de nada constar sobre o destino do terreno da antiga Estação, um local privilegiado estava à disposição de eventuais especulações sobre seu futuro. Não é de se admirar que após o incêndio misterioso na prefeitura em 1958, essa área, conjuntamente com a ideia de uma avenida beirando o rio que terminaria bem nesse local, tenha sido cogitada para abrigar o novo centro cívico da cidade.

Para fomentar o discurso e a ideologia do progresso, em 1955 assume a prefeitura Gerhard C. F. Neufert, que inscreveu Blumenau no concurso anual do “Municípios Brasileiros de Maior Progresso” no Brasil, realizado em abril de 1955, pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), tendo sido selecionado entre os

cinco municípios que receberam o “Diploma de Honra” (Fig. 37). No relatório do prefeito é possível encontrar trechos como *“Blumenau se orgulha de ter sido apontado, especialmente pela palavra insuspeita de economistas que vieram estudar sua situação e seu meio de vida, como o Município Modelo do Brasil”*, conforme relato das atividades desenvolvidas no exercício anterior (RP, 1954).

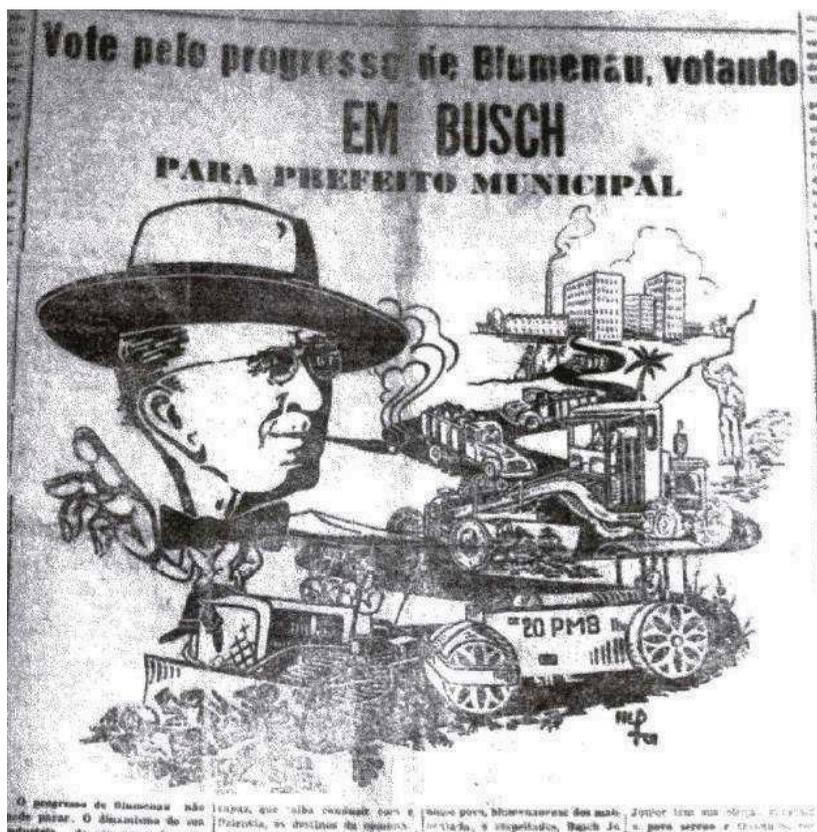
Figura 37 - Diploma de Município de Maior Progresso do Brasil.



Fonte: RP (1955).

Em 1956 assume Frederico Guilherme Busch Jr., que pautou sua campanha no discurso “Vote pelo progresso de Blumenau, votando em BUSCH” (Fig. 38). Além do calçamento de diversas ruas e a construção de diversas pontes menores, foi iniciado a criação de um “Plano Urbanístico da Cidade”, importante para a expansão do perímetro urbano, dividido em Zona Central e 18 Bairros, através da Lei 717/1956 (RP,1956).

Figura 38 - Charge da candidatura de Busch para prefeito.



Fonte: Cidade de Blumenau (1955).

A construção da ponte em 1956 (Fig. 39) tentava resolver o problema da falta de relação do Centro com a Ponta Aguda, onde a margem direita era somente “fundos” da Rua XV, e a própria presença da antiga Matriz, ainda voltada para a curva do rio, demonstrava essa falta de relação. A construção da Matriz moderna, já voltada para a Ponta Aguda, reforçará essa relação com a outra margem, que se dará também pelo próprio eixo ponte-Matriz-rodoviária.

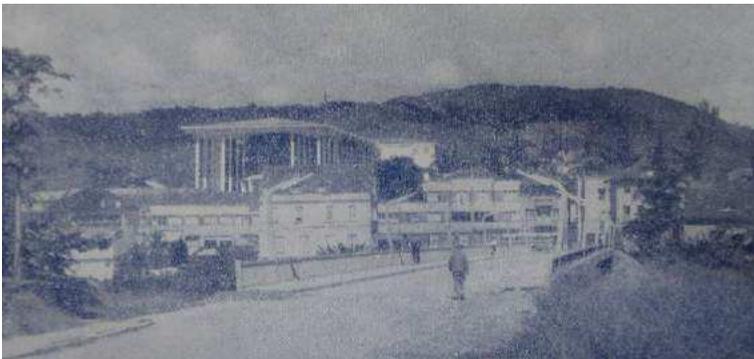
Figura 39 - Construção da ponte em 1956.



Fonte: RP (1956).

A ponte ficou pronta em 1957 (Fig. 40), iniciando uma nova relação entre margens, reforçada pela forma e posicionamento da Matriz moderna, agora já sem a Matriz original.

Figura 40 - Ponte já finalizada em 1957.



Fonte: RP (1957).

Numa demonstração de união e força política da classe industrial que estava instaurada em todas as esferas institucionais e nos cargos mais representativos, foi organizado uma comissão central denominada Comitê Executivo da Comissão de Defesa do Vale do Itajaí, com a finalidade de “*centralizar todas as atividades das forças da região, em busca do objetivo comum*” (RP, 1957), que eram as cheias e a falta de infraestrutura para o crescimento econômico da região. Através do Decreto 42.423/1957, baixado pelo então presidente Juscelino Kubitschek, foi nomeado o Grupo de Trabalho para “*estudar a situação econômica da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí e propor as medidas necessárias ao seu desenvolvimento*” (RP, 1957). Com isso foi iniciado o projeto denominado “Muro de arrimo da margem direita”, que serviria inicialmente para a contenção das cheias, mas que posteriormente vai receber uma nova função, rodoviária, e alterar também a relação da cidade com o rio, que será a construção da Av. Beira-Rio.

Nesse período ocorre um grande número de retificações de trajeto e pavimentação asfáltica nas principais ruas da área de expansão urbana da área central, como a R. Amazonas (bairro Garcia e outros - E.I.Gracia e Artex), R. São Paulo (bairro da Itoupava e outros) e R. João Pessoa (bairro da Velha e outros). Através do Plano de Urbanização foram delimitadas as principais áreas de expansão e iniciado a elaboração do Plano Diretor, com destaque para as áreas marginais do Ribeirão da Velha, margem esquerda do Rio Itajaí-Açú e a definição do local de passagem da continuação da Rua 07 de Setembro (RP, 1957).

O ano de 1958 foi marcado pelo “misterioso” incêndio, em 08/11/1958, no edifício da prefeitura (Fig. 41) que abrigava o setor administrativo, setor judiciário e arquivo histórico da cidade.

O fogo irrompeu no Arquivo Municipal, instalado nos altos do edifício do Fórum, arrasando completamente as repartições ali instaladas e reduzindo à cinzas o Arquivo Municipal, com toda documentário histórico e administrativo do município, desde a sua fundação em 1850 até 1957. Foi uma perda irreparável, pois guardava todas as documentações históricas do Município e todos os documentos referentes a vida social, política e econômica. Também a valiosa Biblioteca jurídica, os arquivos dos cartórios do

crime, do cível e comercial, do cartório de órfãos, do cartório eleitoral, e dos vários tabelionatos, foram consumidos pelo fogo. Cabe-me registrar, na oportunidade, que era a PMB, no País inteiro, a única Municipalidade que centralizava, em seu prédio, a quase totalidade das repartições federais, estaduais e municipais existentes na cidade. Fonte: RP, 1958.

Figura 41 - Incêndio na prefeitura em 1958.



Fonte: RP (1958) e Acervo Oscar Handke (1958).

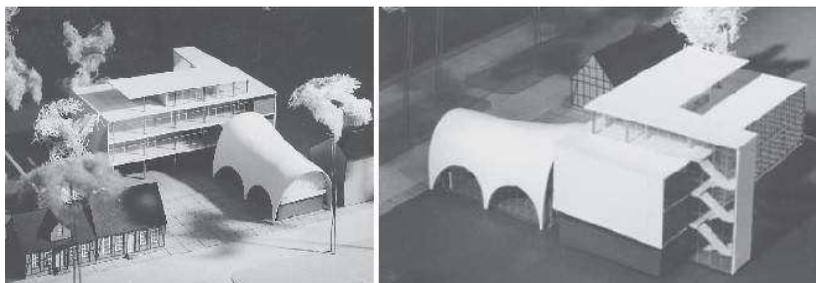
A citação anterior foi retirado do capítulo “Lamentável Ocorrência”, do Relatório do Prefeito de 1958. Apesar de tamanha tristeza expressa pelo prefeito no relato, o próximo capítulo do mesmo relatório, já aborda o tema “Prejuízos, Seguros e Destino do Prédio”, onde há uma descrição dos valores referentes ao prejuízo, uma descrição dos valores a serem pagos pelo Seguro e uma indefinição com relação ao futuro do edifício:

Quanto ao destino a ser dado ao prédio, nenhuma deliberação definitiva foi ainda tomada e sobre o assunto as opiniões divergem, havendo quem opte pela reconstrução (financeiramente mais viável) e quem seja a favor da construção de um prédio **novo e moderno** no local da parte sinistrada e posterior demolição da parte salva onde hoje funciona a prefeitura. Fonte: RP, 1958.

No Relatório do Prefeito de 1959, fica explícito o desejo do então prefeito: “*propus a essa Nobre Casa, em fins do ano passado, construir-se uma nova edificação, moderna e funcional, para a prefeitura de Blumenau*”, enquanto esperava alguma deliberação (RP, 1959).

Essa discussão sobre o futuro das repartições e da própria prefeitura gerou muita discussão, onde os “especialistas técnicos e modernos”, como o arquiteto Hans Broos, por exemplo e entre outros, pretendiam a reconstrução da parte do edifício e incorporação à sede da prefeitura como um conjunto de funções únicas, bem como, a construção em novos edifícios para o Acervo (Fig. 42), já proposto antes do incêndio (em 1957), e uma nova edificação para o Fórum (Fig. 44), essa proposta após o incêndio (em 1959), ambos no entorno da prefeitura, permanecendo assim, no antigo centro simbólico da cidade. Em parte, como veremos a seguir, essa decisão foi tomada, mas com uma série de alterações por parte dos “políticos modernos” nas suas funções e na própria linguagem das edificações, diferentemente da modernidade, que tentava expressar a arquitetura de sua época.

Figura 42 - Projeto para o Arquivo Histórico de Blumenau em 1957.



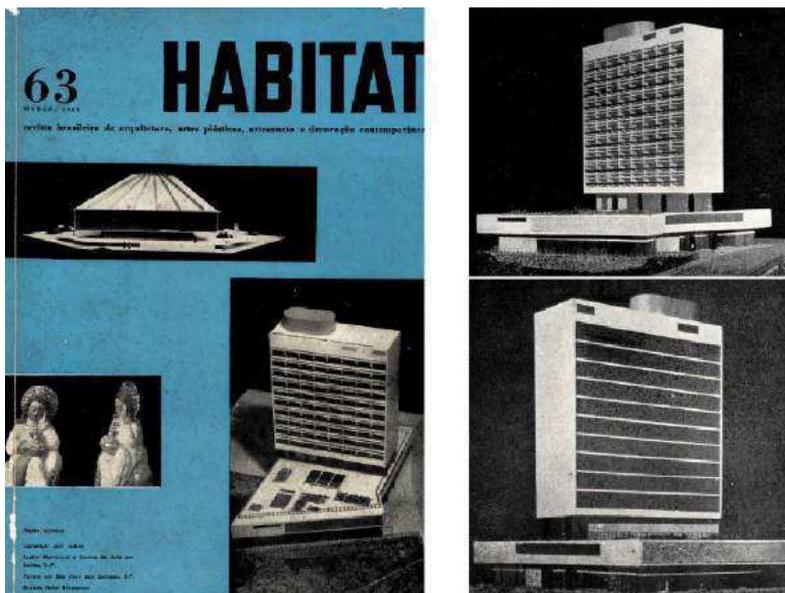
Fonte: Arquivo Hans Broos (2014).

A Lei Municipal 862, de 1958, vai instituir um número mínimo de dois (2) pavimentos para as edificações na área central, na maioria das ruas, contados do passeio, com platibanda e marquise com material incombustível. Para as ruas principais, como a Rua XV de Novembro, 07 de Setembro, Alameda Rio Branco, Rua Nereu Ramos, Floriano Peixoto e Alameda Duque de Caxias (Rua das Palmeiras), essas deveriam ser construídas obrigatoriamente no alinhamento, com número mínimo de três (3) pavimentos para as edificações na área central, na

maioria das ruas, contados do passeio, com platibanda e marquise com material incombustível. A lei determinava que nenhum prédio poderia ser reformado ou reconstruído sem obedecer os dispositivos desta lei. Essa lei interfere diretamente na nossa área de estudo, pois a partir dela as edificações térreas são praticamente extintas e as reformas ou novas edificações necessitam se adaptar a este incentivo de início verticalização da cidade. Com o passar do tempo, diversas edificações vão ser demolidas para dar lugar à terrenos para futuras construções com gabaritos bem mais elevados, iniciando assim o processo de verticalização da área central.

Em Março de 1959 ocorre a demolição do “antigo” Hotel Holetz, fato este que, conjuntamente com a demolição da antiga Matriz após o término da Matriz moderna e do próprio incêndio do edifício da Prefeitura no ano anterior, fomentam a discussão sobre a divisão da cidade em passado/presente e antigo/moderno, apoiado num discurso progressista da evolução da cidade.

Figura 43 - Grande Hotel Blumenau.

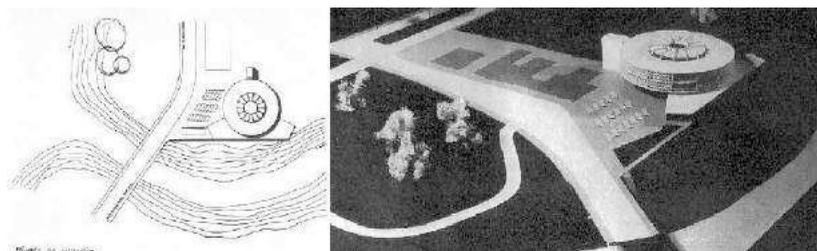


Fonte: Habitat 63 (1961).

No lugar do antigo Hotel Holetz foi elaborado o projeto de um novo e moderno hotel a ser elaborado pelo arquiteto Hans Broos. O Grande Hotel colocava Blumenau na capa de diversas publicações nacionais e na principal revista especializada em arquitetura do país (Fig. 43).

No dia 11/04/1959 o “*Sr. Governador do Estado assina contrato, com o eng. local Dr. Hans Bros, para a elaboração de estudos do anteprojeto do prédio destinado à construção do Palácio de Justiça de Blumenau*” (RP, 1959). Projeto esse que ficava ao lado da antiga prefeitura (atual mausoléu) e novamente foi parar na edição seguinte da mesma revista de publicação nacional (Fig. 44).

Figura 44 - Palácio de Justiça de Blumenau.



Fonte: Habitat 64 (1961).

Esse projeto não foi construído neste local, pois com a criação do centro cívico no local da antiga Estação, um novo projeto foi elaborado para aquele local.

No dia 15/11/1959 foi lançada a pedra fundamental para a construção da torre da Igreja Matriz (Fig. 45), “*complemento indispensável à conclusão da belíssima Igreja, que é um monumento arquitetônico, de linhas sóbrias e construída em estilo moderno*” (RP, 1959).

Figura 45 - Construção da torre da Matriz na década de 1960.



Fonte: AHJFS (s/d).

Em 1961 o governo federal libera verba específica do orçamento da União para a construção de barragens nas cabeceiras do Rio Itajaí-Açu com finalidade de *resolver o problema das enchentes na bacia banhada pelo Rio Itajaí-Açu* (RP, 1961). Com esse possível controle, abre-se a possibilidade de ocupar de forma melhor a margem direita do que apenas a construção de um muro de arrimo:

O governo municipal está particularmente interessado na concretização desta obra, porquanto a mesma propiciaria a construção de uma avenida beira-rio, tão necessária à urbanização e que viria, além disso, aliviar as dificuldades do trânsito no Centro e facilitar o problema do estacionamento. Fonte: RP, 1961.

O prefeito era novamente Hercílio Deeke, que comandava a política local em sintonia com os industriais locais de Blumenau e com o governo federal. Prova disso é que, a canalização do Ribeirão do Bom

Retiro (local da Hering Matriz) foi financiada com verba orçamentária federal, através do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais. Uma obra de grandes proporções, com locais de 4m de largura e 7m de altura.

Também em 1961, Celso Ramos, ex-presidente da FIESC, assume o governo do Estado, colocando em prática o Plano de Metas do Governo (PLAMEG) estadual, em consonância com o plano de metas já existente em nível nacional, que pode ter sido considerado um marco do planejamento estadual por alguns autores, principalmente pelo viés econômico.

Do ponto de vista documental, o Plameg foi resultado do Seminário Socioeconômico promovido pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), em colaboração com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), nos anos de 1959 e 1960, sob a coordenação de Celso Ramos, então Presidente da FIESC. (GOULARTI FILHO, 2005, 634).

Para exemplificar, o PLAMEG foi responsável pela criação do Besc, da Udesc e da Celesc, que teve como seu primeiro presidente o industrial Dr. Júlio Zadrosny (industrial da Artex), ex-presidente da ACIB (que chama o arquiteto Hans Broos para elaborar o projeto da Celesc na capital). Logo, o alinhamento em todos os níveis entre os industriais com os governos municipais, estaduais e federais colocam Blumenau num patamar de destaque nacional.

No Relatório do Prefeito de 1962 aparece pela primeira vez o assunto “criação do Centro Cívico de Blumenau”, com a possibilidade de doação do terreno da E.F.S.C., que desde 1954 não utilizava mais o espaço com a mudança de local da Estação Ferroviária para o outro lado do Ribeirão da Velha, pois precisava ficar localizado antes da Ponte de Ferro. O prefeito propunha a criação de um centro cívico do outro lado do Centro, para concentrar todas as atividades, o que deixaria a área histórica esvaziada de suas funções. Essa ideia foi levada para a aprovação do governador do Estado, que ratificou a importância e elevou o pleito ao nível federal, recebendo parecer favorável através do

Decreto 654/1962, autorizando a cessão gratuita do terreno da EFSC especificamente para a construção do Centro Cívico de Blumenau. O projeto do Centro Cívico de Blumenau (Fig. 46) ficou a cargo do Estado, através do PLAMEG (RP, 1962).

Figura 46 - Projeto do Centro Cívico para Blumenau/SC.



Fonte: RP (1964).

Em dezembro de 1962 ocorre a inauguração do Grande Hotel (Fig. 47), com a presença do Governador, representante do Presidente da República, presidente nacional da UDN, diretor geral do Banco do Brasil, entre muitas personalidades presentes.

O grande Hotel Blumenau, erguido no lugar do antigo e tradicional Hotel Holetz é uma das maiores e mais modernas organizações do gênero em todo o Brasil, impressionando pelo arrojo de suas linhas, pelo conforto de suas instalações, pelo requinte de seus serviços. Com doze andares é o prédio mais alto de Blumenau. Conta com magníficas instalações: bar, restaurante, boite, salões de festas, jardim-terraço, garagem e farmácia. No ato inaugural, que constituiu acontecimento dos mais expressivos no ano, fizeram o uso da palavra o Sr. Genésio Miranda Lins – do Banco Indústria e Comércio de Santa

Catarina S.A. e o Sr. Hercílio Deeke – Prefeito Municipal e Presidente da Cia. Melhoramentos, em nome desta organização responsável pela construção do Grande Hotel. Fonte: RP, 1962.

Figura 47 - Grande Hotel Blumenau na década de 1960.



Fonte: AHJFS (s/d).

Temos aqui a união de empresários industriais, com banqueiros da indústria e comércio com políticos responsáveis pelo próprio empreendimento. Vale destacar que além de equipamento hoteleiro, que tinha suas principais funções na lâmina vertical, o empreendimento mantinha uma forte relação com os cidadãos blumenauenses através do bloco horizontal, localizado no nível dos pedestres, com atividades do cotidiano do cidadão, como banco, restaurante, bar e boite aberta para o público em geral, que se tornou um grande ponto de encontro local.

Em 1963 a Rua 07 de Setembro, onde já se encontrava a Rodoviária (na esquina da Rua da Matriz), é prolongada até a Rua Amazonas (bairro Garcia – EIG e Artex) e até à Vila Nova (acesso ao bairro da Velha), que conjuntamente com a futura construção da Av. Beira-Rio formará um pequeno anel central de liberação da Rua XV e de expansão urbana da cidade.

Para facilitar o escoamento da produção industrial (principalmente Garcia/Artex e Bom Retiro/Hering) para o porto de Itajaí, fez-se necessário a abertura de uma rua conectando a Alameda Duque de Caxias (Ruas das Palmeiras) com a Rua Alwin Schrader (continuação da Rua Itajaí – saída para Itajaí). Além desse acesso de saída, foi terminado a pavimentação da ligação Blumenau-Itajaí. Nesse momento diversas obras de infraestrutura de grande importância para a cidade (principalmente para as indústrias) recebem recursos do governo federal, como o alargamento e pavimentação das principais vias citadas anteriormente, a obra de contenção da margem direita e construção da Beira-Rio, canalização do Ribeirão do Bom Retiro e doação de terrenos, como o da EFSC.

Com relação às políticas públicas para o turismo, na gestão do Prefeito Hercílio Deeke, foi criado o Departamento Municipal de Turismo (DMT), com autonomia administrativa subordinada ao Prefeito Municipal, através do Decreto Lei nº 1.169/1963. No mesmo ano, Hercílio Deeke, através de Decreto, designou José Ferreira da Silva para exercer as funções de Diretor-Geral de Depto. Municipal de Turismo. Em 1964, Hercílio Deeke criou o Conselho Municipal de Turismo, órgão consultivo composto por 15 membros escolhidos dentre os representantes de diversas entidades do município, cuja função era a de assessorar o D.M.T., através do Decreto nº 504/64. A justificativa era de que,

O número de turistas que, diariamente, transita, ou se demora, em nossa cidade, tem sido impressionante. Agora mesmo, quando já estamos fora da época das férias escolares, em que mais se acentua o movimento turístico, ainda contam-se por centenas os que visitam a cidade, solicitando lugares nos vários hotéis. Esses turistas, pertencentes às mais variadas condições de fortuna e às diversas classes sociais, levam, daqui, da imponente natureza blumenauense, da sua gente acolhedora e amável, as mais gratas impressões, manifestando-se com simpatia, sobre tudo quanto lhes é dado ver e sentir entre nós. Muitos desses visitantes não se contentam em expressar, pelas estações de rádio, ou em entrevistas à imprensa, a satisfação de que se

sentem possuídos ao entrarem em contato com uma região de que têm ouvido falar seguidamente e da qual é feita intensa e espontânea propaganda. Fonte: Relatório Prefeito, 1964.

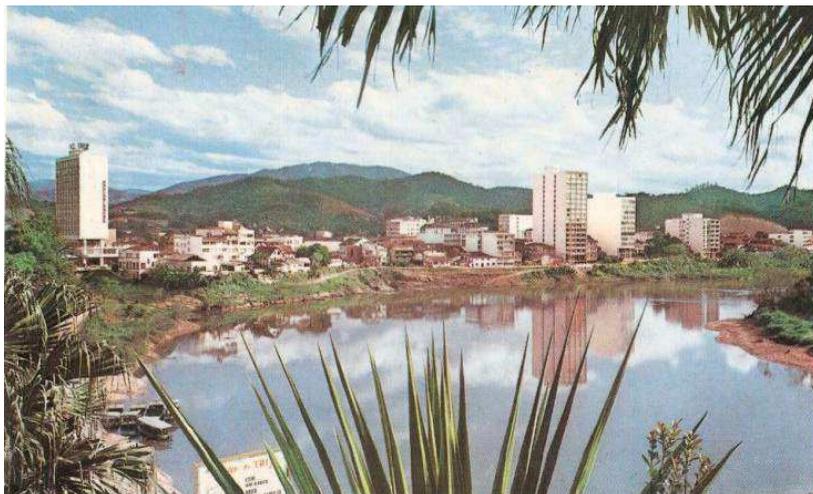
Em 1964 acontece o chamado “Golpe Militar”, onde Blumenau parece comemorar:

a prefeitura, aliada às classes operárias e patronais (...) contra qualquer manifestação provocada pelos aproveitadores e corruptos que pretenderam arrastar o país ao comunismo. Assim, a Revolução redentora, que veio firmar o Brasil no caminho da ordem e da lei, obediente aos princípios cristãos que sempre lhe regeramos destinos, foi sincera e entusiasticamente recebida e festejada por Blumenau. Fonte: Relatório Prefeito, 1964.

Em 1964 foi iniciada a construção do parque permanente de exposições fora da área central da cidade, que já faz parte de um urbanismo mais moderno e funcional que começa a estruturar a expansão urbana. Mas a obra mais importante iniciada neste mesmo ano, foi a construção da Av. Beira-Rio, que se tornaria um marco paisagístico e estabeleceria uma nova relação “entre margens”, do centro da cidade com o bairro da Ponta Aguda.

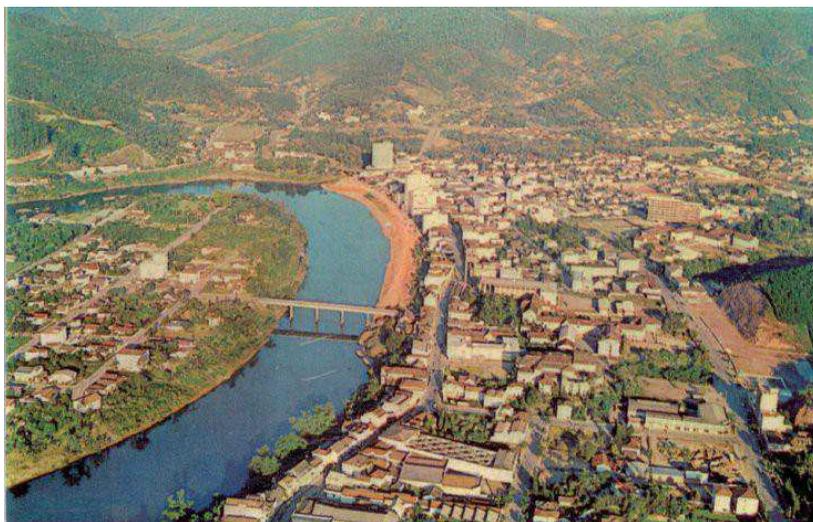
A Fig. 48 revela que a margem esquerda ainda sem a avenida, com as edificações mais recentes já se “abrindo” para o rio, principalmente através do processo de verticalização. É possível perceber ainda algumas relações importantes, como a possibilidade de visão dos vales que enaltecem a topografia acidentada e contrastam com o espelho da água do rio. No final da futura avenida, o Grande Hotel faz a marcação vertical da separação entre o centro antigo/histórico e o centro novo/moderno, como aparece melhor na Fig. 49. Outros detalhes interessantes são o estreitamento do rio e o corte do “morro dos padre”, na Rua 07 de Setembro, próximo ao eixo transversal (rodoviária/matriz/ponte). É possível perceber que o processo de verticalização vai acompanhar a construção das grandes infraestruturas.

Figura 48 - Imagem da margem esquerda ainda sem a avenida.



Fonte: AHJFS (1964).

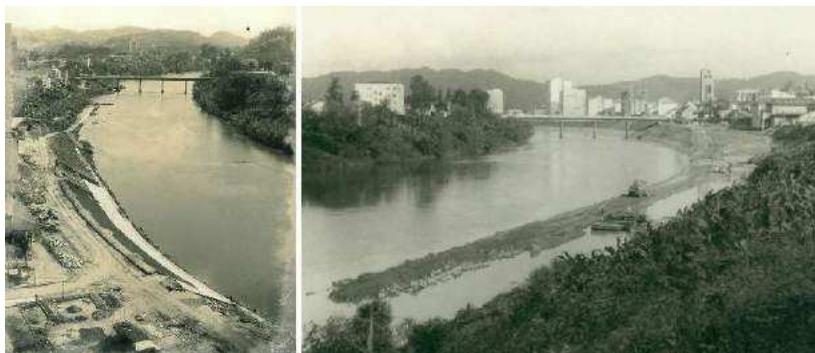
Figura 49 - Imagem da construção da primeira parte da Beira-rio.



Fonte: AHJFS (1967).

A primeira parte da Avenida Beira-Rio (Fig. 50), que compreende a parte “inicial” junto à foz do Ribeirão Garcia e *Stadtplatz* até a nova ponte nas imediações da Matriz, foi entregue em 1969 (pref. Carlos Zadrozny). A segunda parte da Avenida Beira-Rio (Fig. 50), que compreende a área a partir da nova ponte nas imediações da Matriz até a parte “final” junto à foz do Ribeirão da Velha, foi entregue no fim da década de 1970 (pref. Evelásio Vieira).

Figura 50 - Detalhes da construção da primeira e segunda parte da Beira-rio.



Fonte: AHJFS (1970).

Na última gestão de prefeito da década de 1960 (1966-1969) “o Município sofreu uma reestruturação administrativa, que se constitui na racionalização dos serviços através da organização de comissões que se encarregaram de formular o projeto de modernização e crescimento da cidade” (RP, 1969).

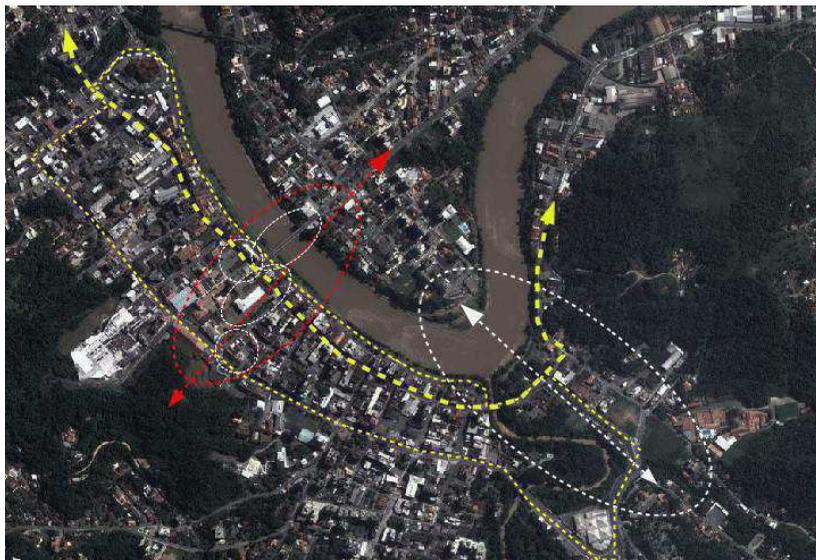
Com relação às políticas públicas para o turismo, em 1967, o Prefeito Carlos Curt Zadrozny levou a experiência adquirida na iniciativa privada para as políticas públicas da prefeitura, criando a Comissão Municipal de Turismo de Blumenau, cujo objetivo era o fomento da atividade turística com planejamento e incentivos municipais. Nesse período iniciam as campanhas publicitárias, onde “Blumenau começava a ser vista pelos turistas como um lugar bucólico, com gastronomia e arquitetura que lembravam as cidades germânicas, e com boas opções para compras de artigos de cama, mesa, banho, confecções e cristais” (SANTIAGO, 2001).

Em 1968, a Comissão Municipal de Turismo criou uma campanha publicitária para divulgar a imagem da “*Blumenau germânica*”, imagem que será explorada pelo turismo a partir de então. Organizou e publicou um encarte na Revista Seleções, de circulação nacional, intitulado “*Adivinhe que país é este*”, trazendo como ilustração imagens de Blumenau. Um outro folheto dizia: “*Você pode conhecer um outro país sem deixar sua terra, sem dólares, sem passaporte, é só tomar o caminho de Blumenau.*” Em 1969, a Lei Ordinária nº 1.625 instituiu a PROEB – Fundação Promotora de Exposições de Blumenau, em substituição a COEB – Comissão Organizadora de Exposições de Blumenau. (SANTIAGO, 2001)

Nesse primeiro momento (1950-1970) o setor de turismo se apresentava como uma complementação à cidade “alemã-industrial” e a todo o seu patrimônio historicamente construído. Como política pública adotada nesse sentido, na década de 1960, estava a sucessiva melhoria dos aspectos urbanos da cidade, elevando a cidade a ser reconhecida nacionalmente pelo título de “cidade-jardim”, que se traduziu num elemento *marketing* bastante utilizado.

Se em 1950 existia praticamente uma só centralidade, localizada na Praça do *Stadtplatz*, que articulava esse local com as três principais ruas da época (Rua Itajaí, a Rua das Palmeiras e a Rua XV), além de um grande eixo longitudinal paralelo ao Rio Itajaí-Açú, que era a própria Rua XV (que conectava o porto à ferrovia), em 1970, é criada uma nova centralidade (Fig. 51) “moderna” (ponte-matriz-rodoviária), transversal ao eixo longitudinal da Rua XV, onde ocorre também a implantação de uma espécie de “anel” central que abraça essa centralidade expandida do eixo longitudinal da Rua XV (*Stadtplatz*/Beira-Rio/Centro Cívico/Rua 07 de Setembro), que modificou em parte a função de “passagem” da Rua XV, para espaço um espaço de maior permanência.

Figura 51 - As centralidades na década 1970.



Fonte: Google (2014). Elaboração: Bielschowsky (2017).

3.3. As transformações na paisagem nas décadas de 1970 e 1980: a criação de uma imagem urbana estereotipada

A década 1970 marca o início de grandes transformações na paisagem urbana, com a mudança de postura do poder público, agora vislumbrando privilegiar o setor turístico como uma atividade rentável e complementar à industrial (MACHADO, 2012), que vai exercer um papel fundamental no processo de apropriação da cultura como uma mercadoria simbólica (HARVEY, 2005) e na formação da imagem de uma germanidade estimulada, através de cenários temáticos (BAUDRILLARD, 2002) em detrimento da valorização desse patrimônio genuíno construído até aquele momento, incluindo as intervenções modernas. A principal mudança de postura dos gestores da cidade ocorreu no final dos anos 1970, como uma alternativa econômica para a cidade, que naquele momento concentrava-se prioritariamente no setor têxtil, conforme o processo de acumulação do pós-guerra. O poder público percebe que as atividades ligadas ao turismo podem ser exploradas muito mais como uma atividade fim do que como apenas uma atividade complementar (CAREZIA, 2012).

Porém, até aquele momento, o turismo de Blumenau poderia ser considerado um turismo muito mais de cunho cultural, uma vez que era uma pluralidade de possibilidades, desde os costumes e tradições mantidas ou transformadas pelos imigrantes, **mas também com a pujança de sua modernidade que a cidade industrial havia se transformado**. Nesse sentido, a complementariedade que a modernidade oferecia ao setor turístico e vice-versa, vai ser reduzida a proliferação de uma imagem de cidade que buscava construir uma “marca” de cidade, baseada apenas no fator étnico e não mais no seu valor cultural de diversas relações socialmente constituídas ao longo do tempo, pautadas no diálogo entre a adaptação e a imposição de costumes distintos nos diferentes espaços temporais.

Com relação ao contexto nacional, a década de 1970 foi marcada pela diminuição gradativa da intensidade do governo ditatorial, onde os partidos haviam sido extintos, restando apenas a ARENA e o MDB. Em março de 1974, assume o general Ernesto Geisel com a tarefa de enfrentar a crise econômica causada principalmente pela dívida externa, crise internacional do petróleo e a inflação, fatores estes que

colaboraram com o início de uma abertura política para a volta da democracia anos depois. No contexto estadual (GOULARTI FILHO, 2002) dois governadores foram escolhidos pela Assembleia Legislativa do estado, Colombo Salles (1971-1975) e Konder Reis (1975-1979), nessa década. No contexto local, o setor industrial sentiu a crise no processo de acumulação e isso se refletiu diretamente em Blumenau, inclusive no campo político, com a quebra de uma sequência de praticamente 20 anos (1951-1970) com o poder diretamente nas mãos da classe empresarial, para um período de 18 anos (1979-1988) sem nenhuma representatividade direta na administração pública. Isso não quer dizer que a classe empresarial não teve seus interesses atendidos, mas, pelo contrário, agora podiam ter representantes em qualquer partido político. (SIMÃO, 2000).

3.3.1. Implantação dos primeiros edifícios emblemáticos em locais estratégicos

Em 1968 ocorreu a implantação do primeiro objeto arquitetônico, ainda bem isolado do contexto, que foi o *Restaurante Frohsinn* (Fig. 52), denominado de “típico” na época, situado no alto do Morro do Aipim (terreno público) e com vista panorâmica para toda “a concha central”, incluindo o Centro Histórico, o Centro atual e a Ponta Aguda, mas com destaque especial para a “curva do rio” (o próprio rio, a antiga praça do *Stadtplatz* e a prainha) e os “morros flutuantes”, fazendo a delimitação da área na paisagem. O terreno foi uma doação dos herdeiros do fundador, Dr. Blumenau, para a cidade, com a finalidade de tornar aquele local num mirante onde fosse possível avistar as formas de ocupação humana sobre o território e o desenvolvimento da cidade (DAY, 2014). Tratava-se então, de um espaço público com um mirante por excelência, que aos poucos, adquiriu um caráter de propriedade particular devido a instalação desse restaurante. Com relação à *imagem* que a própria arquitetura proporcionava em relação à história, aliado a sua localização privilegiada,

“A casa, erguida em 1968 no melhor estilo enxaimel e com largas varandas e decoração alpina, é um convite aos olhos e ao conforto. E traz na própria estrutura a história da cidade”.
Fonte: Site do *Frohsinn*, 2012.

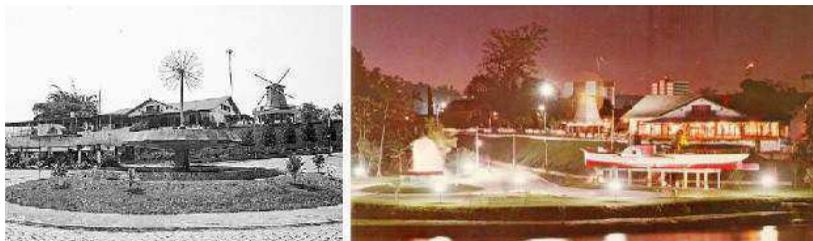
Figura 52 - Restaurante *Frohsinn* em 1969.



Fonte: Acervo de Wanderley Pugliesi (1969).

Para estabelecer uma relação direta com o mirante do Morro do Aipim, leia-se *Restaurante Frohsinn*, em 1971 foi implantado na Prainha, no bairro Ponta Aguda, bem na curva histórica do rio, o *Restaurante Moinho do Vale* (Fig. 53). Novamente, num espaço público conhecido historicamente como “prainha”, foi dada a concessão de parte do espaço público à iniciativa privada (por 20 anos), fomentando a política de comércio e turismo conjuntamente. O poder público preparou toda a infraestrutura da praça Praça Juscelino Kubitschek de Oliveira (prainha), com estacionamento, fonte luminosa e o restauração do Vapor Blumenau I, além de um moinho de vento, que deu origem ao nome do lugar (DAY, 2014).

Figura 53 - Restaurante Moinho do Vale como cartão postal da cidade.



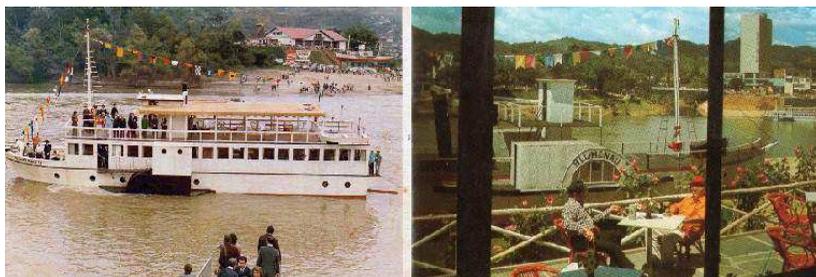
Fonte: JSC (1982).

A implementação desses dois restaurantes nesses dois espaços públicos, na Praça da Prainha e no mirante do Morro do Aipim, aliado com a presença da antiga Praça do *Stadtplatz* (Praça Hercílio Luz), formou uma espécie de triângulo em torno da curva do rio, relevando assim, a importância histórica desses espaços na estruturação da paisagem. Porém, ao conceder parte do seu uso à iniciativa privada, para

exploração comercial através do turismo, altera-se também o caráter do uso público destes espaços ao longo dos anos.

A política para o desenvolvimento das atividades de turismo foi incrementada em 1972 com a construção do Vapor Blumenau II (Fig. 54), com finalidade exclusiva de passeio turístico e não mais como meio de transporte para locomoção (DAY, 2014).

Figura 54 - Relação do Vapor Blumenau II com o Moinho do Vale.



Fonte: Adalberto Day (1972).

Após essas primeiras tentativas de incluir a imagem da cidade como uma política pública focada no turismo, em 1972, é elaborada a primeira “lei urbana” para o fomento de construções *típicas blumenauenses*, com o objetivo de formar um conjunto urbano que refletisse a “imagem da cidade”. A Lei Nº 1.909 de 1972 “*concede favores fiscais às casas típicas - blumenauenses, para residências, que forem construídas dentro do perímetro urbano de Blumenau*”. A lei dispensa do pagamento de emolumentos de obras todos os que, dentro do perímetro urbano de Blumenau, viessem a edificar “*casas típicas Blumenauenses*”, para residências, isentando o Imposto sobre a Propriedade Urbana (IPU), pelo prazo de dez (10) anos. A concessão dos benefícios previstos nesta lei dependia sempre de parecer prévio da **Comissão Municipal de Turismo**, que examinaria os projetos a fim de averiguar se os mesmos possuíam as condições e normas em que a referida Comissão baseia a definição do que considera “**Casas típicas – Blumenauenses**”. Essa lei seria a primeira “oficialização” dessa ideia de se criar uma imagem de cidade para o turismo, visto que quem definia o que eram as “*casas típicas blumenauenses*” era justamente o setor de turismo, através dessa Comissão Municipal de Turismo.

Em 1974 ocorre a revisão do Código de Posturas, através da Lei 2.047/1974, que tinha como o objetivo geral “*disciplinar o uso e gozo dos direitos individuais e do bem estar geral*”. Fica evidente então “*a importância do papel regulador do Estado no espaço urbano, à medida que a urbanização se intensificava*” (SIEBERT, 1999).

Em 1974, foi implantado um Mausoléu (Fig. 55), em pleno centro histórico, ao lado da antiga prefeitura (que permaneceu neste local até 1982) e na frente da Praça do *Stadtplatz* (Praça do Hercílio Luz). O Mausoléu foi construído para abrigar os restos mortais do Dr. Blumenau, com o intuito de enaltecer a figura do fundador da cidade. Esse importante evento histórico buscou fomentar ainda mais a política pública de resgatar a “*identidade blumenauense*” através da reverência a um passado germânico (MACHADO, 2012). Logo,

O Mausoléu foi inaugurado em 02 de setembro de 1974, ano do Sesquicentenário da Imigração Alemã no Brasil. A construção deste monumento surgiu da inspiração do professor e historiador José Ferreira da Silva que também idealizou seu estilo arquitetônico. Fonte: (AHJFS, 2014).

Figura 55 - Mausoléu Dr. Blumenau em 1974.



Fonte: Fotos Antigas de Blumenau (1974).

A implantação dessa obra arquitetônica contribuiu para a paisagem do centro histórico, pois a escala e o próprio partido arquitetônico não pretendiam “enganar” a população local, com alguma falsa técnica construtiva ou extemporânea, apenas tinha o objetivo de fazer uma referência à técnica construtiva enxaimel, mas através de um projeto contemporâneo.

Para alguns autores, o grande problema talvez tenha sido a rememoração excessiva, que posteriormente vai romper com a ordem cronológica do tempo presente:

O processo de “manutenção das tradições” é uma estratégia utilizada pelas elites políticas, culturais e econômicas, dependendo do contexto histórico, como forma de legitimar sua dominação e seus valores na sociedade e conforme a sociedade vai modificando seus pensamentos e assim alteram-se as formas de ressignificar a memória. (SASSE, 2013)

3.3.2. O primeiro Plano Diretor da cidade no ano de 1977

Na década de 1970 a cidade teve seu maior crescimento populacional, com taxa média de 4,6%, devido a grande oferta de empregos, principalmente pelo setor têxtil, ultrapassando os 150.000 habitantes no final da década de 1970. Assim,

É neste período que o Estado procura aumentar seu controle sobre o espaço urbano, através do primeiro Plano Diretor do Município, mas é também nesta época, marcada por trágicas enchentes e enxurradas, e pelo começo da retração econômica, que cresce também a cidade ilegal, e **que se tenta vender uma imagem falsa e estereotipada de Blumenau, que não reflete a totalidade de sua complexidade urbana.** (SIEBERT, 1999).

Em 1977 ocorre a implantação do primeiro Plano Diretor da cidade, elaborado pelo arquiteto Harry Cole e supervisão do escritório de Saturnino de Brito, com metodologia do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e financiamento do Banco

Nacional de Habitação (BNH). Sobre o Plano Diretor de 1977, Siebert (1999) aponta que as maiores contribuições do PD 1977 foram limitadas à circulação viária, como a *previsão de alargamento das vias através do recuo progressivo das construções, vagas de estacionamento para as novas edificações e a reserva de área para a implantação de novas vias projetadas para constituir um anel viário*. Com relação aos maiores equívocos do PD 1977, estes referem-se às enchentes (proibiu edificações apenas abaixo da cota de 10m acima do nível do mar, numa cidade com cheias superiores aos 15m, como 1983/1984) e ao **adensamento (maior coeficiente de aproveitamento) e a verticalização excessiva (inexistência de limite máximo de altura) na área central**. *Analizando em retrospectiva o Plano Diretor de 1977, percebemos os enganos cometidos, que viriam a ser corrigidos nas suas revisões, mas que deixaram sua marca no espaço urbano*. (SIEBERT, 1999). A única zona que recebeu uma certa atenção com relação do **patrimônio histórico arquitetônico foi a Zona Especial do Centro de Artes (Igreja Matriz e Teatro Carlos Gomes)**.

A “concha central” (Fig. 56) ficou delimitada pelos morros anteriormente citados (Porcos/Padres, Boa Vista, Ponta Aguda e Garcia/Aipim), classificados como Zona Especial de Residência - ZER (acima da cota 25m), visando **preservar a conservação da paisagem, promovendo sua ocupação, por residências unifamiliares de padrão elevado**. Este foi o elemento de “controle legal” utilizado nesse período, garantindo, em parte, a proteção na ocupação dos morros acima da cota 25m. (Lei Nº 2242/1977).

Com relação à área do recorte espacial do presente trabalho, o Centro atual foi classificado como Zona Central 1 – ZC1 (comercial), que resultou no incentivo a verticalização e ao adensamento, com a consequente **substituição do conjunto arquitetônico genuíno horizontal por uma série de edificações verticalizadas**. O Centro Histórico foi classificado como Zona Residencial Urbana 2 – ZR2 (residencial multifamiliar), **não recebendo maior proteção patrimonial**. A Ponta Aguda foi classificada como Zona Residencial Urbana 1 – ZR1 (residencial unifamiliar), permanecendo **pouco adensada e pouco verticalizada**.

Figura 56 - Detalhe da “concha central” no Plano Diretor de 1977.



Fonte: PMB (1977).

A classificação de ZC1 (uso comercial) para o Centro atual foi decisivo para a transformação do seu conjunto urbano, através do adensamento e da verticalização, visto que era o maior coeficiente de aproveitamento da cidade (4) e não havia limite máximo de altura (gabarito). Essa foi a zona que sofreu a maior transformação na paisagem, justamente por estes fatores que contribuíram para a substituição gradual de boa parte do conjunto arquitetônico genuíno horizontal, de grande valor patrimonial, com certa diversidade de usos e serviços, por uma série de edificações verticalizadas e monofuncionais.

Isso ajudou também a sobrecarregar o sistema viário no “estrangulamento” de conexão entre os dois bairros mais populosos (Velha e Garcia), que vai causar sérios transtornos até os dias atuais, como as intermináveis discussões sobre a prioridade do sistema viário no planejamento urbano da cidade e as justificativas pela não destinação de parte do sistema viário para o uso exclusivo de pedestres na principal rua comercial da cidade (Rua XV) ou para um uso mais qualitativo na

avenida junto ao rio (Av. Beira-rio), por exemplo. Vale destacar que o Ribeirão da Velha fazia a separação dessa *Zona Central 1 – ZC1* da *Zona Central de Expansão do Centro – ZC2*, que de certa forma, ajuda na distinção desses dois conjunto urbanos.

A ZC1 (Centro atual) foi dividida nas seguintes subcategorias de uso: **I - Zonas Especiais**: a) Centro de Artes; b) Centro Cívico; c) Área compreendida entre a Avenida Presidente Castelo Branco (Av. Beira-Rio) e a Rua XV de Novembro (Rua XV).

A **Zona Especial do Centro de Artes** (delimitada pelo seguinte perímetro: Rua XV de Novembro, rua Padre Jacobs, rua Sete de Setembro e rua Namy Deeke), deveria possuir as seguintes características: I - conter, além dos já existentes, **equipamentos significativos na vida funcional da cidade e na sua paisagem**; II - as categorias de uso adequado seriam a **recreacional - cultural - religiosa - residencial**, tolerando-se o comércio sofisticado de pequeno porte e o comércio de artesanato; III - seria incentivada a **integração espacial dos edifícios segundo diretrizes arquitetônicas** a serem traçadas pela Assessoria de Planejamento – ASSEPLAN. Além disso, uma Lei especial deveria fixar a **concessão de estímulos fiscais para essas construções** (Lei Nº 2242/1977). Pode-se perceber que havia uma certa preocupação com a área do entorno desses *equipamentos significativos na vida funcional da cidade e na sua paisagem*, que ficava no eixo moderno (ponte-matriz) e incorporava a Matriz moderna, o “Colégio dos Padres” e o Teatro Carlos Gomes, onde a ASSEPLAN deveria ter traçado a *integração espacial dos edifícios segundo diretrizes arquitetônicas* e fixado a *concessão de estímulos fiscais para essas construções através de uma Lei especial*, que pelo PD 1977, dá a entender que seriam de **caráter altamente cultural**, por ter sido sugerida a partir de edificações históricas com alto valor simbólico e patrimonial. Então, além de não ter traçado a *integração espacial dos edifícios* (com valor patrimonial), o poder público vai aproveitar a diretriz de *concessão de estímulos fiscais para essas construções* (com valor patrimonial) para distorcer a leitura feita pelo PD 1977, de caráter cultural e sugerida a partir de edificações históricas (com valor patrimonial), que vai acabar diminuindo o seu valor simbólico, como será demonstrado posteriormente.

A **Zona Especial do Centro Cívico** foi apenas delimitada oficialmente, conforme a **proposta da década de 1960** (Rib. da Velha, Rua XV, rua Dr. Amadeu da Luz e Av. Beira-Rio), onde vai ser implantada a Nova Prefeitura em 1982.

Na **área compreendida entre a Av. Beira-Rio e a Rua XV** é que vai ocorrer a maior transformação, conforme a proposta da ZC1. As edificações deveriam possuir as seguintes características: I - seria incentivada a **construção em altura, acima do terceiro piso**, para tanto no cálculo do coeficiente de aproveitamento a área dos três primeiros pavimentos **não será considerada como área construída** desde que ela tenha **só ocupação comercial**; II - no pavimento térreo seria **obrigatório a construção de galerias**, ligando a rua XV de Novembro com a Avenida Presidente Castelo Branco (largura igual a 40% da fachada, largura mínima de 4,00 metros, pé direito mínimo de 4,00 metros, exceto edifícios construídos em esquinas e com fachadas inferior a 15,00 metros); III - **15% da área do lote deverão ficar descobertos**, sem edificação, podendo, no entanto, ser ocupados para jardim, via de pedestres ou para restaurantes e bares ao ar livre; IV - até o terceiro piso, **sem afastamentos lateral, posterior ou de fundos, se a ocupação foi feita por lojas e estabelecimentos comerciais**. (Lei Nº 2242/1977). Pode-se perceber que havia uma certa preocupação com a morfologia do desenho da cidade e dos usos propostos, onde fica evidente o incentivo a verticalização, especialmente a partir do terceiro piso (que seria a linha do *skyline* do gabarito do conjunto arquitetônico genuíno que vai ser substituído), incentivando o uso somente comercial nesses pavimentos, liberando toda essa área do cálculo do coeficiente de aproveitamento e dos afastamentos necessários. As propostas mais interessantes para a estrutura urbana desse plano ficaram por conta da obrigatoriedade de abertura de galerias entre a Av. Beira-Rio e a Rua XV, que serviria como passagens complementares às do sistema viário, visto que não haviam muitos acessos devido a formação da Rua XV como principal rua comercial da cidade (com as fachadas frontais de comércio e “de costas” para o rio, além da não existência da Av. Beira-Rio), incentivando assim o fluxo de pedestres nessas galerias comerciais, e da reserva de 15% da área do lote que deveriam ficar descobertos, podendo ser ocupados para jardim, via de pedestres ou para restaurantes e bares ao ar livre, o que, de fato, não ocorreu.

Segundo o PD 1977 (Lei Nº 2242/1977), *o estabelecimento de zonas comerciais visavam estimular a concentração e o agrupamento das atividades comerciais afins, com o seguinte objetivo: na ZC-1, proporcionar a maior variedade possível na oferta de serviços, comércio varejista, recreação e pontos de encontro e convívio social, com aproveitamento racional das infraestruturas existentes.* Porém, fazendo uma leitura 40 anos depois, pode-se verificar que não houve maior variedade na oferta de comércio e serviços, mas ao contrário, os estabelecimentos comerciais e financeiros, que substituíram grande parte das tradicionais casas de comércio e/ou/com moradias por edifícios monofuncionais, tornaram-se cada vez mais parecidos e sem maiores vínculos com a cidade. Também não houve praticamente nenhum acréscimo (muito menos variedade) na oferta de *recreação e pontos de encontro e convívio social*, mas ao contrário, os poucos espaços públicos destinados para esta finalidade (que nem ficam nessa zona ZC1) foram se tornando, aos poucos, anexos das incorporações privadas destinadas aos turistas, diminuindo assim a sua relação com o morador local ou sendo abandonado aos poucos pelo próprio poder público.

Com relação às Zonas Residenciais – ZR, estas tinham como objetivo *conservar as características existentes, bem como estimular determinadas formas de ocupação dos terrenos, tendo em vista os objetivos e diretrizes básicas do Plano Diretor Físico-Territorial, particularmente as densidades demográficas e a paisagem urbana* (Lei Nº 2242/1977).

A Ponta Aguda foi classificada como Zona Residencial Urbana 1 – ZR1 (residencial unifamiliar), que visava *preservar e promover o uso de residências unifamiliares de padrão elevado* (Lei Nº 2242/1977), ou seja, permaneceu pouco adensada e pouco verticalizada, nesse período, devido a esta classificação, o que não deixou de ser uma grande reserva de terrenos de alto valor para o mercado. Ao incentivar essas residências *unifamiliares de padrão elevado*, o poder público estava incentivando a “segregação” de usos, concentrando os usos comerciais e de serviços no Centro atual (na ZC1) e incentivando, em parte, o adensamento e a verticalização moderada na área de entorno do Centro Histórico (na ZR2).

Os efeitos da classificação do Centro Histórico em Zona Residencial Urbana 2 – ZR2, que **deveria ter sido uma zona**

classificada como área de proteção cultural, foram sentidos de forma mais amena, com relação ao adensamento e a verticalização, uma vez que a ZR2 não era tão atrativa como a ZC1 naquele momento, por não oferecer os “melhores” índices urbanísticos e limitar as novas construções em seis pavimentos, bem como, o capital preferiu se “materializar” na principal rua comercial da cidade industrial. Porém, diversas edificações foram demolidas ou substituídas, por esta zona não ter sido classificada como uma *zona específica de proteção histórica*, que ocorreu somente na revisão do PD em 1989.

Ainda com relação ao PD 1977, existe o Cap. VIII da Lei 2.235/1977, que faz referência à **preservação da paisagem**, onde no Art. 24, “*visando a preservação e valorização da paisagem de Blumenau, bem como dos aspectos tradicionais da comunidade, o Plano Diretor Físico-Territorial prevê a fixação de determinadas glebas, bosques, cursos d’água, represas e suas margens, bem como edifícios, logradouros públicos e outros locais, como áreas de proteção paisagística sujeitas à Lei especial*”, que ainda mencionava em seu Parágrafo Único, “*deverão ser respeitadas as determinações da Lei Federal nº 4.771/1965 (Código Florestal)*”. Então, como o Rio Itajaí-Açú apresenta uma largura de aproximadamente 100m na área de estudo, conforme a Lei Federal 4.771/1965, deveria ser considerada Área de Preservação Permanente (APP) *ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d’água, em faixa marginal cuja largura mínima será de 100m para os cursos d’água que meçam entre 50m e 100m de largura.*

Entre os objetivos do PD 1977, para o recorte deste trabalho, estavam: assegurar uma estrutura urbana adequada ao crescimento demográfico previsto e às **funções regionais de Blumenau**, consolidar Blumenau como **centro de serviços** para a população de **sua região de influência**, estimular o **desenvolvimento econômico** de Blumenau, aumentar harmoniosamente a **densidade demográfica na área urbanizada** e **preservar e valorizar os aspectos característicos da paisagem local**. Para isso, foram estabelecidas as seguintes diretrizes: organização e estruturação da **área central da cidade**; fomento da **expansão do turismo**, reservando áreas adequadas para esse fim, em especial o **centro urbano**; definição das diferentes zonas da área urbana, segundo seus usos predominantes; disciplinamento da utilização dos recursos paisagístico, com a preservação das margens dos rios e

ribeirões, assim como **outras iniciativas de interesse estético ou turístico**.

Essas foram as leis que instituíram o Primeiro Plano Diretor Físico-Territorial, o código de zoneamento e de uso do solo, que tratavam da **morfologia urbana** de Blumenau (1977), especialmente aos objetivos de densificação urbana e desenvolvimento econômico da área central da cidade, ratificando a importância do centro urbano como centralidade regional. Após a divulgação dessas leis que tratavam da morfologia urbana, será aprovada a lei que vai tratar das **outras iniciativas de interesse estético ou turístico**, que vai se refletir na “**aparência urbana**” de Blumenau, através de incentivos e da concessão de favores fiscais.

3.3.3. A polêmica Lei 2.262 no ano de 1977

O principal elemento indutor para o estabelecimento de uma paisagem criada, ou que será modificada significativamente, agora sim, oficialmente com caráter explícito focado no turismo, foi a Lei Ordinária Nº 2262, de 30 de junho de 1977, que “*concede favores fiscais a casas típicas que forem construídas na área urbana de Blumenau*”, revogando a Lei 1909/1972. Esta lei concede favores fiscais às edificações que forem construídas dentro do perímetro urbano de Blumenau, para fins comerciais, residenciais, isoladas ou conjuntamente, **e que apresentarem os estilos arquitetônicos típicos conhecidos como "Enxaimel" e "Casa dos Alpes"**, ou seja, praticamente definiu que as principais ruas da cidade (Rua XV e Av. Beira-Rio) poderiam formar um grande cenário temático, com forte apelo turístico, independentemente da sua história cultural e socialmente construída.

Esses favores fiscais eram da ordem de 50% do IPU para as edificações residenciais e de 1/3 do IPU para as edificações destinadas ao comércio, pelo período de 10 anos. A concessão dos favores fiscais de que trata a presente Lei, seria feita por decreto do Poder Executivo, baixado com base no parecer da "Comissão Técnica" composta por um arquiteto representando a Assessoria de Planejamento da Prefeitura Municipal, um engenheiro civil representando a Secretaria de Obras e serviços Urbanos da Prefeitura Municipal e o Chefe de Gabinete do

Vice-Prefeito municipal. A Assessoria de Planejamento ficava incumbida de elaborar a Regulamentação desta Lei, no prazo de 30 dias, especificando os elementos arquitetônicos que caracterizam os estilos conhecidos por "Enxaimel" e "Casa dos Alpes". Porém, esses elementos arquitetônicos só foram oficialmente definidos pelo Decreto Nº 2.361/1984, que menciona: telhado com inclinação acentuada, coberto de telha chata de barro; travejamento de madeira na “fachada”; esquadrias das janelas em madeira, com ou sem venezianas; floreiras sob as janelas; paredes de tijolo aparente ou rebocadas pintadas de branco, creme ou similar; pavimento térreo diferenciado dos demais pelo revestimento com pedras ou tijolos sendo as aberturas em arco. (MATTEDI, 2009)

Procurando divulgar uma imagem que fosse cada vez mais diferente do restante do país, além das tradições e demais atividades culturais, o poder público resolve fomentar a “materialização” desses elementos “imateriais” através das fachadas do seu conjunto urbano, construindo uma imagem cada vez mais estereotipada. Nesse sentido,

no final da década de setenta, uma lei municipal obteve êxito em alterar a paisagem urbana, como poucas outras leis conseguiram. Trata-se da lei 2.262/77, que em poucos anos transformou a fisionomia da área central de Blumenau, dando-lhe um apelo fortemente turístico. **Transformou-se a imagem e o imaginário da cidade.** (SIEBERT, 1999).

Existem ainda alguns outros fatores importantes que contextualizam a disseminação dessa proposta de “fachadismo”, além do setor de turismo, que é a própria dinâmica do capital, que vai fazer questão de se instalar na principal rua comercial de uma das principais cidades industriais do país, se beneficiando das leis e dos incentivos fiscais para tal finalidade.

No final da década de 1970 as indústrias locais, principalmente as têxteis, vão atrair uma enorme quantidade de instituições financeiras, que vão se instalar principalmente na Rua XV e na Av. Beira-Rio, **impulsionando a verticalização proposta pelo próprio poder público** e transformando a paisagem do conjunto urbano, que começava a se descaracterizar em termos “germânicos”, pois vão substituir as

tradicionais casas de comércio e/ou/com moradias por edifícios monofuncionais sem maiores vínculos com o local, especialmente na sua fachada, ou seja, na sua “aparência”. (MATTEDI, 2009).

Com o objetivo de reverter essa situação de “perda de identidade”, o poder público “proíbe a instalação de estabelecimentos de crédito e empresas de investimentos e similares na Rua 15 de Novembro e Avenida Castelo Branco” (Rua XV e na Av. Beira-Rio), através da Lei Ordinária N° 2384, de 11 de julho de 1978, **salvo se estes estabelecimentos se adaptarem ao estilo germânico do Alpes ou Enxaimel**:

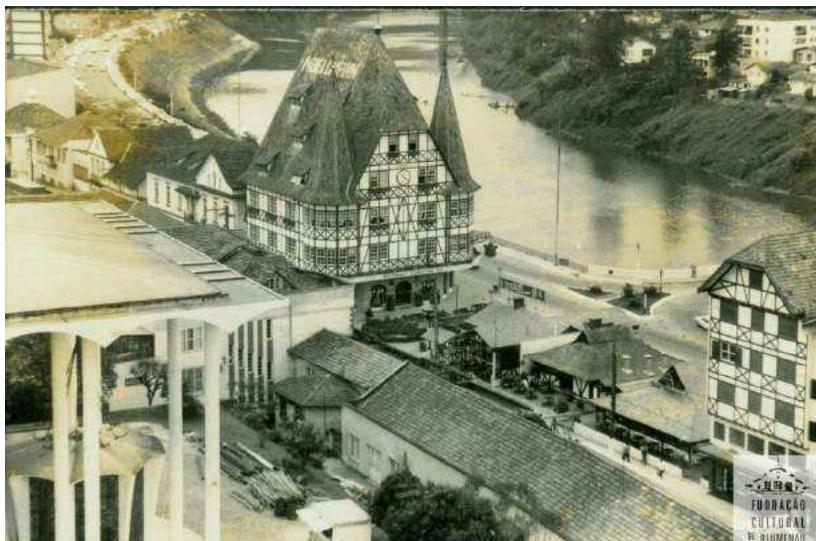
§ 1º - Todo estabelecimento bancário, de crédito ou financeiro que vier a transferir sua sede para edificação em estilo tradicional, **deverá conservar o estilo ou adaptar-se às suas características fundamentais**, mediante prévia autorização do Município. § 2º - Se a nova sede de tais estabelecimentos mencionados neste artigo **exigirem a demolição de edificação tradicional deverá, em substituição, edificar no mesmo estilo ou no estilo germânico do Alpes ou Enxaimel**, sob pena de ser negada aprovação da nova construção. (Lei Ordinária N° 2384/1978).

A partir deste momento, com a Lei 2262/1977 de incentivos fiscais para as novas construções e a Lei 2384/1978 de substituição ou adaptação, ambas ao *estilo germânico do Alpes ou Enxaimel*, promove uma alteração significativa no conjunto urbano da cidade. O poder público fomenta, desta forma, a (re)criação estética da imagem da cidade, principalmente para o turista, através da suposta aparência da identidade germânica. Assim,

É a germanidade do povo que é prometida ao turista, com seu casario “enxaimel”, os gerânios nas sacadas, os jardins bem cuidados, as ruas e os sanitários muito limpos e, especialmente, moradores que preservam o ethos germânico: o trabalho, a limpeza, o capricho dos bordados, um gosto especial pela culinária e pelos quitutes, uma tradição musical e cultural. (FLORES, 1997, p. 98).

Estas leis que incentivaram a criação de pastiches nas fachadas dos edifícios em busca de incentivos fiscais ou de permissões urbanísticas, prejudicou de forma significativa a continuidade da evolução cronológica do desenho da cidade. Assim como a construção da Matriz moderna foi o principal símbolo expresso na paisagem desde a década de 1950, o primeiro grande símbolo desse novo período a se materializar foi o “Castelinho da Moellmann” (Fig. 57). Construído em 1978, no local mais importante da nova centralidade que havia se transformado a região central da Rua XV, fica localizado na parte de maior destaque do eixo moderno ponte-matriz-rodoviária, na frente da ponte que ligava o Centro à Ponta Aguda, entre a Matriz moderna (Rua XV) e o Rio Itajaí-Açú (Av. Beira-Rio). Esse objeto simbólico, *com todas as características de um prédio do século XV*, “este monumento”, tornou-se uma referência do turismo local. (Fonte: AHJFS/FCB, 2014).

Figura 57 - Castelinho da Moellmann na década de 1980.



Fonte: FCB (2014). Acervo: AHJFS (1980).

A construção é uma reprodução da prefeitura da cidade alemã de Michelstadt (Fig. 58), originalmente construída em 1484, no século XV, praticamente 500 anos atrás, ou seja, desconectado da realidade. Essa

edificação, que pode ser considerada como um objeto, desconexo da realidade local, vai se tornar um marco referencial na cidade, inclusive disputando com a Matriz moderna, que havia sido projetada por Gottfried Böhm, arquiteto alemão vencedor do Prêmio *Pritzker* de Arquitetura em 1986 (uma espécie de prêmio Nobel da arquitetura), que mesmo sendo “estrangeiro” conseguiu contextualizar sua arquitetura com materiais locais, como os blocos de granito rosa retirados do Alto Vale, por exemplo. Vale destacar que essa edificação foi implantada bem na perspectiva direta do observador que vem da Ponta Aguda, obstruindo a paisagem da **Zona Especial do Centro de Artes**, que incorporava a Matriz moderna, o “Colégio dos Padres” e o Teatro Carlos Gomes.

Figura 58 - Prefeitura de *Michelstadt*.

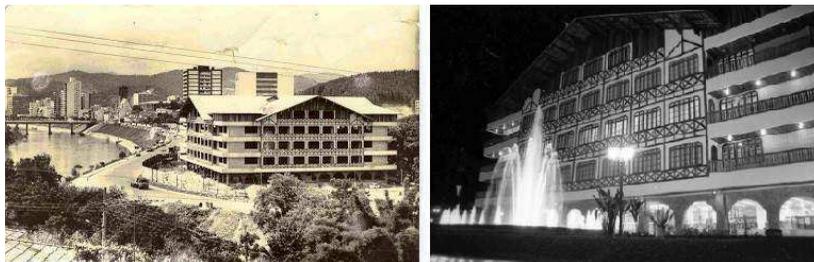


Fonte: <http://wikimapia.org> (2014).

Entre os demais símbolos criados para reforçar essa política de imagens para a cidade, em 1982 ocorre a construção do **primeiro órgão público** que legitima oficialmente essa política da mercantilização da paisagem, através do edifício da nova prefeitura (Fig. 59). Somente neste ano é que a prefeitura vai se implantar no centro cívico proposto na década de 1950, mas ao invés de demonstrar uma arquitetura da sua época (como o Fórum moderno, a Matriz moderna, o Grande Hotel moderno), foi construída baseado nessa política da criação de cenários

com imagens emblemáticas, inclusive recebendo apelidos pejorativos.

Figura 59 - Nova sede da prefeitura na década de 1980.



Fonte: JSC, 08/11/2011 (2011) e 02/09/1982 (1982).

O local para a implantação da nova sede da prefeitura foi escolhido estrategicamente, num lugar simbólico, local da antiga estação ferroviária e no final da curva da Avenida Beira-Rio, que naquele momento contribuía para a nova imagem da cidade, agora aberta para o rio, junto à foz do Ribeirão da Velha. Conforme notícia publicada no dia 02/09/1982,

Coincidindo com as comemorações do 132º aniversário da cidade – fundada em 1950 por colonizadores alemães, sob o comando do Dr. Blumenau –, será inaugurada hoje a nova sede da prefeitura, a maior do Estado e que **figura entre as mais modernas e a única em estilo enxaimel no país**. Fonte: JSC, 1982.

Esse novo elemento simbólico, com seu caráter explícito de falsidade, vai diminuir ainda mais a importância histórica e a dinâmica urbana do *Stadtplatz* (que já havia sido afetada com a retirada do porto na década de 1950), tanto pela falta de valorização da arquitetura genuína, com pela retirada da prefeitura do centro fundador da cidade. Em 1980 ocorre também a retirada da Estação Rodoviária do centro da cidade, que após a retirada do porto e da Estação Ferrovia, acaba com uma outra característica local, que eram os espaços de saída e de chegada, dos moradores e dos visitantes, na área central da cidade.

Foi então, a partir da década de 1980 que pode-se visualizar de forma materializada essas mudanças de postura mais significativas da gestão administrativa do município em promover a substituição do

patrimônio historicamente e socialmente construído em detrimento da construção e valorização de modelos temáticos e atemporais, que acarretou um dos processos mais violentos desse período, no que diz respeito à história e memória urbana e coletiva da cidade de Blumenau.

Por outro lado, conforme se intensificava a demolição do patrimônio genuíno “*tradicional*” e a sua substituição por edificações no “*estilo germânico do Alpes ou Enxaimel*”, aumentava também as discussões sobre o tema. Para amenizar a situação, o poder público, aos poucos, começa a dar incentivos fiscais para os exemplares históricos, inicialmente com a arquitetura da imigração em 1981, notadamente o enxaimel, através da concessão de “*isenção fiscal às edificações em enxaimel existentes dentro do perímetro urbano de Blumenau*” (Lei Ordinária nº 2.762/1981), e estendendo às demais edificações de valor histórico em 1984, através da concessão de “*isenção fiscal a edificações de valor histórico e arquitetônico no município de Blumenau*” (Lei Ordinária nº 3.142/1984). Essas leis foram importantes para diminuir, em parte, as substituições do patrimônio autêntico por novas construções com os elementos necessários de fachada, que o próprio poder público havia incentivado. Mas não pode-se dizer que foi uma política de valorização patrimonial, pois não salvaguardou nada, apenas concedeu incentivos fiscais para *edificações de valor histórico e arquitetônico*, incentivos estes que já eram oferecidos para as novas construções de *casas típicas blumenauenses* desde 1972. Somente a partir de 1994, através da Lei Ordinária nº 79/1994, é que irá ocorrer o cadastramento efetivo dessas edificações, para posterior salvaguarda de boa parte do conjunto arquitetônico (que havia restado) da Rua XV.

Nos anos de 1983 e 1984, a cidade sofre com as grandes enchentes e para a *reconstrução da cidade* foi lançado o projeto “Nova Blumenau”, que entre outras coisas, implanta o distrito industrial na parte norte (mais alta e plana, fora das cotas de enchentes) para que as empresas permanecessem na cidade. Mas a principal ferramenta foi o discurso ideológico sobre a identidade germânica. Vê-se assim que,

Logo após as enchentes de 1983 e 1984, o lema da reconstrução era: “**cidade do trabalhador, herdeiro das qualidades dos imigrantes alemães**”. A ideia acerca da germanidade incluía “cultura do trabalho”. Nesse período Blumenau passa ao rememorar o passado, extraindo dele

elementos de apelo ao voluntarismo. Esse discurso, também aproxima Blumenau da Alemanha, mãe-pátria dos primeiros imigrantes que aqui chegaram (FERREIRA; FROTSCHER, 2000).

Em termos simbólicos, em 1984 foi criada a *Oktoberfest*, festa típica alemã que vai divulgar ainda mais essa imagem de “cidade alemã”. A partir desse evento,

A cultura é mostrada e consumida como espetáculo e atores e expectadores, muitas vezes, se confundem nesta festa-espetáculo. Vestindo personagens, seu corpo torna-se um discurso também a ser lido no conjunto dos signos. **O espetáculo da cultura se revela ao turista, portanto, como “autêntico”**. [...] O passado é presentificado nos símbolos que compõe o desfile. Mulheres e homens, idosos, adultos, jovens, adolescentes, crianças e bebês transformam seus corpos em “manequins”, vestidos não só com a indumentária típica da cultura, mas também com os papéis dos sujeitos da história local. (FLORES, 1997, p. 23).

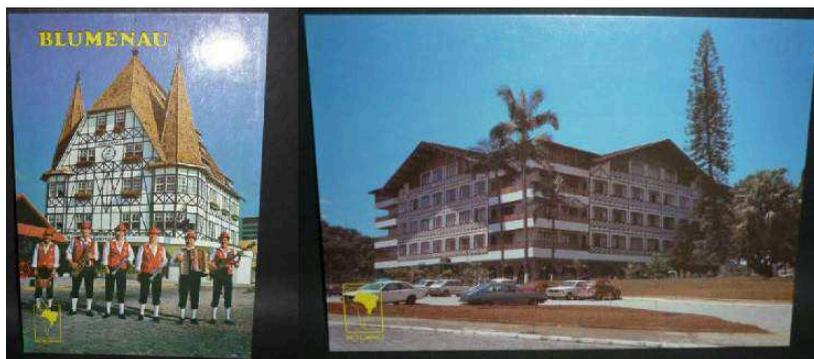
Somente para exemplificar o que representava a *Oktoberfest* na década de 1980, a primeira edição em 1984 contou com aproximadamente 100.000 pessoas, a segunda edição em 1985 com aproximadamente 350.000 pessoas e a partir da terceira a média foi elevada para 900.000 pessoas (entre 800.000 e 1.000.000 de pessoas por festa nos 10 anos seguintes - 1986 à 1995). Atualmente a festa foi significativamente elitizada, com relação ao local e aos valores da entrada e dos atrativos, se comparada com os períodos anteriores, e mantém uma média anual de aproximadamente 500.000 pessoas por festa. A *Oktoberfest*:

é identificada como o símbolo maior da cultura local. Os desfiles na rua central da cidade – que acontecem no período da festa, são permeados de saudosismo e magia, onde as diversas etnias se transvestem e desfilam cheias de orgulho de sua identidade “alemã”. Entretanto, **a aposta em uma**

identidade única, em contraposição a diversidade de culturas que construíram Blumenau e lhe atribuíram uma identidade plural, acentua a diferença que existe entre a realidade e a imagem do produto turístico. Percebe-se que a diversidade cultural não é contemplada na aparente reinvenção da festa promovida pelo setor turístico. O que se evidencia em Blumenau é uma **homogeneização cultural** **pautada, principalmente, nas possibilidades de “mercado”.** (SASSE, 2013).

Com a assimilação deste discurso sobre a identidade cultural local e a projeção da cidade através dessas imagens, o poder público continua com a disseminação da ideia de que **a própria imagem do conjunto urbano poderia se tornar um cenário**, que inclusive se tornavam, literalmente, cartões postais da década de 1980 (Fig. 60).

Figura 60 - Cartões postais da década de 1980.



Fonte: Edicard (1980).

O centro da cidade, principalmente nos seus pontos mais importantes, vai se tornando uma série de locais e de imagens para serem fotografadas. Aos poucos esses edifícios com imagens emblemáticas, implantados em pontos específicos da cidade, vão constituindo uma nova imagem da própria cidade. **Uma imagem extemporânea, que não refletia a imagem do seu tempo, baseada**

apenas em fatores étnicos e não mais no valor cultural das diversas relações socialmente constituídas ao longo do tempo. Com a lei de incentivo fiscais, boa parte da Rua XV vai se tornando um grande cenário temático, onde a sequência de edifícios em fileira e com gabarito semelhante formam uma nova imagem de um novo conjunto arquitetônico, com a presença de elementos que não representam o seu tempo presente e nem o seu passado, uma vez que nunca existiram esses tipos de construções na cidade. São modelos reproduzidos, alguns da idade média na Europa, e, mais grave ainda, a grande maioria são apenas pastiches, pois não se trata mais de uma técnica construtiva tradicional, mas apenas simulacros de fachada.

Figura 61 - Conjunto urbano na década de 1980.



Fonte: Luzia C. Frata (1985).

Esses edifícios emblemáticos vão ganhando os espaços da cidade, principalmente ao longo da Rua XV, formando um conjunto urbano na década de 1980 (Fig. 61) bem definido, inicialmente nas proximidades do eixo moderno ponte-matriz-rodoviária, na nova centralidade da cidade, onde o edifício comercial do Castelhinho da Moellmann, que se implantou numa posição muito favorável, de frente para o Rio Itajaí-Açú e bem na chegada da ponte que conectava com a Ponta Aguda, concorre com a própria Igreja Matriz. Em 1982 o edifício público da sede da nova prefeitura ocupa a curva da “parte final” da Rua XV e Av. Beira-Rio, no local da antiga Estação Ferroviária, fazendo o “fechamento” da área central junto ao Ribeirão da Velha. A partir de então uma série de edificações, principalmente comerciais e bancárias, vão se proliferando por toda a Rua XV, até chegarem novamente na curva da “parte inicial” do Ribeirão Garcia, junto ao centro histórico

(antigo *Stadtplatz*), onde nas esquinas em frente ao Grande Hotel, por exemplo, são construídos mais dois exemplos das ações “urbanísticas” da época, que são os edifícios do Banespa e da Casa Flamingo (Fig. 62), ambos ainda na década de 1980.

Figura 62 - Banespa e Flamingo na década de 1980.



Fonte: Luzia C. Frata (1985) e Frechal (1989).

3.3.4. As transformações no Centro Histórico na década de 1980

Com o objetivo de demonstrar que essa política “urbana” tinha também um viés “cultural”, em 1986 ocorre a “invasão” dessas obras no *Stadtplatz*, considerado um fato grave em termos de respeito a paisagem histórica e socialmente construída. Na histórica Rua das Palmeiras foi construído o novo prédio da Biblioteca Municipal e do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (Fig. 63), que nesse caso não imita um enxaimel, mas que pode ser caracterizado como *Casa dos Alpes*, conforme termo a Lei 2.262/77.

Apesar do edifício ter sido construído no mesmo terreno que o arquiteto Hans Broos já havia feito um projeto moderno em 1957 (praticamente 30 anos antes), conforme Figura 42, o governo municipal achou melhor construir uma edificação, pública e de caráter simbólico, que representasse a cultura e a “identidade germânica”, em pleno *Stadtplatz* e ao lado da antiga casa do fundador da cidade, essa sim, em enxaimel genuíno. A construção tenta se inserir na paisagem e na escala da Rua das Palmeiras e não possui o madeiramento que imita o falso enxaimel. Porém, também não é nenhum tipo de linguagem arquitetônica que pudesse expressar o seu tempo, que tenha feito algum tipo de relação mais específica com o seu entorno imediato ou que tenha

proporcionado alguma dinâmica urbana no local. Alguns anos depois, do outro lado da Rua das Palmeiras, foi o construído o edifício que abriga a Celesc, este já com praticamente todos os elementos característicos do *estilo germânico do Alpes ou Enxaimel*, no terreno que abrigava o histórico *Teatro Frohsinn*.

Figura 63 - Biblioteca Municipal e Arquivo Histórico.



Fonte: Nova Blumenau (2014).

A praça do *Stadtplatz*, chamada oficialmente de Praça Dr. Hercílio Luz desde 1919, vai receber um restaurante e um museu da cerveja também nesse mesmo ano de 1986, tendo suas características de praça pública significativamente alterada, transformando inclusive o seu conceito **de uma praça pública para um jardim anexo de uma cervejaria**, que ficou conhecido como "*Biergarten*", ou seja, “jardim da cerveja” (Fig. 64). O restaurante, que iniciou suas atividades como uma cervejaria-restaurante, tornou-se um **obstáculo para a visão da “curva do rio”** e, aos poucos, foi privatizando as áreas externas que ficavam na praça, como o *deck* aberto, que ficava bem na curva, por exemplo.

Figura 64 - A praça (1930) e o jardim (1980).



Fonte: AHJFS (1930) e Centro Cultural 25 de Julho (2011).

Do outro lado da praça, o “Museu da Cerveja” disfarça um pouco o “esqueleto” do Edifício América (Fig. 65). Esse esqueleto, talvez seja o maior atentado ao centro simbólico, quando em 1977 (mesmo ano da Lei 2262/77), foi disseminada a ideia da construção deste edifício de 18 pavimentos, junto à Praça do *Stadtplatz* e bem na perspectiva da Rua das Palmeiras para a “curva do rio”, mas que feria o Plano Diretor, permanecendo embargado até 1985 (DAY, 2014), Essa obra recebeu alvará de construção em 1985, no contexto de “pressão” política do mercado imobiliário, após as grandes enchentes de 1983 e 1984, sem a alteração legal do Plano Diretor, ou seja, houve alterações *de forma extra-oficial ou informal, sem encaminhamento ao legislativo, apesar da alteração ter partido da própria Secretaria de Planejamento*. (SIEBERT, 1999).

Figura 65 - Vista do Edifício América.



Fonte: Marlene Hüskes (1980) e Regina Carvalho (2013).

O terreno havia sido doado em 1936 pelo Estado de Santa Catarina em para o Clube América (de remo) construir sua sede, mas em 1977, o clube firmou uma permuta deste terreno - **que era público** - com a construtora R. B. para a construção de um edifício residencial. Porém, o prédio de 18 andares feria o Plano Diretor da época e as obras foram embargadas (DAY, 2014). Mas não por muito tempo, pois em 1985 recebe o alvará:

A construção permaneceu embargada até 1985, quando Blumenau expediu um alvará para a construção do prédio naquele terreno, sendo que as obras começaram no ano seguinte graças à aprovação do novo Plano Diretor. Até que em 1996 a obra foi mais uma vez embargada pela falta de documentação ambiental. Nos próximos dez anos a obra avançaria devagar, chegando a **apenas** dez andares. Fonte: Blumenews, 17/04/2013.

A construção dessa edificação foi motivo de muita discussão na cidade, mas sem haver uma atuação mais rígida do poder público, a obra foi sendo erguida sem maiores problemas. O arquiteto Hans Broos, que participava das discussões sobre a cidade desde a década de 1950, sempre a partir de uma leitura da paisagem, tentou alertar sobre a influência negativa dessa obra na “alma da cidade”, como ele considerava esse espaço simbólico.

Os croquis de 1989 (Fig. 66) demonstram como que o edifício deveria respeitar o gabarito máximo das edificações vizinhos, em especial o da antiga prefeitura. Ele privilegia a perspectiva a partir da entrada da cidade para quem chegasse do litoral (via Itajaí) e o conjunto como um todo, sempre inserindo a imagem da prefeitura incendiada reconstruída (a reconstrução só foi feita em 2000, no aniversário de 150 anos da cidade), escrevendo que **“o prédio na altura igual a prefeitura respeita o conjunto da zona histórica”** (Hans Broos, 10/10/1989).

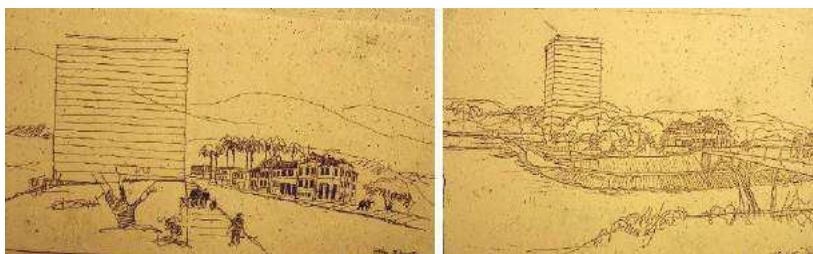
Figura 66 - Croquis sugerindo o gabarito máximo igual ao entorno.



Fonte: Hans Broos (1990h).

Os croquis de 1992 (Fig. 67) já são bem mais objetivos, demonstrando que a construção desse edifício seria **um marco negativo para a zona histórica**, tornando-se uma barreira visual para o pedestre que caminha pela Rua XV na escala da antiga prefeitura, inclusive cortando a relação com a topografia do Morro do Aipim. Também se tornaria uma torre visível desde a Beira-Rio e a Ponta Aguda, marcando definitivamente a falta de respeito à história e ao espaço simbólico. Em ambos os croquis, além da presença da antiga prefeitura, pode-se perceber que a praça do antigo porto permanece sempre livre e aberta para a curva do rio, conforme seu formato original, revelando também a sua contrariedade com relação à construção do restaurante-cervejaria implantado na Praça do *Stadtplatz*.

Figura 67 - Croquis demonstrando o impacto no centro histórico.



Fonte: Arquivo Hans Broos (1992).

Esse esqueleto, construído junto à Praça do *Stadtplatz*, fica situado bem na perspectiva da Rua das Palmeiras (Fig. 68), rompendo a relação da histórica entre a Igreja Luterana e a Rua das Palmeiras com a “curva do rio” e a Prainha, além de ter se tornado um marco visual vertical num dos espaços mais nobres do centro histórico fundador da cidade.

Figura 68 - Fotos do Edifício América.



Fonte: Francisco Fresard (2015) e Adalberto Day (2014).

Porém, esse tema volta às discussões urbanas a cada nova revisão de Plano Diretor. Com a extinção do IPPUB em 2005 e a revisão do Plano Diretor aprovada em 2006 (além do projeto “Blumenau 2050” elaborado em 2008), essa obra passará a atender novos interesses econômicos, agora não mais como um edifício residencial, mas como um hotel, para atender os “anseios” do setor de turismo, como será abordado ainda neste trabalho.

3.4. As transformações na paisagem na década de 1990: o início das políticas de valorização e proteção patrimonial

A nova mudança de postura dos gestores da cidade ocorreu no final da década de 1980, quando setor da construção civil se apresenta de forma mais evidente como uma alternativa econômica, num momento delicado com relação ao futuro da cidade, que acabava de passar pelas grandes enchentes, que valorizou os terrenos nas partes mais altas e planas, mas, principalmente, o valor do solo através do solo criado, na forma de verticalização. O setor têxtil já apresentava os primeiros sinais de desindustrialização (BIELSCHOWSKY, 2009) e as atividades ligadas ao turismo já estavam consolidadas, enquanto a construção civil, após as enchentes e com o crescimento populacional, se apresentava como uma boa alternativa, agora com maior apoio do poder público.

No contexto local, o setor industrial sentia cada vez mais a crise no processo de esgotamento de acumulação de capital e isso se refletiu novamente no campo político, com a quebra de uma sequência de 18 anos (1979-1988) de administração do MDB (SIMÃO, 2000). O prefeito Wilson Kleinubing (PFL), apoiado pela classe empresarial, assume o poder em 1988 e aprova a primeira revisão do Plano Diretor da cidade em 1989, que vai se espacializar e se materializar na paisagem de forma mais evidente na década de 1990.

3.4.1. A revisão do Plano Diretor de 1989 e a Zona de Preservação Histórica – ZPH

Elaborado nos anos de 1987 e 1988 pela equipe técnica da Assessoria de Planejamento Municipal – ASSEPLAN, essa primeira revisão foi discutida apenas com o Conselho Municipal de Desenvolvimento (órgão consultivo constituído por representantes de diversos segmentos da comunidade, como áreas da engenharia, da construção civil, empresarial e imobiliária), limitando a participação mais democrática, e realizada “a toque de caixa”, para suprir principalmente as demandas do mercado imobiliário após as grandes enchentes de 1983 e 1984, que se evidenciaram no zoneamento e nos índices urbanísticos, privilegiando os processos de adensamento e, principalmente, de verticalização. (SIEBERT, 1999).

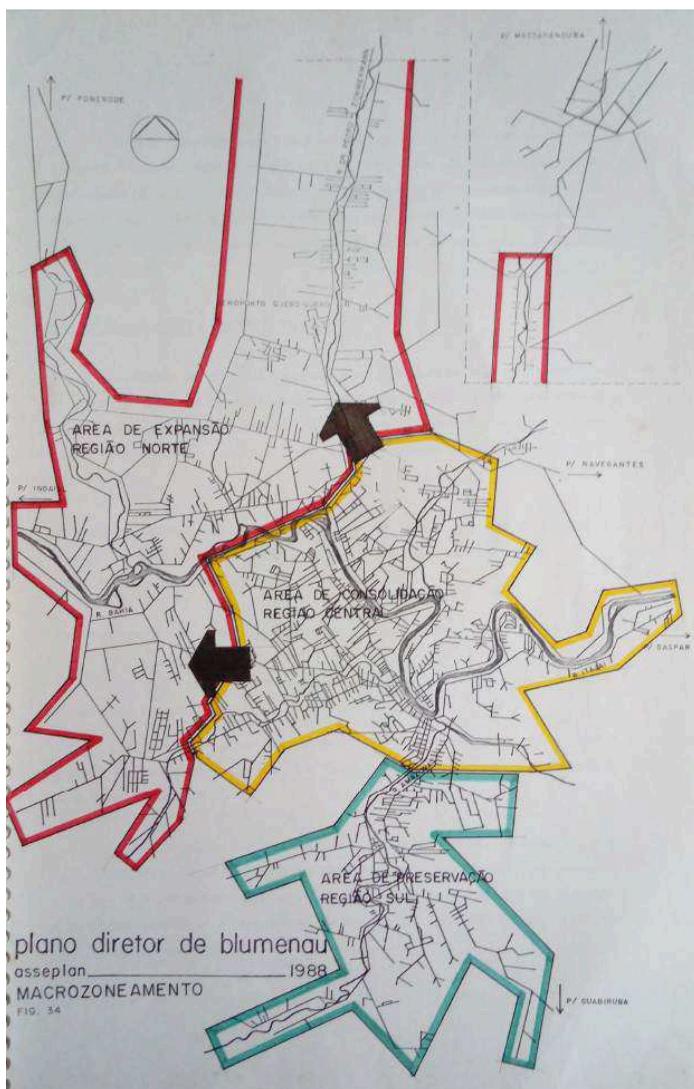
O objetivo do Plano Diretor de 1989 era o de “*garantir o equilíbrio entre o crescimento demográfico/econômico e a preservação da qualidade de vida*”.

Suas maiores contribuições para o espaço urbano foram, além da continuidade das preocupações com a circulação viária, a definição de um macrozoneamento direcionando a expansão urbana; a redução dos índices urbanísticos da área central, visando evitar seu adensamento excessivo; a proibição do uso residencial abaixo da cota de doze metros; a definição de eixos industriais ao longo das rodovias de acesso; **a preservação do patrimônio histórico e do meio ambiente.** (SIEBERT, 1999).

Entre as diretrizes do PD 1989, fica evidenciado ***direcionar o crescimento da cidade a longo prazo para a região Norte, que oferece melhores condições topográficas e geológicas para a urbanização, com a correspondente expansão da rede de infra-estrutura básica, e facilitar a convivência com as cheias periódicas do rio Itajai-Açú através da expansão da cidade para regiões livres de enchentes, através da verticalização controlada de algumas áreas já consolidadas e através de limitações à ocupação do solo nas áreas mais baixas***, conforme a Lei Nº 3.652/1989, que instituiu o Código de Diretrizes Urbanísticas e revogou a Lei 2.235/77 (que havia instituído o primeiro Plano Diretor Físico Territorial de Blumenau em 1977).

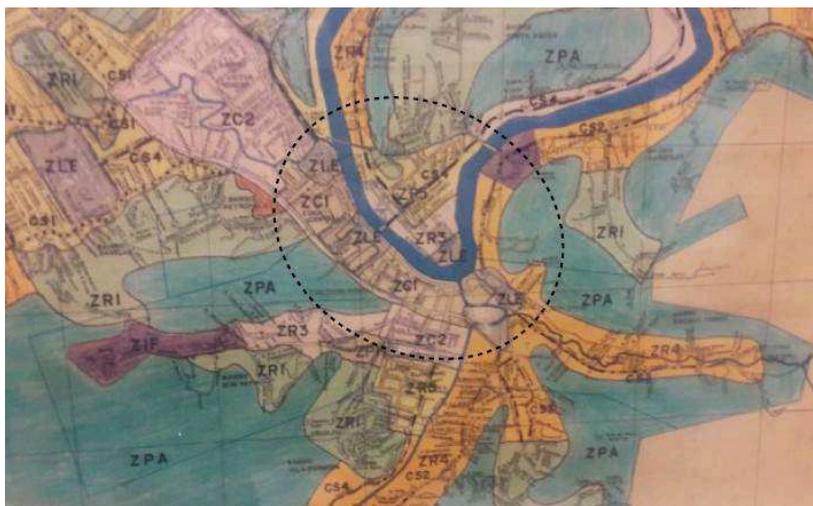
O macrozoneamento do Plano Diretor de 1989 (Fig. 69) define bem três áreas, que não são necessariamente homogêneas, principalmente considerando as particularidades da geomorfologia do terreno da cidade. A região Sul foi considerada “*Área de Adensamento Controlado*”, *área de controle de adensamento, devido as condicionantes geológicas, topográficas, hidrológicas e urbanísticas*. A região Central foi considerada “*Área de Consolidação*”, *área de intensificação do uso do solo para que haja melhor aproveitam to da infra-estrutura já existente*. A região Norte foi considerada “*Área de Expansão*”, *área para onde se direcionará o crescimento da cidade a médio e longo prazo, com a correspondente expansão da rede de infra-estrutura básica.* (Lei Nº 3.650/1989)

Figura 69 - Macrozoneamento do Plano Diretor de 1989.



Fonte: PMB (1988).

Figura 70 - Detalhe da “concha central” no Plano Diretor de 1989.



Fonte: PMB (1989).

Com relação à área do recorte espacial do presente trabalho (Fig. 70), o Centro atual continuou classificado como Zona Central 1 – ZC1 (comercial), mas houve a redução dos seus índices urbanísticos para evitar o adensamento excessivo e controlar em parte a sua verticalização (antes não havia restrições de gabarito), fato este que pode ser explicado, em parte, pelas grandes cheias da década de 1980 em boa parte da área central e pela diminuição dos investimentos financeiros na principal rua comercial da cidade devido à retração econômica do setor industrial no final da década de 1980, transferindo grande parte do foco do setor da construção civil da área central/comercial para as áreas de expansão/residencial. O Centro Histórico recebeu uma demarcação específica para a área localizada entre a antiga Praça do *Stadtplatz* e a Igreja Luterana, denominada de **Zona de Preservação Histórica – ZPH**, sendo esta a **primeira lei que tratou de alguma forma da proteção do patrimonial**, enquanto a sua área de entorno passou de ZR2 (residencial multifamiliar) para ZR4 (área residencial multifamiliar de densidade média). A Ponta Aguda passou de ZR1 (residencial unifamiliar) para ZR3 (área residencial multifamiliar de baixa

densidade) próximo da Prainha e ZR5 (área residencial multifamiliar de alta densidade) próximo do Morro da Ponta Aguda, aumentando sua densidade significadamente e dando início ao processo de verticalização mais acentuada dessa zona. Os impactos dessa classificação foram a aparente estabilização e consolidação do adensamento e da verticalização Centro atual, o início de um processo de valorização e proteção do conjunto histórico e cultural do Centro Histórico e o início de um significativo adensamento e verticalização bastante acentuado na Ponta Aguda.

Com relação ao controle da ocupação do solo (Cap. V da Lei Nº 3.650/1989), o Art. 26 estabelece que *o limite de altura das edificações será de 15 pavimentos, exceto na ZC1, onde o limite será 9 pavimentos, e nas ZLE e ZPH, onde o limite será de 4 pavimentos.*

A classificação de ZC1 para o Centro atual, com redução dos índices urbanísticos, foi decisiva para a consolidação do conjunto urbano, visto que já não era mais o maior coeficiente de aproveitamento da cidade e havia sido estabelecido um **limite máximo de altura (9 pavimentos)**, enquanto outras áreas com índices construtivos mais interessantes (até 15 pavimentos) para o mercado ficaram localizados na área de expansão.

Assim como no PD de 1977, a ZC1 (Centro atual) foi dividida nas seguintes subcategorias de uso, chamadas "Zonas Especiais". As subzonas (a) Centro de Artes (Matriz/Teatro) e (b) Centro Cívico (Nova Prefeitura) do PD 1977, foram denominadas de "Zonas de Localização Especial" (ZLE), que seriam *as áreas no entorno de monumentos, de pontos de referência da paisagem ou de pontos de interesse especial, onde o uso do solo e os índices urbanísticos serão controlados de maneira a não causarem interferência. As ZLE tinham o limite de altura das edificações definido em 4 pavimentos.*

O sistema viário nesta área central já se apresentava saturado naquele momento, tanto pelo "estrangulamento" de conexão entre os dois bairros mais populosos (Velha e Garcia) que haviam disparado em crescimento populacional, como pela acesso via Ponta Aguda. Mesmo assim, não houve grandes melhorias no sistema viário com relação ao planejamento urbano da cidade, salve a reutilização da antiga Ponte de Ferro para o transporte de veículos. Dessa forma, continuaram as justificativas pela não destinação de parte do sistema viário para o uso

exclusivo de pedestres na principal rua comercial da cidade (Rua XV) ou para um uso mais qualitativo na avenida junto ao rio (Av. Beira-rio), por exemplo. Vale destacar que o Ribeirão da Velha continuava fazendo a separação entre a ZC1 e a ZC2, ajudando a manter mais evidente a distinção desses conjunto urbanos.

A classificação de boa parte do Centro Histórico como “Zona de Preservação Histórica” – ZPH, foi decisiva para **garantir a preservação e a ambiência do conjunto (histórico cultural) mais simbólico da cidade**, situado entre a antiga Praça do *Stadtplatz* e a Igreja Luterana, contemplando o eixo da Rua das Palmeiras, a antiga prefeitura e diversas edificações históricas, que dessa forma deixaram de ter somente o seu valor individual e passaram a formar um verdadeiro conjunto. O texto original da Lei Nº 3.650/1989, era bem objetivo: Art. 18 - As Zonas de Preservação Histórica (ZPH), **visam a preservar o Patrimônio histórico e cultural, com índices urbanísticos baixos que desestimulem a demolição do conjunto arquitetônico existente**. Além disso,

§ 1º - A lei tributária municipal isentará os imóveis das ZPH do pagamento do imposto predial, segundo decisão do Conselho Municipal de Cultura, com parecer da Comissão do Patrimônio Histórico. § 2º - As **construções novas e as reformas nas ZPH deverão ser aprovadas pela Comissão do Patrimônio Histórico**. § 3º - O limite de altura das edificações nas ZPH será de quatro pavimentos.

A ZPH serviu tanto para **estimular a preservação** do patrimônio histórico e cultural local, inclusive através de incentivos fiscais, como para, principalmente, **desestimular a demolição** do conjunto arquitetônico existente até aquele momento, instituindo uma Comissão do Patrimônio Histórico para aprovar reformas e construções novas, que também estabelecia a **limitação de altura em 4 pavimentos**. Essa classificação ocorreu num momento crítico, com destaque para a construção do “esqueleto” do Edifício América, projeto de 18 pavimentos, que estava em construção junto a Praça do *Stadtplatz*.

A classificação da Ponta Aguda, que passou de ZR1 (residencial unifamiliar) para ZR3 (área residencial multifamiliar de baixa densidade) próximo da prainha, com a limitação de altura em 10

pavimentos, e ZR5 (área residencial multifamiliar de alta densidade), com a limitação de altura em 15 pavimentos, próximo do Morro da Ponta Aguda, foi a de maior impacto nesse período. Porém, a diferenciação entre a ZR3 e a ZR5, demonstrava ainda uma certa preocupação com as perspectivas visuais e as áreas de entorno do Rio Itajaí-Açú e da Prainha (a histórica “curva do rio”), onde foi considerada “*área residencial multifamiliar de baixa densidade*”, tendo como divisão dessas subzonas a Av. Brasil e a Rua Chile. Com isso, a Ponta Aguda passou a ser adensada e verticalizada continuamente, especialmente a “*área residencial multifamiliar de alta densidade*”, que recebeu os maiores índices urbanísticos da cidade (como havia sido a ZC1 no Centro no período anterior), sendo que essa alteração foi o embrião do grande processo de verticalização ocorrido posteriormente. Atualmente, essa área que havia sido considerada como a mais delicada (ZR3/baixa densidade) no PD 1989, junto ao rio e a Prainha, vai sofrer os maiores impactos, com construções que vão passar os 125 metros de altura (aproximadamente 40 pavimentos).

Ainda sobre o PD 1989, o Art. 29 da Lei Nº 3.652/1989 mencionava que *qualquer alteração ou emenda ao Código de Diretrizes Urbanísticas ou aos Códigos de Zoneamento e Uso do Solo, Parcelamento da Terra e Edificações ou a seus anexos só poderá ser efetuada por lei e mediante prévio parecer técnico da Secretaria de Planejamento e do Conselho Municipal de Desenvolvimento*, porém, esta última expressão, grifada, foi suprimida em 1991, de acordo com a Lei Complementar nº 17/1991, o que vai enfraquecer a SEPLAN.

Pode-se concluir que, com os problemas das grandes enchentes na área central da cidade (1983/1984), especialmente o Centro Histórico e o Centro atual, e o início da crise da cidade industrial (final década de 1980), especialmente do setor têxtil, os investimentos financeiros (internos e externos) e a atenção maior do poder público foram canalizados para dois “novos” setores, que foram a construção civil (demanda pelo crescimento populacional acentuado e a “pressão” pelo processo de verticalização devido as enchentes), focado no público interno (moradores), que vai se espacializar principalmente na Ponta Aguda e Vila Nova, e o setor do turismo (início crise setor têxtil), focado no público externo (turistas), que vai se espacializar principalmente no Centro atual (Rua XV e Beira-Rio), enquanto o

Centro Histórico foi parcialmente protegido pela Zona de Preservação Histórica – ZPH.

Dentro do recorte espacial deste trabalho, se nas décadas de 1970 e 1980 houve incentivos ao adensamento e verticalização da morfologia, em parte por pressão do capital financeiro ligado ao longo período de prosperidade do setor industrial e com o aproveitamento dessa situação por parte do setor de turismo para a reparação estética urbana do Centro atual, a partir dos anos 1990, vai ocorrer uma “diminuição” da pressão do capital financeiro ligado ao setor industrial, principalmente devido à crise de esgotamento do modelo de acumulação instaurado no período pós-guerra (HARVEY, 1998), pois, além disso, o setor têxtil, que já apresentava os primeiros sinais de desindustrialização, será gravemente atingido pela abertura de mercado para importações em 1992 e com a paridade cambial em 1994 (BIELSCHOWSKY, 2009).

Considerando esses fatores econômicos (crise) e ambientais (enchentes), pode-se dizer que a pressão efetiva sobre a Centro atual da cidade, para a implantação novos edifícios para atender as demandas das grandes instituições financeiras e lojas de grandes redes de comércio, foi relativizada com a proposta do PD 1989 em consolidar esta zona com a diminuição (moderada) dos índices urbanísticos. Porém, com a transferência de capital para outros setores, como o mercado imobiliário, por exemplo, estes vão exercer pressão em outras subzonas, mesmo dentro da macrozona de consolidação, como será o caso da Ponta Aguda, por exemplo. Devido à segregação de funções incentivada nas décadas de 1970 e 1980, esta zona que foi reservada principalmente para a função residencial, livre de enchente e muito próxima do Centro (funções comerciais e de serviços), vai se beneficiar diretamente da reprodução do solo criado através do processo de verticalização. Por outro lado, o Centro Histórico, localizado numa área suscetível à enchente, havia perdido grande parte da sua dinâmica urbana, devido à transferência da prefeitura e de diversos estabelecimentos de comércio e de serviços para o Centro atual na década de 1980, que aliado à classificação ZPH, conseguiu preservar, em parte, o seu conjunto arquitetônico.

Será neste contexto de crise do setor têxtil, de incremento no setor imobiliário (devido às enchentes e a crescimento populacional) e da consolidação do setor de turismo como atividade fim, que a década

de 1990 vai ser marcada por uma aparente diminuição da pressão financeira no recorte espacial desse trabalho, abrindo espaço para a criação do instituto de planejamento da cidade e de políticas públicas pra a valorização patrimonial.

3.4.2. Criação do IPPUB e o Programa de Valorização Patrimonial

Em 1993 foi criado o Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Blumenau (IPPUB), por pressão das associações de moradores (eleições de 1992) e com certa autonomia, que representava a relevância do tema planejamento urbano para a cidade. Foi o terceiro Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Santa Catarina, após o IPUF (Florianópolis/1977) e o IPPUJ (Joinville/1991), ambos inspirados no IPPUC (Curitiba/1965).

Em 1994, a prefeitura *“institui o Programa de Proteção e Valorização do Patrimônio Histórico Arquitetônico do Município”*, através da Lei Complementar nº 79/1994, *com a finalidade de coordenar as ações municipais que visam a conservação dos imóveis de valor cultural, histórico e arquitetônico do Município*. Entre os destaques desta lei, pode-se considerar a criação do “Conselho do Patrimônio Histórico Municipal” (Cap. III), a criação do Fundo Municipal de Conservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico (Cap. IV), o incentivo construtivo através do aumento dos índices para a conservação de imóveis de interesse de patrimônio histórico (Cap. V), concessão de incentivo tributário para a manutenção dos mesmos (Cap. VI) e a criação do “Serviço de Cadastro do Patrimônio Histórico Arquitetônico” (Cap. VII), que promoveu inventário, classificação e cadastramento dos imóveis de valor cultural, histórico e arquitetônico do Município, que talvez tenha sido o maior benefício de todos, visto que esse cadastramento serviu como valorização e uma espécie de “preservação” municipal temporária, para além da ZPH no Centro Histórico.

Essa Lei Complementar nº 79/1994 revogou a Lei 3.142/1984, que tratava dos incentivos fiscais para o patrimônio genuíno, mas, principalmente, **revogou a Lei 2.262/1977, que tratava dos incentivos fiscais para o falso patrimônio (as novas construções e as reformas das fachadas para atender ao estilo germânico do Alpes ou**

Enxaimel), determinando, em parte, a consolidação do *fachadismo* ocorrida principalmente na década de 1980. Mesmo sem incentivos fiscais, **o poder público vai continuar incentivando esse tipo de construção nos edifícios mais emblemáticos da cidade**, como o novo Fórum, novo Correios e novo Centro de Eventos, por exemplo, construídos já no século XXI.

Nota-se que, tanto a criação do *IPPUB* como do *Programa de Proteção e Valorização do Patrimônio Histórico Arquitetônico do Município*, **ocorreram de forma tardia**, sendo possibilitada, em parte, pela diminuição da pressão sobre a área central, causados pela crise do setor têxtil, que se espacializava diretamente nesta área, e pela transferência dos locais para a especulação imobiliária, agora de caráter residencial, que se espacializaram em outras áreas, próximas do Centro, como a Ponta Aguda, por exemplo.

Em 1995, a denominação “Zonas de Preservação Histórica” (ZPH), do PD 1989, foi substituído por “**Áreas de Preservação Histórica**” (APH), através da Lei Complementar Nº 101/1995, onde as áreas que constituíam as ZPHs no mapa de zoneamento (anexo Lei nº 3.650/1989), passam a integrar as Zonas de Localização Especial (ZLE).

A Lei Complementar Nº 101/1995 substituiu também o texto do Art. 18 da Lei nº 3.650/1989:

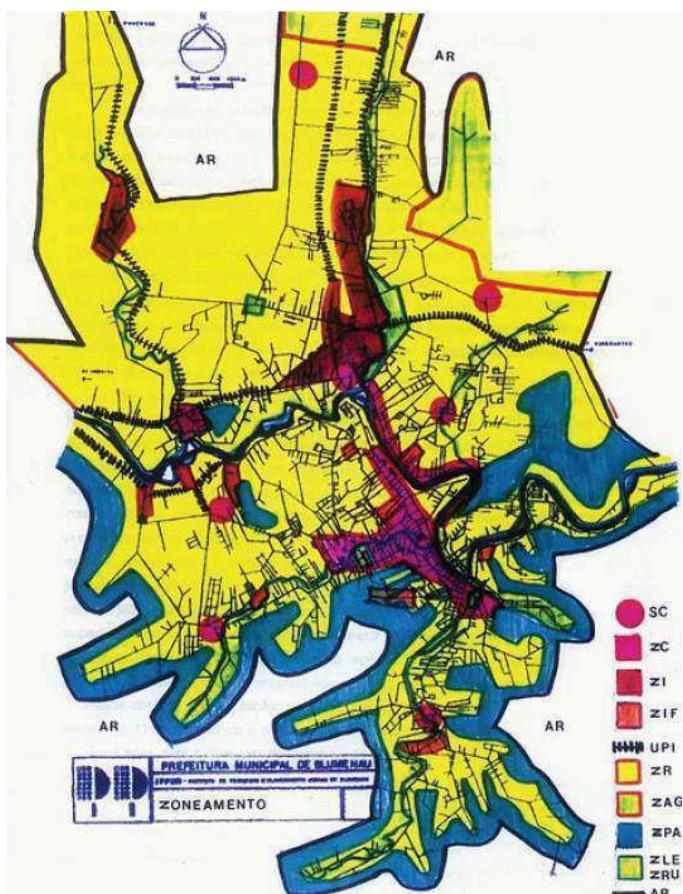
Art. 18 - As áreas de Preservação Histórica (APH), são imóveis em que estão localizadas edificações de valor cultural, histórico e arquitetônico, **destinadas à proteção e conservação do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico do Município**, adotando os índices urbanísticos estabelecidos para a zona na qual se localizam, **tendo em vista a concessão dos incentivos previstos na Lei Complementar nº 79, de 22 de dezembro de 1994.**

A APH serviu para ampliar a **proteção e conservação do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico** local, agora através de incentivos fiscais da Lei Complementar nº 79/1994, determinando a manutenção de todas as características externas (fachadas e coberturas), a autorização para realização de obras (inclusive poder público) e impondo punições caso haja contrariedade por parte do proprietário com

relação ao projeto aprovado.

Um dos maiores desafios do IPPUB foi fazer a segunda revisão do Plano Diretor em 1997 (Fig. 71). Ao contrário das anteriores, essa revisão foi discutida por um período mais extenso e com maior participação da comunidade, resultando em parte, em **diretrizes mais próximas da vontade popular e não somente dos interesses empresariais** (SIEBERT, 1999).

Figura 71 - Zoneamento do Plano Diretor de 1997.



Fonte: PMB (1997).

A segunda revisão do Plano Diretor, de maneira geral, foi:

O Plano Diretor de 1997 obteve **êxito em aumentar as restrições ao adensamento da área central e em assegurar a preservação do patrimônio histórico e ambiental**. Também foi um avanço a criação das ZRU – Zonas Recreacionais Urbanas, localizadas nos fundos de vale e áreas inundáveis, com o objetivo de implantação de parques e áreas de lazer. Com exceção da redução dos índices urbanísticos da área central (ZC-1), no Plano Diretor de 1997, assim como no de 1989, os coeficientes de aproveitamento mais altos foram atribuídos às áreas mais valorizadas. (SIEBERT, 1999).

As diretrizes do PD 1997 continuaram as mesmas do PD 1989, como *direcionar o crescimento da cidade a longo prazo para a região Norte/Oeste* e facilitar a convivência com as cheias periódicas do rio Itajaí-Açú através da *expansão da cidade para regiões livres de enchentes, através da verticalização controlada de algumas áreas já consolidadas e através de limitações à ocupação do solo nas áreas mais baixas*. O macrozoneamento do PD 1997 também continuou o mesmo do PD 1989: a região Sul foi considerada “Área de Adensamento Controlado”, a região Central foi considerada “Área de Consolidação” e a região Norte/Oeste foi considerada “Área de Expansão”, conforme a Lei Nº 142/1997, que revogou a Lei 3.652/1989. O Art. 60 trata das “áreas não edificáveis e não aterráveis” (ANEA), delimitando em **45 metros a faixa marginal mínima ao longo do Rio Itajaí Açú**, que anteriormente ficava limitada em 33 metros. Com relação à “proteção e valorização do patrimônio histórico e arquitetônico” (Cap. XI), diz que *serão considerados imóveis de valor cultural, histórico e arquitetônico, aqueles que fizerem parte da história de Blumenau e contribuir para a preservação da paisagem tradicional da cidade, constantes do Cadastro do Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Blumenau*. Com relação ao Zoneamento e uso do solo *serão criadas zonas especiais, destinadas à proteção e conservação dos imóveis de valor cultural, histórico e arquitetônico, adotando-se índices urbanísticos compatíveis com as edificações a serem preservadas*, conforme a Lei 79/1994.

Com relação à área do recorte espacial do presente trabalho (Fig. 72), os impactos positivos foram a maior restrição ao adensamento e à verticalização na área compreendida entre a Rua XV e a Av. Beira-Rio (ZC1) no Centro atual e a ampliação da área de preservação histórico cultural do Centro Histórico (ZLE), enquanto o maior impacto negativo continuou sendo o incentivo ao adensamento e a verticalização excessiva da Ponta Aguda.

Figura 72 - Detalhe do Zoneamento da “concha central” no Plano Diretor 1997.



Fonte: PMB (1997).

A grande novidade do PD 1997 foi a **ampliação das “Zonas Especiais”**, que visavam *assegurar a qualidade de vida urbana do ponto de vista ambiental, de lazer, preservar áreas de interesse histórico e cultural e proteger áreas consideradas de extrema importância para o desenvolvimento da cidade*. Para o nosso recorte espacial vale destacar: I- Zona de Localização Especial (ZLE), localizadas nas subzonas (a) Centro de Artes (Matriz/Teatro) e (b) Centro Cívico (Nova Prefeitura) do PD 1977, conforme já constava no PD 1989, e que **foram ampliadas para a margem esquerda do rio próximo à Ponte de Ferro (desde a R. Bolívia) na Ponta Aguda e para a margem direita do rio em continuidade ao Centro Histórico**

na R. Itajaí, na área abaixo do Mirante do Morro do Aipim; II - Área de Preservação Histórica (APH) no Centro Histórico; III - Zona de Proteção Ambiental (ZPA) no Morro do Aipim; IV - Zona Recreacional Urbana (ZRU) junto ao Ribeirão Garcia.

As Zonas de Localização Especial (ZLE), seriam *áreas em torno de edificações de valor histórico e cultural, de monumentos, de pontos de referência da paisagem e de pontos de interesse especial com características paisagísticas de relevante interesse e estão subdivididas da seguinte maneira: I - ZLE1 - áreas com características urbanas; II - ZLE2 - áreas com características rurais.* Para o nosso recorte valem às da ZLE1, onde os usos do solo e os índices urbanísticos adotados **tem a finalidade de preservar o patrimônio histórico, cultural e paisagístico, o limite de altura das edificações será de 12,00m (doze metros), correspondendo a 4 (quatro) pavimentos, inclusive sótão, e as construções novas e as reformas deveriam ser aprovadas pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Arquitetônico.**

As Áreas de Preservação Histórica (APH), seriam *imóveis em que estão localizadas edificações de valor cultural, histórico e arquitetônico, destinadas à proteção e conservação do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico do Município, adotando os índices urbanísticos estabelecidos para a zona na qual se localizam, tendo em vista a concessão dos incentivos previstos na Lei Complementar nº 79, de 22/12/94.*

As Zonas Recreacionais Urbanas (ZRU), seriam *áreas de cotas baixas sujeitas a inundações e áreas de interesse paisagístico e ecológico, destinadas a instalações de parques públicos, com o intuito de preservá-las para não ocorrer ocupações inadequadas e dotar o Município de áreas públicas de lazer.*

O Centro atual continuou classificado como Zona Central, porém agora foi subdividido em ZC1, ZC2, ZC3, além da ZLE1. As ZLE1 continuaram as mesmas do PD 1989 [que são as subzonas (a) Centro de Artes (Matriz/Teatro) e (b) Centro Cívico (Nova Prefeitura) do PD 1977], inclusive mantendo **o limite de altura das edificações em 4 pavimentos.** A ZC1, **área compreendida entre a Rua XV e a Av. Beira-Rio** [subzona (c) Área compreendida entre a Av. Beira-Rio e a Rua XV do PD 1977], é a que **vai sofrer a maior restrição**, limitando-se ao **Térreo + 4 pavimentos**, ou seja, inversamente proporcional ao PD

1977 (que incentivava a maior verticalização da cidade exatamente nessa zona). Para compensar essa restrição, a área **junto ao Morro dos Padres** no Centro atual foi delimitada ZC2, permitindo até **9 pavimentos** e C.A.= 2, e a área de transição **junto à região da “Alameda”** (ZR5) no Centro atual foi delimitada ZC3, permitindo até **12 pavimentos** e C.A.= 3.

Com relação ao Centro atual, pode-se concluir que a classificação de ZC1 para área compreendida entre a Rua XV e a Av. Beira-Rio, com **redução significativa dos índices urbanísticos**, foi decisiva para a consolidação do conjunto urbano neste período, demonstrando que de fato houve uma preocupação com as *áreas em torno de edificações de valor histórico e cultural, de monumentos, de pontos de referência da paisagem e de pontos de interesse especial com características paisagísticas de relevante interesse*, conforme pretendia a ZLE, **especialmente com relação ao conjunto urbano construído na Rua XV e a perspectiva visual da área central da cidade a partir da Av. Beira-Rio**. A classificação de ZC2 (junto ao Morro dos Padres) manteve o limite máximo de altura estabelecido no PD 1989 (9 pavimentos) e a classificação de ZC3 (junto à região da “Alameda”) tratou-se de uma “compensação” de índices urbanísticos próximo à uma região muito valorizada, caracterizando-se numa área de transição (12 pavimentos) para esta região muito valorizada e verticalizada (ZR5 com 15 pavimentos).

O **Centro Histórico** continuou com a demarcação específica para a área localizada entre a antiga Praça do *Stadtplatz* e a Igreja Luterana, denominada de Área de Preservação Histórica – APH (antiga ZPH), mas a sua **área de entorno imediato** passou de ZR4 (área residencial multifamiliar de densidade média) para **Zona de Localização Especial (ZLE)** na R. Itajaí, na margem direita do rio, em continuidade ao Centro Histórico, na área abaixo do Mirante do **Morro do Aipim**, que foi classificado como **Zona de Proteção Ambiental (ZPA)**. Com isso, pode-se afirmar que novamente houve uma preocupação com as *áreas em torno de edificações de valor histórico e cultural, de monumentos, de pontos de referência da paisagem e de pontos de interesse especial com características paisagísticas de relevante interesse*, conforme pretendia a ZLE, especialmente nessa área abaixo do Mirante do Morro do Aipim, junto ao rio e em continuidade ao Centro Histórico, que

demonstra respeito ao conjunto urbano construído no *Stadtplatz* (início da Rua XV) e a perspectiva visual da “curva do rio” em direção ao Mirante do Morro do Aipim (e vice-versa).

A classificação da **Ponta Aguda** manteve o **maior índice urbanístico** da cidade na ZR5 (15 pavimentos e C.A.= 3), na área junto ao Morro da Ponta Aguda, e **aumentou ainda mais o índice urbanístico na área junto à Prainha**, que passou de ZR3 (10 pavimentos) para ZR4, com a limitação de altura em 12 pavimentos e C.A.= 1,5. A diferenciação entre a ZR4 (12 pavimentos) e a ZR5 (15 pavimentos), embora tenha ficado bem menor, **ainda demonstrava uma certa preocupação com as perspectivas visuais e as áreas de entorno do Rio Itajaí-Açú e da Prainha (a histórica “curva do rio”)**, que tinha como divisão dessas subzonas a Av. Brasil e a Rua Chile. Com isso, a Ponta Aguda passou a ser ainda mais adensada e verticalizada, especialmente essa área mais delicada, junto ao rio.

Com relação à dinâmica urbana, em 1993 foi inaugurado o *Shopping Neumarkt*, em localização estratégica (eixo moderno ponte-Matriz-rodoviária), na Rua 07 de Setembro, atrás da Igreja Matriz. Ao contrário da maioria das cidades europeias, o poder público permitiu a instalação deste complexo de serviços e entretenimento, que vai ocasionar forte perda da dinâmica urbana na área central, principalmente com o declínio do comércio da Rua XV e a “substituição” das atividades sociais e de lazer que ocorriam nos espaços públicos da cidade. Uma série de fatores podem ser adicionados a esta problemática, mas a perda de vínculo dos atores com a sua obra construída que é a cidade, contribuiu muito. A descaracterização dos espaços públicos e da própria imagem da cidade, especialmente na Rua XV, fez com que os moradores locais não se apropriassem mais da mesma forma, como os verdadeiros construtores dessa obra social urbana. Os espaços públicos haviam, aos poucos, se tornado semipúblicos, funcionando como um anexo dos restaurantes que tinham como foco maior o turista esporádico em vez do morador local, enquanto o poder público abandonando cada vez mais o papel de mediador entre os interesses públicos e privados. A Rua XV havia sido descaracterizada, em parte, pela substituição das casas comerciais locais (ainda na escala do pedestre) por uma série de edifícios verticalizados e monofuncionais (grandes instituições financeiras e lojas de grandes redes de comércio), nas décadas de 1970 e

1980, que refletiam uma imagem de falsidade arquitetônica e temporal, além dos passeios públicos se limitarem a função de anexos de passagem, entre o tráfego intenso de veículos e o alinhamento das edificações, sem maiores características de espaço público que é por excelência, onde novamente, o poder público não assumia o seu papel de mediador entre os interesses públicos e privados.

Essa situação de implantação de *Shoppings Centers* em áreas centrais, que parece normal no Brasil, pois ocorreu em diversos centros urbanos, não é nada comum nas cidades europeias, especialmente na Alemanha. Nota-se então, que a aparente falsidade implantada nas fachadas do conjunto urbano da área central, torna-se mais evidente, pois como o modo de vida dos *blumeuenses* é muito mais brasileiro do que germânico, o poder público perdeu uma boa oportunidade de tentar evitar esse problema urbano ou de proporcionar alguma alternativa urbana que fosse verdadeiramente utilizada na Alemanha.

Para reverter, em parte, esta situação, foi proposto a reurbanização da Rua XV (Fig. 73), através de “*concurso nacional de anteprojetos de arquitetura*”, adaptado e supervisionado pelo IPPUB, iniciado em 1999 e finalizado em 2002, adequando os passeios (mín. de 3,0 metros), implantando arborização decorativa, reduzindo estacionamentos, controlando a velocidade dos veículos, representando as fachadas de alguns edifícios no piso da rua, substituindo as pedras de granito por blocos de concreto (*paver*), diminuindo o ruído da passagem dos veículos e adotando mobiliário urbano mais adequado (MATTEDI, 2009), proporcionando um ambiente mais qualificado para os pedestres, embora a presença de veículos ainda não possibilite diversas atividades que poderiam valorizar ainda mais o local.

A falta de uma rua, destinada exclusivamente para pedestres, também vai ser um fator agravante com relação a vitalidade e a dinâmica urbana, que poderia ser proporcionada para os moradores e para os turistas, das crianças aos idosos, fomentando a multiculturalidade e abrindo espaço para a diversidade cultural que não foi contemplada na aparente reinvenção da cidade promovida pelo setor turístico. Assim como a implantação de *shoppings centers* ocorreu por todo o país, diversas cidades cederam as suas principais ruas, a maioria de grande relevância histórica, para esta finalidade. Faria muito mais sentido promover essa possibilidade na centralidade urbana, em meio ao

conjunto urbano e histórico preservado, do que reinventar novamente uma falsa vila medieval, num local fechado, como vai ser o caso do Parque Vila Germânica, construído em 2006.

Figura 73 - Reurbanização da Rua XV.



Fonte: PMB (2014).

Nesse mesmo período, diversas edificações que haviam sido cadastradas pelo Patrimônio Histórico Municipal foram tombadas pelo IPHAN e, a grande maioria, pela FCC (Fig. 74), especialmente na Rua XV, onde foram tombadas 23 edificações de uma só vez, conforme o Decreto nº. 1.070, de 31 de março de 2000. Apesar de todas as medidas com relação à preservação patrimonial tomadas anteriormente, esta foi a que teve o maior impacto, visto que um tombamento em nível estadual vai necessariamente fortalecer o próprio órgão de proteção patrimonial local, pois, em alguns casos, sofre grande pressão política local. Com isso, uma boa parte da Rua XV vai conseguir preservar o aspecto de conjunto urbano.

Figura 74 - Edificações tombadas pela FCC.



Fonte: FCC (2014).

3.4.3. Considerações Finais do Período: 150 anos da cidade no ano de 2000

Para a conclusão das análises da paisagem nesses 50 anos, que tinha como fato inicial marcante a comemoração dos 100 anos da cidade em 1950, será considerado como fator limitador deste período a comemoração dos 150 anos da cidade no ano de 2000. Nesse ano, o poder público criou o *Instituto Blumenau 150 Anos* com a finalidade de “*coordenar as atividades relacionadas às comemorações dos 150 anos de Blumenau e dos 100 anos da morte do Dr. Blumenau*”, através de comemorações que buscam “*a rememoração de acontecimentos passados, significações diversas para o uso do presente*” (SILVA, 2002, p.432). Além dessas comemorações que *condicionando os indivíduos a “rememoração” através da repetição e teatralização do passado*” (SASSE, 2013) e da construção de alguns monumentos, foram incluídas políticas públicas para alguns patrimônios históricos.

Com relação ao nosso recorte, os principais elementos que receberam atenção naquele momento, foram a restauração do “Vapor Blumenau I” localizado na Prainha (Ponta Aguda, na curva do rio), a restauração do “Museu da Família Colonial” localizada da Rua das Palmeiras (a casa mais antiga do Vale do Itajaí, de 1958) e a reconstrução da parte incendiada em 1958 da “Antiga Prefeitura”, atual sede da Fundação Cultural de Blumenau (FCB), localizada na Praça do *Stadtplatz* (obra supervisionada pelo arq. Hans Broos, que participou de projetos e das discussões urbanas da cidade desde a década de 1950). Esses elementos emblemáticos da história, que estão localizados nos principais pontos da cidade (Prainha na curva do rio, Rua das Palmeiras e Rua XV na Praça do *Stadtplatz*), representaram a escolha do local da colônia (rio e transporte fluvial), a casa do fundador da cidade (arquitetura enxaimel) e o primeiro edifício administrativo (político) da colônia, *que ganham ares de monumentalidade durante as comemorações, mas depois se tornam comum ou até mesmo invisível à sociedade atual* (SASSE, 2013), **pela falta de uma política pública cultural, verdadeira e contínua, que possa incorporar esse patrimônio isolado num conjunto urbano mais abrangente e à dinâmica urbana contemporânea.**

Nos anos seguintes, pôde-se verificar, na macro escala, a continuidade das diretrizes estabelecidas no macrozoneamento do PD 1989 e ratificadas pelo PD 1997, que foram: “área de adensamento controlado” na região Sul, “área de consolidação” região Central e “área de expansão na região Norte/Oeste da cidade. Com relação ao recorte espacial deste trabalho, pôde-se verificar a preservação parcial do conjunto urbano do Centro Histórico (preservou os elementos isoladamente), a consolidação do conjunto urbano do Centro atual e a verticalização cada vez maior da Ponta Aguda. Essas diretrizes foram mantidas durante **a vida útil do IPPUB, que de forma injustificável, foi extinto em 2005**, coincidentemente no ano anterior da próxima revisão do Plano Diretor, que foi aprovado em 2006 (e que resultou, em parte, no projeto “*Blumenau 2050*”, em 2008), com alterações significativas que já estão ameaçando a paisagem, conforme o trabalho vai discutir posteriormente.

3.5. As transformações na paisagem na década de 2000: as políticas de valorização e de proteção patrimonial em risco

A nova mudança de postura dos gestores da cidade ocorreu a partir da década de 2000, quando o setor da construção civil vai exercer maior pressão junto ao poder público nas áreas da macrozona “área de consolidação” da região Central, localizadas no entorno do Centro atual, como Ponta Aguda, “Alameda”, Bom Retiro e Victor Konder, entre outras. O setor têxtil apresentava os primeiros sinais positivos do processo de “reestruturação industrial” ocorrido na década de 1990 e as atividades ligadas ao turismo se apresentavam novamente como uma boa alternativa e voltaram a ser fortalecidas, com maior apoio do poder público.

No contexto político, a virada do século XX para o XXI foi marcada no contexto federal pelos governos FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010), no contexto estadual pelos governos Amim (199-2002) e LHS (2003-2010) e no contexto local pelos governos Décio Lima (1997-2004) e João Paulo Kleinübing (2005-2012). Os processos de “reestruturação industrial” do setor têxtil, devido principalmente à abertura de mercado para importações em 1992 e à paridade cambial em 1994 (BIELSCHOWSKY, 2009), e a transferência do poder econômico para outros setores, especialmente a construção civil, com o período de estabilidade financeira do país, se refletiram no espaço urbano. Esses fatores “transferiram”, em parte, a pressão do mercado que havia sobre às áreas comerciais do Centro nas décadas anteriores (1970/1980) para as áreas residenciais do entorno (1990), possibilitando uma reorganização do poder público mais adequado aos interesses comunitários, como a revisão do Plano Diretor e a introdução da ZPH em 1989, a criação do IPPUB em 1993 e do Programa de Valorização Patrimonial em 1994, a segunda revisão do Plano Diretor com maior restrição aos índices urbanísticos na área compreendida entre a Rua XV e a Av. Beira-Rio no Centro atual e a ampliação da área de preservação histórico cultural do Centro Histórico em 1997, os tombamentos realizados pela FCC em 2000 e a reurbanização da Rua XV (1999-2002).

Com a mudança de governo local em 2005, aliada às forças comerciais e empresariais, muitas dessas políticas patrimoniais vão ser ameaçadas, colocando em risco a proteção e a conservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Paisagístico e Cultural. As principais ameaças vão ser a extinção do IPPUB e a criação de um “Conselho Municipal de Planejamento Urbano” (COPLAN), um órgão deliberativo, de composição paritária, vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, responsável por pronunciar-se sobre *consultas do Chefe do Executivo, sugerir estímulos para iniciativas de grande interesse, apreciar estudos e projetos especiais e determinar parâmetros de ocupação específicos de uso e ocupação do solo, exarar pareceres contendo correta interpretação de casos omissos ou conflitantes da legislação urbanística, entre outras competências*. Além disso, será realizada a terceira revisão do Plano Diretor em 2006, com alterações na lei de zoneamento já em 2005 e uma nova proposta de zoneamento em 2010.

Com relação às leis de planejamento urbano, em dezembro de 2004 foi sancionada a Lei Complementar Nº 491/2004, sobre o código de zoneamento, uso e ocupação do solo. Entre os pontos mais relevantes para este trabalho, a lei manteve o gabarito máximo de 15 pavimentos (para a cidade toda), manteve as Áreas de Preservação Histórica (APH), as Zonas de Localização Especial (ZLE) e dizia que qualquer alteração ou emenda ao Código de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo ou seus Anexos, somente poderia ser efetuada por Lei e **mediante prévio parecer técnico do Órgão Municipal de Planejamento Urbano e do seu Conselho Deliberativo**, o que fortalecia a instituição pública “tecnicamente”.

O **Centro atual** continuou classificado como Zona Central, subdividido em ZC1, ZC2, ZC3 e ZLE1. As ZLE1 continuaram as mesmas do PD 1997, mantendo **o limite de altura das edificações em 4 pavimentos**. A ZC1 (área entre a Rua XV e a Av. Beira-Rio) **vai sofrer maior restrição ainda**, passando de Térreo + 4 pavimentos, **para apenas 4 pavimentos**. Porém, dessa vez, não houve nenhuma “compensação”, ficando mantida a área junto ao Morro dos Padres como ZC2, permitindo até 9 pavimentos e C.A.= 2, e a área de transição junto à região da “Alameda” (ZR5) como ZC3, permitindo até 12 pavimentos e C.A.= 3. Com relação ao Centro atual, pode-se concluir

que a manutenção da classificação de ZC1 para área compreendida entre a Rua XV e a Av. Beira-Rio, com uma pequena redução dos índices urbanísticos, demonstra que houve uma preocupação com relação ao conjunto urbano da Rua XV e a perspectiva visual da área central da cidade a partir da Av. Beira-Rio.

O **Centro Histórico** continuou com a demarcação específica para a área histórica, denominada de Área de Preservação Histórica (APH), e a sua área de entorno imediato como Zona de Localização Especial (ZLE), na R. Itajaí, abaixo do Mirante do Morro do Aipim, que continuou classificado como Zona de Proteção Ambiental (ZPA). Com isso, pode-se afirmar que novamente houve preocupação em demonstrar respeito ao conjunto urbano construído no *Stadtplatz* (início da Rua XV) e a perspectiva visual da “curva do rio” em direção ao Mirante do Morro do Aipim (e vice-versa).

A classificação da **Ponta Aguda** foi mantida, com o **maior índice urbanístico da cidade** na ZR5 (15 pavimentos e C.A.= 3), na área junto ao Morro da Ponta Aguda, e **aumentou ainda mais o índice urbanístico na área junto à Prainha**, mantendo a ZR4, com a limitação de altura em 12 pavimentos, porém com **aumento do C.A., que passou de 1,5 para 2,2**. A diferenciação entre a ZR4 (12 pavimentos) e a ZR5 (15 pavimentos) foi mantida, demonstrando ainda **uma certa preocupação com as perspectivas visuais e as áreas de entorno do Rio Itajaí-Açú e da Prainha (a histórica “curva do rio”)**, que manteve a divisão dessas subzonas na Av. Brasil e na Rua Chile, mesmo com o aumento do adensamento (C.A.) nessa área mais delicada junto ao rio.

Porém, essa LC Nº 491/2004 não terá muito efeito, por ter sido aprovada em dezembro de 2004 (no último mês da gestão 1997-2004), tendo sido alterada e complementada diversas vezes pela nova gestão (2005-2012), até ser revogada em 2010 pela LC nº 751/2010.

3.5.1. A extinção do IPPUB, a criação do COPLAN e o Plano Diretor de 2006

A nova gestão assume o poder político em janeiro de 2005 e uma das primeiras iniciativas foi extinguir o IPPUB em março de 2005, através da LC Nº 514/2005. As suas competências e atividades foram

atribuídas à “Secretaria Municipal de Planejamento Urbano”, que incorporou também o “Fundo Municipal de Conservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico”, conforme previsto no art. 9º da LC nº 79/1994. No mesmo dia, foi criado o COPLAN, através da LC Nº 514/2005, um órgão deliberativo, de composição paritária, vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, responsável por *pronunciar-se sobre consultas do Chefe do Executivo, sugerir estímulos para iniciativas de grande interesse, apreciar estudos e projetos especiais e determinar parâmetros de ocupação específicos de uso e ocupação do solo, exarar pareceres contendo correta interpretação de casos omissos ou conflitantes da legislação urbanística, entre outras competências.*

O COPLAN seria composto por 34 membros indicados pelos respectivos órgãos e entidades que representam e nomeados por ato do Prefeito, sendo que a metade representam os órgãos e entidades governamentais (secretarias municipais de Planejamento Urbano, de Obras e Serviços Urbanos, de Turismo, de Desenvolvimento Econômico, etc.) e a outra metade as entidades não-governamentais (Associação Empresarial de Blumenau, Câmara de Dirigentes Lojistas, Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Médio Vale do Itajaí, Conselho Regional de Engenharia, Agronomia, Ordem dos Advogados do Brasil, Instituto de Arquitetos do Brasil, Associação dos Corretores de Imóveis de Blumenau, Associação das Micro e Pequenas Empresas de Blumenau, Sindicato da Indústria da Construção de Blumenau, Associação Catarinense de Preservação da Natureza, etc.).

Ainda em 2005, a LC Nº 524/2005 alterou as leis complementares 142/1997 e 491/2004, que tratavam do código de zoneamento, uso e ocupação do solo do município. A alteração mais significativas para o presente trabalho foi a introdução da “**Zona de Localização Especial 4**”, no art. 12 da LC 491/2004, denominada *área urbana de especial interesse histórico, turístico, cultural, paisagístico e de monumentos, localizada no entorno da Rua XV de Novembro e Alameda Duque de Caxias*, ou seja, no **entorno da Rua XV e Rua das Palmeiras**. Esses imóveis situados na ZLE 4 foram classificados como: **P1** - imóveis que apresentam características da ZLE4, devendo ser **preservados interna e externamente**; **P2** - imóveis que apresentam características da ZLE4, devendo ser **preservados externamente**; **P3** -

imóveis que por estarem **localizados no entorno das edificações classificadas como P1 e P2 deverão integrar-se e harmonizar-se com estes**. Para estes imóveis situados na ZLE 4: quando **não classificados como P1, P2 e P3** sua taxa de ocupação será de até 100% (cem por cento) e sua **altura limitada a 05 pavimentos**; quando **classificados como P3** terão seus índices urbanísticos **definidos pelo Conselho Municipal de Planejamento Urbano (COPLAN)**, que analisará se o projeto construtivo incorpora-se ao local de forma a valorizar os imóveis classificados como P1 e P2.

Pode-se perceber que o objetivo da LC Nº 524/2005 foi de introduzir a **ZLE 4 no entorno da Rua XV e Rua das Palmeiras**, ou seja, vai incorporar as antigas **ZLE1 e ZC1 do Centro atual** e a **ZLE1** (que incorporava a **APH**) no **Centro Histórico** do zonamento do PD 1997. Além disso, vai diferenciar bem as edificações, condicionando a preservação total (interna e externa) para P1, parcial (somente externa) para P2 e deixar os **índices urbanísticos a cargo do COPLAN para P3**.

Em 2006, a LC Nº 573/2006, acresce a Subseção I-A na Seção VI, do Capítulo II, da Lei Complementar nº 491/2004, que se refere as “Áreas de Preservação Histórica” (APH), destinada à proteção e conservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Paisagístico e Cultural de Blumenau, definindo que os imóveis tombados e/ou cadastrados pelo Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Paisagístico e Cultural de Blumenau ficam localizados, **automaticamente**, em APH, seguindo o zoneamento de onde se localizam, obedecendo aos índices urbanísticos da Zona Agrícola (h=10,50m) e as novas construções serão consideradas como P3, ou seja, terão seus **índices urbanísticos definidos pelo COPLAN**.

Ainda em 2006, será aprovada a **terceira revisão do Plano Diretor**, através da LC Nº 615/2006, conforme os princípios do Estatuto da Cidade, incorporando em seu contexto as diretrizes da Lei Federal nº 10.257/2001, que deveria ser regido pelos princípios da função social da cidade e da propriedade, da gestão democrática, da sustentabilidade ambiental e da preservação do patrimônio cultural. Entre as “diretrizes e objetivos gerais” do PD 2006, constava: *eleva a qualidade do ambiente urbano, por meio da preservação, proteção e recuperação do meio ambiente e do patrimônio cultural e paisagístico*. O termo “*patrimônio*

cultural”, que será utilizado nesta lei, só vai ser oficializado em 2009, substituindo o termo “*patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico*”, conforme Lei Complementar nº 726/2009.

Com relação as “Políticas Públicas Municipais de Desenvolvimento do Município de Blumenau”, encontra-se a “Política Pública Municipal de **Desenvolvimento Urbano**”, que deveria *orientar e disciplinar o desenvolvimento da cidade, definindo a configuração da paisagem urbana por meio da distribuição espacial das atividades, do parcelamento do solo, da densificação equilibrada de acordo com as diversidades do território, bem como garantir acessibilidade segura e satisfatória, melhorando as condições de circulação e promover a integração entre as várias modalidades de transporte, como também, ordenar e disciplinar a paisagem urbana, o uso do espaço público e a preservação do patrimônio cultural*. Com relação as “Política Pública Municipal de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo”, entre as demais diretrizes, constava: *fortalecer a identidade e a paisagem urbana mantendo escalas de ocupação compatíveis com os valores naturais, culturais, históricos e paisagísticos de cada região da cidade, combinada com as particularidades da região metropolitana e requalificar o centro tradicional estimulando a implantação equilibrada de habitações e atividades econômicas, de animação e de lazer*.

O PD 2006 cria a “Política Pública Municipal do **Uso do Espaço Público e da Paisagem Urbana**”, que deveria *ordenar e disciplinar a paisagem urbana entendida como a configuração visual da cidade e seus componentes, resultantes da interação entre os elementos naturais, edificados, históricos e culturais, como também o uso do espaço público de superfície, aéreo e do subsolo, buscando a preservação da qualidade e identidade urbana*. As diretrizes deveriam ser: *compatibilizar o uso dos espaços públicos com sua vocação e demais funções; implantar normas e critérios para o uso do espaço público para a comercialização de produtos, realização de eventos e demais atividades, subordinados a preservação da qualidade e identidade urbana; assegurar o equilíbrio visual entre os diversos elementos que compõem a paisagem urbana, garantindo ao cidadão a compreensão de seus elementos constitutivos públicos e privados; regulamentar o uso e a implantação de equipamentos de infraestrutura*

de serviços públicos de superfície, aérea e de subsolo nos espaços públicos; criar instrumentos para **proteger os elementos naturais, culturais e paisagísticos**, permitindo a **visualização do panorama e a manutenção da paisagem** em que estão inseridos; consolidar e promover a identidade visual do mobiliário urbano, equipamentos e serviços municipais, padronizando e racionalizando, para sua melhor identificação, com ênfase na funcionalidade e na **integração com a paisagem urbana**; possibilitar a outorga, concessão ou permissão de uso de espaços públicos do Município para a implantação de equipamentos de infra-estrutura, de serviços públicos, mobiliário urbano e outros elementos de **interesse público**; implantar normas e critérios rigorosos em **defesa da paisagem urbana nos espaços públicos e privados**, como medida de coibir drasticamente a poluição visual resultante da instalação de comunicação visual na cidade.

O PD 2006 cria a “Política Publica Municipal de **Preservação do Patrimônio Cultural**” (originalmente: Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural e Paisagístico), que tinha como objetivo **promover a conservação, proteção, recuperação e revitalização** dos bens móveis e imóveis preservando a história e a identidade cultural local. As diretrizes deveriam ser: **promover a preservação** do patrimônio cultural e dos sítios históricos, mantendo suas **características originais e sua ambiência na paisagem**, por meio de tombamento ou outros instrumentos; **definir de forma integrada, áreas prioritárias de ação governamental**, visando a proteção, preservação, recuperação e orientando e incentivando o uso adequado das edificações e sítios de interesse cultural; **promover a sensibilização e conscientização** da população para a preservação e valorização dos imóveis e locais de interesse do patrimônio cultural; **criar programas e incentivos** buscando parcerias com outras esferas de governo, como também a iniciativa privada viabilizando recursos para a preservação dos bens de interesse do patrimônio cultural; **promover adequada gestão** dos recursos destinados a proteção e preservação dos bens; **promover a gestão e o controle dos imóveis de interesse do patrimônio cultural**.

Para o cumprimento das diretrizes, deveriam ser implementados os seguintes programas: I - o programa de conservação, preservação e restauração dos bens de valor cultural; II - o programa de valorização e

conscientização da importância da preservação dos imóveis de interesse do patrimônio cultural. Existia ainda o III - o programa de gestão e controle dos imóveis de interesse do patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico, **mas foi retirado pela LC nº 726/2009**, a mesma lei que reduziu os termos “*patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico*” para “*patrimônio cultural*”.

Conforme o Art. 15, o desenvolvimento de “políticas de preservação do patrimônio cultural do Município de Blumenau” visava *à proteção, à recuperação e à conservação destes bens, devendo atender aos seguintes objetivos: I - garantia de integridade do patrimônio cultural do Município, II - incorporação da proteção do patrimônio cultural ao processo permanente de planejamento e ordenação do território; III - aplicação de instrumentos normativos, administrativos e financeiros para viabilizar a gestão do patrimônio cultural; IV - conscientização da população quanto aos valores culturais e ambientais à necessidade de sua proteção e recuperação; V - impedimento ou controle do funcionamento e da implantação ou ampliação de construções ou atividades que comportem risco efetivo ou potencial de dano à qualidade de vida e ao patrimônio cultural.* (LC Nº 615/2006).

Pode-se perceber que o texto do PD 2006 foi muito bem redigido, especialmente com relação as Políticas Públicas Municipais de **Desenvolvimento Urbano, do Uso do Espaço Público e da Paisagem Urbana e de Preservação do Patrimônio Cultural**, que caso estivessem sido levadas a cabo, não existiriam motivos para um debate sobre as ameaças atuais à paisagem urbana, ao uso do espaço público e as políticas de proteção patrimonial. Somente o fato de *a paisagem urbana, o uso do espaço público e a preservação do patrimônio cultural* constar nas políticas de **Desenvolvimento Urbano**, já bastaria para que se levasse a cabo a interação desses elementos no planejamento urbano local. Porém, os projetos sugeridos ou aprovados pelo poder público nos últimos anos não parecem compatíveis com os **valores naturais, culturais, históricos e paisagísticos**, especialmente no *centro tradicional, que deveria ser requalificado*, pois não parecem buscar uma efetiva *interação entre os elementos naturais, edificados, históricos e culturais*. A vocação para **o uso dos espaços públicos** deveria ser, no mínimo, a garantia da qualidade para o uso público desses espaços,

enquanto o equilíbrio visual entre os diversos elementos que compõem a **paisagem urbana** deveria ser garantida pela própria proteção da visualização dos elementos naturais, culturais e paisagísticos, como o rio, os morros e o conjunto patrimonial edificado, especialmente a partir dos espaços públicos, como da antiga Praça do porto, da Prainha e do mirante do Morro do Aipim, por exemplo. Já com relação a **preservação do patrimônio cultural**, não fica claro as áreas prioritárias de *ação governamental*, nem a *valorização da sua ambiência na paisagem*, bem como, não parece existir *a gestão* desses imóveis dentro de uma política de interesse do patrimônio cultural.

Além disso, vamos encontrar exatamente algumas dessas mesmas frases em diversos outros planos diretores, de cidades com órgãos institucionais ou características completamente diferentes, como por exemplo, no PD 2002 de São Paulo/SP (Lei 13.430/2002, art.8, objetivos gerais, IV - elevar a qualidade do ambiente urbano, por meio da preservação dos recursos naturais e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico, arqueológico e paisagístico), onde existe o CONPRESP (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo), criado em 1985, como um órgão colegiado de assessoramento cultural ligado à estrutura da Secretaria Municipal de Cultura (e não somente ao planejamento urbano), ou no PD 2004 de Curitiba/PR (Lei 11.266/2004, Cap. IV: da Paisagem Urbana e do Uso do Espaço Público), onde existe o IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), criado em 1965, criado como autarquia municipal, apenas para citar as mais conhecidas. Vale destacar que nessas cidades esses órgãos de “Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental” ou de “Pesquisa e Planejamento Urbano” possuem certa autonomia e tentam contribuir, aparentemente, de forma mais técnica e do que política, enquanto em Blumenau, com a extinção do IPPUB e a criação do COPLAN, as decisões passaram de um caráter mais técnico e objetivo para um caráter mais político e subjetivo.

Com relação a “Política Pública Municipal de Turismo” criada no PD 2006, esta pretendia *consolidar o Município como polo turístico e de eventos, fomentando, desenvolvendo e explorando, de forma sustentável, a inter-relação entre a cultura, economia e meio ambiente como fator de interação social*. No âmbito estadual, o governo de Santa

Catarina incentivou nesse período (promessa de campanha), a construção de “arenas multiúso” em diversas cidades, sendo que em Blumenau, o poder público optou por demolir, reformar e ampliar os antigos pavilhões das antigas FAMOSC e PROEB, para a criação do Centro de Exposições Vila Germânica, um local para grandes festas, feiras e eventos, além de diversas lojas (souvenires, artesanatos, produtos locais) e restaurantes típicos implantados numa pequena vila medieval, construída em pleno século XXI (2006).

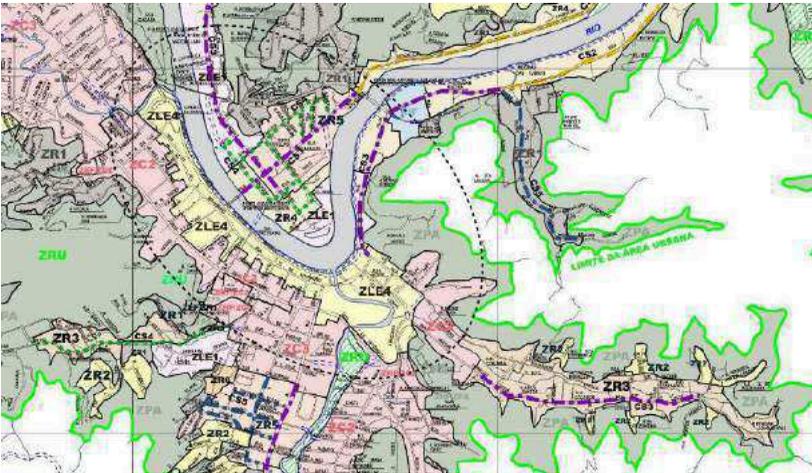
Com relação a “Política Pública Municipal de Cultura”, esta mencionava *valorização, resgate, incentivo e fomento da produção cultural local, criando opções de entretenimento, utilizando a cultura como importante ferramenta no processo de inclusão social e arte-educação e atuar com responsabilidade na preservação do patrimônio histórico* (termo substituído por cultural em 2009), que deveria **estimular o uso de bens de valor histórico** comercialmente, promover a conscientização da população na **preservação e valorização dos imóveis e locais de interesse patrimonial**, buscar **novos espaços** para a criação de museus, casas de memória, arquivos históricos e Acervos, manter e divulgar calendário de **atividades culturais utilizando espaços públicos**, oportunizar aos artistas locais e regionais a **utilização de Espaços Públicos** para a realização de exposições, entre outros.

O macrozoneamento do PD 2006 (Fig. 75) continuou com as mesmas diretrizes estabelecidas no PD 1989, definidos pelas macrozonas de Consolidação, de Expansão e de Adensamento Controlado, que passou a incorporar também o distrito da Vila Itoupava.

O distrito da Vila Itoupava (Fig. 76), foi inserido na Macrozona de Adensamento Controlado, pois fica numa área topográfica bastante acidentada (fatores naturais) e possui excelentes exemplares da arquitetura da imigração genuínos (fatores culturais), que integram o projeto Roteiros Nacionais de Imigração (FCC/IPHAN), que tem como objetivo preservar conjuntos de propriedades e bens culturais representativos da imigração catarinense.

O zoneamento do PD 2006 (Fig. 77) continuou com as mesmas diretrizes estabelecidas pela LC Nº 524/2005, que havia alterado as leis complementares 142/1997 e 491/2004, com destaque para a alteração mais significativa para o presente trabalho, que foi a introdução da **“Zona de Localização Especial 4”**, no **entorno da Rua XV e Rua das Palmeiras**, que incorporou as antigas ZLE1 (Teatro/Matriz e Centro Cívico/Prefeitura) e ZC1 (Rua XV e Av. Beira-Rio) do Centro atual e a ZLE1 (que incorporava a APH) no Centro Histórico do zonamento do PD 1997. Essa delimitação ZLE4 acabou por tornar boa parte do Centro atual (especialmente a Rua XV e a Av. Beira-Rio) e o Centro Histórico numa mesma zona, sem maiores distinções, equiparando, por exemplo, o patrimônio genuíno original com as construções “temáticas” ou as reformas de “fachadas” incentivadas pela lei de 1977.

Figura 77 - Zoneamento do PD 2006.



Fonte: SEPLAN (2006).

As diferenças seriam dadas pela classificação dos imóveis situados na ZLE 4, condicionando a preservação total (interna e externa) para P1, parcial (somente externa) para P2 e deixar os índices urbanísticos a cargo do COPLAN para P3 (localizados no entorno das edificações classificadas como P1 e P2). Para os demais imóveis situados na ZLE 4, quando não classificados como P1, P2 e P3, a sua

taxa de ocupação será de até 100% e sua altura limitada a 05 pavimentos.

As ZLE1 que haviam sido ampliadas no PD 1997 continuaram, como na margem esquerda do rio próximo à Ponte de Ferro (desde a R. Bolívia) na Ponta Aguda e na margem direita do rio em continuidade ao Centro Histórico na R. Itajaí, na área abaixo do Mirante do Morro do Aipim. O zoneamento na Ponta Aguda permaneceu exatamente o mesmo do PD 1997.

A antiga APH (do zonamento do PD 1997) no Centro Histórico, ao passar de ZLE1 para ZLE4 (no PD 2006), foi propositalmente reduzida no espaço onde se localizava o “terreno do BEC”, com a abertura de uma rua e a transformação de parte da ZLE1 em ZC2.

O **Centro atual** foi classificado então em ZLE4, ZC2 e ZC3. A ZLE4 incorporou as antigas ZLE1 (Teatro/Matriz e Centro Cívico/Prefeitura) e ZC1 (Rua XV e Av. Beira-Rio) do Centro atual e a ZLE1 (que incorporava a APH) no Centro Histórico do zonamento do PD 1997. Seus índices passaram a ser definidos conforme a classificação dos imóveis, condicionando a preservação total (interna e externa) para P1, parcial (somente externa) para P2 e os índices urbanísticos ficaram a cargo do COPLAN para P3 (localizados no entorno das edificações classificadas como P1 e P2), enquanto os demais imóveis situados na ZLE 4, quando não classificados como P1, P2 e P3, tiveram a sua taxa de ocupação de até 100% e sua altura limitada a 05 pavimentos (Art. 45 Lei 491/2004). Foram mantidos os zoneamentos e os respectivos índices urbanísticos para ZC2 (9 pavimentos e C.A.= 2) na área junto ao Morro dos Padres e ZC3 (12 pavimentos e C.A.= 3) na área junto à região da “Alameda”. Com relação ao Centro atual, pode-se concluir que a classificação de ZLE4 para área compreendida entre a Rua XV e a Av. Beira-Rio, além da incorporação das antigas ZLE1 já existentes, demonstra que houve uma preocupação com relação ao conjunto urbano da Rua XV e a perspectiva visual da área central da cidade a partir da Av. Beira-Rio. Porém, ao generalizar um zoneamento sem maiores distinções, equiparando, por exemplo, o patrimônio genuíno original com as construções “temáticas” ou as reformas de “fachadas” incentivadas pela lei de 1977 ou as obras modernas como a Igreja Matriz de Gottfried Bohm (Prêmio *Pritzker* de Arquitetura) com a imitação de uma prefeitura alemã do século XV

(Castelinho da *Moellmann*), talvez possa aumentar ainda mais a subjetividade e a influência política nas decisões tomadas pelo COPLAN.

O **Centro Histórico** foi classificado então como ZLE4, incorporando a antiga APH (PD 1997), porém, ao passar de ZLE1 para ZLE4 (PD 2006), foi propositalmente reduzida no espaço onde se localizava o “terreno do BEC” (um terreno doado pelo estado para práticas esportivas, que foi leiloado neste mesmo ano de 2006, para a iniciativa privada), com a abertura de uma rua e a transformação de parte da antiga ZLE1 em ZC2 (9 pavimentos e C.A.= 2, porém com projeto aprovado para uma torre comercial de 12 pavimentos e duas torres residenciais de 18 pavimentos em 2011), justamente na área de entorno da Igreja Luterana, projetada por Henrich Krohberger em 1877, bem na perspectiva da Rua das Palmeiras em direção ao morro, o que revela novamente a subjetividade e a influência política nas decisões tomadas pelo COPLAN. A área de entorno imediato da ZLE4, na R. Itajaí, continuou como ZLE1, abaixo do Mirante do Morro do Aipim, que continuou classificado como ZPA, mantendo assim, a preocupação em demonstrar respeito ao conjunto urbano construído no *Stadtplatz* (início da Rua XV) e a perspectiva visual da “curva do rio” em direção ao Mirante do Morro do Aipim (e vice-versa). Porém, o poder público vai tentar vender parte deste espaço público, que é o Mirante do Morro do Aipim, para a iniciativa privada em 2014, justificando que o espaço estava abandonado desde 2012, após o encerramento das atividades do *Restaurante Frohsinn* por determinação judicial.

A **Ponta Aguda** manteve a classificação de ZR5 (15 pavimentos e C.A.= 3) na área junto ao Morro da Ponta Aguda (maior índice urbanístico da cidade) e de ZR4 (12 pavimentos e C.A.= 2,2) na área junto à Prainha, com a divisão dessas subzonas na Av. Brasil e na Rua Chile. Essa diferenciação entre a ZR4 (12 pavimentos) e a ZR5 (15 pavimentos) mantida, demonstrava ainda uma certa preocupação com as perspectivas visuais das áreas de entorno do Rio Itajaí-Açú e da Prainha (a histórica “curva do rio”), assim como a manutenção de um gabarito máximo (15 pavimentos) demonstrava ainda uma certa preocupação com as perspectivas visuais em relação aos morros, que posteriormente não vai mais ser limitada, com a aprovação de projetos com altura superior aos 75m de altura (APP) e aos mirantes da cidade, por exemplo.

Com essas alterações, pode-se concluir que o poder público, aparentemente, revela uma maior preocupação com a paisagem urbana da área central, especialmente em relação ao entorno da Rua XV, da Av. Beira-Rio e do Centro Histórico, não somente com relação aos imóveis de valor patrimonial, mas também incluindo as edificações *fakes*, com suas fachadas, volumetria e coberturas que marcam a paisagem. Com isso, a paisagem que se pretende valorizar não é apenas o legado patrimonial do conjunto urbano, mas a paisagem que revela também a história das políticas urbanas, incorporando os elementos históricos mais significativos do início do século XX, os elementos modernos da metade do século XX e os elementos *fakes* da paisagem criada no final do século XX. Para ratificar essa aparente preocupação com a paisagem, que atende muito mais às aspirações do setor de turismo e dos futuros investidores do que a valorização do patrimônio cultural e dos espaços públicos, os índices urbanísticos dos imóveis que estão na área de entorno dos imóveis patrimoniais ou as novas construções serão definidos pelo COPLAN, que é o conselho de planejamento urbano muito mais ligado ao desenvolvimento econômico do que o COPE, que é o conselho do patrimônio edificado muito mais ligado à preservação patrimonial, ou seja, é a oficialização de que os interesses turísticos e econômicos vão se sobrepor aos verdadeiros interesses culturais.

3.5.2. O projeto Blumenau 2050 da PMB e a proposta de renovação da área central

A tentativa do poder público (prefeitura) em “vender” a cidade como uma “imagem” é recorrente em Blumenau, como por exemplo, as políticas públicas de incentivos fiscais (décadas de 1970 e 1980), que fomentaram a criação de um cenário urbano, falso e estereotipado, para vender a imagem de uma cidade que “vive e respira” a germanidade de seus ancestrais, principalmente para os turistas, mas que também contribui para a homogeneização da cultura local, diminuindo a diversidade cultural do tempo presente, maquiando desta forma, a complexidade urbana contemporânea. Essa tentativa obteve êxito, com a construção de elementos emblemáticos focados nos turistas (restaurantes típicos, lojas comerciais, instituições financeiras), mas sempre com o poder público como o grande mediador dessa relação, através de

edifícios públicos (prefeitura) e leis específicas para o conjunto urbano (Rua XV e Beira-Rio), atraindo não só os turistas, mas também os investidores. A partir da extinção do IPPUB, criação do COPLAN e a revisão do PD 2006, o poder público lança estratégias para criar novos cenários emblemáticos, agora ditos “contemporâneas”, mas que na verdade, nada mais são do que a importação de diversos símbolos exteriores para constituir uma nova paisagem de “cidade global”, com as suas pontes estaiadas sobre o rio (obstruindo a paisagem atual com esses novos elementos emblemáticos), elevadores panorâmicos que conectam com o mirante interdito (onde o poder público acena para a venda deste espaço público), museus de arte contemporânea (sendo que o poder público não oferece maiores incentivos culturais), praças secas (em áreas inundáveis, bem na curva do rio), edifícios espelhados em pontos estratégicos (que vão substituir o gabarito do conjunto urbano e obstruir a compreensão da paisagem) e até marinas para iates (no local do antigo porto fluvial, onde a praça da cidade virou o jardim da cervejaria), ou seja, a construção de uma nova paisagem, com elementos simbólicos e signos exteriores que vão substituir a paisagem atual com seus elementos históricos e culturais, inclusive com a possível substituição do público nesses espaços simbólicos.

Essa ideia de *vender a cidade como uma imagem* demonstra claramente a falta de comprometimento do poder público com uma política voltada a valorização da paisagem historicamente construída e a inserção desta na cidade contemporânea real dos seus cidadãos. Trata-se de uma estratégia de sobrepor imagens que não condizem com a realidade da dinâmica urbana local sobre a paisagem historicamente construída, para inserir a cidade numa lógica mercadológica de vender a imagem cidade como um produto de consumo. Se anteriormente a política pública foi, aparentemente, mais focada no turista eventual em vez do morador local, essa nova estratégia política visa muito mais atrair investidores para a construção dessa nova paisagem do que a participação efetiva da comunidade local. O caso mais explícito é o projeto *Blumenau 2050*, elaborado pela Prefeitura Municipal em 2008.

O projeto Blumenau 2050 visa estruturar e estabelecer um plano de diretrizes e projetos para o Município de Blumenau, no que diz respeito ao Planejamento Territorial, com previsão de implantação até 2050. Pretende-se que seja a

agenda do planejamento territorial e o documento-base de atuação para os próximos governantes. Um de seus principais objetivos é definir e registrar diretrizes e projetos para o desenvolvimento territorial da cidade no decorrer das próximas décadas; definir as prioridades e prazos para investimento, facilitando, assim, a busca por recursos e assegurando sua implementação; e levar ao conhecimento da população e dos **investidores interessados os potenciais oferecidos pela cidade de Blumenau.** (PMB, 2008)

O projeto Blumenau 2050 revela o poder da imagem sobre a realidade. Fazendo uma análise mais crítica, pode-se perceber que na própria capa (Fig. 78) já aparece o discurso da construção do futuro como pretensa resolução dos problemas atuais.

Figura 78 - Caderno Blumenau 2050.



Fonte: PMB (2008).

Além disso, revela a falta de preocupação com a paisagem e a história da cidade, pois na associação entre passado (patrimônio “ultrapassado”), presente (problemas) e futuro (soluções), existe o

deslocamento em relação ao centro como espaço simbólico e das representações da cidade. A foto do passado (década de 1930), de frente para o Centro, demonstra a curva histórica do rio, a relação do rio com a topografia local e a disponibilidade do espaço urbano. Na foto do presente (década de 2000), já existe um deslocamento, representando que na atualidade não existe a valorização adequada da paisagem porque existem muitos problemas contemporâneos, como o Centro consolidado, e a Ponta Aguda representa uma nova possibilidade para a construção de uma nova paisagem. A imagem do futuro representa a superação dos problemas atuais através da nova paisagem, dando as costas para o Centro, com o rio despoluído, a introdução de diversas imagens emblemáticas e a possibilidade de construção de uma nova paisagem pautada em novos edifícios homogenizadores do espaço urbano e sem relação nenhuma com a história do local, com o rio e com a topografia peculiar. Então, essa é a visão geral do projeto para a área central da cidade: construir uma nova imagem de cidade, importando elementos emblemáticos ditos “contemporâneos”, mas que na verdade, nada mais é do que a importação de diversos símbolos para atrair investidores para constituir uma nova paisagem de “cidade global”.

Figura 79 - A área central no Caderno Blumenau 2050.



Fonte: PMB (2008).

Entrando ainda mais especificamente na área central (Fig. 79), objeto desse trabalho, percebe-se uma discrepância ainda maior entre o real e a imagem proposta. A começar pelo próprio rio, elemento estruturador do espaço urbano, que aparece azul esverdeado, como um espelho d'água límpido, perfeito para construção da nova paisagem.

A prainha, que é uma área inundável e historicamente utilizada como espaço público que remete à “*praia dos blumenauenses*”, aparece como uma praça seca, como às europeias ou norte-americanas, mas especialmente, às praças criadas em maquetes eletrônicas para concursos públicos ou trabalhos de conclusão de curso de arquitetura, sem maiores relações com o entorno imediato, como neste caso, com um “paredão” de edifícios na Ponta Aguda, que rompem a relação da Prainha com o próprio Morro da Ponta Aguda. A conexão da Prainha com o mirante do Morro do Aipim é outra sequência de símbolos das cidades globais, que são as pontes estaiadas (*à la Calatrava*, Ponte de Alamillo em Sevilha ou Passarela em Puerto Madero na Argentina, entre outras) e elevadores panorâmicos (*Ascensor Panorâmico de Cartagena* na Espanha ou o do Mirante da Paz – Complexo Elevador Rubem Braga, no Rio de Janeiro, mas que lá exerce outra função urbana, pois conecta o metrô e a cidade baixa com a parte alta da favela) conectando a um Museu de Arte Contemporânea (no melhor estilo *Guggenheim* ou outra franquia qualquer), numa cidade em que a Prainha e o Mirante do Morro do Aipim estão recorrentemente abandonados ou interditados e a cultura não recebe maiores incentivos do poder público. Para finalizar, a Praça do antigo porto aparece como uma marina para iates e o Edifício América como símbolo de superioridade dos interesses econômicos sobre os culturais, ambos desconectados do entorno imediato, como a própria praça, a antiga prefeitura, a Rua das Palmeiras, os casarões históricos do início da Rua XV, entre outros.

Na imagem criada a partir da Prainha em direção ao mirante do Morro do Aipim (Fig. 80), fica mais evidente a sucessão das imagens emblemáticas, especialmente para a atração de investidores, uma vez que conectaria esses espaços “públicos”, mas que farão parte dos empreendimentos privados (*Frohsinn* e *Moinho do Vale*), alertando mais uma vez para a possível substituição de usuários, de cidadãos (ou apenas uma parte destes) para turistas.

Figura 80 - Prainha e Morro do Aipim no Caderno Blumenau 2050.



Fonte: PMB (2008).

No projeto *Blumenau 2050*, além das imagens desconexas da realidade atual, não aparecem os conjuntos urbanos existentes e nem as edificações históricas mais relevantes, especialmente o Centro Histórico, demonstrando assim que, de fato, não existe uma preocupação maior com o conjunto histórico cultural herdado das gerações anteriores. Trata-se então, simplesmente de imagens que visam atrair investidores para as áreas “disponíveis”, especialmente a Ponta Aguda e o esqueleto do Ed. América, além de propor significativa substituição de uso e de usuários nos espaços mais significativos da cidade, como a Prainha, Mirante do Morro do Aipim e a antiga Praça do Porto.

Figura 81 - Morro do Aipim e Centro Histórico no Caderno Blumenau 2050.



Fonte: PMB (2008).

Além dessas novas ocupações propostas e a possível substituição dos usuários nesses espaços, o que chama a atenção na imagem criada do “portão de entrada” da cidade (Fig. 81), é a perda da relação com o “mar de morros” da topografia local, com a implantação de um “mar de edifícios”.

Novamente o que se destaca na imagem da paisagem criada são os elementos emblemáticos (pontes, elevadores, iates) e a falta dos elementos simbólicos que constituem o patrimônio cultural atual, especialmente o conjunto urbano do Centro Histórico (antiga prefeitura, Rua das Palmeiras, casarões tombados), do Centro atual (edifícios modernos, Matriz, Grande Hotel) e o relevo acidentado como pano de fundo da paisagem. Além disso, o significativo volume de edificações em grande altura marca essa imagem criada, especialmente na Ponta Aguda, mas também no Centro Histórico, indicando que possíveis alterações nas leis do código de zoneamento, uso e ocupação do solo seriam feitas ou projetos de interesse turístico ou econômico poderiam ser submetidos ao COPLAN.

Figura 82 - Margem esquerda (Ponta Aguda) no Caderno Blumenau 2050.



Fonte: PMB (2008).

Para ilustrar essa preocupação, é possível observar na imagem criada da margem esquerda, onde fica a Ponta Aguda (Fig. 82), a pretensão do poder público em incentivar ainda mais o adensamento e a verticalização dessa área. Assim como foi feito na margem direita, de outra forma e em outro período histórico, após as enchentes de 2008 onde o rio (“naturalmente”) avançou sobre a margem esquerda, foi “necessário” a construção de uma espécie de muro de arrimo, para conter os desmoronamentos. Este fato garantiu a segurança e manutenção do afastamento das áreas possíveis para edificar. A imagem desse parque ciliar vai contribuir ainda mais especulação imobiliária dessa parte do território urbano, visto a proximidade da área central e os novos atrativos propostos pelo poder público, bem como, os incentivos construtivos que serão proporcionados.

Aliado a este novo “paredão” proposto, ou incentivado, pelo poder público na Ponta Aguda, pode-se perceber que na margem direita, onde fica o Centro Histórico e o Centro atual, também vai aparecer uma espécie de “paredão”, indicando que possíveis alterações nas leis do código de zoneamento, uso e ocupação do solo poderão ser feitas futuramente ou simplesmente esperar pela demanda desses *projetos de interesse turístico ou econômico*, uma vez que os seus índices urbanísticos serão definidos pelo COPLAN.

Pode-se concluir então, que as imagens elaborados pelo Projeto Blumenau 2050 vão ao encontro das alterações nas leis de zoneamento iniciadas em 2005, e que serão ratificadas e “aprimoradas” na revisão seguinte de 2010, que tratam efetivamente de uma proposta de renovação da área central, estruturados a partir das renovações urbanas e das concessões dos espaços públicos mais significativos da cidade à iniciativa privada. Essas propostas, que já estão em curso, vão impor uma agenda de significativos investimentos públicos para a construção dos diversos elementos emblemáticos (praças, pontes, elevadores, museus, marinas, etc) para atrair investidores para esses locais, que serão objetos de interesses predominantemente econômicos e ligados ao setor de turismo, que poderão fomentar a troca de usuários, valorizando muito mais o turista eventual do que o morador local.

3.5.3. A revisão do Código de Zoneamento de 2010

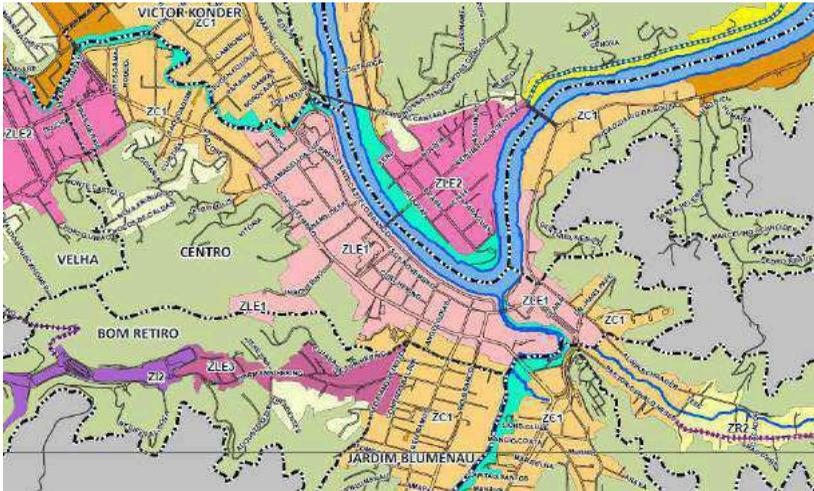
A revisão do Código de Zoneamento de 2010 vai ratificar o processo de renovação urbana da área central proposta pelo projeto Blumenau 2050, especialmente porque vai deslocar as decisões de caráter mais técnicas sobre planejamento urbano e preservação do patrimônio cultural para um conselho, composto na sua maioria por membros que ocupam cargos comissionados ou por grupos com interesses específicos, que vão refletir muito mais os interesses políticos imediatos do grupo que estiver no poder, do que os demais interesses coletivos, urbanos, patrimoniais e culturais, que são de caráter contínuo e de longo prazo.

A Lei Complementar nº 715/2000 manteve o macrozoneamento com as mesmas diretrizes estabelecidas no PD 2006, definido pelas macrozonas de Consolidação, de Expansão e de Adensamento Controlado, que já havia incorporado também o distrito da Vila Itoupava.

Com relação ao zoneamento (Fig. 83), vai ocorrer uma espécie de “agrupamento” na área de estudo do presente trabalho, em dois grandes zoneamentos, ambos enquadrados na Zona de Localização Especial (ZLE), que deveria ser *o espaço territorial considerado de importância para o desenvolvimento da cidade, destinado à proteção cultural e/ou ao desenvolvimento de atrativos turísticos e pontos de referência paisagística relevantes*, classificadas em: ZLE1 - *caracterizada por conter um conjunto de imóveis qualificados por seu valor cultural* (portadores de referência à identidade e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade – retirado pela LC nº 925/2014) e ZLE2 - *espaço territorial caracterizado por conter imóveis e atividades econômicas associadas à atividade turística*.

O Centro Histórico e o Centro atual serão classificados como Zona de Localização Especial 1 (ZLE-1 – cor salmão) e a Ponta Aguda será classificada como Zona de Localização Especial 2 (ZLE-2 – cor magenta) ZLE2, além da Zona Recreacional Urbana (ZRU – cor ciano) para a área da Prainha e nas bordas d'água na margem esquerda do Rio Itajaí-Açú e nas margens dos ribeirões Garcia e da Velha.

Figura 83 - Mapa de Zoneamento da área central e Ponta Aguda.



Fonte: SEPLAN (2017).

O Centro atual e o Centro Histórico foram classificados totalmente como ZLE1, incorporando as antigas ZLE4, ZC2 e ZC3 do Centro atual e a ZLE4 do Centro Histórico no PD 2006. A Lei 751/2010, no Capítulo III (DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO), no § 2º do artigo 13, define que: “*As edificações localizadas na ZLE1 cujos projetos sejam de interesse turístico, econômico, social e paisagístico poderão ter seus índices construtivos definidos pelo Conselho Municipal de Planejamento Urbano*”, ou seja, esses espaços mais significativos da cidade (*pontos de referência paisagística relevantes, portadores de referência à identidade e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade ou destinado à proteção cultural*), como os espaços públicos, o Centro atual e o Centro Histórico (*Stadtplatz*), estão a mercê das decisões de interesse turístico ou econômico a serem tomadas pelo COPLAN, visto que estes interesses sempre se sobressaem aos demais, como o social ou paisagístico, conforme já foi provado durante este trabalho.

Com relação a altura das edificações, a lei diz que “*a edificação localizada na ZLE1, independente de recuos, desde que não atenda ao disposto no § 2º do artigo 13 (senão será definida pelo COPLAN),*

deve respeitar a altura máxima de: 14,00m do nível do solo podendo a cumeeira atingir a altura de 18,00m para uso comercial e 26,00m do nível do solo para uso residencial”.

Na prática, quase todas as edificações localizadas na ZLE1 (Centro Histórico e Centro atual) terão seus índices construtivos definidos pelo COPLAN, visto que a maioria dos projetos propostos para essa área apresentam interesse turístico, econômico, social e paisagístico.

Para ilustrar o que o trabalho está tentando alertar, pode-se tomar o caso do “terreno do BEC” como um exemplo prático do que já está acontecendo na cidade. O poder público, além de não preservar o bem público (terreno doado pelo estado para práticas esportivas) e leiloá-lo à iniciativa privada em 2006 (ano de revisão do PD 2006), aprovou, via COPLAN, o projeto para uma torre comercial de 12 pavimentos e duas torres residenciais de 18 pavimentos em 2011 (Fig. 84), na área de entorno da Igreja Luterana (projetada por Henrich Krohberger em 1877, bem na perspectiva da Rua das Palmeiras em direção ao morro, bem tombado pelo IPHAN e FCC).

O COPLAN deu o sinal verde para o Grupo LN – Construtora, Incorporação e Hotelaria, de Curitiba, iniciar o projeto de construção do empreendimento no terreno do antigo Blumenau Esporte Clube (BEC). Com área de 20 mil metros quadrados, o espaço terá quatro prédios de 20 andares, com 100 apartamentos cada, 540 vagas de garagem, centro comercial, e uma rua que vai ligar a rua Amazonas e a Alwin Schrader. **A proposta vai revitalizar área que está abandonada há cerca de quatro anos.** O secretário municipal de Planejamento Urbano, Walfredo Balistieri, informa que o conselho aprovou, na quarta-feira (6), a principal fase do projeto: índices urbanísticos. **A partir de agora, o projeto não pode mais ser barrado.** Fonte: Folha de Blumenau, 08/08/2008.

A construção dessas torres residenciais de aproximadamente 20 pavimentos, na área de maior interesse cultural da cidade, em pleno *Stadtplatz*, interfere diretamente na paisagem e na ambiência do local,

alertando que não é possível generalizar o zoneamento de tal forma que os interesses turísticos ou econômicos se sobressaiam aos sociais ou culturais.

Figura 84 - Projeto para o antigo terreno do BEC.



Fonte: Charles Ringenberg (2014).

Este exemplo revela que as mudanças na lei em 2010 facilitaram com que as decisões sejam tomadas pelo COPLAN, não sendo mais necessário, por exemplo, a alteração de zoneamentos, como foi o caso desse mesmo terreno, no PD 2006, que havia dividido o terreno em duas zonas distintas. A partir desse momento, como a decisão será tomada pelo COPLAN, o zoneamento voltou a ser único para o terreno como um todo, o que revela novamente a subjetividade e a influência política nas decisões tomadas pelo COPLAN.

Logo, como pode-se perceber, o repasse das decisões sobre os índices urbanísticos dos espaços mais importantes da cidade para o Conselho Municipal de Planejamento Urbano (COPLAN), conforme estabelece a Lei 751/2010, já começa a afetar diretamente a paisagem, o espaço e a história da cidade. Neste caso, real e recente, pode-se perceber que existem diversos agentes e interesses “obscuros” nos

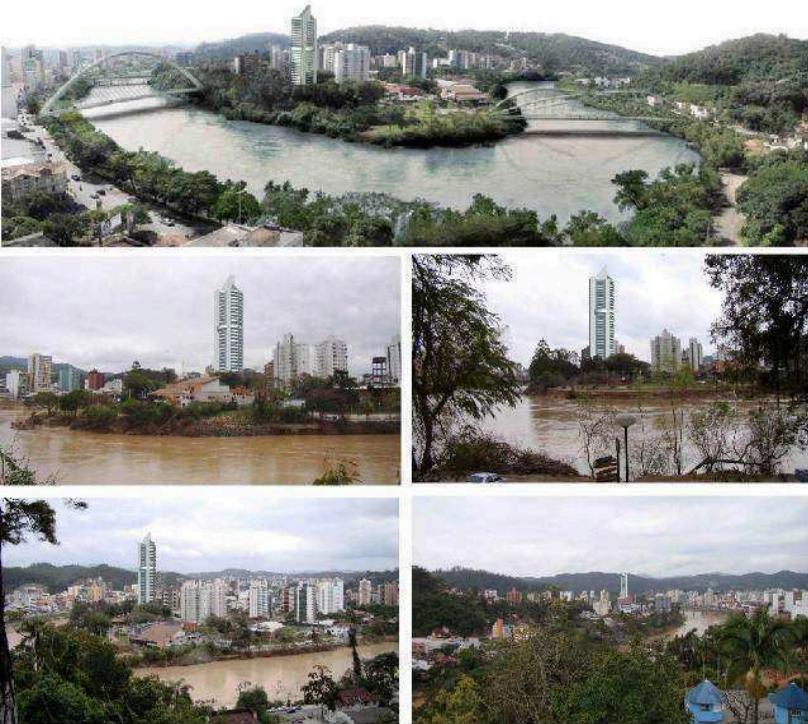
processos de renovações urbanas que estão em andamento atualmente.

A Ponta Aguda foi classificada totalmente como ZLE2, incorporando as antigas ZR5 (15 pavimentos e C.A.= 3) na área junto ao Morro da Ponta Aguda (maior índice urbanístico da cidade) e de ZR4 (12 pavimentos e C.A.= 2,2) na área junto à Prainha, quando ainda havia uma divisão dessas subzonas na Av. Brasil e na Rua Chile no PD 2006. A ZLE2 deveria ser *caracterizado por conter imóveis e atividades econômicas associadas à atividade turística*, embora historicamente, e atualmente, não existam essas atividades *econômicas associadas à atividade turística*, salvo os restaurantes localizados junto à Prainha. Ao contrário, a Ponta Aguda tornou-se cada vez mais uma espécie de “gueto” da classe média alta local, com as sucessivas interdições e fechamento do espaço público da Prainha e as sucessivas novas construções para fins exclusivamente residenciais, principalmente na área mais próxima da Prainha. A Lei 751/2010 estabelece os seguintes índices urbanísticos para a ZLE2: **altura livre** (sem estabelecer qualquer limite de gabarito ou altura, que era de 15 pavimentos no código anterior), **C.A.=4,8** (o maior C.A. era de 3,0 no código anterior), **T.O.= 70%** (a maior T.O. era de 60% no código anterior) e ainda a possibilidade de aumentar o C.A. em até 7,2 através de outorga onerosa ou transferência do direito de construir caso o uso não seja residencial (hoteleiro, recreacional ou comércio e serviços).

Nessa política de tentar vender a cidade como uma “imagem”, o poder público também atua como “parceiro” da iniciativa privada, ao aprovar um Código de Zoneamento que permite Índices Urbanísticos muito atraentes para as áreas mais nobres da cidade e que vão afetar diretamente a paisagem e a própria imagem da cidade. O principal fator que poderá deformar a leitura e a apreensão da paisagem foi a retirada da subdivisão do zoneamento que demonstrava ainda uma certa preocupação com as perspectivas visuais das áreas de entorno do Rio Itajaí-Açú e da Prainha (a histórica “curva do rio”) e a liberação de altura (gabarito) para toda a área da Ponta Aguda (ZLE-2), que passou a receber um status de Balneário Camboriú, apelidada de “*o céu é o limite*”, inclusive com a aquisição de terrenos por grupos ligados a construção civil desta cidade.

Para ilustrar o que o trabalho está tentando alertar, pode-se tomar o caso do novo empreendimento de 35 pavimentos que está sendo construído praticamente junto à Prainha, num dos espaços mais importantes da cidade (Fig. 85). Nessa ideia de vender a cidade como imagem, a empresa utiliza-se de uma maquete eletrônica do projeto vencedor de um concurso nacional de arquitetura, elaborado para legitimar as ações do Blumenau 2050, sem uma discussão mais profunda. O impacto visual dessa ponte, onde o arco que sustentaria a ponte teria a altura equivalente à um edifício de 20 pavimentos de altura, romperia com a perspectiva da torre da Igreja Matriz com a curva do rio.

Figura 85 - O impacto do novo edifício na Ponta Aguda.



Fonte: Construtora Planolar (2011).

Aproveitando essa falta de consideração do poder público pela paisagem local, os empreendedores privados (provavelmente através de suas bancadas políticas) conseguiram aprovar esse novo código de zoneamento que permite a liberação de gabarito na Ponta Aguda. As imagens intermediárias demonstram a relação do novo edifício de 125m de altura com o seu entorno a partir do ângulo de visão do pedestre e as imagens na parte inferior demonstram essa relação a partir dos mirantes da cidade. Vale destacar que a altura desse empreendimento privado é maior do que a altura do mirante do Morro do Aipim, ou seja, o bairro da Ponta Aguda poderá tornar-se um “paliteiro de concreto”, como Balneário Camboriú, por exemplo.

Figura 86 - Empreendimentos da Planolar em Balneário Camboriú.



Fonte: Construtora Planolar (2017).

A empresa responsável pela execução deste projeto em Blumenau já possui diversas obras em Balneário Camboriú (Fig. 86), o que fortalece o discurso de que Blumenau estaria seguindo este caminho, com destaque para a Ponta Aguda, por ser um local estratégico do ponto de vista da paisagem, especialmente nas bordas do rio. Apenas para ilustrar o impacto visual desta alteração no código de zoneamento, os “antigos” novos edifícios construídos na Ponta Aguda (e em Blumenau), que eram limitados em 15 pavimentos, mas acrescidos de alguns benefícios urbanísticos, chegavam numa média de 60m de altura, enquanto esta nova obra, com 35 pavimentos, atinge praticamente o dobro desta média, com 125m de altura. Fica evidente então que trata-se de uma alteração muito significativa com relação à paisagem, especialmente neste local.

No mês de junho de 2017, a cidade de Blumenau presenciou a entrega de um outro imóvel com as mesmas características, também com 35 pavimentos e 125m de altura, revelando que o processo iniciado em 2010 já começa a se espacializar na paisagem. Apenas como um fato de caráter mais publicitário, este outro edifício, entregue em 2017, no bairro Victor Konder, foi nomeado de “Residencial Dr. Hermann Blumenau”, numa referência histórica ao “pioneiro” colonizador da cidade, por ter sido o edifício “pioneiro” mais alto da cidade, consequência da Lei 751/2010. Resta, frente às primeiras espacializações desta lei, saber se Blumenau vai seguir o caminho da paisagem de Balneário Camboriú (Fig. 87).

Figura 87 - Paisagem de Balneário Camboriú.



Fonte: Charles Ringenberg (2017).

3.5.4. A Política de Preservação do Patrimônio Cultural atual

Todos os bens cadastrados que compõem o Patrimônio Cultural Edificado do Município fazem parte da Política de Preservação do Município, através da Lei Complementar nº 793/2011, que dispõe sobre a “Política de Preservação de Bens Considerados como Patrimônio Cultural do Município de Blumenau”, *em atendimento ao disposto no Título II, do Capítulo II, Seção II, Subseção V, do Plano Diretor do Município* (Lei Complementar nº 615/2006).

O Patrimônio Cultural de Blumenau é constituído por *bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que por suas características revelem a identidade da cidade e/ou remetam à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade blumenauense*. O Patrimônio Cultural pode ser do tipo: material (bens imóveis edificados considerados em conjunto ou individualmente ou bens móveis e integrados históricos, artísticos, etc.) e imaterial (associados às práticas, representações, expressões, conhecimento e técnicas, transmitidas de geração em geração e recriados pelas comunidades e grupos sociais, gerando um sentimento de identidade e continuidade, promovendo o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana). O Patrimônio “Cultural Edificado” ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural Edificado enquanto o “Patrimônio Cultural Material Móvel e Imaterial” ficará sob a responsabilidade da Fundação Cultural de Blumenau e do Conselho Municipal de Cultura.

O Patrimônio Cultural Edificado localizado em “Área de Preservação Cultural” (APC) será classificado como: P1 (imóvel que deverá manter suas características internas e externas) e P2 (imóvel que deverá manter suas características externas). A APC é o perímetro delimitado pelo órgão municipal competente em torno da edificação preservada que servirá como base de cálculo para os incentivos, onde será permitido edificar, desde que receba parecer positivo do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural Edificado (COPE). Após seu tombamento definitivo, o Patrimônio Cultural Edificado e os imóveis do entorno afetados pelo tombamento deverão fazer parte do Mapa de Restrições ao Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, a que se refere a

Lei Complementar nº 751/2010. O terreno onde está localizado o Patrimônio Cultural Edificado e os imóveis contíguos, considerados aqueles que forem atingidos por linha paralela de até 30m dos limites do terreno onde está edificado o Patrimônio Cultural, serão classificados como P3, porém, se houver criação ou alteração de volumetria, deverão receber parecer positivo do COPE, com exceção dos imóveis classificados como P3 “não contíguos”, que poderão receber alvarás para construção, independente de parecer do COPE, desde que não obstruam a visibilidade do bem tombado, a critério do COPLAN. Os índices construtivos do imóvel classificado como P3 e da APC estão definidos no Código de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, devendo ser alterados, quando necessário à preservação do Patrimônio Cultural Edificado, hipótese na qual os índices serão definidos novamente pelo COPLAN.

Com relação a política de preservação, destacam-se alguns pontos: 1) Os bens identificados no mapa estão lançados na base cartográfica do município e aparecem automaticamente nos mapas gerados para as consultas (construir, desmembrar, etc.) emitidas pela Prefeitura Municipal de Blumenau, quando as consultas forem em algum terreno que possui bem cultural (P1 ou P2) ou no seu entorno (P3), sendo que a área de entorno delimitada pela Lei é de 30 metros; 2) Os processos (demolição, reforma, edificação, desmembramento, terraplanagem, publicidade, etc.) quando localizados no mesmo terreno do bem cultural edificado (P1 ou P2) ou no seu entorno (P3), passam pela avaliação da Gerência de Patrimônio Cultural Edificado e são encaminhados (observada a legislação) para análise e deliberação do COPE; 3) Além da restrição gerada pelo P3, devido ao grande número de patrimônios na área central, o Código de Zoneamento (LC 751/2010) prevê a ZLE 1, que apresenta índices diferenciados e que poderão ser definidos pelo COPLAN.

Entre os bens identificados no mapa geral do município (Fig. 88) existem os marcos históricos (em laranja) e as edificações (em vermelho), que se enquadram em pelo menos um dos itens abaixo: 1) ser de interesse cultural que estão aguardando tombamento definitivo pelo Município; 2) ser tombada pelo Município; 3) ser tombada pelo Estado; 4) ser tombada pelo IPHAN; 5) estar em processo de tombamento pelo Estado ou IPHAN.

Figura 89 - Critérios para a seleção de edificações para o tombamento.

Categories		Crítérios
Valor Arquitetônico 30%	Arquitetura	Edificação representativa de um período arquitetônico
		Arquitetura Excepcional (materiais / forma / técnica / ornamentos)
	Materiais	Mantém Características Originais
		Perda parcial das Características Originais (fácil reversão)
	Anexos	Perda das Características Originais (difícil reversão)
		Não possui Anexos
Ambiência 25%	Via	Anexo de qualidade (não descaracteriza percepção)
		Anexo de Originalidade (Anexos de fácil reversão / remoção não causaria danos estruturais)
	Entorno	Perda da Originalidade (Adição de 1991) / remoção / alteração causaria problemas estruturais
		Via Estruturadora
		Via Secundária
		Conjunto ou relação núcleo
Relevância Histórica 25%	Entorno	Edificação Isolada
		Entorno Original
	Entorno Alterado	
	Boa visualização	
	Forma Centário	
	Edificação tem relação com a a história da região e/ou modo de vida local	
Estado de Conservação 10%		Faz parte de uma antiga via da cidade
		Vincula-se a acontecimentos e pessoas memoráveis
		Relação com a imigração (caso enxaimel)
		Ótimo estado de conservação (não necessita intervenções)
Uso 10%		Bom Estado de Conservação (necessita intervenções de fácil execução)
		Médio Estado de Conservação (necessita intervenções de moderada execução)
		Péssimo estado de conservação (necessita de intervenções de difícil execução)
		Possui acessibilidade ao tecido urbano atual, especialmente equipamentos de lazer e culturais
		Possibilita o uso contemporâneo, especialmente para a administração pública e comercial

Fonte: SEPLAN (2014).

Com relação ao incentivos, os imóveis tombados recebem, a título de indenização, incentivos fiscais, construtivos e financeiros. O incentivo fiscal consiste na isenção de impostos e taxas de licenças municipais ao Patrimônio Cultural Edificado tombado pelo Município, como: Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISQN), incidente sobre obras ou serviços de reforma, restauração ou conservação de prédios; Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI); Taxas de Licenças Municipais de aprovação e execução de obras e instalações necessárias à manutenção e/ou recuperação do Patrimônio Cultural Edificado e de localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. O Patrimônio Cultural Edificado tombado recebe também incentivos construtivos, como a transferência de Potencial Construtivo, majorados em 1,30 para P1 e 1,15 para P2, que poderá ser utilizado no mesmo terreno ou transferido a outro, podendo ser renovado a cada 15 anos.

3.5.5. A construção de imagens emblemáticas nos edifícios institucionais

A construção de imagens emblemáticas nos principais edifícios institucionais da cidade, em pleno século XXI, demonstra a falta de comprometimento do poder público com uma política voltada a autenticidade do desenho da cidade contemporânea. Trata-se de uma estratégia que, indiretamente, diminui a importância do patrimônio genuíno construído historicamente e busca criar uma nova história extemporânea, remetendo a um passado nunca existente na cidade, mas que herda uma simbologia germânica tratada como representação de uma história estereotipada, faltando com a verdade dos problemas e das virtudes urbanas atuais na construção da história do presente. Para exemplificar a manutenção dessas políticas nos principais órgãos institucionais da cidade, pode-se verificar os casos recentes dos edifícios do novo fórum (Fig. 90) de 2000, do novo parque de exposições (Fig. 91) de 2006 e do novo edifício dos correios (Fig. 92) de 2013.

Figura 90 - O antigo (década de 1960) e o novo Fórum (2000).



Fonte: O Blumenauense (2014).

Figura 91 - O antigo (1968) e o novo Parque de Exposições (2006).



Fonte: AHJFS e BNU.tv (2014).

Figura 92 - A antiga (1960) e o nova Agência de Correios (2013).



Fonte: AHJFS e JSC (2013).

O "falso enxaimel", através da aplicação de detalhes sobre paredes normais de alvenaria, é um tipo de construção que se prolifera nas cidades do Vale (e outras pelo Brasil), principalmente como apelo turístico, através de projetos extemporâneos (Fig. 93) e desconexos da realidade contemporânea.

Figura 93 - Projeto para o Novo Parque de Exposições (2006).



Fonte: PMB (2014).

A própria prefeitura de Blumenau foi construída dessa forma na década de 1980, num período em houve uma política que incentivava este tipo de construção no centro histórico da cidade através de incentivos fiscais e tributários. Apesar de já existir uma conscientização patrimonial sobre este assunto, muitas construções ainda se utilizam desse pastiche ou cenário, como, por exemplo, a recente construção de uma falsa vila medieval no centro de eventos da cidade (Fig. 94), local que serve de referência para os turistas (onde ocorre a *Oktoberfest*, mas também diversas outras feiras, como *Fenahabit* e *Taxfair*, por exemplo), projetada e aprovada pelo poder público recentemente, construindo um

cenário que nunca existiu nesta localidade (visto que o enxaimel se localizava em áreas mais rurais, nas vias de ligação entre as pequenas vilas - *Strassendorf* em alemão), o que dá um ar de falsidade à parte urbana da cidade, com cópias de prédios medievais alemães, criando uma falsa história atemporal (uma *Disneylândia* germânica).

Figura 94: Novo Parque de Exposições (2006) denominado Vila Germânica.



Fonte: PMB (2014).

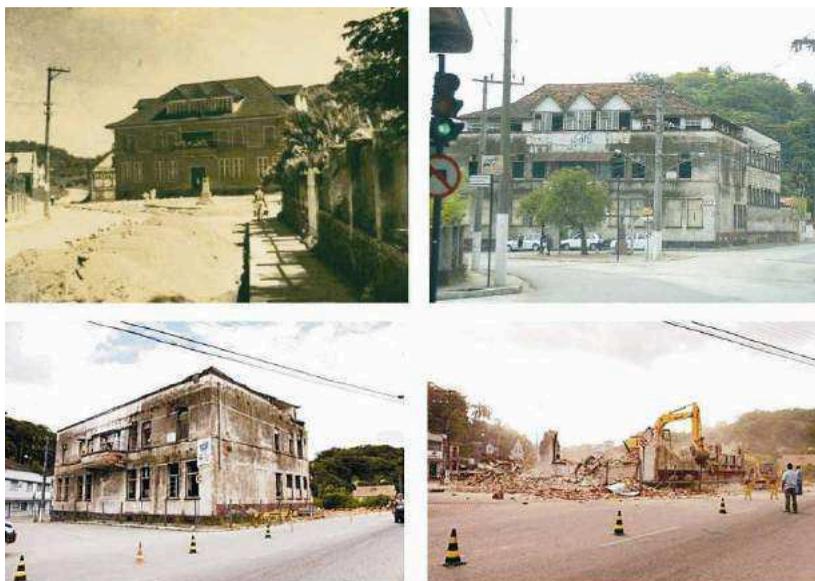
3.5.6. A destruição de bens patrimoniais de relevância histórica e de memória coletiva para venda de espaço público para o setor privado

A destruição de bens patrimoniais de relevância histórica e de memória coletiva para venda de espaço público para o setor privado, demonstra claramente a falta de comprometimento do poder público com uma política voltada para a valorização e qualificação dos espaços públicos da cidade contemporânea. Trata-se de uma estratégia que visa, indiretamente, diminuir a importância desses espaços construídos historicamente e que foram parte integrante da vida de toda uma coletividade para a memória social e urbana da cidade. A estratégia utilizada nesses casos é deixar o local abandonado até a sua degradação, para depois permitir a sua ocupação por uma população que não é bem aceita pela sociedade local, para depois divulgar a “ameaça” que o local se tornou socialmente (com o discurso da violência e o tráfico de drogas) e fisicamente (descuido total da edificação até a sua completa degradação), para, enfim, assinalar que a única saída possível é a sua destruição, deixando o terreno “limpinho”. Após todas essas medidas higienistas e a destruição do bem material, e a sua conseqüente lesão imaterial na memória coletiva, o poder público vende ou leiloa o terreno para a iniciativa privada, demonstrando uma total falta de comprometimento com a memória urbana da cidade. São os casos recentes dos edifícios do terreno da *Gaitas Hering* (na Itoupava Seca) em 2005 (Fig. 95) e do *estádio do BEC* (Rua das Palmeiras), localizado em pleno *Stadtplatz*, em 2007 (Fig. 96).

Os edifícios do terreno da *Gaitas Hering* (na Itoupava Seca), destruído em 2005, representava um conjunto patrimonial industrial interessante (BIELSCHOWSKY, 2009), formado por 3 quarteirões, com destaque para o edifício na perspectiva da R. São Paulo, que cedeu espaço para a construção de uma praça pública e a venda dos demais terrenos à iniciativa privada. O estádio do BEC (Rua das Palmeiras), localizado em pleno *Stadtplatz*, destruído em 2007, foi ainda mais marcante, por se tratar de um terreno originalmente doado pelo estado para as práticas esportivas e que por muito anos abrigou o principal time de futebol da cidade, tornando o local de grande memória afetiva coletiva. Em ambos os processos houve tentativas de valorização patrimonial através da tentativa de processo de tombamento, com mais

dificuldade no caso do patrimônio industrial por não haver uma conscientização sobre o seu valor patrimonial, mas com bastante adesão da população local no caso do estádio de futebol, por ter sido o time que representava a cidade.

Figura 95 - Antiga empresa Gaitas Hering e seu patrimônio edificado destruído.



Fonte: AHJFS (1950); Bielschowsky (2001) e JSC 05/12/2005 (2005).

O caso do do terreno do estádio do BEC (apelidado carinhosamente de *Velho Deba*, pois o nome oficial era Aderbal Ramos da Silva) é uma situação clara da atuação do poder público:

No dia 21/07/2007 em frente a Matriz comemoramos os 86 anos do BEC, aonde foi realizado por seus integrantes um abaixo assinado pedindo a volta do BEC, em 4 horas foram colhidas mais de 1000 assinaturas, que foram encaminhadas ao **poder municipal**. Sempre tivemos apoio total da população da cidade e de boa parte da imprensa, mas os políticos e autoridades não nos deram ouvidos, inclusive

entramos com uma ação no fórum pedindo que o Deba fosse declarado **patrimônio histórico da cidade**, o que **impediria a sua demolição**, mas infelizmente na votação não tivemos sucesso. Em 15 de março o Estádio Aderbal Ramos da Silva é **arrematado em leilão** pelo empresário Aílton Borba, **de Curitiba** pelo valor de 1,305 milhões de Reais... porém meses mais tarde tentava revender o imóvel em classificados de um jornal de Curitiba por cerca de 8 milhões de Reais. E diante da suspeita de que o empresário Aílton Borba pretendia por abaixo o Estádio Aderbal Ramos da Silva, representantes da torcida articularam um projeto na **tentativa de declarar o Estádio como Patrimônio Histórico** e portanto de **Utilidade Pública**, fazendo com que o mesmo fosse então restaurado e preservado. A torcida entra então com o processo junto à praça do cidadão na Prefeitura de Blumenau, dias após é formada uma comissão julgadora para o caso, entre ela estavam alguns vereadores, representantes de setores da prefeitura relacionados ao caso e até mesmo o advogado André Jenichen. Resultado da votação: **TODOS** votaram contra. Fonte: Associação amigos do BEC, 2014.

Figura 96 - O antigo terreno do Estádio do BEC na Rua das Palmeiras.



Fonte: Day, 23/09/2007 (2007).

O poder público, ao invés de discutir o tombamento do estádio, levou a discussão para o lado higienista novamente, focando no abandono e degradação do mesmo, revelando preocupação com a segurança pública e não entrando no mérito da questão sobre o valor patrimonial do bem. Como uma prática recorrente do poder público, quando existe uma movimentação maior em relação a algum interesse social ou cultural de caráter mais coletivo, alguma situação “misteriosa” acontece “na calada da noite” (gíria local bastante utilizada), como por exemplo o incêndio na prefeitura década de 1950 ou no *Frohsinn* em 2014. Neste caso, foi a demolição durante o final de semana:

A torcida recorre da decisão, porém antes que o novo pedido da torcida fosse novamente julgado, ocorre um “atraso” no trâmite do processo na Praça do Cidadão e consequentemente é cedido o Alvará “às pressas” para que o empresário Ailton Borba **promovesse a derrubada do imóvel**. O diretor da Praça do Cidadão na ocasião era o atual vereador: Fábio Fiedler. A derrubada acontece **misteriosamente “na calada da noite”**, ao **amanhecer de sábado para domingo** do dia 23 setembro de 2007. Fonte: Associação amigos do BEC, 2014.

Percebe-se que a estratégia é a mesma, pois depois dos discursos de abandono, de perigo físico e de perigo social, ocorre a venda e/ou a demolição do terreno ou do bem patrimonial, agora com o discurso da “revitalização” da área degradada. Porém, para legitimar a revitalização, foi necessário acabar com a vida do patrimônio, quando poderiam ter diversas soluções distintas, especialmente se tratando do Centro Histórico, onde um espaço público com essas dimensões e nessa localização poderia reestruturar todo o sistema urbano local, condicionando o ambiente a uma nova dinâmica urbana, estruturada a partir dos espaços públicos e dos bens de valor patrimonial. Em Blumenau é recorrente o discurso de que o empreendedor privado é que vai resolver a situação urbana da cidade com o seu empreendimento, mesmo que este vá prejudicar toda uma coletividade e alterar a paisagem da própria cidade, cortando as relações históricas estabelecidas naquele espaço, entre a história e a geografia, com suas

áreas inundáveis e seus morros acidentados. Novamente fica exposto quais seriam os interesses efetivos do poder público, desde a venda de um espaço público para a iniciativa privada num dos locais mais simbólicos da cidade, depois com o atraso na atenção à proposta de tombamento, com a antecipação na liberação do alvará de demolição, a divisão do terreno em duas zonas distintas inicialmente e a aprovação das propostas pelo COPLAN posteriormente.

Partindo dessas dúvidas ocorridas nestes exemplos demonstrados, aliado às propostas das imagens elaboradas com o objetivo de atrair investidores, aumenta a preocupação com o descaso do poder público pela qualidade e manutenção dos demais espaços públicos da cidade, especialmente os mais simbólicos da área central, como a Praça do *Stadtplatz* (antigo porto e antiga prefeitura), a Prainha e o mirante do Morro do Aipim.

3.5.7. O abandono dos espaços públicos em locais estratégicos

O abandono dos espaços públicos em locais estratégicos, que são também de relevância histórica para a memória coletiva e social da população local, demonstra claramente a falta de comprometimento do poder público com uma política voltada para a valorização e qualificação dos espaços públicos da cidade contemporânea, vinculando o seu funcionamento e a sua qualidade aos cuidados da iniciativa privada. Trata-se de uma estratégia que visa, indiretamente, diminuir a importância desses espaços públicos, que foram apropriados historicamente como parte integrante da vida de toda uma coletividade, e fazem parte da memória social e urbana da cidade. A estratégia utilizada nesses casos é parecida com as comentadas anteriormente, como deixar o local abandonado até a sua degradação parcial, depois permitir a sua ocupação por uma população que não é bem aceita pela sociedade local, para depois divulgar a “ameaça” que o local se tornou socialmente (com o discurso da violência e o tráfico de drogas) e fisicamente (descuido da edificação até a sua degradação parcial), para no final, tentar convencer a população que a única saída possível para a “revitalização” destes espaços públicos, localizados em locais estratégicos, é a sua concessão para a iniciativa privada, com o pretexto de que somente esta poderia gerir o local com a qualidade necessária.

O modelo de concessão utilizado em Blumenau, tem um caráter explícito de beneficiar o setor privado a partir do espaço público, quando deveria ser justamente ao contrário, o empreendimento privado que deveria beneficiar o espaço público e não o espaço público ser utilizado como um “jardim” do privado. Nos últimos anos foi possível perceber que o sistema de concessões de parte desses espaços públicos para a iniciativa privada durante muitos anos, como foram os casos dos restaurantes *Frohsinn* no mirante do Morro do Aipim, *Moinho do Vale* na Prainha e a Cervejaria do *Biergarten* na Praça do *Stadtplatz* (antigo porto e antiga prefeitura), acabaram por estabelecer uma lógica de que o empreendimento privado deveria cuidar e beneficiar o espaço público, o que faz sentido durante a exploração do local desde que o espaço público continue mantendo a sua função social, porém não deveria retirar a obrigação do poder público de fiscalizar a manutenção da qualidade deste espaço público e, muito menos, o dever de assumir a

responsabilidade a partir do momento que termina a concessão. Como essas concessões foram feitas nas décadas de 1970 e 1980, ocorreram diversos problemas na década de 2000 com relação às renovações, abandonos ou determinações judiciais dessas concessões nesses últimos anos, resultando num quadro bastante grave com relação ao abandono e descaso do poder público com o espaço público em si, pois as discussões concentraram-se somente na busca por novos investidores para os espaços privados e não numa efetiva melhoria dos espaços públicos. Para exemplificar, em 2014, ano da qualificação desta tese, todos os espaços públicos desses três locais simbólicos (Praça do *Stadtplatz*, Prainha e mirante do Morro do Aipim) apresentavam estado de abandono ou estavam com o acesso interdito ao público em geral.

A Praça Hercílio Luz (Praça do *Stadtplatz*), conhecida como *Biergarten* (Fig. 97) desde a década de 1980, passou por um período de abandono parcial recente, com a desistência de uma concessão e o fechamento do restaurante em 2013, que trouxe como consequência imediata o abandono do espaço público até o ano de 2015, quando o empreendimento privado foi reaberto, inclusive com a parte do *deck*, que fica bem na curva do rio, parcialmente fechada, rompendo ainda mais a relação do espaço público com a paisagem.

Figura 97 - “*Biergarten*” abandonado (2014) e reaberto (2015).



Fonte: clicRBS (2014) e PMB (2015).

A Prainha (Fig. 98) passou por sucessivos períodos de abandono recentemente. O primeiro ocorreu com o fechamento do restaurante *Moinho do Vale* em 2004, que trouxe como consequência imediata o abandono do espaço público até o ano de 2008, quando o empreendimento privado foi reaberto, passando de um “simples” restaurante para um complexo turístico, *com uma casa de eventos, restaurante com lounge, uma choperia, um deckbar e loja de souvenirs* (DAY, 2008). Porém, devido a uma grande enchente em 2008 (vale lembrar que é uma área inundável), o espaço público ficou bastante degradado e abandonado até 2012, quando foi interditado para dar lugar ao canteiro de obras do enrocamento da margem esquerda do rio Itajaí-Açú, uma obra praticamente “inacabada” de contenção da margem esquerda do rio (a obra estava parada desde 13/09/2013 por decisão judicial), e o acesso foi interditado, retirando esse espaço público tão importante, histórico e socialmente, um dos pontos de encontro mais frequentados por diversas gerações, na curva histórica do rio. Por pressão popular, sem maiores condições de conforto ambiental e melhores condições qualitativas, o acesso público à Prainha foi liberado em 2016.

Para ilustrar essa fase de abandono que já dura praticamente uma década (Fig. 98), vale destacar a fase em que o espaço público estava degradado e abandonado, mas com possibilidade de acesso público entre 2008 e 2012 (na parte superior da figura), a fase em que o espaço público foi interditado para o acesso público por ter tornado-se uma canteiro de obras entre 2012 e 2016 (na parte intermediária da figura), e a fase atual, com a reabertura do acesso ao espaço público em 2016 (na parte inferior da figura), porém, sem a dignidade que este espaço social e simbólico merece. Nesta figura atual, já é possível perceber as consequências da liberação de gabarito sem limite de altura na Ponta Aguda.

Figura 98 - Prainha abandonada (2010), interditada (2014) e atualmente (2016) com o novo marco referencial da cidade.

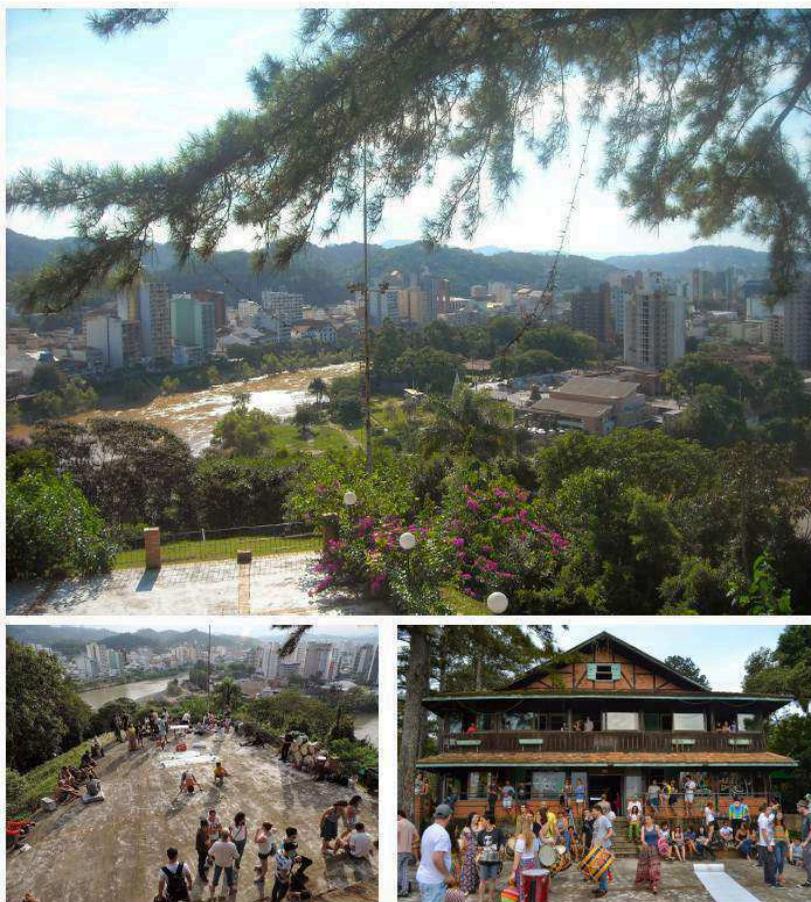


Fonte: Jaime Batista da Silva (2010); Bielschowsky (2014); Pancho (2016).

O mirante do Morro do Aipim (Fig. 99), conhecido também como *Frohsinn*, devido ao nome do estabelecimento comercial que ali estava instalado, passou por um período de abandono recente, devido ao fechamento do restaurante em 2012, por decisão judicial ao descumprimento das cláusulas da concessão, que trouxe como consequência imediata o abandono do espaço público até o ano de 2014, quando novamente uma situação “misteriosa” aconteceu “na calada da noite”, onde um incêndio atingiu a antiga sede do *Frohsinn*, no Morro do Aipim, por volta das 18h. Conforme já descrito neste trabalho, este espaço faz parte de um terreno público doado pelo filho do fundador da cidade, Dr. Blumenau, em 1911, para o uso público da comunidade. Então, muito mais importante do que o objeto, o restaurante *Frohsinn* em si, é o espaço urbano do mirante de contemplação da melhor vista da cidade, ou seja, um espaço público por excelência com valor simbólico intangível, ou seja, a prefeitura não poderia tentar encontrar um valor monetário que pudesse compensar o valor simbólico desse espaço social. Para ilustrar o valor paisagístico desse espaço público, vale destacar a perspectiva que o mirante proporciona aos usuários (moradores e visitantes) e a tentativa de apropriação social deste espaço público durante o processo de abandono após o fechamento do restaurante (Fig. 99).

Com o fechamento do restaurante em 2012 e a tentativa de apropriação social deste espaço público durante o processo de abandono do local em 2013, o poder público interdita o local alegando questões de segurança física (Fig. 100) e começa a defender a ideia de vender esse espaço público para a iniciativa privada no início de 2014. A população se posiciona de forma contrária à venda do imóvel e percebe que o poder público está pretendendo legitimar a venda com o discurso que o valor será investido em outro local e que a iniciativa privada poderia gerir melhor aquele espaço abandonado e degradado, onde informalmente já havia um investidor interessado em explorar o local como um *hotel boutique*. Porém, o maior valor desse espaço é o seu valor de uso público, de acesso ao mirante com vista panorâmica da cidade, um patrimônio de valor intangível para as pessoas.

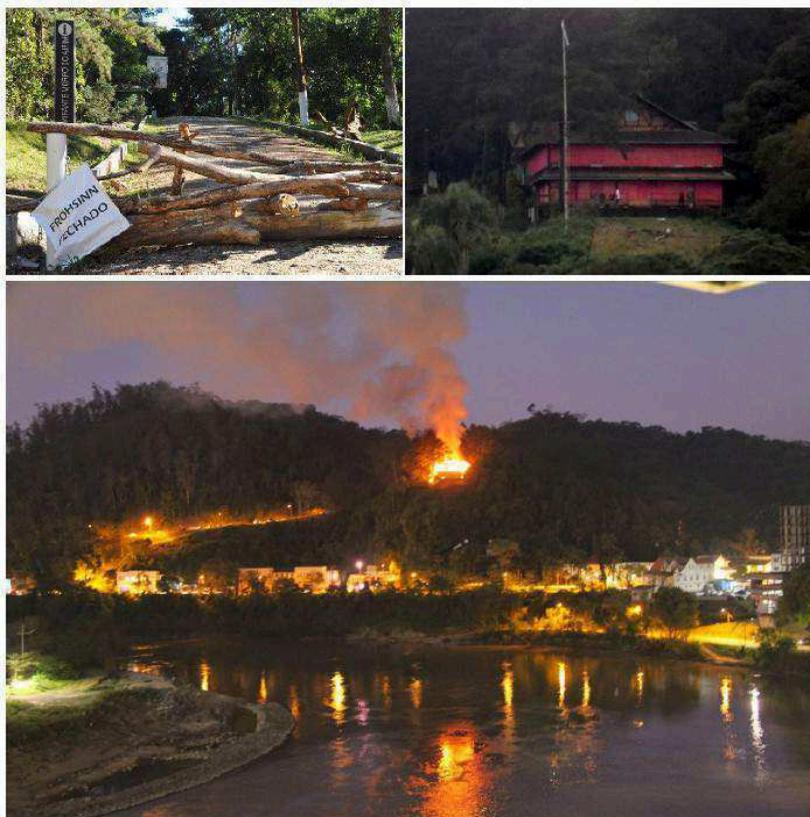
Figura 99 - Vista do mirante e ocupação do espaço abandonado.



Fonte: A. Wittmann (2014).

Em junho de 2014 o COPLAN, conselho que define os índices urbanísticos para a ZLE1 (Centro e Centro Histórico), aprovou a venda do imóvel para a iniciativa privada (20 votos contra 4), mas em agosto de 2014 ocorreu o misterioso incêndio (Fig. 100). Esse fato vai esfriar a discussão sobre o futuro do imóvel, que está sendo reconstruído com o dinheiro do seguro, mas com destino incerto.

Figura 100 - Local interditado e o incêndio.



Fonte: Lucas Amoreli (2014); Edson Passold (2014).

Vale ratificar que essas situações de abandono estão ocorrendo em pleno Centro Histórico (*Stadtplatz*), Prainha e mirante do Morro do Aipim, na histórica “curva do rio”.

3.6. A paisagem atual

A paisagem atual apresenta uma situação preocupante, principalmente com relação às situações de abandono que estão ocorrendo no Centro Histórico, em pleno *Stadtplatz* e na sua área de entorno e influência direta, como a Prainha e o mirante do Morro do Aipim. Esse abandono demonstra uma falta de respeito com a história, a arquitetura e a paisagem da cidade historicamente construída. O abandono desses locais estratégicos, que são também os principais elementos de relevância histórica e para a memória coletiva, demonstra, claramente, a falta de comprometimento do poder público, da comunidade e do empresariado local com uma política voltada para a valorização e qualificação dos espaços públicos da cidade contemporânea. Essa estratégia visa, num primeiro momento, diminuir a importância desses espaços públicos, para posteriormente condicionar o seu funcionamento e a sua qualidade à iniciativa privada, retirando dessa forma a responsabilidade do poder público e concedendo os espaços mais nobres da cidade à exploração da iniciativa privada. Dessa forma, trata-se de uma política perversa e elitista, uma vez que é pensada para turistas ou apenas uma camada social que poderá usufruir desses espaços. Faremos então um rápido percurso pelos principais pontos que estão afetando a paisagem atual.

Figura 101 - Bem vindo ao Centro Histórico.



Fonte: Bielschowsky (2014).

A Figura 101 revela a entrada da cidade pelo Centro Histórico, com uma placa sinalização que dá boas vindas ao visitante, um casarão histórico (Casarão da Rua Itajaí, restaurado pela iniciativa privada entre 2008 e 2012, que recebeu diversos incentivos, como benefícios fiscais e índices urbanísticos que podem ser vendidos ou utilizados pelas grandes construtoras locais) e o esqueleto do Edifício América, infelizmente, fazendo a marcação vertical e servindo como pano de fundo do conjunto histórico.

Figura 102 - Conjunto urbano do Centro Histórico.



Fonte: Bielschowsky (2014).

A Figura 102 revela o conjunto urbano ainda preservado, que possui uma escala agradável no nível do pedestre, tanto para sua interação, como para a contemplação. Infelizmente, mesmo com todos os incentivos que existem, alguns proprietários, como o do casarão azul, por exemplo, continuam deixando seus imóveis abandonados há anos, inclusive com a parte interna já bastante descaracterizada e comprometida. Aliado a isso, permitem a entrada de moradores de rua, que supostamente utilizam drogas e trazem insegurança ao espaço público, motivo pelo qual, diversas edificações já foram demolidas.

A Figura 103 mostra que essa mesma situação de abandono pode ser encontrada na relação entre o casarão e o esqueleto do Edifício América, que dessa forma, nunca vai estabelecer relação com esse espaço tão nobre.

Figura 103 - Relação entre o casario e o esqueleto do Edifício América.



Fonte: Bielschowsky (2014).

A Figura 104 mostra a Rua das Palmeiras e o conjunto urbano que ainda preserva parcialmente as relações entre as edificações e seus gabaritos. Uma das coisas mais importantes nessa perspectiva é a possibilidade de ver a topografia como pano de fundo da paisagem, mas que com a aprovação de um projeto no antigo terreno do BEC pelo COPLAN, receberá influência negativa.

Figura 104 - Rua das Palmeiras.



Fonte: Bielschowsky (2014).

A escala no nível do pedestre continua agradável para sua interação e contemplação. Infelizmente, os edifícios de esquina não são tão interessantes como poderiam ser, pela importância histórica dessas esquinas.

A Figura 105 revela um dos problemas mais grave da cidade em termos de falta de respeito e de valorização dos espaços, da paisagem e da própria história da cidade, que é o esqueleto do Edifício América, que fica exatamente na perspectiva da Rua das Palmeiras, onde a vista deveria se abrir para a curva histórica do rio.

Figura 105 - Rua das Palmeiras e o esqueleto do Edifício América.



Fonte: Bielschowsky (2014).

A Figura 106 mostra o final da Rua das Palmeiras a partir do morro da Igreja Luterana. No espaço vazio existia o estádio de futebol da cidade, chamado Aderbal Ramos da Silva, carinhosamente apelidado de “Velho Deba”. Quando o clube decretou falência, o terreno que era uma doação do Estado para “*a prática de atividades desportivas no local*”, foi levado a leilão, mesmo com a tentativa de tombamento da edificação por grande parte da comunidade. Para este local estão previstas torres de 20 pavimentos, conforme projeto aprovado pelo COPLAN.

Figura 106 - Antigo terreno do BEC na Rua das Palmeiras.



Fonte: Bielschowsky (2014).

A Figura 107 revela as relações entre o espaço simbólico que é a rua das Palmeiras, que conecta a Igreja Luterana à antiga Praça do Porto, com o *skyline* da topografia à direita e com a vegetação da mata ciliar do ribeirão Garcia à esquerda. Novamente, o que está destoando nessa perspectiva é o esqueleto do Edifício América, que faz a marcação vertical da paisagem, infelizmente, tornando-se um marco referencial.

Figura 107 - Perspectiva da zona histórica.



Fonte: Bielschowsky (2014).

A Figura 108 revela a relação histórica da Praça do antigo porto com a antiga Prefeitura. É possível perceber que se trata de um dos espaços mais importantes e qualificados da história da cidade, com uma ambiência que não é possível encontrar em nenhum outro lugar.

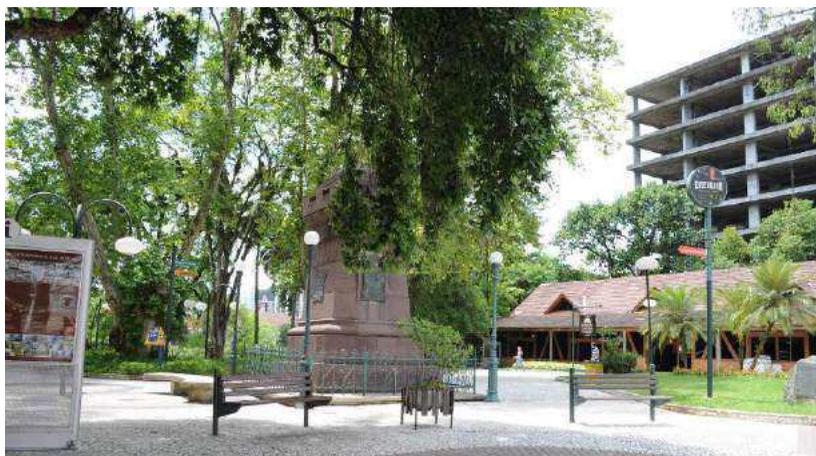
Figura 108 - Relação histórica da Praça Hercílio Luz.



Fonte: Bielschowsky (2014).

A escala das edificações, gabaritos, recuos, aberturas, alargamento dos passeios, vegetação e sombreamento no espaço público são apenas alguns detalhes que formam um conjunto urbanístico único, carregado de significados e possibilidades de apropriação.

Figura 109 - Entrada da Praça Hercílio Luz com esqueleto no fundo.



Fonte: Bielschowsky (2014).

A Figura 109 mostra a entrada da Praça Hercílio Luz, parcialmente bloqueada pelos próprios bancos como forma de inibir o acesso do “público” ao espaço público, com o esqueleto do Edifício América como pano de fundo, novamente descontextualizado desse espaço tão representativo da cidade.

Figura 110 - Entrada da Praça Hercílio Luz com o restaurante no fundo.



Fonte: Bielschowsky (2014).

A Figura 110 mostra a entrada da Praça Hercílio Luz, com seus obstáculos bloqueando parcialmente e inibindo o acesso à praça, com o restaurante como pano de fundo, bloqueando a perspectiva visual para o rio. Essa edificação rompeu a relação da praça pública com a curva do rio, principalmente com relação à foz do ribeirão Garcia. Neste caso existe uma clara demonstração que o empreendimento privado se “fecha” em si mesmo e utiliza o espaço público como sua extensão, ao invés do empreendimento privado se “abrir” e dar suporte ao espaço público. Atualmente o restaurante foi reaberto e o empreendimento “fechou” ainda mais a parte do *deck* que fica bem na curva do rio, permitindo somente o acesso das pessoas que frequentavam o restaurante e obstruindo ainda mais a vista a partir do espaço público. E ao invés de se abrir para a praça, uma recente reforma transferiu a entrada do restaurante para a Rua XV, ignorando dessa forma a relação com o espaço público histórico. A Figura 111 demonstra o esvaziamento do espaço, com a praça vazia e o *deck* que estava abandonado em 2014 e inacessível ao público em geral.

Figura 111 - Relação da Praça Hercílio Luz com o rio.



Fonte: Bielschowsky (2014).

A Figura 112 mostra a relação da Praça Hercílio Luz, sem nenhuma referência expressiva ao antigo porto, com a Prainha, do outro lado do rio, abandonada e inacessível ao público. Nessa imagem é possível perceber o descaso com o espaço público da Prainha, que em 2014 era somente um canteiro de obras. O rompimento dessa relação tão importante, para os dois espaços, acaba por diminuir ainda mais a importância histórica desses lugares e fomentar o descrédito na administração pública, levando as pessoas a acreditarem que somente a iniciativa privada será capaz de requalificar esses espaços.

Figura 112 - Relação da Praça Hercílio Luz com a Prainha.



Fonte: Bielschowsky (2014).

Numa cidade tão carente por espaços públicos, trata-se de uma política pública muito perversa que pretende diminuir a importância e esvaziar esses espaços públicos, condicionando às pessoas a utilizar os espaços “semi-privados”, como a Vila Germânica (até para justificar o investimento público nessa área), por exemplo, ou os espaços privados como os *shoppings* e os restaurantes.

Em termos de perspectiva, pode-se perceber que o ponto focal acaba sendo os edifícios particulares da Ponta Aguda, que se destacam devido ao seu gabarito e proximidade da Prainha. Esse processo de verticalização será cada vez maior devido às alterações no plano Diretor, que permitem, por exemplo, um edifício de 35 pavimentos. A Figura 113 revela a relação da praça com o rio e a Avenida Beira-Rio, que mesmo verticalizada, ainda permite uma boa perspectiva.

Figura 113 - Relação da Praça Hercílio Luz com a Avenida Beira-Rio.



Fonte: Bielschowsky (2014).

A Figura 114 mostra a relação do mirante do Morro do Aipim com o Centro da cidade. Vale destacar que o acesso ao mirante encontra-se interdito devido ao fechamento do restaurante, ou seja, o espaço público foi penalizado devido ao fechamento do empreendimento privado. A imagem mostra o abandono e a descaracterização da prainha, prejudicando a sua relação com o *Stadplatz* e a antiga Praça do porto. A possibilidade de percepção e de visualização da relação do Centro com o rio e o *skyline* da topografia, com seus morros flutuantes, como pano de fundo é uma das paisagens mais interessantes da cidade, que evidencia a relação entre o sítio físico e a forma de ocupação do espaço. Ainda é possível resgatar a relação da Matriz com a curva do rio, o que já não é mais possível no nível do pedestre.

Figura 114 - Relação do mirante do Morro do Aipim com o Centro.



Fonte: Bielschowsky (2014).

A Figura 115 revela uma outra preocupação que é a verticalização do bairro Ponta Aguda, que avança cada vez mais em direção à curva do rio, sendo que já está sendo construído o projeto com 35 pavimentos, que está de acordo com o novo plano diretor do município, no terreno ao lado da Prainha.

Figura 115 - Relação do mirante do Morro do Aipim com a Ponta Aguda.



Fonte: Bielschowsky (2014).

4. ESTUDO COMPARADO: GUIMARÃES (VALE DO AVE - PORTUGAL) E BLUMENAU (VALE DO ITAJAÍ - BRASIL)

Esta pesquisa de história urbana comparada, realizada em Portugal, teve como objeto as paisagens enquanto patrimônio ainda vigente, pois são reveladoras das especificidades dos lugares, tomando em conta seu estado de conservação e contexto em que se inserem.

A importância do estudo comparado está justamente na possibilidade de se criar um olhar de contraposição sobre as realidades urbanas brasileiras e europeias, onde é possível perceber a falta de valorização das paisagens históricas e especificidades dos lugares em função de um excessivo processo de renovação urbana no primeiro caso, enquanto do outro lado é possível perceber a valorização do seu legado patrimonial nos processos de reabilitação urbana.

Essas realidades urbanas contraditórias são pautadas principalmente pelo equilíbrio ou desequilíbrio entre as políticas econômicas e as políticas culturais (de valorização do patrimônio e da cultura local) a partir da década de 1980 (recorte temporal deste estudo), onde de um lado temos o Estado do Bem-estar social (Europa pós-guerra) e do outro um Estado pouco protecionista em termos sociais.

4.1. O estudo comparado

O Vale do Ave em Portugal se apresentou como uma alternativa muito interessante, principalmente pelas condições geográficas (físicas, econômicas, sociais, culturais) que estruturaram o território, mas também pelas condições políticas e econômicas mais próximas. Portugal não teve seu território devastado durante a guerra, então não se tratava de discutir um território reconstruído, mas um território que soube como tratar o seu legado patrimonial, que estava bastante degradado até a inserção de Portugal na Comunidade Europeia na década de 1980. Além disso, Portugal e Brasil passaram por processos ditatoriais e de redemocratização em períodos muito próximos mas muito diferentes, tornando a década de 1980 essencial para as decisões que determinaram o rumo das paisagens tão diferenciadas atualmente, principalmente após o início do processo de desindustrialização nesse período, tanto no Vale do Ave como no Vale do Itajaí.

Embora ambos os países passassem por processos de acumulação similares, a lógica foi muito mais redistributiva em Portugal, a partir da entrada e ajuda financeira da comunidade europeia, e muito mais de aceleração econômica no Brasil, fato este que vai se refletir em nosso objeto de estudo, pois ao compararmos, fica clara a diferenciação no reconhecimento e valorização cultural e no caráter público dos espaços urbanos. A diferenciação desses dois modelos sociais vai se refletir nas paisagens diferenciadas, sendo que as portuguesas revelam muito mais as especificidades dos lugares como um legado patrimonial, enquanto que as brasileiras revelam muito mais os processos de renovação urbana.

O estudo comparado demonstra então, que os diferentes caminhos adotados, especificamente no Vale do Ave e no Vale do Itajaí, principalmente na década de 1980, estão marcados nas paisagens de forma bem diferenciadas. Essas paisagens históricas refletem as especificidades (históricas, geográficas e sociais) dos lugares e sua interação com a vida contemporânea, por isso não se trata aqui de analisar um objeto estanque, mas pelo contrário, um objeto dinâmico que faz a amarração dessas relações, formando assim uma unidade muito particular e específica de composição.

O estudo busca ressaltar essa diferenciação entre as realidades desses objetos, tanto para demonstrar como as diferentes escolhas dos caminhos feito na década de 1980 resultam hoje (35 anos depois) em paisagens que revelam as especificidades locais e o legado patrimonial de formas distintas, como para conscientizar nas diretrizes de escolha por novos caminhos que estão sendo tomadas neste momento, onde processos globalizantes buscam homogeneizar as particularidades em detrimento da valorização e construção contínua de vínculos de identidade social.

O estudo realizado comparou as paisagens históricas e as especificidades dos lugares de algumas cidades portuguesas e brasileiras, localizadas especificamente no Vale do Ave em Portugal e no Vale do Itajaí no Brasil. As pesquisas feitas em Portugal foram realizadas em três áreas específicas, conforme a metodologia utilizada no trabalho de campo, que buscava analisar uma área de maior centralidade e maior importância histórica (zona central de Guimarães), uma área industrial de expansão urbana da cidade (zona industrial de Guimarães) e uma área mais abrangente que representasse o Vale do

Ave como um todo (Rota do Patrimônio Industrial do Ave), para depois comparar com a zona central de Blumenau, zona com patrimônio industrial ainda vigente ou renovada em Blumenau e um possível percurso pelo patrimônio industrial ainda vigente no Vale do Itajaí. O trabalho de campo tinha um objetivo muito claro que era a compreensão da paisagem a partir da atualidade. Para isso, foram feitos alguns percursos em determinadas áreas, sempre tendo em conta o rio como o fio condutor do percurso.

O estágio no exterior contribuiu para a reflexão e a discussão do objeto teórico, levando em conta as especificidades locais que revelam o legado patrimonial de formas distintas. Essa opção exigiu sacrifícios pessoais, familiares e financeiros, pois foi realizado sem nenhum auxílio financeiro (não abriram bolsas PDSE 2016), demonstrando que o compromisso com a qualidade a ser obtida nesta tese é superior aos obstáculos que têm se apresentado na vida particular, acadêmica, profissional e financeira.

O estágio foi realizado no período entre 19/09/2016 e 10/12/2016, no Departamento de Geografia da Universidade do Minho (Portugal), sob a orientação científica do Prof. Dr. Francisco da Silva Costa e atingiu todos os objetivos propostos, bem como, ratificou o nome do PPGG/UFSC no âmbito das relações acadêmicas internacionais e do curso junto à Capes. A Universidade do Minho possui um conceito relevante em pesquisas na área da Geografia, sendo considerada referência no meio acadêmico, devido à sua experiência na participação em projetos da comunidade europeia. Esses projetos constituem grandes parcerias que envolvem pesquisadores de várias universidades, com equipes multidisciplinares das mais variadas áreas que fortalecem o campo multidisciplinar da Geografia em função de um objeto de investigação, como arquitetura, história, planejamento urbano, patrimônio, entre outras áreas. Dentro do Departamento de Geografia da Universidade do Minho, existe uma área de especialização específica, chamada doutoramento em “Estudos da Paisagem”.

O trabalho de campo foi decisivo para o reconhecimento da paisagem enquanto patrimônio ainda vigente, tomando em conta seu estado de conservação e o contexto em que se insere. As visitas em Portugal foram sugeridas pelo orientador estrangeiro, que desenvolve investigação em temas relacionados com a água, nomeadamente sobre

patrimônio hidráulico. O professor é pesquisador no Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) e suas investigações mais recorrentes são no Vale do Ave, revelando assim, a importância patrimonial dos rios e ribeirões, abastecimento de água, fontes de energia, formas de ocupação dos vales, estratégias de localização das indústrias (especialmente as têxteis, como em Blumenau) e as formas de ocupação nestes vales, ou seja, revela também a importância da valorização da paisagem como bem patrimonial. Nos últimos anos tem colaborado de forma intensa com o Prof. Dr. José Manuel Lopes Cordeiro, referência internacional em Patrimônio Industrial (Presidente da Associação Portuguesa para o Patrimônio Industrial e membro do TICCHI), no desenvolvimento de projetos nessa área e na redação de múltiplos textos disponíveis em vários repositórios acadêmicos.

Foram realizadas pesquisas fundamentais e de caráter inédito no acervo do Arquivo da Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH do Norte)/Agência Portuguesa do Ambiente (APA), onde estão os processos relacionados com o uso das águas públicas no Vale do Ave (Fig. 116). O arquivo encontra-se localizado na Universidade do Minho, onde está sendo desenvolvido o Projeto Archiv-AVE, um projeto que visa dar apoio e suporte às pesquisas no âmbito acadêmico e projetos de investigação, bem como, disponibilizar esse patrimônio documental para a sociedade em geral.

Figura 116 - Acervo do Arquivo da ARH do Norte/APA.



Fonte: Bielschowsky (2016).

É importante destacar a importância da salvaguarda e divulgação desses documentos, de origem pública, que revelam elementos essenciais da memória coletiva de uma região ou até mesmo de um país, como a excepcionalidade destes casos no Vale do Ave. É grande o mérito das autoridades portuguesas neste sentido, que em consonância com a Comunidade Europeia, buscam revelar e aproximar esse patrimônio arquivístico de seus cidadãos. Os processos arquivados revelam os usos das águas públicas para as diferentes finalidades, as modalidades de sua utilização e sua inserção nos diferentes processos produtivos no Ave.

Os documentos do ARH do Norte/APA revelam a riqueza e a variedade de aproveitamentos hidráulicos estabelecidos ao longo dos anos na Bacia do Ave ao longo de mais de um século, com aproximadamente 30.000 arquivos registrados desde 1904. Segundo Costa e Cordeiro (2015), podemos classificar esses aproveitamentos em três grandes grupos de acordo com sua natureza e função econômica: de caráter mais rural, associados à sobrevivência de uma economia tradicional (moinhos e azenhas, engenhos de linho e de serrar, encanamentos e rodas hidráulicas para a rega, e estanca-rios, que são engenhos de rodas dentadas que se engrenam para retirar água dos poços e rios); de caráter pré ou proto-industriais, já associados à indústria moderna (rodas hidráulicas para geração de força motriz para o funcionamento das oficinas manufatureiras e as primeiras fábricas); e às de caráter industriais, associadas às novas formas de energia utilizadas pela indústria moderna (centrais hidroelétricas).

Essas formas de aproveitamento foram utilizadas por todas as indústrias que se estabeleceram no Ave, como as fábricas de fiação e de tecidos, curtumes, papel, cutelaria e pentes (Costa e Cordeiro, 2015), ou seja, são “as provas” que determinadas culturas, mediadas por determinadas técnicas utilizadas como meio de apropriação de determinado ambiente, em determinados períodos históricos, estabeleceram determinadas identidades culturais locais que marcaram a paisagem.

4.2. Vale do Ave: Patrimônio Industrial e Dinâmica Contemporânea

O Vale do Ave (Fig. 117) é composto por um conjunto de municípios que constituem um modelo de território urbano disperso, estruturados a partir do Rio Ave e caracterizado por padrões de urbanização e industrialização particulares, com destaque para a indústria têxtil, onde pode-se perceber a coexistência da casa, da indústria e da pequena exploração agrícola, que lhe confere uma singularidade específica em Portugal, assim como acontece no Vale do Itajaí no Brasil, também caracterizado por padrões de urbanização e industrialização particulares, com destaque para a indústria têxtil, estruturados a partir do Rio Itajaí-Açú. A partir de visitas *in loco* específicas em algumas cidades localizadas no Vale do Ave, notadamente pela importância dos vales com seus rios, topografias, industrialização e ocupação urbana na configuração da paisagem, foram feitos os levantamentos de dados e de informações necessárias para a realização do estudo comparado.

Figura 117 - Guimarães no contexto da Bacia do Ave.

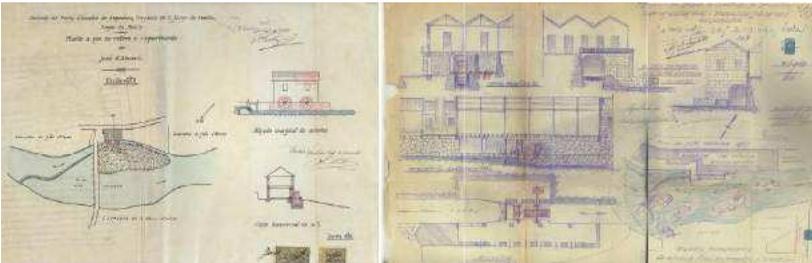


Fonte: Carta Administrativa Oficial de Portugal (2015) e ADRAVE (2002).

O autor José Amado Mendes (2002) nos revela diversas particularidades que tornam o Ave um exemplar ímpar. No Vale do Ave, o enorme potencial empresarial e demográfico, somado ao seu tecido social diversificado, ganharam destaque pela forma de trabalho com comprometimento por parte dos trabalhadores e a produção de riqueza por parte dos empresários ao mesmo tempo, que preservam e

reforçam valores históricos e culturais. Neste contexto local, a propriedade agrícola e a agricultura sempre tiveram grande importância, pois serviam parcialmente como forma de subsistência desde o início das atividades artesanais e industriais, deixando estas como forma complementar de renda. Outra virtude das comunidades locais era a sua fácil adaptação às novas situações, aproveitando potencialidades locais (recursos hídricos, matéria-prima, fontes energéticas e recursos humanos) e recorrendo a fatores externos quando necessário (tecnologia, saber-fazer e mercado) para agregar valor ao seu produto.

Figura 118 - Arquivos demonstrando o aproveitamento hidráulico para moagem e serraria em 1921 e para a indústria têxtil em 1947, ambos no Rio Vizela.

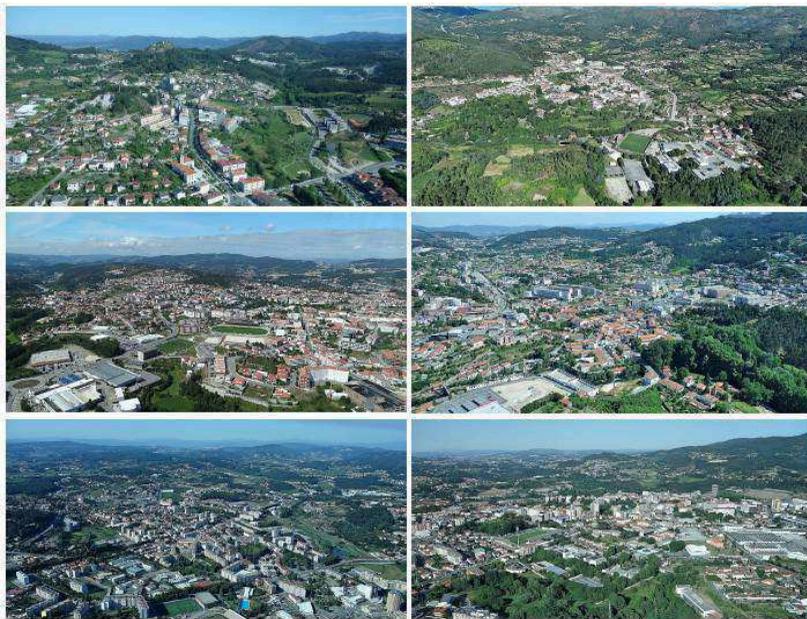


Fonte: ARH do Norte/APA (1921) e ARH do Norte/APA (1947).

As atividades tradicionais (chamadas aqui de proto-industriais) como o curtume, a cutelaria, a moagem, o trabalho de ouro e a preparação do linho aos poucos vão dando lugar às atividades de caráter industrial propriamente ditas (Fig. 118), como a indústria algodoeira, têxtil e confecção num primeiro momento e abrindo novas possibilidades para a indústria metalmecânica e produção de máquinas num próximo momento.

Esses vestígios materiais (estruturas e máquinas, imagens, tradições, testemunhos orais), dos diversos períodos e das diferentes áreas geográficas, como Alto, Médio e Baixo Ave (Fig. 119), revelam o patrimônio industrial como um potencial estratégico do ponto de vista cultural e turístico.

Figura 119 - Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho (Alto Vale), Fafe e Vizela (Médio Vale), e V. N. de Famalicão e Santo Tirso (Baixo Vale).



Fonte: portugalfotografiaaerea.blogspot.com (2015).

Para o autor Augusto Castro Pereira (2002), o início das atividades industriais no Vale do Ave ocorrem efetivamente a partir de 1890, pois anteriormente o sustento era rural e as empresas artesanais (estágio proto-industrial). As circunstâncias que favoreceram a escolha do local (Fig. 120) e o arranque industrial da região foram: a tradição domiciliária (pois já havia a cultura do linho desde 1850, das cutelarias e dos curtumes aliados a pequena indústria caseira), o saber (herdado das culturas anteriores), a localização das indústrias (rio num primeiro momento para o fornecimento de energia e força motriz, e a ferrovia a partir de 1875 para escoamento de produtos e transporte de matéria prima), a energia (principal fator de atração das indústrias), a mão de obra (“barata, submissa e abundante” - se comparada às demais regiões de Portugal, como o Porto, por exemplo -, disseminada pelo campo e por vezes apenas como complemento de renda), os capitais (quase

totalidade são de moradores locais num primeiro momento, mas que se associam a grandes capitalistas, principalmente do Porto, num segundo momento) e os mercados (território nacional – baixa qualidade se comparado aos de exportação, que reduz o preço). Logo, o que teria definido o território enquanto suporte para a economia e desenvolvimento social de todo o Vale do Ave, teria sido justamente esse período de 1890 até 1920 que define o parque industrial da região e que o autor chama de “Fase do arranque” (Pereira, 2002).

Figura 120 - Vista aérea da barragem do Ermal na divisa entre Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho e a Estação de V. N. Famalicão, com as funções de fornecimento de energia no Alto Vale e de escoamento no Baixo Vale.



Fonte: portugalfotografiaaerea.blogspot.com (2015) e Bielschowsky (2016).

Segundo Pereira (2002), houve ainda a “Fase intermediária (1921-1944)”, de meia velocidade e hesitações, causadas pelos efeitos da Lei do Condicionamento Industrial, e a “Fase de consolidação (1945-1970)”. Depois, com as dificuldades nos anos 1973-75 devido à crise petrolífera, com fraca procura de tecidos, falta de poder de compra, exiguidade de mercados, consumo reduzido, retraimento de mercado e das vendas, algumas empresas encerram parte de suas atividades ou vão para outros setores. Com relação a situação na “atualidade”, aponta para os mesmos problemas que as empresas têxteis do Vale do Itajaí também passaram: processos de desindustrialização, necessidade de modernização industrial e a suspensão ou terceirização da mão de obra local (Fig. 121). Atualmente a indústria têxtil é muito mais agressiva, principalmente na matéria prima utilizada (sintética e mistas) e no produto final acabado (acabamento com alto grau de capital intensivo). Pereira (2002) reforça a riqueza cultural da região e a importância da história local para o período atual de desindustrialização, destacando o interesse acadêmico pela temática e a necessidade de criar memória.

Figura 121 - Paisagem do Médio Vale, com ocupação nos fundos de vale, junto ao rio, caracterizando os processos de industrialização e de desindustrialização.



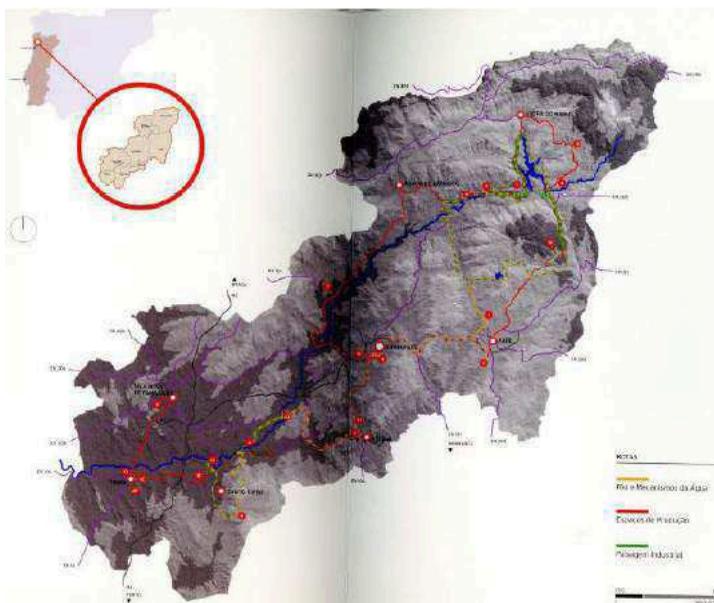
Fonte: Bielschowsky (2016).

Com o processo de desindustrialização, principalmente a partir da década de 1980, e com uma política para o desenvolvimento do setor imobiliário através da construção civil, principalmente a partir da década de 1990, esse patrimônio industrial português encontravam-se ameaçado, tanto pelo abandono como pela sua destruição.

Como resposta de cunho mais “cultural” a esse processo de cunho mais “econômico”, em 1998 foi criado o projeto Rota do Patrimônio Industrial do Vale do Ave (RPI), pela ADRAVE (Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave), com apoio financeiro de fundos comunitários europeu e que serviu para a produção de conhecimento desse patrimônio com os exemplos mais significativos e específicos do território de Portugal. Esse projeto serviu para “agitar as consciências”, chamando a atenção para este patrimônio, que de fato estava em decadência e de certa forma ajudou a evitar sua destruição.

O papel da ADRAVE foi o de implantar a rota, produzir material bibliográfico condizente com a história do Ave (o livro e seus anexos), produzir esse material de divulgação (as brochuras) e fazer pequenas intervenções fundamentais para permitir a visita e interpretação do espaço (sinalização, comunicação visual e alguns pequenos reparos). O projeto foi pensado então pelas temáticas da água, indústria e paisagem (Fig. 122), definidas a partir da geografia do local: no alto vale (geomorfologia montanhosa) as funções mais complementares como fornecimento de energia, no médio vale (ocupação nos fundos de vale, ao lado dos rios) as funções industriais propriamente ditas e no baixo vale (área mais plana) as funções mais de escoamento.

Figura 122 - Mapa da Rota do Patrimônio Industrial do Ave.



Fonte: ADRAVE (2002).

A rota do patrimônio industrial não está efetivamente em funcionamento, mas serviu para a divulgação e conscientização da população e dos agentes públicos locais, que atualmente trabalham de forma aparentemente isolada, mas compreendem a importância do processo. Diversas reabilitações de antigos complexos industriais são uma realidade no Vale do Ave (Fig. 123), buscando valorizar esse legado patrimonial e reinseri-lo na dinâmica contemporânea.

Figura 123 - Reabilitação da antiga Fábrica de Fiação e Tecidos Sto. Thyrsó.



Fonte: Bielschowsky (2016).

4.3. Guimarães: Centralidade Urbana e Patrimônio Vivo

Guimarães (Fig. 124) é a cidade que representa a centralidade desse processo de ocupação no Vale do Ave, onde é possível perceber a importância histórica da valorização dos centros urbanos para a dinâmica contemporânea, das políticas públicas para a apropriação dos espaços estratégicos e a importância dos espaços de uso público para a estrutura urbana da cidade, o que possibilita fazer uma contraposição à Blumenau, que representa a centralidade do processo de ocupação no Vale do Itajaí.

Figura 124 - Vista aérea de Guimarães.



Fonte: portugalfotografiaaerea.blogspot.com (2015).

Como abordado ao longo da tese, a centralidade urbana é o espaço revelador das relações entre cidade e sociedade, local geográfico escolhido para a fixação do conteúdo social de um determinado período, “o ponto de partida de uma cidade que, delimitado espacialmente, desempenha um papel ao mesmo tempo integrador e simbólico” (CASTELLS, 1983, p. 271). É justamente esse conceito que se pode ver espacializado na paisagem de Guimarães, ratificando o discurso de que a “cidade berço” está mais viva do que nunca.

A história da formação urbana de Guimarães é muito antiga, tendo iniciado no século X (aproximadamente 950) com a construção do Mosteiro de S^a Maria da Oliveira (Igreja de N. S^a da Oliveira) na parte

mais baixa e de um Castelo (Monte Latito) na parte mais alta do território (proteção), que apresentaram a situação característica do urbanismo da cristandade ocidental: na planície, um núcleo eclesial e na colina, uma fortificação (SOLIS, 2014). Em 1128 ocorre a Batalha de S. Mamede, vencida por D. Afonso Henriques, marcando a independência do condado face ao reino de Leão e a formação da nação Portuguesa (CMG, 2012), que embora não tenha alterado a estrutura urbana, serve como referência simbólica nacional, representado por diversos elementos simbólicos (Fig. 125) no espaço urbano, dando o apelido de “cidade berço” e o slogan de “aqui nasceu Portugal”.

Figura 125 - Elementos simbólicos no Largo do Carmo e no Largo do Toural .

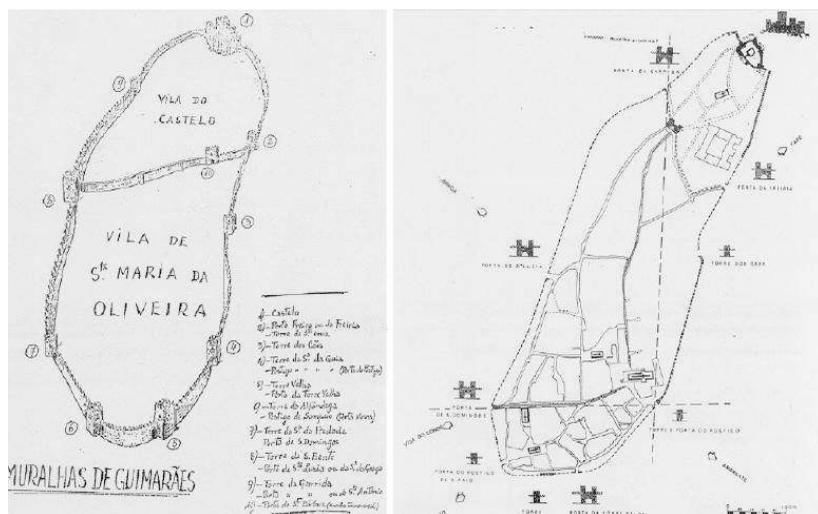


Fonte: CMG (2016).

No século XIII ocorre a construção da muralha baixa envolvente (Fig. 126), que vai delimitar fisicamente o território. Em 1389 D. João I manda demolir a muralha interna que dividia as duas vilas, o que vai resultar na estruturação da malha urbana atual, que inicia a partir do entorno do mosteiro e em direção ao castelo, e posteriormente ocupando os espaços disponíveis, morfologia esta que permaneceu sem grandes alterações no espaço intramuros até o século XV.

A partir do século XV ocorre o processo de urbanização extramuros e consequente expansão urbana a partir das vias principais (Fig. 127), que ultrapassam as portas da cidade murada. (SOLIS, 2014). Com a derrubada das muralhas no final do século XVIII (1793) é que se consolida esse processo de expansão urbana, demarcando os limites físicos que permaneceram até o século XX.

Figura 126 - Muralhas no séc. XIII e início da estrutura urbana no séc. XIV.



Fonte: Solis (2014).

Figura 127 - Evolução urbana no séc. XV-XVI e no séc. XVIII.



Fonte: Solis (2014).

A estrutura urbana inicial foi definida pelos corredores de circulação entre os espaços mais simbólicos, inicialmente mosteiro-castelo (Fig. 128), depois pelas casas nobres, igrejas e demais conventos, definindo espaços públicos (praças e ruas) e formando a malha urbana que podemos perceber atualmente no centro histórico, delimitado pelo antigo espaço intramuros, e posteriormente, a partir desses corredores de circulação principais, que agora vão ultrapassar as portas da cidade murada, onde temos a estruturação da malha urbana complementar do território extramuros.

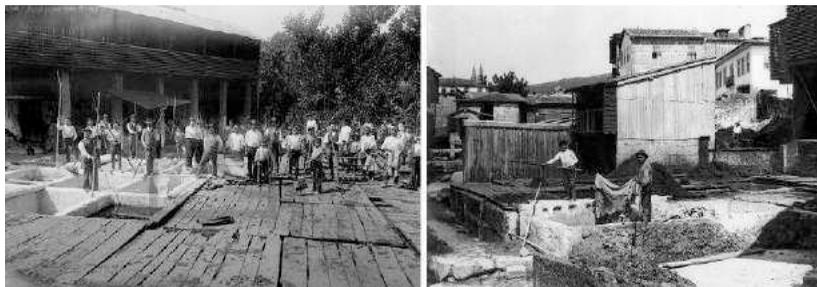
Figura 128 - Castelo (Monte Lativo) e Igreja de N. S^a da Oliveira (mosteiro).



Fonte: CMG (2016).

A borda desse espaço extramuros mais interessante para este trabalho é a Zona de Couros (Fig. 129), onde a paisagem revela os primórdios da história da industrialização do Ave, que teria iniciado com as fábricas manufatureiras de curtume, um dos fatores determinantes para a implantação das futuras indústrias têxteis ao longo do Ave.

Figura 129 - Tanques junto ao Rio de Couros na década de 1930.

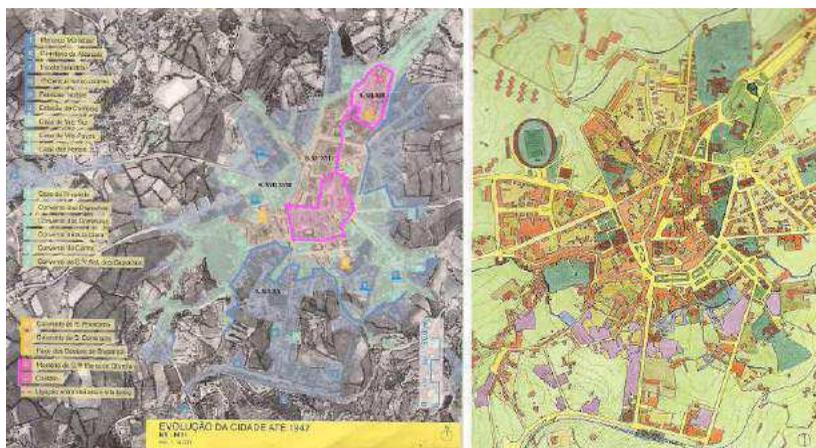


Fonte: Dossier Couros - CMG (2016).

Essa zona marca a paisagem de forma significativa, com a tradição do curtume, que aproveita as águas do Rio de Couros provenientes da montanha da Penha, tornando-se a atividade identitária de Guimarães.

No final do século XIX (Fig. 130) ocorre o período de industrialização propriamente dito, com nova expansão urbana na direção sul e ocupação dos terrenos da parte central da cidade em direção a estação ferroviária, que também foi implantada neste mesmo período.

Figura 130 - Evolução urbana e usos do solo no final do séc. XX .



Fonte: Solis (2014).

Na figura 130 é possível perceber, na imagem da esquerda, a evolução da cidade desde o século XII até o século XX, com destaque para evolução entre os sec. XII e XVI que vão caracterizar a zona classificada pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade (com o acréscimo da zona de couros/ convento de S. Francisco e convento de S. Domingos, que foram as primeiras expansões extramuros e que estão inseridas na proposta de ampliação da zona classificada pela UNESCO), a evolução entre os sec. XVII e XVIII que vão caracterizar boa parte da Zona Especial de Proteção (ZEP) e a evolução entre os sec. XIX e XX que vão caracterizar boa parte da antiga zona industrial da área central.

Caso a Zona de Couros seja inserida na proposta de ampliação da zona classificada pela UNESCO, esta antiga zona industrial se tornará a nova Zona Especial de Proteção (ZEP), possibilitando uma reabilitação urbana dessa área em consonância com as zonas já reabilitadas do centro histórico e da zona de couros, que serão apresentadas a seguir.

A imagem da direita na figura 130 demonstra os usos do solo, com destaque para as atividades proto-industriais (principalmente o curtume) na zona de couros (cor azul) e as industriais (principalmente têxtil) na antiga zona industrial da área central (cor lilás).

Para compreendermos essa paisagem, é necessário regressar na década de 1980 (Fig. 131), quando o centro histórico encontrava-se bastante degradado, física e socialmente, com duas opções: reabilitar ou renovar esses espaços degradados. Apesar de bastante degradado, o centro histórico estava muito preservado, resultado das ações protecionistas do governo ditatorial português (1928-1974), que embora não possibilitasse o uso público dos espaços com qualidade, fazia questão de preservá-lo como “cidade-museu”, em função do culto nacionalista que referenciava a cidade como o “berço da nacionalidade”.

Figura 131 - Praça da Câmara e Praça São Tiago na década de 1980.



Fonte: CMG (2016).

A cidade decide se reestruturar a partir de uma rigorosa reabilitação urbana do seu centro histórico, apoiado no Plano de Urbanização de Guimarães elaborado em 1980 (arq. Fernando Távora), com diretrizes de cunho muito mais social e cultural, atendendo uma das principais demandas da população no novo contexto político de redemocratização. Na Memória descritiva do Plano Geral de Urbanização de Guimarães, Távora escreve:

Trata-se de um plano geral, isto é, de um plano que preconizando as grandes linhas de uma estrutura urbana coerente, constitui, sobretudo, um plano de síntese no qual se procurou compatibilizar a unidade e a variedade, o geral e o particular, a união e o desenho, a realidade e a imaginação, o passado e o futuro. O passado e o futuro surge aqui para além dos aspectos físicos já referidos e inerentes a dimensão espaço e tempo. (TÁVORA, 1982).

A primeira iniciativa neste sentido ocorre em 1981 (arq. Nuno Portas), com a proposta de criação de um “Gabinete (Municipal) do Centro Histórico”, para atender as reivindicações populares da Associação Muralha (uma associação para a defesa do património da cidade).

Figura 132 - Espaços públicos reabilitados e que estruturam o espaço urbano.



Fonte: CMG (2016).

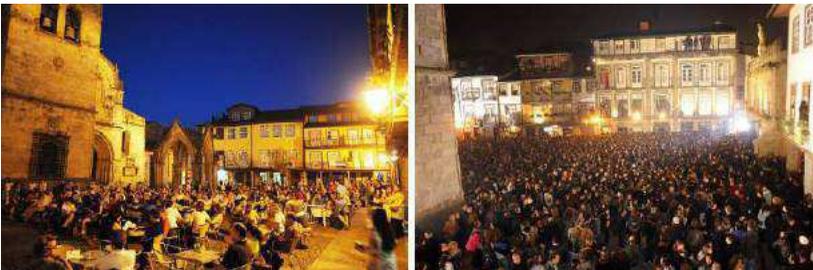
Figura 133 - Praça da Câmara e Praça São Tiago reabilitados atualmente.



Fonte: CMG (2016).

Em 1985 a Câmara Municipal cria o Gabinete Técnico Local (GTL), com o objetivo de “Reabilitação do Centro Histórico de Guimarães”, cujo objetivo principal foi criar “dinâmica urbana” para os moradores locais e não apenas para turistas, valorizando os elementos simbólicos e estruturado a partir dos espaços de uso público (Fig. 132, 133 e 134).

Figura 134: Moradores e turistas utilizando os espaços públicos reabilitados.

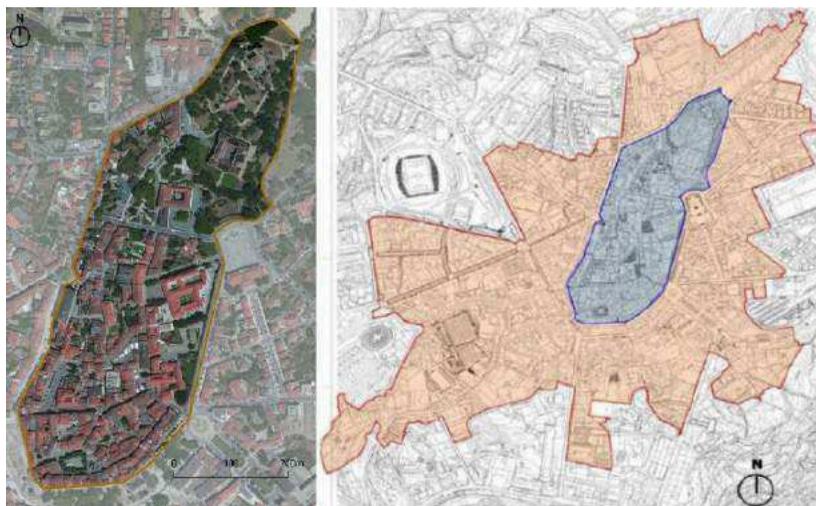


Fonte: CMG (2016).

Em 1994 é aprovado o primeiro Plano Diretor Municipal (PDM), que além da gestão do território através da ocupação, o uso e a transformação do solo, fará propostas de desenvolvimento econômico e social, conseguindo dessa forma consciencialização cívica da comunidade em sintonia com o poder político. Esse assunto é essencial para que a recuperação do patrimônio histórico-cultural possa ser parte de identidade local, fomentando as iniciativas populares de defesa do patrimônio.

A qualidade da reabilitação urbana feita no Centro Histórico de Guimarães foi reconhecida pela UNESCO em 2001, classificando como “Patrimônio Mundial da Humanidade” (Fig. 135).

Figura 135 - Delimitação da zona classificada como “Patrimônio Mundial da Humanidade” pela UNESCO e da Zona Especial de Proteção (ZEP).



Fonte: CMG (2016).

Este reconhecimento da UNESCO serviu como incentivo para a reabilitação urbana das demais áreas da cidade, com apoio dos privados junto ao poder público. A cidade se candidatou (em 2006) para ser a Capital Europeia da Cultura (CEC) em 2012, fato este que deu novo impulso, principalmente para a Zona Especial de Proteção (ZEP) da classificação da UNESCO, com a requalificação dos espaços públicos, dos equipamentos urbanos e a reabilitação dos edifícios mais emblemáticos, como na Zona de Couros (Fig. 136).

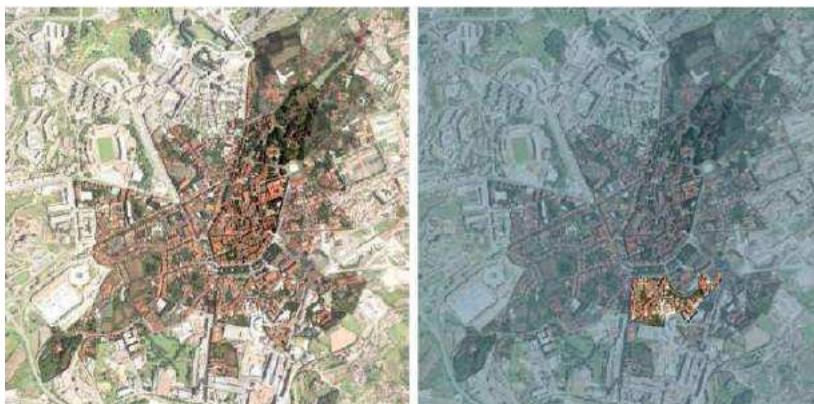
Com a qualidade da reabilitação urbana na Zona de Couros, em 2013 a cidade protocolou nova candidatura para a ampliação da Zona classificada como Patrimônio Mundial da Humanidade incluindo esta área (Fig. 137). Podemos perceber então diretrizes muito claras nas tomadas de decisões das políticas públicas que valorizam o legado patrimonial e dinamizam a estrutura urbana através da cultura.

Figura 136 - Zona de Couros antes (superior) e após a reabilitação (inferior).



Fonte: Dossier Couros – CMG (2016) e Bielschowsky (2016).

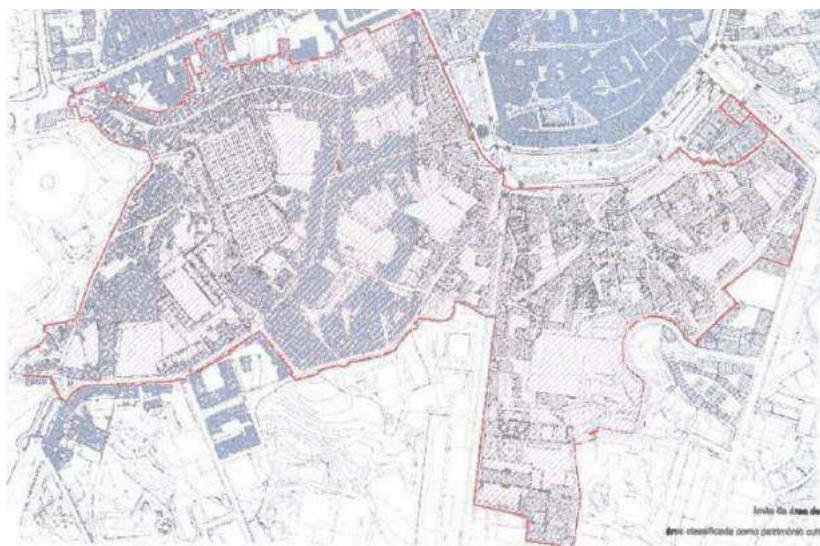
Figura 137 - Delimitação da zona classificada em 2001 com a ZEP e a delimitação da Zona de Couros para a candidatura em 2013.



Fonte: Dossier Couros – CMG (2016).

Em continuidade ao sucesso das políticas públicas e das intervenções físicas desses projetos, e já prevendo a ampliação da Zona de classificação da UNESCO, temos a proposta da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) para boa parte da ZPE (Fig. 138), sendo que diversas intervenções já foram realizadas no âmbito da CEC 2012. Aproveitando integralmente tudo o que já foi realizado (planos, processos, metodologia), a ORU pretende ser mais um objeto “assertivo e complementar ao trabalho contínuo e coerente já realizado”.

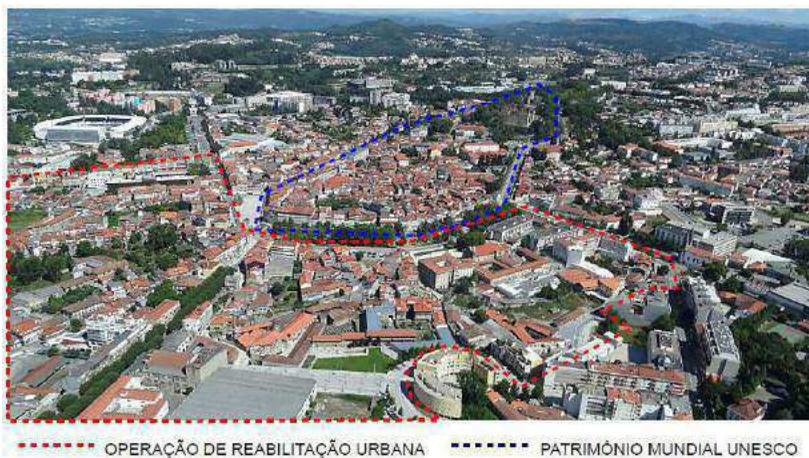
Figura 138 - Delimitação da Operação de Reabilitação Urbana (ORU).



Fonte: ORU – CMG (2016).

A área de intervenção da ORU (Fig. 139) compreende ao espaço das primeiras expansões urbanas do tecido medieval extramuros (conforme figura 127), a partir da implantação dos conventos de S. Francisco e S. Domingos, além de estarem localizados nos principais eixos viários de acesso à vila medieval, formando um conjunto urbano coeso e significativo do século XVII e XVIII, que representa o que a população define como “o centro da cidade”.

Figura 140 - Vista aérea de Guimarães (ORU e Zona classificada UNESCO).



Fonte: portugalfotografiaaerea.blogspot.com, (2015). Elaboração: autor (2017).

4.4. A compreensão da paisagem a partir da atualidade.

O Vale do Ave como um todo, inclusive a cidade de Guimarães, que se destaca pela centralidade e por ser uma referência em termos de políticas de reabilitação urbana, valoriza suas paisagens históricas e as especificidades dos lugares, onde o legado patrimonial não está apenas marcado na paisagem atual, mas sua função é percebida na interação do contexto da vida contemporânea, ou seja, forma e conteúdo compõe a totalidade do nosso objeto de pesquisa. Os elementos mais marcantes na paisagem são as formas de ocupação e domínio do sítio físico, com o aproveitamento rural, urbano e a singularidade dos complexos industriais ao longo dos rios. As especificidades dos lugares, inseridos nessas paisagens históricas, são reveladores de diversos signos e significados, materiais e imateriais, dos diferentes períodos históricos.

Para a compreensão do objeto foram feitos percursos em determinadas áreas (APÊNDICE B), levando em conta a centralidade e a importância histórica da zona central de Guimarães, onde o percurso na Zona de Patrimônio Mundial classificada pela UNESCO foi definido pelos referenciais urbanos e elementos simbólicos, enquanto o percurso na Zona de Couros foi definido pelo Rio de Couros. Os demais percursos utilizaram os rios como fio condutor, sendo o Rio Selho para a zona de expansão industrial da cidade (Pevidém) e os rios Vizela e Ave para a área mais abrangente que representasse o Vale do Ave, incluindo a ferrovia Guimarães-Porto (até Santo Tirso), conforme figura 141.

Figura 141 - Figura referência dos percursos propostos.



Fonte: Google (2017). Elaboração: autor (2017).

4.4.1. Zona de Patrimônio Mundial classificada pela UNESCO

A especificidade do conjunto urbano da área central de Guimarães revela um ambiente muito singular. Uma “vila medieval contemporânea”, onde é possível fazer uma leitura do conjunto urbano mais significativo (Zona de Patrimônio Mundial classificada pela UNESCO) dentro da Zona Especial de Proteção (ZEP), conforme delimitação da figura 135.

É possível perceber a linha imaginária que separa o conjunto urbano mais significativo (Zona classificada como patrimônio mundial pela UNESCO) da zona tampão (ZEP), que na verdade é uma zona de transição, pela manutenção do traçado original da malha urbana histórica e de diversos elementos significativos, como a preservação de partes da muralha original e a disposição dos casarios em fita seguindo o traçado original, inclusive com a marcação das portas de entrada da cidade medieval (Fig. 142). A paisagem revela a valorização da estrutura urbana histórica, a autenticidade e a originalidade nos materiais e nos elementos simbólicos, bem como, as políticas públicas de apropriação dos espaços públicos.

Figura 142 - Foto aérea da Zona classificada pela UNESCO.



Fonte: portugalfotografiaaerea.blogspot.com (2015).

Nesta paisagem é possível perceber a parte mais alta da cidade (antiga vila alta e atual Castelo e Paço dos Duques) e as ruas que conectam com a parte mais plana da cidade (antiga vila baixa e atual zona que se desenvolveu a partir do antigo mosteiro). Uma das diretrizes urbanísticas é que seja possível avistar a Torre do Castelo ou o Paço dos Duques desde as principais ruas de entrada de acesso à cidade e pontos estratégicos (Fig. 143).

Figura 143 - Torre do Castelo e Paço dos Duques em destaque nas perspectivas.



Fonte: Bielschowsky (2016).

A restrição ao uso de veículos (parcial, mas quase total) nesta zona (Fig. 144) e uma espécie de “anel central” viário também ajudam na percepção e compreensão da paisagem, pois a partir do momento em que você está na zona preferencial de pedestres, a velocidade de apreensão do contexto urbano e da paisagem é de uma escala muito mais humana.

Figura 144 - Zona restritiva ao uso de veículos.



Fonte: Bielschowsky (2016).

As entradas desse conjunto urbano mais significativo são singelas, para não chamar demais a atenção no contexto do conjunto urbano, pois a percepção é feita principalmente pela restrição ao uso de veículos e pela manutenção do traçado original com seu conjunto edificado preservado, sendo intervenções muito sutis nos pisos do calçamento nas portas de acesso da antiga vila medieval e que foram mantidas nos locais originais (Fig. 145).

Figura 145 - As portas de entrada da antiga vila medieval.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Essas intervenções singelas feitas nesta área de transição, entre a zona classificada pela UNESCO e a zona de proteção (ZEP), bem como as requalificações urbanas que foram feitas na ZEP, dão uma sensação de continuidade às paisagens históricas no contexto marcado pelos diferentes períodos históricos (Fig. 146).

Figura 146 - Sensação de continuidade às paisagens históricas.



Fonte: Bielschowsky (2016).

O gabarito das edificações foi mantido como forma de valorizar o conjunto urbano e as novas intervenções, seja na parte classificada pela UNESCO ou na zona de proteção (ZEP), não devem atrapalhar a leitura do *skyline*, que revela uma certa hierarquia dos elementos simbólicos, como as torres das igrejas ou algum edifício institucional (Fig. 147).

Figura 147 - Torre da Igreja de N. S^a da Oliveira (antigo mosteiro), vista a partir da zona classificada pela UNESCO “intramuros” e da ZEP “extramuros”.



Fonte: Bielschowsky (2016).

ESTRUTURA URBANA: ruas, arquiteturas e usos diversos

Dentro do conjunto urbano, a cidade se estrutura através dos espaços públicos, praças e arruamentos (que se tornam exclusivas para pedestres), que fazem a conexão entre as próprias praças e com os edifícios ancoras institucionais ou de uso público (Fig. 148).

No sentido Norte-Sul temos a Rua de Santa Maria [A], que ligava a cidade alta com a cidade baixa e que atualmente conecta o conjunto Castelo [1], Igreja de S. Miguel [2] e Paço dos Duques [3], local mais simbólico e com apelo mais turístico, passando pelo Largo das Oliveiras [F] (antigo mosteiro) e conectando com o Largo da República do Brasil [G], onde fica uma das portas de entrada da antiga vila medieval, junto com parte da muralha preservada [9] e os jardins do largo [G], onde saindo do conjunto histórico mais confinado abre-se a perspectiva para a Igreja de São Gualter e o conjunto da Penha, outro local simbólico e que tem a função de mirante, da própria cidade e do Vale do Ave como um todo.

Figura 148 - Figura referência da Zona classificada pela UNESCO.



Fonte: CMG (2016). Elaboração: autor (2017).

Figura 149 - Rua de Santa Maria [A]: Largo do Carmo [C] e o Largo da República do Brasil [G].



Fonte: Bielschowsky (2016).

Além de conexão entre esses lugares tão simbólicos e tão importantes, tanto para os turistas como para os moradores, com essas paisagens tão específicas, ao longo dessa mesma Rua de Santa Maria [A] (Fig. 149 e 150) temos o Largo do Carmo [C], a Praça do Largo da Câmara [D] com a Câmara Municipal [4] e a Biblioteca Municipal [5], o Posto de Informações para Turistas [6], a Praça São Tiago [E], o Largo da Oliveira [F], Igreja N. S. da Oliveira [7], o Museu Alberto Sampaio [8] e o Largo da República do Brasil [G], ou seja, um visitante que percorre esse percurso passa por elementos do cotidiano dos moradores locais e consegue apreender diversos signos e informações de diversos períodos históricos que estão sendo utilizados tanto pelos moradores locais (câmara, biblioteca, praças, igrejas, a Penha) como pelos turistas (Castelo, central de informações, praças, teleférico da Penha).

Figura 150 - Rua de Santa Maria [A]: Praça do Largo da Câmara [D] com a Câmara Municipal [4] e a Biblioteca Municipal [5], e o Posto de Informações para Turistas [6], na entrada da Praça São Tiago [E].



Fonte: Bielschowsky (2016).

Ainda no sentido Norte-Sul, temos a Rua das Trinas [M] e a Rua Val Donas [N] (Fig. 151), ambas de caráter um pouco mais secundário (rua mais interna), mas que também servem para ligar a parte alta com a parte mais baixa da cidade antiga, conectando o Largo do Carmo [C] com o Largo Condessa do Juncal [H] e o Largo dos Laranjais [L] com o Largo da Misericórdia [J], respectivamente, sendo que ambos também possuem as portas de entrada da antiga vila medieval, com saídas para a antiga zona extramuros (atual ZEP).

Figura 151 - Rua das Trinas [M] (esquerda) e Rua Val Donas [N] (direita).



Fonte: Bielschowsky (2016).

Essas ruas que parecem ser de caráter um pouco mais “secundário” por não possuírem edificações de importância institucional, são essenciais para a estrutura urbana como um todo, pois essas ruas com seus casarios em fita (com os térreos utilizados para comércio ou serviços e os pavimentos superiores para moradia ou hospedagem) servem para conectar esses importantes espaços públicos que são esses largos, que funcionam também como praças públicas, além de fornecerem acesso para outras importantes ruas e praças.

Já no sentido Leste-Oeste, temos a Rua Rainha D. Maria II [B] (Fig. 152) como vetor principal do desenvolvimento urbano nesse sentido, que conectava o Largo da Oliveira [F] com o Largo da Misericórdia [J], que possui uma das portas de entrada da antiga vila medieval com saída para o Largo do Toural [I], além de atualmente estarem localizados os edifícios institucionais do Tribunal da Relação

[10] e da Associação Comercial e Industrial [11]. A malha urbana se completa com os arruamentos secundários, mas de importância igual para a formação do conjunto urbano como um todo, pois estão ligando diversos espaços públicos, como o Largo dos Laranjais [L], a Praça São Tiago [E] com o Largo da Misericórdia [J] e o Museu Alberto Sampaio [8] com o Largo Condessa do Juncal [H].

Figura 152 - Rua Rainha D. Maria II [B].



Fonte: Bielschowsky (2016).

A leitura da paisagem pode ser definida, de maneira geral, por pequenos arruamentos que ligam os espaços públicos principais, com os casarios em fita que utilizam o térreo para comércio ou serviço (principalmente lojas, bares e restaurantes) e os pavimentos superiores para moradia residencial ou hospedagem (Fig. 153). É comum a presença de varais com roupas secando ao ar livre nas ruas, inclusive nas praças, o que demonstra que existe uma grande quantidade de moradores vivendo nesses edifícios.

Figura 153 - Casarios em fita com roupas secando na Praça São Tiago [E].



Fonte: Bielschowsky (2016).

Com relação a hospedagem, existe o Alojamento Local (AL), que é uma espécie de *hostel* dos moradores locais, que beneficia os espaços, pois além dos moradores locais, esses visitantes dão vida às fachadas (luzes, roupas estendidas, risadas, um cumprimento inesperado ou uma brincadeira inusitada) e essas pessoas frequentam os locais e utilizam as ruas e demais espaços públicos nos diversos horários do dia ou da noite.

ESPAÇO PÚBLICO: políticas públicas e apropriação dos espaços

O espaço público merece destaque nesta paisagem (Fig. 154), pois é ali que a vida social acontece, em todas as épocas do ano (do verão ao inverno), com todas as pessoas (dos moradores fixos aos turistas) e de todas as faixas etárias (da criança ao idoso). É neste momento que percebemos que não se trata aqui de preservar cenários históricos (a forma), mas de paisagens históricas e especificidades desses lugares que estão fazendo parte do contexto da vida urbana contemporânea (o conteúdo).

Figura 154 - Espaços públicos sendo utilizado por moradores e turistas.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Isso percebemos no dia a dia local, como no horário comercial, por exemplo, onde em *idades-cenários* os lugares estariam vazios ou apenas com turistas consumindo algo, enquanto aqui existe um movimento intenso de moradores locais devido aos usos do cotidiano (câmara, biblioteca, igreja, serviços) concomitante aos usos turísticos (bares, cafés, restaurantes, lojas, museus), ressaltando novamente a importância dos usos, dos espaços públicos qualificados e da restrição ao uso de veículos, que torna o espaço muito mais agradável, sem poluição visual, sonora e ambiental, e permite o relacionamento muito maior entre as pessoas, bem como, a apreciação da paisagem (Fig. 155).

Figura 155 - Apropriações dos espaços públicos por moradores e turistas.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Uma das características mais importantes dessa paisagem é a presença constante dessa relação dos moradores locais com seus visitantes (Fig. 156), pois a lógica das políticas públicas (marcadas na paisagem através das intervenções arquitetônicas e urbanísticas) é deixar muito claro duas coisas: a primeira é que a cidade e seus espaços são dos seus moradores e a segunda é que o morador pode e deve tratar bem o visitante, porque não precisa se preocupar, pois a cidade é dele e não do visitante. Esse sentimento de pertencimento e de identidade local com seus espaços é muito importante para estabelecer essa relação mais acolhedora com os visitantes, pois esta característica se revela nas relações e já pode ser considerada um patrimônio imaterial, pois têm orgulho e expressam isso o tempo todo, inclusive deixando muito claro que essa forma mais carinhosa de se relacionar com os visitantes é uma especificidade local. Outro elemento, que valoriza ainda mais a paisagem, são os pisos, com seus desenhos, suas formas e os materiais, que fazem a comunicação visual e servem para direcionar, criar eixos visuais e conectar estes espaços públicos (Fig. 157 e 158).

Figura 156 - Moradores e turistas dividem socialmente os mesmos espaços.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Figura 157 - Pisos no acesso ao Largo da Câmara [D].



Fonte: Bielschowsky (2016).

Figura 158 - Pisos na Praça de São Tiago [E] e eixo Largo da Oliveira [F].



Fonte: Bielschowsky (2016).

AUTENTICIDADE: materiais e elementos simbólicos

Vale destacar também na paisagem a presença da originalidade dos materiais na composição das fachadas dos conjuntos urbanos com a utilização de materiais originais e a mão de obra local, revelando assim, a importância dos mestres artesãos e a valorização das técnicas tradicionais. Uma das premissas nas intervenções arquitetônicas e urbanísticas que marcam essa paisagem é justamente a autenticidade e a reversibilidade (Fig. 159). Autenticidade no que se refere ao momento do projeto, independente do ano que foi construído, porque os edifícios evoluíram e também possuem sua história própria. Reversibilidade no que se refere a que o projeto elaborado seja totalmente reversível quando for necessário e que quando isso for feito deve-se obter novamente a autenticidade anterior, pois a reversibilidade só faz sentido quando casada com a autenticidade.

Figura 159 - As fachadas utilizam materiais originais e a mão de obra local.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Como exemplo de originalidade e autenticidade dos materiais e das técnicas construtivas, temos o restauro da Casa da Rua Nova na Rua Egas Moniz, realizado pelo arq. Fernando Távora em 1985 e que foi vencedor do prêmio Europa Nostra de Arquitetura, obra esta que passou a abrigar o GTL e se tornou uma referência para as futuras intervenções dos técnicos do GTL, que também passaram a ser premiados (Fig. 160).

Figura 160 - “Casa da Rua Nova” (Távora, 1985) premiada em 1986 e inspiração para as futuras intervenções dos técnicos do GTL, também premiados em 2006.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Um outro bom exemplo dessas intervenções que valorizam a paisagem como um todo, é o cuidado com a poluição visual, então todas as intervenções levam isso em conta, logo os detalhes da comunicação visual feita nos pisos merecem destaque justamente pela sutileza e pela não interferência na paisagem (Fig. 161).

Figura 161 - Exemplos de comunicação visual feita nos pisos: local da antiga Capela de São Tiago (com o detalhe do logo do Caminho de Santiago de Compostela) na Praça São Tiago [E] e local da antiga Porta da Vila entre o Largo da Misericórdia [J] e o Largo do Toural [I].



Fonte: Bielschowsky (2016).

Os materiais ou elementos simbólicos, como a pedra (sólido), a água (líquido) e o céu (gasoso) estão presentes nas paisagens mais relevantes dessa zona (Fig. 162). A pedra granito cinza que faz parte da história local (Citânia de Briteiros, sítio arqueológico que data de II a.C.) e que ainda pode ser obtida facilmente no Alto Vale do Ave. A água que foi responsável pelo abastecimento do núcleo urbano inicial da cidade e que posteriormente foi responsável pela implantação das fábricas manufatureiras de curtume na Zona de Couros e depois pela implantação dos complexos industriais ao longo do Ave. O céu que revela as condições climáticas e a relação sobrenatural (religiosa), além de ajudar na composição do *skyline*, com destaque aos elementos simbólicos como as torres das igrejas, o Castelo, a Penha e o próprio relevo acidentado do Ave.

Figura 162 - Elementos simbólicos: pedra, água e o *skyline* com o Castelo.



Fonte: Bielschowsky (2016).

4.4.2. Zona Especial de Proteção (ZEP)

A Zona Especial de Proteção (ZEP) da classificação da UNESCO, popularmente chamada de “Zona Tampão” e que inicialmente foi delimitada com o objetivo de proteger a zona classificada, atualmente pode ser considerada uma zona de “transição” pela dissolução do conjunto urbano medieval e de “continuidade” por estar recebendo tratamento nos mesmo padrões qualitativos da zona classificada, com a requalificação dos espaços públicos, dos equipamentos urbanos e a reabilitação dos edifícios mais emblemáticos (Fig. 163).

Figura 163 - Requalificação dos espaços com cuidado paisagístico na ZEP.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Com o reconhecimento da UNESCO em 2001, que serviu como exemplo e incentivo para a reabilitação urbana das demais áreas da cidade, a cidade aproveitou as oportunidades para elaborar projetos e captar recursos dos fundos comunitários europeus, especialmente a partir da candidatura (em 2006) para ser a Capital Europeia da Cultura (CEC) em 2012.

Figura 164 - Área do entorno do Convento de São Domingos.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Teve como resposta imediata a continuidade dos projetos de requalificação da “borda extramuros” e das áreas do entorno dos Conventos de São Domingos (Fig. 164) e de São Francisco (Fig. 165), incluindo aqui a Zona de Couros, elementos que tem ligação direta com o conjunto arquitetônico intramuros construídos nos séculos XV e XVI e que foram responsáveis pela expansão urbana extramuros da vila medieval. Essas requalificações urbanas demonstram a continuidade da metodologia e da qualidade aplicada na zona classificada “intramuros” para a ZEP “extramuros”.

Figura 165 - Área do entorno do Convento de São Francisco.



Fonte: Bielschowsky (2016).

A delimitação dessas áreas que iremos abordar nesses subcapítulo constam nas figuras 135, 137, 139 e 148, onde temos os pontos de conexão entre essas duas zonas analisadas (Fig. 166), que são justamente as portas de entrada da vila medieval situadas entre o Largo da Misericórdia [J] e o Largo do Toural [I] (antiga Porta da Vila) e entre o Largo da Oliveira [F] (antigo mosteiro) e o Largo da República do Brasil [G] (antiga Porta da N. S. da Guia).

Figura 166 - Largo do Toural [I] e o Largo da República do Brasil [G].



Fonte: Bielschowsky (2016).

Na Zona Especial de Proteção (ZEP) a paisagem mais característica e que revela os primórdios da história da industrialização do Ave é a Zona de Couros, que teria iniciado com as fábricas de curtume e que mais tarde esse teria sido um dos fatores determinantes para a implantação das futuras indústrias têxteis, com mão de obra qualificada advinda da experiência do curtume, além do espaço físico e o aproveitamento hidráulico para energia, o que também já se fazia nas fábricas de curtumes e por isso é considerado como uma indústria manufatureira classificada como proto-industrial. Para tentar demonstrar essa paisagem historicamente herdada e a singularidade de seus espaços, a análise da paisagem foi feita em forma de percurso (Fig. 167), buscando levantar as diferentes especificidades dos lugares e demonstrar a dinâmica frente as novas relações contemporâneas.

Figura 167 - Figura referência do percurso ZEP.



Fonte: Google (2016). Elaboração: autor (2016).

Iniciando o percurso na “Ribeira dos Couros” e seguindo o seu fluxo natural de vazão, temos na paisagem bem marcante no espaço do atual Parque das Hortas [P], onde temos um espaço urbano que acaba de ser reabilitado e está conectado com a zona central através da Rua Dr. José Sampaio [G-P] (Fig. 168), que fez parte do projeto de requalificação desta área, ou através do caminho que liga o centro com o

teleférico de Guimarães [22] que leva ao Santuário da Penha (mirante da cidade e do Ave).

Figura 168 - Rua Dr. José Sampaio [G-P] e acesso ao Parque das Hortas [P] .



Fonte: Bielschowsky (2016).

Esta paisagem contempla a ruína da antiga fábrica de tecelagem (industrialização do Ave) junto à Ribeira dos Couros (aproveitamento hidráulico), onde atualmente temos um parque urbano requalificado e conectado com os espaços mais nobres da cidade, que faz a interação com a vida contemporânea (Fig. 169).

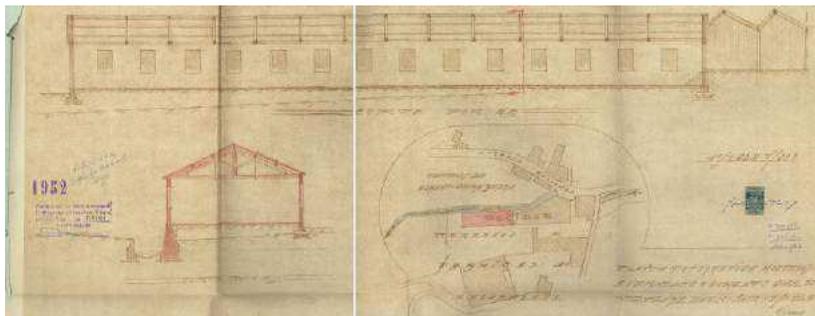
Figura 169 - Parque das Hortas [P] e antiga fábrica de tecelagem [21].



Fonte: Bielschowsky (2016).

Neste espaço temos a presença de uma antiga fábrica de tecelagem [21] que está em ruínas atualmente, mas que pela localização estratégica pode ser reconvertida para novos usos ou simplesmente ser valorizada como uma ruína industrial. Caso seja necessário, as algumas plantas constam no Archiv-Ave (Fig. 170), demonstrando como essa outra política de valorização patrimonial dos arquivos documentais é importante, pois além do conhecimento do arquivo histórico, este pode ser utilizado nas futuras intervenções.

Figura 170 - Processo 92/1952/Archiv-Ave - fábrica de tecelagem [21].



Fonte: ARH do Norte/APA (1952).

Esse parque também tem função de um parque ciliar, onde o rio pode transbordar quando necessário, pois trata-se de uma área aberta e inundável (Fig. 171), que valoriza ainda mais a importância dos rios nos diferentes períodos históricos.

Figura 171 - Parque das Hortas [P] e parque ciliar junto ao rio.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Um pouco mais adiante, temos um tanque público [23], onde historicamente as pessoas lavavam suas roupas (Fig. 172). A partir deste trecho o rio fica canalizado por boa parte do percurso, mas ainda é possível desvendar seu percurso através dos arquivos do Archiv-Ave.

Figura 172 - Tanque público para lavar roupa junto ao rio.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Na Zona de Couros temos um bom projeto de requalificação urbana, com espaços públicos de qualidade e a reabilitação dos principais antigos edifícios dos antigos curtumes para novos usos contemporâneos (Fig. 173, 174 e 175), como é o caso do Instituto de Design [24], Centro de Ciência Viva [25] e o Campus de Couros da UMinho [28].

Figura 173 - Rua da Ramada e antiga Fábrica da Ramada [24].



Fonte: Bielschowsky (2016).

Figura 174 - Antiga Fábrica da Ramada reconvertida em Instituto de Design.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Figura 175 - Antiga Fábrica Âncora reconvertida em Centro de Ciência Viva.



Fonte: Bielschowsky (2016).

São intervenções contemporâneas que buscaram a valorização do conjunto como um todo e não somente dos seus edifícios de forma isolada. Apesar de cada intervenção ter suas características próprias, inclusive na decisão do que preservar e do que renovar, na nossa análise da paisagem como um percurso dinâmico, essas reabilitações urbanas revelam uma boa parte do legado patrimonial, como um conjunto urbano consolidado e delimitado, que segue uma linha d'água que servia para o abastecimento das atividades produtivas.

Com relação aos espaços públicos requalificados (Fig. 177), a malha do traçado encontrado no momento das intervenções foram preservados e reabilitados, com suas ruelas estreitas e algumas marcações importantes no piso, como a diferenciação do local onde passava o rio de onde ficava a calçada, além da preservação do conjunto de tanques, como os do Largo da Cidade [Q], onde atualmente está funcionando a Pousada da Juventude [26](Fig. 176).

Figura 176 - Largo da Cidade [Q] e Pousada da Juventude [26].



Fonte: Bielschowsky (2016).

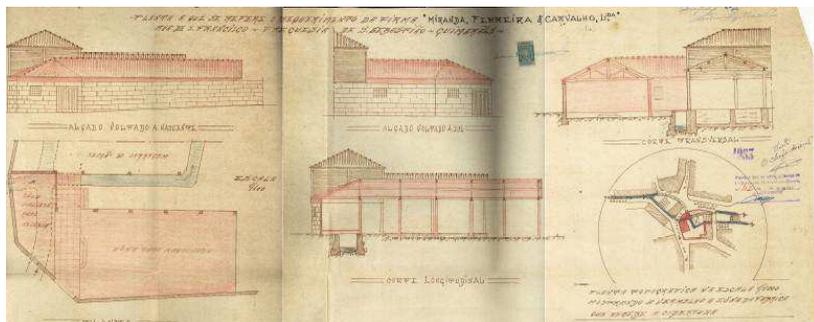
Figura 177 - Rua de Vila Verde e o Largo da Cidade [Q].



Fonte: Bielschowsky (2016).

Esse lugar revela uma das paisagens mais singulares e característica do local, com o conjunto de tanques do Largo da Cidade [Q] que representa uma antiga fábrica que foi resultado da união de pequenas manufaturas que laboravam de forma independente, com tanques bastante irregulares que revelam as práticas pré-industriais de exploração desses tanques, que pertenciam a diferentes proprietários e eram arrendados individualmente aos “homens de Couros”. Nos documentos do Archiv-Ave (Fig. 178) é possível ver a delimitação dessa antiga fábrica e os percursos do rio (embaixo dos pisos, nas ruas e nas fábricas).

Figura 178 - Processo 33/1951/Archiv-Ave – fábrica de curtume [Q].



Fonte: ARH do Norte/APA (1951).

A parte visível do rio ou a sua marcação no piso, as antigas fábricas de curtumes reabilitadas ou em ruínas, mas que preservam o traçado original e fazem o desenho da praça, bem como as “casinhas” (local da fase de acabamento do processo), contextualizam a paisagem. Com relação as intervenções nessa área, além da abertura dos tanques para o espaço público no Largo da Cidade [Q], da requalificação dos pisos e da revalorização dessa paisagem, alguns elementos novos ajudam na compreensão da contextualização do projeto como um todo, como o desenho de um mapa da zona com destaque para o rio e a localização dos tanques em alto relevo no piso e a inscrição do poema “Rio de Couros” no balcão que faz a delimitação do espaço (Fig. 179).

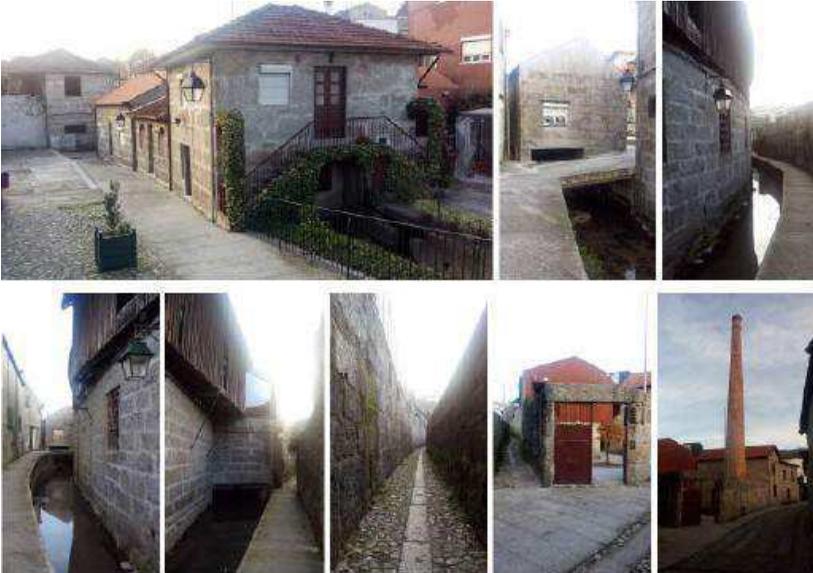
Figura 179 - Poema inscrito no balcão e desenho da zona em alto relevo no piso.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Em seguida dois exemplos muito marcantes das paisagens históricas pela singularidade: uma dessas “casinhas” de pedra de um antigo curtume onde o rio passa por baixo da edificação (conforme Archiv-Ave) e a “Travessa da rua de Couros” [27], que é um corredor de passagem muito estreito, junto ao rio e entre os muros das antigas fábricas de curtume, que demonstra bem como era o traçado urbano original (Fig. 180).

Figura 180 - “Casinhas” de um antigo curtume e “Travessa da rua de Couros”.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Ao lado da “Travessa da rua de Couros” [27], está um exemplo interessante de renovação de uso da antiga Fábrica Freitas & Fernandes [28], que revela a transição industrial desta zona, onde as construções de ripado de madeira junto ao rio e os tanques (que marcam o percurso subterrâneo do rio) da fábrica originalmente de curtume se complementam com a chaminé e o conjunto arquitetônico fabril do uso posterior que foi têxtil.

Figura 181 - Fábrica Freitas & Fernandes reconvertida em CAFPG [28].



Fonte: Bielschowsky (2016).

Este edifício foi reabilitado recentemente e passou a abrigar o Centro Avançado de Formação Pós-Graduada (CAFPG) da Universidade do Minho [28] (Fig. 181 e 182), conhecido como Campus de Couros da Uminho. Este projeto merece um certo destaque por ser uma reabilitação num ambiente confuso e de transição industrial (fábrica de curtume / têxtil), onde a discussão sobre o que deveria ser demolido, preservado e “reinventado” definiu o projeto. As intervenções ocorreram principalmente levando em conta a volumetria, como repositório do conjunto arquitetônico existente ao utilizar revestimentos de madeira, granito e cobre nas partes externas da edificação e o pátio interno para a organização espacial, de onde se “distribuíam” as diversas tipologias e foi possível dar maior flexibilidade ao projeto, tanto nos usos como nas intervenções dos ambientes internos, que receberam materiais e linguagens totalmente contemporâneas para responder às exigências impostas. Esse projeto foi elaborado pelo escritório de arquitetura Pitágoras, de Guimarães - Portugal.

Figura 182 - Pátio interno da antiga Fábrica Freitas & Fernandes



Fonte: Bielschowsky (2016).

Essa zona, com a transição do curtume para o têxtil, recebeu o nome de “lugar do Relho”, por ficar na parte baixa (Couros) da Rua de Vila Flor, que fazia a ligação com a Avenida da Indústria (atual Av. D. Afonso Henriques), aberta em 1884 com a chegada do comboio (ferrovia Guimarães-Porto), e que fazia o escoamento da zona de Couros e das futuras indústrias têxteis que se instalariam nesta outra zona da cidade posteriormente.

A paisagem revela os diferentes períodos históricos da Zona de Couros, desde a mais insalubre da cidade, com atividades manufatureiras que teriam se iniciado ainda na Idade Média, do lado de fora da vila muralhada, junto ao pequeno rio que passava pela parte baixa, que se manteve no mesmo local até a metade do século XX, que foi inserida na zona tampão (ZEP) da classificação da UNESCO, que foi reabilitada ao abrigo da Capital Europeia da Cultura em 2012 e que se candidatou a Patrimônio Mundial da Humanidade em 2013.

Até este trecho temos a requalificação urbana, mas resolvemos fazer um percurso um pouco maior para demonstrar a dinâmica desses espaços na vida contemporânea. Encontramos novamente o rio canalizado subterrâneo até o Mercado Público [31], sendo que a paisagem revela ruínas da antiga Fábrica do Arquinho [29] (história da industrialização do Ave) junto ao rio (aproveitamento hidráulico) canalizado, conforme os arquivos de documentação podem nos confirmar (Archiv-Ave), e a reabilitação de mais uma antiga fábrica para novos usos, que atualmente é o Centro para os Assuntos da Arte e da Arquitetura (CAAA) [30], revelando a preocupação da interação desses espaços históricos com a vida contemporânea (Fig. 183).

Figura 183 - Antiga Fábrica do Arquinho [29] e CAAA [30] .



Fonte: Bielschowsky (2016).

A partir do Mercado Público [31], temos o rio canalizado mas correndo novamente a céu aberto na frente da Feira do Mercado [32] até a Rodoviária Municipal [R], onde volta a ser canalizado subterrâneo. Neste espaço é possível perceber novamente a utilização do rio através de mais um tanque público [33] presente na paisagem, onde as pessoas utilizam ainda hoje no seu cotidiano para lavarem suas roupas (Fig. 184).

Figura 184 - Tanque público para lavar roupa junto ao rio.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Esse percurso ao longo da Ribeira dos Couros revela então diversas singularidades dos lugares, como ruínas industriais junto ao rio e a reabilitação de antigas fábricas (principalmente as de curtume) para novos usos contemporâneos, além da requalificação dos espaços públicos e conexão destes com os demais espaços requalificados anteriormente, valorizando e incorporando esses lugares singulares à paisagem e ao conjunto urbano patrimonial, ou seja, esses lugares estão recebendo praticamente o mesmo tratamento que o conjunto classificado como Patrimônio Mundial pela UNESCO.

Ainda dentro da ZEP, vale destacar mais duas coisas: a preocupação com a valorização da memória, como no caso da Casa da Memória [34] (Fig. 185), implantada numa antiga fábrica reabilitada, e a valorização da cultura, criatividade e inovação, como no caso da Plataforma das Artes e Criatividade [35] (Fig. 186), com uma intervenção totalmente contemporânea na praça do antigo mercado, na esquina do Triângulo [S].

Figura 185 - Antiga Fábrica Pátria reconvertida Casa da Memória [34].



Fonte: Bielschowsky (2016).

O projeto da Plataforma das Artes e Criatividade [35] transformou a praça do mercado num espaço multifuncional, dedicado a atividades artísticas, culturais e socioeconômicas, reintegrando esta área, física e funcionalmente, na malha urbana. O programa considerava três áreas programáticas: o Centro Internacional das Artes José de Guimarães (espaços de exposição), os Ateliers Emergentes (espaços de trabalho vocacionados para jovens criadores em diversas áreas de atividade) e os Laboratórios Criativos (gabinetes de apoio empresarial destinados ao acolhimento e incubação de projetos relacionados com as indústrias criativas, apostando na inovação e no empreendedorismo).

Da autoria do atelier Pitágoras Arquitetos, o projeto arquitetônico tem recebido diversos prêmios, como o prêmio internacional de arquitetura “*Detail Prize 2012*”, o Prêmio Nacional de Reabilitação Urbana, na categoria de “Impacto Social”, e foi distinguido com o prêmio “*Red Dot Design Award 2013*”, na categoria “*Best of the Best*” e o prêmio “*The Plan Award 2015*” na categoria “Cultura”.

Figura 186 -Antigo Mercado Municipal reconvertido em Plataforma das Artes e Criatividade [35].



Fonte: Bielschowsky (2016).

Se de um lado temos a valorização da memória num local reabilitado para novas funções, do outro temos a revelação do período histórico em que se está implantando o novo edifício, pois a originalidade tem que existir tanto na reabilitação (originalidade e reversibilidade) como nas intervenções contemporâneas (tem que ser original e marcar seu tempo).

4.4.3. Zona de expansão industrial da cidade (Rio Selho)

A zona de expansão industrial da cidade (Pevidém) é considerada como o centro de uma das maiores manchas industriais de Portugal, onde a paisagem predominante são as indústrias têxteis concentradas neste espaço, que marcam a identidade e demonstram a especificidade do lugar (Fig. 187). Se na Zona de Couros os elementos proto-industriais como as fábricas de curtume é que se destacavam, aqui é a indústria moderna que domina o espaço e revela a cidade industrial. Uma série de indústrias têxteis, de diferentes períodos, aparentemente continuam com suas atividades produtivas em funcionamento, sendo que a grande maioria delas são complexos industriais relevantes e de grandes proporções. Enormes fachadas industriais caracterizam a tipologia industrial arquitetônica com a frente voltada para as rodovias bastante sinuosas, com enormes caminhões transportando matéria-prima ou produto acabado, que lembram um pouco Blumenau.

Figura 187 - Zona de expansão industrial da cidade (Pevidém).



Fonte: Bielschowsky (2016).

Essas empresas estão localizadas junto ao Rio Selho, elemento estruturador do percurso (Fig. 188), que vai desembocar no Rio Ave, sendo que a maioria estão localizadas nos fundos do vale, onde predominam as indústrias têxteis junto ao rio (as mais antigas) ou nas partes mais planas (as unidades mais recentes ou as ampliações das antigas), com o relevo mais acidentado fazendo o pano de fundo e ganhando destaque na paisagem.

Figura 188 - Figura referência do percurso pelo R. Selho.



Fonte: Google (2016). Elaboração: autor (2016).

Buscando encontrar as particularidades da cada zona, iniciamos o percurso no Rio do Selho, em Creixomil [41], numa área de grande valor paisagístico, classificada como Reserva Ecológica Nacional (REN) pelo Plano Diretor Municipal (PDM) de Guimarães. Para este trabalho, poderíamos considerar como uma área de transição entre o proto-industrial (Zona de Couros) e a indústria moderna (Pevidém), com destaque para as antigas fábricas de caráter mais artesanal ou manufatureira adaptadas às novas funções ou reabilitadas.

Figura 189 - Laboratório da paisagem em Creixomil.



Fonte: Bielschowsky (2016).

A paisagem marcante foi uma antiga fábrica reabilitada [41] para novos usos, que fica junto ao Rio Selho e a uma ponte Romana, que conectava a vila medieval ao litoral, nesta área de transição entre o limite urbano, o rural (REN) e o industrial (Fig. 189). Ali é possível verificar a tipologia arquitetônica da fábrica original com as novas intervenções muito bem caracterizadas, onde o edifício implantado junto ao rio possui fundação de pedra, horizontalidade térrea e a tipologia da cobertura *shed* ou “dentes de serra”, numa escala ainda manufatureira (Fig. 190 e 191).

Figura 190 - Laboratório da Paisagem junto ao R. Selho.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Novamente, as intervenções consideraram principalmente a volumetria inserida no contexto da paisagem, preservando o caráter do conjunto arquitetônico preexistente, mas marcando a contemporaneidade de um edifício reabilitado, com rigorosa diferenciação das intervenções nos volumes e materiais, para permitir uma leitura das modificações no tempo e no uso, sem causar qualquer tipo de ambiguidade ou distorção na sua leitura histórica.

Figura 191 - Volumes e materiais utilizados no Laboratório da Paisagem.



Fonte: Bielschowsky (2016).

A paisagem revela bem esse ambiente de transição, onde de um lado em direção ao centro urbano temos bastante moradia residencial, com algumas chaminés marcando a paisagem e com o relevo acidentado ao fundo, e do outro lado em direção a Veiga de Creixomil temos uma REN, numa parte mais plana e afastada do relevo mais acidentado. É possível ter uma noção do conjunto arquitetônico-paisagístico inserido nessa paisagem através de um outro exemplar muito semelhante ao Laboratório da Paisagem, mas onde a edificação ainda mantém seu uso fabril. O edifício implantado junto ao rio, localizado do outro lado da ponte, também com sua fundação de pedra, horizontalidade térrea e a tipologia da cobertura *shed* ou “dentes de serra”, numa escala ainda manufatureira, demonstram como o espaço foi apropriado pelas técnicas construtivas nos diferentes períodos. Neste caso, trata-se de uma empresa têxtil (malharia) que fez diversas adaptações ao longo da história para manter suas atividades produtivas em funcionamento (Fig. 192).

Figura 192 - Edifício similar ao Laboratório da Paisagem no R. Selho.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Em Pevidém a paisagem já se modifica bastante, pois agora estamos de fato na cidade industrial moderna, onde industrialização e urbanização parecem ter ocorrido simultaneamente, com a indústria ocupando as partes baixas junto ao rio inicialmente e as suas ampliações ou suas novas unidades nas partes mais planas, onde o restante do espaço caracteriza o ambiente urbano construído sem maiores cuidados paisagísticos.

Figura 193 - Detalhe do percurso em Pevidém.



Fonte: Google (2016). Elaboração: autor (2016).

A foto aérea (Fig. 193) demonstra bem a ocupação do território, com grandes complexos industriais (têxteis) concentrados principalmente na parte mais plana e liberando os fundos de vale e os topos dos morros nas áreas com topografia mais acidentada.

Figura 194 - Zona de expansão industrial da cidade (Pevidém).



Fonte: Bielschowsky (2016).

A paisagem é bem mais impactante do ponto de vista ambiental (Fig. 194 e 195), revelando o crescimento dos espaços físicos dos complexos industriais até o seu limite em alguns casos, como no caso da indústria têxtil [42] que chega a construir suas ampliações privadas sobre o rio público.

Figura 195 - Indústria Têxtil sobre o R. Selho (Pevidém).



Fonte: Bielschowsky (2016).

Ao mesmo tempo em que a paisagem revela essa cidade industrial, com grandes complexos industriais (têxteis) marcando a paisagem junto ou até mesmo sobre o rio [42], com seus muros enormes e contínuos sem estabelecer nenhuma relação com o entorno imediato, a não ser pelas suas chaminés que servem como referência espacial e o apito das trocas de turno que servem como referência temporal, a paisagem revela também a forma de apropriação humana das partes mais baixas próxima ao rio e das partes com o relevo relativamente bem acentuado para fixarem suas moradias (Fig. 196).

Figura 196 - Rio, indústria, habitação e topografia na Paisagem de Pevidém.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Em contrapartida a esta paisagem que revela a cidade industrial propriamente dita, existem ações ou políticas públicas que minimizaram essas situações, como por exemplo, o Parque de Lazer do Rio Selho [43] (Fig. 197 e 198), um parque linear que serve como uma grande área de respiro nessa zona onde a urbanização parece ter ocorrido de forma mais desordenada e sem muito planejamento urbano em função das necessidades industriais.

Figura 197 - Parque de Lazer do Rio Selho (Pevidém).



Fonte: Bielschowsky (2016).

Ao contrário daquela paisagem da cidade industrial vista a partir do sistema viário, com grandes complexos industriais (têxteis), com seus muros enormes e contínuos que não estabelecem praticamente nenhuma relação direta com o entorno imediato, a partir do parque linear Parque de Lazer do Rio Selho [43], fica estabelecida essa relação visual direta entre os espaços de lazer e os espaços de produção, substituindo o limite físico e visual do muro pela agradável presença do Rio Selho, elemento determinante da ocupação local.

Figura 198 - Áreas de lazer e de produção lado a lado junto ao Rio Selho.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Essa paisagem, quando vista de forma de supervisão geral (Fig. 199), a partir dos pontos mais altos, revela todos esses diversos elementos, como o rio sendo o fio condutor das implantações, os complexos industriais (têxteis), as moradias residenciais, as áreas de preservação ambiental e de lazer, a topografia local, as chaminés e as torres das igrejas.

Figura 199 - Vista área de Pevidém (Indústria e Parque de Lazer do Rio Selho).



Fonte: Bielschowsky (2016).

Nessa paisagem que caracteriza muito mais a cidade industrial moderna, encontramos também uma paisagem que revela um pouco mais da história desse lugar, que são os aproveitamentos de água para fornecimento de energia para as atividades industriais [44] (Fig. 200). Os arquivos para a compreensão desta paisagem, que parece ter sido “engolida” pela cidade industrial moderna, pode ser pesquisada na documentação do Archiv-Ave.

Figura 200 - Estação Moinho do Buraco (Pevidém).



Fonte: Bielschowsky (2016).

4.4.4. O Vale do Ave como um todo (Rio Ave)

No Vale do Ave como um todo, a paisagem revela os diversos e diferentes períodos históricos da implantação, permanência ou abandono das indústrias têxteis, que são a grande maioria no Ave (Fig. 201), sempre tendo o rio Ave e seus afluentes como o fio condutor do processo da ocupação territorial e, posteriormente, a ferrovia e as estradas nacionais, como consequência dessa forma de implantação, além da topografia particular desses lugares.

Figura 201 - Figura referência do percurso pelo Ave.



Fonte: Google (2016). Elaboração: autor (2016).

O percurso para a análise dessa paisagem histórica e suas especificidades inicia ainda na parte urbana de Guimarães, com um exemplo de reabilitação de uma antiga fábrica têxtil Fábrica ASA [51] (Fig. 202 e 203) reconvertida em espaço multifuncional, centro de empresas, cultura e lazer, localizada junto a ferrovia que liga Guimarães ao Porto (próximo a estação Covas) e a estrada nacional N105 (conhecida como “velha estrada da indústria têxteis do Ave”, em direção à Vizela e Santo Tirso), que se enquadra na paisagem urbano industrial da cidade moderna, onde indústria e urbanização parecem ocorrer simultaneamente.

Figura 202 - Antiga Fábrica ASA [51] reconvertida em espaço multifuncional.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Porém, ao contrário do bairro Pevidém, onde a maioria dos complexos industriais permanecem em funcionamento, aqui a fábrica reabilitada para novos usos se enquadra muito mais nos processos de reabilitação de edifícios industriais que ocorreram na ZEP pela sua localização geográfica (proximidade do centro em área muito urbana e de fácil acesso). A Fábrica ASA [51] foi reabilitada no âmbito da CEC 2012 e recebeu o Prêmio Nacional de Reabilitação Urbana 2013, demonstrando a importância urbana dessa reabilitação industrial.

Figura 203 – ASA: CEC 2012 e Prêmio Nacional de Reabilitação Urbana 2013.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Na chegada à Vizela, junto a mesma ferrovia que liga Guimarães ao Porto (próximo à estação Vizela) e a N106 (ramificação da N105), uma paisagem bem característica de uma fábrica ainda em funcionamento [52] (Fig. 204) resistindo ao processo de desindustrialização, com seu conjunto arquitetônico bastante degradado, que simboliza a escolha do local junto à ferrovia para a implantação da fábrica inicialmente e junto à estrada nacional atualmente.

Figura 204 - Fábrica Varela Pinto [52] junto à Ferrovia Porto-Guimarães.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Um complexo industrial de grandes dimensões, marcado pela horizontalidade da arquitetura térrea e com destaque para a chaminé, que assume o papel de marco visual com a mesma importância da torre da igreja, situada num terreno mais plano e um pouco mais afastado do relevo mais acidentado, que mesmo distante faz parte da paisagem.

Na parte central de Vizela, a leitura da paisagem fica ainda mais interessante e complementar, onde a dinâmica fica ainda mais evidente. No parque central da cidade [53] (Fig. 205), local onde os moradores e os visitantes da Termas de Vizela vão passear, temos uma antiga “estação” de aproveitamento hidráulico para a transformação em energia elétrica no Rio Vizela, demonstrando características proto-industriais deste período, onde a paisagem revela uma boa relação com o ambiente culturalmente apropriado e é valorizado como tal.

Figura 205 - Parque das Termas de Vizela [53] junto ao Rio Vizela.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Figura 206 - Conjunto de ruínas industriais [54] junto ao Rio Vizela.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Seguindo o Rio Vizela agora como nosso fio condutor, um pouco mais a frente, localizado junto ao rio, num dos lugares mais importantes e característicos da cidade, temos a presença de ruínas industriais [54] (Fig. 206 e 207) de duas empresas muito importantes na história da região, revelando as formas de apropriação do espaço com a implantação de pequenas unidades manufatureiras junto ao rio, com represa e desvio de fluxo de parte das águas para aproveitamento energético através dos moinhos (comprovados no Archiv-Ave, conforme figura 118, que demonstrando o aproveitamento hidráulico para moagem e serraria em 1921 e para a indústria têxtil em 1947), posterior substituição das atividades proto-industriais para têxtil, ampliação dos espaços fabris, tipologia arquitetônica característica, a presença da chaminé dos períodos posteriores e o fundo de vale com sua topografia característica fazendo o coroamento dessa paisagem muito específica do Ave.

Figura 207 - Vista aérea do conjunto de ruínas industriais [54] em Vizela.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Seguindo o fluxo do Rio Vizela como fio condutor pela estrada nacional, temos a presença da indústria moderna competitiva, com grandes complexos industriais modernos, que resistem aos processos de desindustrialização da região com alto grau de investimento, principalmente nas matérias primas tecnológicas e maquinário de ponta nos acabamentos.

Na Figura 208 temos um bom exemplo da paisagem no Ave: o rio como o fio condutor no fundo de vale, com geração de energia e as indústrias mais antigas com suas chaminés de barro, com a topografia revelando as formas de ocupação para a moradia e a instalação das ampliações ou dos novos complexos industriais na parte mais plana, com o relevo no fundo.

Figura 208 - Paisagem característica do Vale do Ave desde a estrada nacional.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Neste curto espaço de Vizela já é possível caracterizar essa paisagem tão dinâmica (Fig. 209), sempre com o rio como fio condutor (ferrovia e estrada nacional também seguindo o fluxo) na parte baixa e o relevo acidentado como pano de fundo, com a presença de elementos proto-industriais, de aproveitamento da água para força motriz ou produção de energia elétrica, formas de implantação fabril junto ao rio e junto a ferrovia, ruínas industriais, complexos industriais abandonados, degradados ou em pleno funcionamento.

Figura 209 - Paisagem característica do Vale do Ave desde a ferrovia.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Uma das paisagens mais simbólicas do Ave é no encontro do Rio Vizela com o Rio Ave, zona onde a primeira indústria têxtil foi implantada. Encravada no fundo do vale, com topografia bastante acidentada, junto ao rio, com represa e aproveitamento de água, na confluência do Vizela com o Ave, num local onde passa a ferrovia que liga Guimarães ao Porto (próximo à estação Caniços) e a estrada nacional, é possível encontrar a Fábrica Têxtil Elétrica [55] (Fig. 210) ainda em funcionamento com esses elementos simbólicos.

Figura 210 - Indústria têxtil [55] no encontro do Rio Vizela com o Rio Ave.



Fonte: Bielschowsky (2016).

A partir desse momento, o fio condutor passa a ser o Rio Ave, onde chegaremos na paisagem de Santo Tirso, que reflete bem a tentativa de reconversão de antigos espaços industriais que estavam degradadas ou abandonados em elementos de potencialidade de dinâmica urbana da vida contemporânea. Localizado junto ao Rio Ave, na margem oposta de onde passa a ferrovia que liga Guimarães ao Porto (próximo à estação Santo Tirso), o complexo industrial da antiga fábrica têxtil Santo Thyrsó [56] (Fig. 211), revela bem a paisagem de um espaço industrial com um conjunto arquitetônico de grande valor e que foi responsável pelo crescimento, desenvolvimento e urbanização de uma boa parte da cidade que se desenvolve a partir da implantação de uma indústria.

Figura 211 - Antiga Fábrica Santo Thyrsó [56] junto ao Rio Ave.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Atualmente a reabilitação de boa parte do antigo complexo industrial, principalmente nas áreas voltadas para o rio e para a rua principal de acesso ao complexo, representa a valorização da história da implantação da fábrica junto ao Rio Ave, com a chaminé que serve como elemento simbólico dos períodos posteriores e de marco visual na cidade.

Figura 212 - Antiga Fábrica Santo Thyroso [56] em processo de reconversão.



Fonte: Bielschowsky (2016).

A parte posterior do complexo ainda está muito degradada (Fig. 212), pois o conjunto ainda não foi totalmente reabilitado, então ainda é possível ver parte do estado de abandono e degradação do conjunto. A reabilitação de boa parte do complexo para atividades contemporâneas, como *coworking*, incubadoras tecnológicas e local para desfiles de lançamentos de moda (ligada ao têxtil), foi feita com intervenções bem caracterizadas. Essa paisagem consegue refletir os diversos processos do Ave, desde a lógica da implantação inicial do período de industrialização, passando pelo períodos de grande expansão e do declínio industrial do Ave, até a reabilitação atual do período pós-desindustrialização.

Ao longo desse percurso pelo Vale do Ave, foi possível verificar diversos elementos distintos que caracterizavam a paisagem histórica e as especificidades desses lugares, mas existe uma paisagem específica que pode representar o que considero um exemplo emblemático de uma “paisagem para reflexão”, onde é possível também compreender como as políticas públicas atuais tratam a questão da valorização desses espaços pós-desindustrialização.

O espaço urbano de Riba d'Ave, que se desenvolve totalmente a partir da implantação da indústria Sampaio, Ferreira & Cia Lda [57] (Fig. 213 e 214), é um bom exemplo da indústria têxtil, implantada junto ao rio, com a construção dos primeiros equipamentos urbanos, como o bairro operário, hospital, escola primária e posto da guarda próximo ao núcleo primitivo no ponto mais alto da “aldeia” (distante dos demais centros urbanos), estruturada pela estrada nacional EN 310 que liga Caniços (encontro dos rios Ave com Vizela) ao Alto Vale (Póvoa de Lanhoso), onde ao lado do muro da fábrica implanta o novo centro urbano de Riba d'Ave, com os demais equipamentos representativos de uma centralidade, como o mercado, o teatro (salão recreativo), a estalagem, o quartel de bombeiros e a estação de correios, reforçando assim o poder simbólico da fábrica no centro do novo espaço urbano.

Figura 213 - Entrada da antiga Fábrica Sampaio, Ferreira & Cia [57] junto à estrada.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Essa centralidade simbólica se estende pela EN 310, pois Conde de Riba d'Ave (Narciso Ferreira) implantou um verdadeiro império empresarial diversificado, atuando no ramo têxtil e na produção de energia elétrica, como a Fábrica Têxtil Elétrica e a Central Térmica em Caniços e com a Central do Ermal em Póvoa de Lanhoso, dominando o Vale como um todo.

Figura 214 - Antiga Fábrica Sampaio, Ferreira & Cia [57] junto ao Rio Ave.



Fonte: Bielschowsky (2016).

A paisagem atual reflete bem a violência urbana do processo de desindustrialização (Fig. 215), com o abandono e degradação total de todas as instalações fabris, que revela a face triste de um espaço urbano que se desenvolveu totalmente em função da indústria, pela sua localização geográfica distante dos demais centros urbanos e que após o encerramento das atividades produtivas as pessoas não se reconhecem mais e não sabem o que fazer, pois não tem opção de trabalho, lazer e sociabilidade.

Figura 215 - Antiga Fábrica Sampaio, Ferreira & Cia [57] abandonada.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Enfim, a paisagem reflete um pouco o “apocalipse industrial”, justamente ao contrário do que esta paisagem representava durante um século de funcionamento (1890-1990), quando o empresário Conde de Riba d’Ave era o grande responsável por toda a prosperidade local, empregando diversas gerações de familiares, oferecendo trabalho, moradia, educação, saúde e entretenimento.

Como reflexão do que fazer com essa paisagem, se deixar em ruínas, partir para a renovação urbana (Brasil) ou valorizar sua história e buscar alguma saída para reintroduzi-la na vida contemporânea, tanto do espaço físico como as questões sociais, durante minha estadia em Portugal, foi lançado um concurso público de ideias para a reabilitação tanto do objeto (a fábrica) como do seu entorno (o tecido urbano), promovido pela Câmara Municipal de V. N. Famalicão, com algumas condicionantes, como a transferência do Museu da Indústria Têxtil do Ave [58] (Fig. 216) que atualmente está localizado num espaço inapropriado, criação de espaços públicos e a introdução de atividades contemporâneas que promovam a dinâmica urbana e socioeconômica deste espaço tão simbólico.

Figura 216 - Museu da Indústria Têxtil do Ave [58] em espaço inapropriado.



Fonte: Bielschowsky (2016).

Essa paisagem tão dinâmica que o Vale do Ave nos revela, com o rio sendo o fio condutor principal com a ferrovia e as estradas nacionais seguindo seu fluxo nos fundos vale com o relevo acidentado como pano de fundo, onde é possível perceber os aproveitamentos da água para força motriz ou produção de energia elétrica, bem como as formas de implantação fabril junto ao rio ou a ferrovia, é algo que faz parte do cotidiano das pessoas que transitam por estas cidades, seja pelas estradas nacionais ou pela ferrovia que liga Guimarães ao Porto (Fig. 217).

Então, pode-se afirmar que esta paisagem é cultural no sentido de que está presente como um pano de fundo dos percursos diários da população.

Figura 217 - Fábrica Têxtil Elétrica [55] e Santo Thyrsó [56] vistas desde a ferrovia.



Fonte: Bielschowsky (2016).

4.5. A comparação: Guimarães x Blumenau

Esse estudo comparado serviu para tirar diversas conclusões sobre o nosso objeto de pesquisa e a temática abordada. De uma forma geral, podemos perceber diversas semelhanças na construção dessa paisagem histórica que revela as especificidades desses lugares, mas podemos perceber também diversas diferenças na forma de valorização e tratamento do objeto com relação às políticas públicas adotadas nos diferentes períodos históricos mais recentes, na forma de interação desse legado patrimonial com o contexto da vida contemporânea e na forma de apropriação social das populações envolvidas.

No Vale do Ave, podemos verificar muitas semelhanças com o Vale do Itajaí na construção dessa paisagem histórica que nos deixou o legado patrimonial das paisagens industriais, desde as empresas artesanais ou manufatureiras inicialmente, com a implantação das indústrias têxteis ao longo dos rios posteriormente, nos fundos dos vales com relevo bastante acidentado, tirando proveito da água para força motriz industrial num primeiro momento (abundância de água no fundo de vale) e transformação em energia elétrica num momento posterior (abundância de água no Alto Vale), além da utilização em abundância dessas águas para as demais atividades produtivas. A semelhança continua com a implantação da ferrovia que liga Guimarães ao Porto para transporte de matéria-prima e escoamento de produtos num primeiro momento e posteriormente (com a produção de energia elétrica independente) serve para a implantação de novas unidades fabris ou para a expansão das mais antigas, que ainda receberão uma eficiente malha rodoviária (estradas nacionais) de apoio logístico.

No Vale do Itajaí, especialmente em Blumenau, a paisagem nos revela processos muito semelhantes de ocupação, com a implantação das indústrias têxteis nos fundos de vale, com aproveitamento da água para força motriz e geração de energia, abundância de água nas demais fases dos processos produtivos, implantação da ferrovia ligando com o Alto Vale num primeiro momento e com o litoral posteriormente, produção de energia elétrica independente e construção de malha rodoviária mais recentemente. Podemos dizer então que existe sim uma semelhança com o Vale do Itajaí na construção dessa paisagem histórica que nos deixou o legado patrimonial das paisagens industriais.

As políticas públicas infelizmente serão bem distintas, onde será recorrente a valorização de uma determinada atividade ou o uso de determinado elemento em Portugal e a desvalorização desse mesmo elemento no Brasil, como por exemplo, no caso das ferrovias e dos espaços industriais, que permanecem compondo a paisagem e fazendo parte da vida contemporânea em Portugal, enquanto no Brasil foram ou estão sendo sucateados.

Na paisagem do Vale do Ave, podemos destacar a presença de diversos elementos simbólicos que revelam as especificidades dos lugares, como o rio sempre em destaque como o fio condutor (ferrovia e rodovias também seguem as linhas de água) na parte baixa e o relevo acidentado como pano de fundo, com a presença de elementos proto-industriais, de aproveitamento da água para força motriz ou produção de energia elétrica, formas de implantação fabril junto ao rio e junto a ferrovia, ruínas industriais, complexos industriais abandonados, degradados, em pleno funcionamento e a tentativa de reconversão de antigos espaços industriais que estavam degradadas ou abandonados em elemento de potencialidade de dinâmica urbana da vida contemporânea. Logo, a paisagem consegue refletir os diversos processos do Ave, desde a lógica da implantação inicial do período de industrialização até a reabilitação atual do período pós-desindustrialização. Esses vestígios materiais (e imateriais) que marcam a paisagem, dos diversos períodos e das diferentes áreas geográficas (alto, médio e baixo Ave), revelam o patrimônio industrial como algo dinâmico e com potencial estratégico do ponto de vista cultural e turístico.

Na paisagem do Vale do Itajaí não temos mais a presença de diversos elementos simbólicos numa paisagem que revela muito mais os processos de renovação urbana, como o rio que deveria ficar em destaque como o fio condutor e que não recebe nenhuma espécie de tratamento paisagístico para sua valorização, o antigo leito da ferrovia que não recebeu nenhum tipo de valorização e foi sucateada, as rodovias que estão sobrecarregadas com o fim do transporte fluvial e ferroviário, a falta de uma política de valorização dos elementos proto-industriais de aproveitamento da água para força motriz ou para a produção de energia elétrica e de valorização do legado patrimonial industrial. Logo, a paisagem revela os diversos processos de ruptura no Vale do Itajaí e não de continuidade como no Vale do Ave, pois reflete a lógica da

implantação inicial do período de industrialização das indústrias em funcionamento (por consciência e vontade própria dessas empresas e de suas fundações particulares) e a lógica especulativa atual do período pós-desindustrialização, com ruínas industriais, complexos industriais abandonados ou degradados a espera de algum processo de renovação urbana e não de valorização ou de reconversão desses espaços em elementos de potencialidade de dinâmica urbana da vida contemporânea, como ocorre no Vale do Ave.

Mas essa valorização da paisagem industrial no Vale do Ave também não ocorreu de forma espontânea, pois assim como no Brasil, com o processo de desindustrialização na década de 1980, muitos elementos desse patrimônio industrial português encontravam-se ameaçados pelo abandono e por uma política muito forte para o desenvolvimento do setor imobiliário e da construção civil na década de 1990, inclusive com abertura para investimentos estrangeiros.

A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesse momento (1990) havia uma valorização do patrimônio industrial na Europa, especialmente na Alemanha e na Inglaterra, inclusive com apoio financeiro. Foi proposto então a valorização do patrimônio industrial como incremento ao desenvolvimento regional, através principalmente do projeto Rota do Patrimônio Industrial do Vale do Ave (PRI), pois com a urbanização dos territórios, muitos desses edifícios seriam demolidos para dar lugar às novas construções, subtraindo assim a especificidade do conjunto do Ave. Foi feito um levantamento dos edifícios mais emblemáticos do ponto de vista arquitetônico dessa história e a sua inserção e contribuição para a especificidade do contexto do conjunto urbano, bem como, dos que estavam em risco de serem destruídos naquele momento, pois dessa forma haveria pelo menos a documentação desse legado patrimonial

Podemos considerar que diversos objetivos foram alcançados, como a promoção da investigação (e consequente atração de novos investigadores), o conhecimento e divulgação do território (história e potencial), a revelação alguns polos desconhecidos (e que não recebiam a devida importância) e a produção de um material que dignifica o território (e mostra uma outra face do processo industrial). Infelizmente

verificamos que não foi possível manter a rota em funcionamento efetivamente e dinamizar um conjunto de atividades sistemáticas, pois para isso seria necessário ter financiamento e uma equipe técnica com dedicação exclusiva para o projeto, porque acreditavam que as câmaras fossem assumir essa continuidade, mas infelizmente isso não ocorreu.

Hoje, passados mais de 15 anos, as pessoas reconhecem a importância do projeto e principalmente a valorização do patrimônio. Existem diversos projetos de reabilitação desses locais para outras atividades, como as empresas emergentes, criativas e de inovação, que não recebem mais 4.000 trabalhadores, mas podem oferecer algumas boas vagas de trabalho, como a própria indústria têxtil na área de design e novidades criativas, ou esses espaços podem receber ainda atividades artísticas, culturais e socioeconômicas, reintegrando estas áreas à dinâmica contemporânea

Na contramão das políticas de valorização do patrimônio industrial na Europa, aqui no Brasil não tivemos nenhuma iniciativa de política pública ou um projeto cultural em nível nacional ou estadual que o Vale do Itajaí pudesse se incorporar, mas pelo contrário, os espaços abandonados pelo processo de desindustrialização na década de 1990, especialmente a indústria têxtil neste caso, foram rapidamente sucateados e colocados a disposição da especulação imobiliária, com o aval do poder público, nos processos de renovação urbana, inclusive das propriedades privadas que haviam sido transferidas para o setor público.

Atualmente ocorrem ações de caráter mais isolado em cada conselho no Vale do Ave, principalmente no âmbito da reabilitação dos complexos industriais, como o caso de Vila Nova de Famalicão, onde ocorre um concurso público internacional de ideias para a revitalização da Fábrica Sampaio, Ferreira e Cia. Lda. e conjunto urbano de Riba d'Ave (que está abandonada e causando sérios prejuízos para o ambiente urbano e social), que tem como premissas de intervenção a transferência do Museu da Indústria Têxtil do Vale do Ave (que está com seu espaço físico saturado e não está localizado num lugar muito simbólico) e a criação de espaços públicos para esta área, onde a câmara espera também *“soluções que garantam a revitalização do tecido urbano, a alteração do posicionamento estratégico da zona envolvente, com efeitos directos no desenvolvimento das dinâmicas empresariais, comerciais e socioeconómicas”* (CMVNF, 2016).

Logo, o desafio obriga a uma reflexão numa escala muito maior do que apenas uma intervenção pontual. Não se trata aqui de pensar num objeto isolado, mas sim na revitalização de um conjunto urbano como um todo, que deverá ser dinâmico e buscar a interação desse legado patrimonial no contexto urbano da vida contemporânea. Temos aqui um claro exemplo da diferença de pensamento em relação ao Vale do Itajaí, onde de um lado temos a preocupação clara com a valorização patrimonial tornando este elemento simbólico num “edifício âncora” que pode dar a dinâmica urbana necessária para a revitalização do tecido urbano como um todo, e do outro teríamos o abandono do complexo industrial até a sua total degradação para posteriormente oferecer somente o terreno (objeto isolado e descontextualizado do entorno) para a renovação urbana, que não trataria de valorizar o legado patrimonial e nem de pensar como um conjunto urbano que faz parte de uma paisagem específica construída socialmente.

Esse exemplo pode demonstrar como as políticas públicas podem influenciar na dinâmica paisagem, positivamente ou negativamente. Neste caso, a paisagem, que já passou de rural para industrial, com elementos simbólicos que caracterizaram o processo de industrialização e formação de um conjunto urbano específico que se desenvolve em função da indústria, e agora passa de industrial para urbano, com elementos simbólicos que caracterizam processo de desindustrialização, pode ter a sua história e as suas especificidades valorizadas e reinseridas num contexto urbano contemporâneo (como parece ser o objetivo do poder público em Portugal) ou poderia ter sido simplesmente desvalorizada e descontextualizada através de um processo de renovação urbana (como parece ser o objetivo do poder público no Brasil).

Ainda com relação ao Vale do Ave como um todo, podemos considerar que embora a Rota do Patrimônio Industrial não esteja em funcionamento efetivo, existe sim uma preocupação da valorização dos elementos simbólicos de cada concelho, compreendendo que estes fazem parte de um conjunto maior. A valorização de determinados objetos, mesmo que de forma isolada, servem para a composição de um conjunto historicamente herdado, que é peça fundamental no desenvolvimento regional, enquanto em comparação com o Vale do Itajaí, estes elementos parecem estar num “isolamento regional” e não recebem a devida valorização justamente pela falta de compreensão de

que as pequenas especificidades dos lugares é que constituem as paisagens históricas como um conjunto identitário. Isso parece ocorrer no Ave, onde parece existir a compreensão de que é a paisagem que revela o valor patrimonial das relações entre os componentes naturais, socioeconômicos e culturais.

E isso vai se refletir nas diversas escalas de análise, como é o caso da cidade de Guimarães, onde tentamos revelar isso através das análises da paisagem na Zona Classificada como Patrimônio Mundial pela UNESCO, na Zona Especial de Proteção (ZEP) e na zona de expansão industrial (Pevidém/Selho) da cidade. Podemos perceber que as escalas vão se alterando, mas os princípios de que é a paisagem que revela o valor patrimonial dessas relações fica muito claro. E o que vai constituir essa paisagem são os elementos mais simbólicos desses componentes, que aparecem na forma de valorização da história e das especificidades dos lugares em vez das renovações urbanas, dos conjuntos urbanos em vez dos objetos isolados, da originalidade e autenticidade em vez da cópia e da falsidade, da marcação digna de seu tempo em vez da introdução novos elementos extemporâneos, da centralidade em vez da descentralização das funções urbanas, dos moradores locais em vez dos turistas ocasionais, no sentimento de identidade e de pertencimento da história local em vez da imitação ou da importação de uma cultura exterior. Essa paisagem que consegue reunir as características reveladoras de um legado patrimonial histórico é, também, formadora de identidade social contemporânea.

A IMPORTÂNCIA DOS CENTROS URBANOS

Com relação ao conjunto urbano da área central de Guimarães, podemos verificar que existem muitas divergências com relação à área central de Blumenau, notadamente no que se refere às políticas públicas adotadas nos diferentes períodos para a valorização da paisagem como um legado patrimonial, que reflete na forma de apropriação dos espaços públicos e no sentimento identitário de pertencimento da construção dessa paisagem.

Apesar da história da construção das paisagens e das especificidades dessas cidades serem muito diferentes, elas representavam a centralidade urbana de uma zona industrial muito

próspera e específica de cada país, onde Guimarães representa a centralidade do Vale do Ave em Portugal e Blumenau a do Vale do Itajaí no Brasil. Como os períodos de industrialização (final do século XIX, aproximadamente 1880) e de desindustrialização (final do século XX, aproximadamente 1980) são relativamente muito parecidos, podemos dizer que a década de 1980 foi decisiva para uma reflexão mais abrangente com relação ao futuro desses lugares e que definiram boa parte do que a paisagem atual nos revela.

Na década de 1980 Portugal estava passando por graves problemas sociais e econômicos, passando de uma ditadura (Estado Novo) para uma nova fase democrática. Guimarães refletia bem esse processo, no qual as pessoas que haviam ficado reprimidas em espaços mais “fechados” por tantos anos sentiam a necessidade de se socializar em espaços “abertos” novamente. Porém, o centro histórico encontrava-se bastante degradado nesse momento, física e socialmente, sendo considerado um “gueto”, no sentido de quem estava fora não participava da vida cotidiana que ali se desenrolava, salve quem procurava por vagas de estacionamento durante o dia (as praças haviam se convertido em enormes bolsões de estacionamentos) ou por drogas e prostituição durante a noite (ruas estreitas), além de outros problemas urbanos, como a falta de saneamento e limpeza, ou seja, o espaço público e as pessoas sofriam com tudo isso. Em 1985 foi tomada a decisão de se criar o Gabinete Técnico Local (GTL), com o objetivo de “Reabilitação do Centro Histórico de Guimarães”, cujo objetivo principal foi criar “dinâmica urbana” e não fazer uma limpeza social das pessoas, porque além de requalificar os espaços para os moradores, era muito importante o regresso das demais pessoas e atividades para este centro histórico.

É nesse momento que a cidade vai se reestruturar prioritariamente para seus moradores a partir de seus espaços públicos, ao contrário de Blumenau, que também estava entrando na transição de uma ditadura para uma nova fase democrática, mas que vai se reestruturar prioritariamente para o turismo, talvez por consequência da sua história urbana e social, onde não haviam muitos espaços públicos e nem o desejo tão forte de socialização entre as pessoas. E essas decisões vão marcar a paisagem de cada cidade.

A proposta de Reabilitação do Centro Histórico de Guimarães foi implantada em três níveis independentes mas complementares entre si:

1- Espaço Público: requalificação dos espaços públicos para os moradores, para as pessoas que voltariam a frequentar o centro histórico e para dar suporte aos privados; 2- Edifícios âncoras: edifícios institucionais que gerassem nova dinâmica urbana para estes locais e atraíssem as pessoas para estes espaços públicos que seriam requalificados, como por exemplo, a câmara municipal, os gabinetes técnicos, a biblioteca municipal, o edifício do turismo, a extensão dos museus, o tribunal, entre outros; 3- Apoio aos privados: alguns pequenos incentivos financeiros do Estado para quem comprovasse a necessidade de imediato e, principalmente, apoio técnico aos privados, com o objetivo de mostrar o caminho das intervenções que deveriam ser feitas.

Podemos considerar dessa forma que a indissociabilidade destes três níveis de intervenção foi o grande sucesso do projeto, pois a partir da reabilitação dos espaços públicos (1) aliado à nova dinâmica gerada pelos edifícios âncoras (2) ocorreu um fenômeno de sustentabilidade que tornou o centro histórico praticamente autossuficiente, não necessitando mais do apoio financeiro de “o que fazer”, mas sim de apoio técnico (3) no sentido de “como fazer”. Com a nova dinâmica gerada, os moradores locais passaram a morar nos pavimentos superiores das edificações e utilizar o térreo como fonte de renda, com criação de comércio e serviços dos mais variados possíveis.

Com a nova dinâmica, ficou mais claro as vantagens de se morar no centro histórico com boa qualidade de vida, evitando assim a fuga destes moradores para outros locais e, ainda, que estes mesmos privados beneficiados pelo renda extra do pavimento térreo reinvestissem boa parte dela em reformas e melhorias dos seus edifícios. Ou seja, ao invés de o Estado dar incentivos financeiros aos moradores, ele proporcionou uma dinâmica urbana que fez com que os moradores percebessem os benefícios da proteção e revalorização do centro, e que o investimento no seu negócio geraria uma renda suficiente para fazer a manutenção e as melhorias necessárias às edificações. Aqui fica clara a importância do apoio técnico aos privados, pois ao receberem o tratamento correto e qualificado, uma a uma, acabavam por se tornar parte de um conjunto urbano muito maior, que como tal, aumentava ainda mais sua valorização como conjunto urbano e elemento de fortalecimento da identidade local.

Com relação à arquitetura e ao urbanismo, uma outra grande virtude do antigo GTL foi a de chamar o renomado arq. Fernando Távora, que já havia elaborado o Plano de Urbanização de Guimarães em 1980, que serviu de base para o projeto da reabilitação urbana e as demais intervenções, para dar continuidade em alguns projetos propostos pelo arquiteto, especialmente os espaços e as praças públicas.

Em Blumenau tivemos políticas públicas bastante divergentes na década de 1980, onde os poucos espaços públicos (1) não foram reabilitados para seus moradores, mas fizeram parte de uma política de turismo (a meu ver equivocada), que tratou de inverter o papel do valor de uso com o valor de troca, alterando principalmente o uso público do espaço para um anexo de algum empreendimento privado, vide os projetos prainha (Moinho do Vale), praça do antigo porto e da antiga prefeitura (*Biergarten*) e mirante do morro do aipim (*Frohsinn*).

Vale destacar aqui a diferença do uso público do espaço (inclusive do espaço privado ou institucional) do uso do espaço público num ambiente de características privadas, onde de um lado temos a predominância do valor de uso e do outro a do valor de troca, de um lado temos o sentimento de pertencimento e apropriação desse espaço público para o uso de todos e do outro temos o sentimento de inibição e desapego de um espaço que parece ser particular e seu uso parece estar condicionado ao consumo. Além disso, estes espaços estratégicos estão abandonados pelo poder público.

Os edifícios âncoras (2) foram retirados do núcleo histórico (*Stadtplatz*), vide a transferência da prefeitura, câmara, fórum e estádio de futebol nesse período. E como não houve nenhuma política de reabilitação urbana para esta área, não foi necessário o apoio técnico (3), pois os proprietários dos imóveis de maior valor patrimonial simplesmente abandonaram seus imóveis para chegar até o ponto de total degradação, especialmente os que foram classificados como bens patrimoniais. Em contrapartida, com políticas de incentivo fiscal para a construção de um conjunto arquitetônico que não necessitava de originalidade e autenticidade, não faria sentido oferecer apoio técnico para a construção de algo que não representa nenhuma técnica construtiva tradicional, que não requer conhecimento técnico nenhum e que não necessita de projeto ou de mão de obra qualificada.

E só para exemplificar o quanto o poder público estava fechado para as alternativas de valorização da zona histórica em Blumenau, temos registro de diversos projetos para esta área na década de 1980, como por exemplo, os arquivos do arquiteto Hans Broos, que ao contrário do que ocorreu com o arq. Fernando Távora em Guimarães, não foi valorizado pela sua obra construída (arquitetura moderna residencial, religiosa e industrial, reconhecida em diversas esferas, menos em Blumenau) e as suas propostas para esta zona histórica nunca saíram do papel. Diversos outros arquitetos gastaram seu tempo com projetos e em discussões intermináveis sobre o centro histórico. Infelizmente, Blumenau perdeu a oportunidade e a disponibilidade desses grandes arquitetos.

As intervenções elaboradas por um arquiteto de peso como Távora, demonstraram o nível de amadurecimento do projeto e revelaram o comprometimento do Estado com o projeto, chamando mais uma vez os moradores locais a perceberem do que se tratava. Esses projetos foram os indutores e tornaram-se referência, tanto para os privados como para os próprios técnicos, que necessitaram manter o alto nível das intervenções.

O grande mérito do projeto de requalificação urbana de Guimarães foi o seu caráter multidisciplinar e a participação população local, ou seja, não foi imposto de cima para baixo, mas foi um processo de convencimento, onde praticamente 50% dos investimentos foram privados, demonstrando a participação da população local dentro da proposta pública.

Com o processo de desindustrialização, essa decisão correta da valorização do centro como um bem patrimonial foi um investimento para a cidade e seus moradores se beneficiaram do processo (e não somente para turistas), pois em 2001 (apenas 15 anos depois) já foi considerado Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO. Ao contrário, Blumenau com a crise do setor têxtil não tomou a decisão de valorizar seu patrimônio genuíno em detrimento de uma política muita mais voltada para os turistas do que para os moradores locais, substituindo imóveis de grande valor patrimonial inseridos em contextos urbanos específicos por construções falsas e que não representaram o seu tempo, privilegiando assim muito mais uma arquitetura do espetáculo do que uma arquitetura inclusiva e de valorização coletiva.

Temos então diversas diferenças nas tomadas de decisões que influenciaram diretamente na construção da paisagem atual dessas cidades.

Em 1985, quando inicia o projeto em Guimarães, além das edificações e do espaço público estarem degradados, existiam diversos problemas sociais nessa área “intramuros”, como violência, droga e prostituição, que inibiam o uso da maior parte da população neste local. Nesse mesmo período, em Blumenau, o *Stadtplatz* ainda era um espaço de grande importância na cidade, com a presença de equipamentos de uso coletivo que proporcionavam grande dinâmica ao centro histórico, como a presença do estádio de futebol, a biblioteca e arquivo municipal, escolinha de artes na antiga prefeitura e a praça do porto ainda tinha um caráter de uso público do espaço, além de diversas casas de comércio e serviços (Dicatesa, Varig) importantes, que davam dinâmica urbana durante o dia e algumas atrações noturnas (Café Berlim, Cine Busch).

Diversas intervenções de requalificação urbana ocorreram em Guimarães, principalmente nos espaços públicos, que beneficiaram e motivaram os moradores locais a perceber os benefícios e da mesma forma investirem nos seus edifícios. Ao contrário, em Blumenau, os poucos espaços públicos foram prioritariamente destinados aos turistas, como foi o caso da prainha, praça do porto e mirante do morro do aipim. Além disso, houve uma inversão de valor, pois os espaços públicos em vez de receberem apoio do setor privado, ficaram submetidos aos mesmos, tornando-se praticamente “anexos” dos empreendimentos privado.

Em Guimarães os moradores fizeram parte do processo como um todo e souberam aproveitar os benefícios para se reinserirem na dinâmica urbana da cidade e do mercado contemporâneo, já em Blumenau, não houve um processo inclusivo dos moradores locais e o *Stadtplatz*, por exemplo, foi sendo abandonado e degradado, com a retirada dos edifícios âncoras institucionais, dos moradores e do próprio comércio local, ao invés de termos uma política pública para a valorização desse centro histórico fundador da cidade.

Podemos perceber então a acentuada diferença que ocorreu na paisagem a partir deste período, quando Guimarães tomou a decisão estratégica de valorizar seu patrimônio genuíno como um conjunto urbano para beneficiar não somente o turista mas toda uma coletividade

e Blumenau tomou a decisão de, ao invés de valorizar seu patrimônio genuíno, investir em alguns pontos específicos e isolados, beneficiando alguns poucos empresários locais e focando mais no turista eventual em vez do morador local, diminuindo assim o sentimento de pertencimento da população local a estes espaços públicos destinados cada vez mais para os turistas e não de forma integrada, como ocorreu em Guimarães.

REABILITAÇÃO URBANA: valorização patrimonial como mais-valia

Então com relação à compreensão da paisagem a partir da atualidade desse nosso estudo, podemos verificar que o tratamento de valorização da área central começou a se extrapolar para fora dos muros que delimitavam a zona classificada como Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO, onde a ZPE passou a receber o mesmo tipo de tratamento nos espaços públicos e edifícios âncoras, como a Zona de Couros, por exemplo, que foram reabilitados para novos usos, mas sempre respeitando a paisagem histórica e suas particularidades. A Zona de Couros, localizada na ZEP, provavelmente vai ser classificada em breve pela UNESCO, pois a metodologia é a mesma. Com algumas boas melhorias e atratividades já se percebe uma nova dinâmica no local, que anteriormente era a área mais insalubre da cidade e agora já está requalificada e conectada com as demais áreas do entorno, inclusive com a reabilitação de antigos edifícios de antigas fábricas de curtume, servindo como estímulo para alguns proprietários, que já começaram a reabilitar seus edifícios ou abrir algum comércio no piso térreo e, quando necessário, recebem apoio técnico (não pretende substituir os privados).

Esse “câncer” positivo que foi se espalhando da zona classificada pela UNESCO para a zona tampão (ZEP), continuou pela cidade inteira, onde novamente outros espaços públicos e edifícios âncoras foram reabilitados para novos usos, fazendo as devidas costuras e conexões com o tecido urbano requalificado, com o objetivo de qualificar todos os espaços envolventes para que a paisagem atual possa refletir a sua identidade contemporânea com suas especificidades locais e temporais. Além disso, a introdução de novos elementos arquitetônicos e urbanísticos, como a Plataforma das Artes e da Criatividade, vão marcar

a paisagem de forma contemporânea, deixando muito claro o período histórico de cada intervenção e que a cidade vai se reinventando o tempo todo.

As intervenções que marcam a paisagem começam a ter diretrizes muito claras, como a autenticidade e reversibilidade na intervenção dos bens patrimoniais, uma linguagem arquitetônica que deixa muito claro cada período histórico que a intervenção está sendo feita, seja ela uma intervenção num bem de valor patrimonial ou seja ela uma intervenção contemporânea, as intervenções parecem ser amplamente discutidas por técnicos e não por políticos, o corpo técnico do serviço público é muito qualificado e independente, onde existe uma responsabilidade técnica por tudo que interfere nessa paisagem, tanto do proponente como dos órgãos públicos que fazem a aprovação dos projetos.

Além da função história de dar o apoio técnico aos privados e ter a autonomia necessária para implantar de forma correta o planejamento urbano, a atual Divisão do Centro Histórico (DCH, antigo GTL), tem outra função importante no processo, que é a gestão de todos os projetos que dão entrada no gabinete e atender a todos os requerentes (arquiteto ou proprietário), independente da situação, pois a DCH atende toda a zona classificada, tanto a Zona de Patrimônio Mundial classificada pela UNESCO como a Zona Especial de Proteção (ZEP), responsável justamente pela proteção da área classificada e pelo planejamento e ordenamento territorial dessa zona tampão. Nem todos gostam das regras ou entendem a preservação como eles, mas o atendimento ao público e o diálogo direto não permitem qualquer dúvida sobre as diretrizes gerais, que sempre foram as mesmas para todos. Logo, o órgão responsável pela preservação do passado, da dinâmica contemporânea e do planejamento do futuro da cidade tem autonomia suficiente para sustentar suas diretrizes de caráter técnico, não se subordinando às questões políticas.

Ao contrário, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Blumenau (IPPUB), criado em 1993 e extinto em 2005, nunca teve essa autonomia necessária, sendo recorrente, notório e público, que a maioria das decisões com relação ao planejamento urbano (incluindo preservação e valorização do patrimônio histórico) foram e ainda são de caráter político. Somente para exemplificar, podemos apontar aqui diversas situações que influenciaram diretamente na constituição da

paisagem atual, como a falta de uma política de preservação e valorização do patrimônio histórico genuíno (somente cadastramento e tombamento, mas sem política que interfira na dinâmica), a política de incentivos fiscais para o “enxaimeloso” que diminuiu o valor do patrimônio genuíno e acabou com a autenticidade das novas intervenções arquitetônicas, a localização e linguagem arquitetônica dos edifícios âncoras institucionais (nova Prefeitura, novo Fórum, novo Correios, nova Proeb), a permissão de construção de arranha-céu no coração da antiga zona de interesse cultural (curva do rio, ao lado da praça do porto e na perspectiva da Rua das Palmeiras), a modificação no plano diretor atual que extinguiu essa zona de interesse cultural e a tornou comum às demais sem levar em conta nenhuma especificidade do lugar, a liberação do número de pavimentos irrestrito na Ponta Aguda (que seria a zona tampão, caso um dia o centro fosse classificado como patrimônio), e muitas outras que poderíamos apontar aqui na comparação com Guimarães desde a década de 1980.

Em Guimarães uma série de eventos também reforçaram o sucesso das políticas públicas adotadas, criando agora uma dinâmica para além da dinâmica local, o que em termos de sustentabilidade financeira é muito bom. A centro histórico da cidade se tornou Patrimônio Mundial da UNESCO (e a Zona de Couros está no caminho), foi Capital Europeia da Cultura em 2012, foi Capital Europeia do Desporto em 2013 e acaba de se candidatar pra ser a Capital Verde da Europa em 2020. O Vale do Ave teve o projeto RPI, que embora não funcione efetivamente como uma rota, serviu para a divulgação e valorização do patrimônio industrial, aumentou a auto estima da comunidade local e destacou as potencialidades culturais e turísticas da região, onde é possível reconhecer a paisagem enquanto patrimônio ainda vigente no contexto em que se insere.

PAISAGEM DINÂMICA: o legado patrimonial no contexto da vida contemporânea

A paisagem do Vale do Ave nos revela os avanços nas políticas públicas em relação a valorização do seu legado patrimonial, com as reinterpretções do conceito de patrimônio, não sendo reducionista ao objeto, ao material e ao natural como no Vale do Itajaí, mas consideram

o conjunto, o imaterial e o cultural como contribuições dessa construção social. Se considerarmos que a perspectiva geográfica da paisagem deve ser necessariamente integrada, composta de elementos naturais, socioeconômicos e culturais, onde exista uma articulação recíproca entre os aspectos biofísicos e os valores culturais que as moldaram, o estudo nos apresenta uma acentuada diferença entre os objetos comparados.

Com relação aos elementos naturais, de um lado temos a valorização da geomorfologia do terreno, com destaque para os rios como elementos indutores da implantação humana e industrial, com as formas de ocupação territorial que nos permite compreender a topografia dos vales e as particularidades e especificidades entre o baixo, médio e alto vale, enquanto do outro lado temos a desvalorização das particularidades e especificidades da geomorfologia do terreno, com a desvalorização dos rios como elementos indutores da implantação humana e industrial, com as formas de ocupação territorial que não nos permite compreender a topografia dos vales principalmente pela verticalização sem critérios das áreas urbanas e a diferenciação entre o baixo, médio e alto vale, que passam por um processo de homogeneização que deixa as cidades e suas particularidades muito similares.

Com relação aos elementos socioeconômicos, de um lado temos a valorização das diversas fases urbanas, pré ou proto- industriais e da indústria moderna, demonstrando a importância de cada período econômico nas relações sociais ali constituídas, desde a implantação humana, formas aproveitamentos das águas, rios, ferrovias e rodovias, desenvolvimento de bairros e cidades a partir de determinada atividade econômica, as consequências urbanas e sociais desses processos (desde a industrialização até a desindustrialização), processos de reabilitação urbana que promoveram nova dinâmica econômica e social, processos de reabilitação de complexos industriais abandonados para a sua reinserção no contexto urbano e das populações no contexto socioeconômico atual, enquanto do outro lado temos a desvalorização da importância das diversas fases urbanas, pré ou proto- industriais e da indústria moderna, que não demonstram a importância de cada período econômico nas relações sociais ali constituídas, desde a implantação humana (aqui temos uma pequena tentativa através do projeto “Roteiros Nacionais de Imigração”), das formas aproveitamentos das águas, rios

(não valorizados), ferrovias (sucateadas) e rodovias (sobrecarregadas), nenhuma destaque para os bairros que se desenvolveram a partir de determinada atividade econômica, suas contribuições urbanas e sociais, não tiveram processos de reabilitação urbana que promoveram nova dinâmica econômica e social (salvo a urbanização da Rua XV, mas não chegou nem a se tornar uma via exclusiva para pedestres) e nem processos de reabilitação de complexos industriais que foram abandonados perdendo a oportunidade de sua reinserção no contexto urbano e das populações no contexto socioeconômico atual.

Com relação aos elementos culturais, de um lado temos a valorização da cultura local, das formas de apropriação dos espaços, das técnicas construtivas tradicionais, do legado patrimonial urbano e industrial, do uso público dos espaços, do patrimônio genuíno e original, dos diferentes períodos através das intervenções de restauro (materiais e técnicas construtivas tradicionais, executadas por mestres artífices), de reabilitação (que definem bem cada período de intervenção) e contemporâneas (que possuem autenticidade e marcam bem o período que estão sendo feitas), das políticas públicas de valorização da história, da arte, da memória, da cultura, da criatividade, da inovação, do empreendedorismo, os espaços de exposição, os atelies emergentes, os laboratórios criativos, as incubadoras da indústria criativa, valorização da memória em locais reabilitados para novas funções e a autenticidade nas intervenções contemporâneas (arquitetura como elemento cultural), enquanto do outro lado temos muito pouca valorização da cultura local (importam signos e simbologias externas - alemãs), das formas de apropriação dos espaços, das técnicas construtivas tradicionais, do legado patrimonial urbano e industrial, do uso público dos espaços (abandono), do patrimônio histórico (abandono), de intervenções de reabilitação (cultura da renovação) e contemporâneas (simulacros), poucas políticas públicas de valorização da história, da arte, da memória, da cultura, e praticamente nenhuma política pública para a cultura contemporânea da criatividade, da inovação, do empreendedorismo, de atelies emergentes, de laboratórios criativos, de incubadoras da indústria criativa que pudessem dar dinâmica para esses elementos culturais, bem como, a falta de valorização da memória em locais que poderiam ser reabilitados para novas funções e a autenticidade nas intervenções contemporâneas, que reinseriria a

arquitetura como elemento cultural como já foi em períodos históricos anteriores e não apenas como uma ferramenta do mercado imobiliário.

De um lado temos uma articulação recíproca entre os aspectos biofísicos e os valores culturais que moldam a paisagem e de outro não temos essa articulação recíproca, demonstrando que a paisagem não está revelando seus elementos de forma integrada como potencialmente deveria. E é justamente essa articulação de todos esses elementos de forma integrada que transforma a paisagem em algo dinâmico e que nos permite perceber a interação do legado patrimonial com o contexto da vida contemporânea.

A importância desse estudo comparado está justamente na contraposição sobre as realidades urbanas brasileiras e portuguesas, onde é possível perceber a falta de valorização das paisagens históricas e especificidades dos lugares em função de um excessivo processo de renovação urbana por um lado, enquanto do outro é possível perceber a valorização do seu legado patrimonial nos processos de reabilitação urbana. Portugal soube como tratar o seu legado patrimonial, que estava bastante degradado até a sua inserção na Comunidade Europeia na década de 1980, que foi essencial para as decisões que determinaram o rumo das paisagens tão diferenciadas atualmente, principalmente após o início do processo de desindustrialização nesse período, que ocorreu tanto no Vale do Ave como no Vale do Itajaí.

A diferenciação no reconhecimento e valorização cultural e no caráter público dos espaços urbanos desses dois modelos sociais vão se refletir nas paisagens diferenciadas, sendo que as portuguesas revelam muito mais as especificidades dos lugares como um legado patrimonial, enquanto que as brasileiras revelam muito mais os sucessivos processos de renovação urbana. O estudo comparado demonstra então, que os diferentes caminhos adotados, especificamente no Vale do Ave e no Vale do Itajaí, principalmente a partir da década de 1980, estão marcados nas paisagens de forma bem diferenciadas.

Essas paisagens, que revelam as especificidades locais e o legado patrimonial de formas distintas, servem para conscientizar nas diretrizes de escolha por novos caminhos que estão sendo tomadas neste momento, onde processos globalizantes buscam homogeneizar as particularidades em detrimento da sua valorização e da construção contínua de vínculos de identidade social.

5. CONCLUSÕES: A PAISAGEM URBANA DE BLUMENAU/SC. POLÍTICAS MUNICIPAIS, PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL E ESPAÇOS PÚBLICOS.

Este trabalho teve por objetivo analisar a paisagem urbana na área central de Blumenau/SC, visando discutir o seu processo de formação e as suas diversas relações com a sociedade e seus elementos emblemáticos, como o conjunto urbano, os espaços públicos como valor de uso, o rio e a topografia peculiar, revelando assim, o valor patrimonial dessas relações historicamente construídas. A partir da compreensão da importância dessa paisagem, numa visão mais ampla de conjunto de cidade, o trabalho pretendeu demonstrar o risco e a ameaça que o próprio poder público se tornou para à área de estudo, iniciado com a política de se criar um cenário urbano falso e extemporâneo num primeiro momento, desvalorizando a história da cidade para priorizar o turismo, e, agora, com a tentativa de divulgar a cidade através de imagens emblemáticas, para atrair não somente o turista, mas principalmente investidores. A principal problemática são as sucessivas tentativas em tentar vender a cidade como um objeto, através dessas imagens emblemáticas e das políticas públicas, que tratam da espetacularização urbana e a mercantilização dos espaços e da paisagem. Os resultados da discussão teórica sobre a problemática contemporânea, da relação entre os espaços sociais de uso e os espaços abstratos de expropriação em Blumenau/SC, foram a forma de tratamento do objeto com relação às políticas públicas adotadas, a forma de interação desse legado patrimonial com o contexto da vida contemporânea e a forma de apropriação social das populações envolvidas.

A falta de valorização cultural e do caráter público dos espaços urbanos do modelo social adotado em Blumenau também vão se refletir na composição da paisagem atual, demonstrando que as especificidades dos lugares, construídas histórica e socialmente, não estão sendo consideradas como um legado patrimonial pelas políticas públicas ou pelos parâmetros urbanísticos adotados nos últimos anos, como a perda da relação do ambiente construído com o ambiente natural (sítio físico), como a perda da autenticidade do conjunto urbano, como a perda do caráter coletivo dos espaços públicos, e, sobretudo, da perda de dinâmica e vitalidade da centralidade urbana.

Considerando que a perspectiva geográfica da paisagem deve ser integrada, composta de elementos naturais, socioeconômicos e culturais, onde exista uma articulação recíproca entre os aspectos biofísicos e os valores culturais que as moldaram, o estudo apontou que atualmente não existe essa articulação recíproca, demonstrando que a paisagem não está revelando seus elementos de forma integrada como potencialmente deveria. E é essa articulação de todos esses elementos de forma integrada que transforma a paisagem em algo dinâmico e que permite perceber a interação do legado patrimonial com o contexto da vida contemporânea. Essas paisagens, que não estão sendo valorizadas, servem para conscientizar nas diretrizes de escolha por novos caminhos que estão sendo tomadas neste momento, onde processos globalizantes buscam homogeneizar as particularidades locais em detrimento da sua valorização e construção contínua desses vínculos de identidade social.

Com relação aos diferentes níveis de ameaça que a paisagem está sendo submetida nos diferentes períodos históricos, pode-se perceber as diferenças com relação ao dinamismo econômico e com relação ao sentimento identitário. No período de dinamismo industrial, a paisagem refletia as formas de apropriação da indústria em relação ao meio e desta com os demais fatores socioeconômicos locais, ou seja, refletia o vínculo local com as práticas sociais existentes. Essa prosperidade econômica industrial vai se refletir na nossa área de estudo a partir da década de 1950, quando os principais elementos simbólicos vão tentar de alguma forma representar o seu período através da modernidade. Mesmo que não houvesse um debate mais avançado sobre a questão patrimonial, numa cidade com apenas cem anos, existia um desejo de representatividade do seu tempo através dos elementos arquitetônicos e urbanísticos projetados naquele período, como por exemplo o centro cívico, a igreja Matriz, a Avenida Beira-rio e o Grande Hotel, que foram implantados em locais estratégicos como elementos simbólicos e marcos referenciais na estruturação urbana da cidade que precisava refletir, também através do seu conjunto urbano, sua modernização. Existia então, uma relação direta entre os fatores econômicos e sociais que impulsionavam essa modernidade, principalmente com relação à dinâmica industrial e a dinâmica urbana de uma cidade que não queria ser mais colonial, ou seja, existia um vínculo direto entre a paisagem e os diferentes aspectos locais.

As políticas públicas implantadas a partir da década de 1970 podem ser consideradas como uma ameaça mais efetiva à paisagem local, pela falta de um vínculo direto entre a paisagem e os diferentes aspectos locais. Representou o oposto do que deveria representar. Tratou de substituir boa parte de todo um conjunto urbano, histórico e socialmente construído, num período em que já havia um avanço com relação as políticas patrimoniais, por uma sucessão de elementos “*fakes*”, falsos, que além de não representar o seu tempo (na verdade, representava um tempo que nunca existiu nesse local), ou seja, não refletia as dinâmicas socioeconômicas e nenhum vínculo local do seu tempo. Foi a introdução de uma imagem preconcebida, que substituiu parte da paisagem urbana autêntica de seus construtores (os moradores), por um signo para a apropriação do turismo, valorizando muito mais o turista acidental do que o morador local. Ao invés de valorizar o sentimento identitário que se constrói com autenticidade, valorizou um esteriótipo preconcebido que foi sendo transferida culturalmente para determinados grupos sociais, refletindo nas suas práticas sociais e na relação destas com os espaços de uso público da cidade.

Essa ideia de falsidade urbana, refletida nas fachadas, nas práticas sociais e na aparência de diversos outros aspectos da sociedade atual, foi um marco importante com relação ao rompimento da paisagem histórica e socialmente construída pela ideia da possibilidade de se construir uma “imagem” de cidade com elementos emblemáticos exteriores aos verdadeiros aspectos da sociedade, como por exemplo, nas imagens do Blumenau 2050, onde as tais imagens é que seriam os atrativos para os investidores construírem uma nova paisagem, ou seja, essa imagem definiria praticamente uma nova sociedade, com novos paradigmas e com suas práticas sociais preconcebidas.

A substituição do patrimônio historicamente e socialmente construído, através da desvalorização e esvaziamento dos espaços mais significativos da cidade em detrimento da construção e valorização de modelos externos e temáticos, vai acarretar o processo mais violento no que diz respeito à história e memória urbana da cidade. Com os processos de renovação urbana propostos pela prefeitura para essas áreas, corre-se o risco de perdas irreversíveis à memória urbana, do direito à participação na construção e na apropriação desta obra que é a cidade contemporânea, bem como, o legado para as futuras gerações.

Essas renovações urbanas tendem a ser cada vez mais intensas, substituindo assim, os conjuntos urbanos por edifícios cada vez mais altos e estandardizados, fora de um contexto, seguindo simplesmente à lógica do mercado (HARVEY, 1998). As cidades brasileiras conhecem rápidos processos substitutivos - decorrentes da fraqueza da legislação urbanística que permite uma acelerada dinâmica do capital imobiliário -, que transforma o tempo numa variável determinante para a manutenção da paisagem dessas cidades.

A introdução de políticas para a valorização dessa paisagem não deve ser somente estética, mas sobretudo social. A pluralidade só se torna possível respeitando as semelhanças e diferenças, mas a singularidade só existe dentro de um contexto de relações sociais determinadas, porque o indivíduo precisa se reconhecer socialmente. Só será possível ousar planejar a construção de um futuro comum quando os diferentes grupos da sociedade procurarem estabelecer a construção de uma identidade comum, baseado nessas referências sociais e urbanas locais. Logo, os novos desafios à preservação ou valorização da paisagem de Blumenau servem tanto para conservar suas raízes, evitando a alienação social do indivíduo, como para ancorar historicamente e fortalecer suas identidades na possibilidade de criação de projeto social contínuo, evitando assim, perda irreversível à cidade contemporânea e às futuras gerações.

A valorização da paisagem deve ser feita como um elemento cultural, ou seja, como um bem patrimonial que se enquadra numa nova dimensão das políticas patrimoniais. A globalização vai impondo incessantemente a necessidade de substituição das cidades “antigas” pelas novas cidades “globais”, como é o caso do projeto “Blumenau 2050” proposto pela própria prefeitura, sem se preocupar com a história do lugar, substituindo conjuntos urbanos adaptados ao sítio físico e apropriados culturalmente pelo meio, por um acumulado de não lugares. Essas apropriações culturais dos meios significa que diversos processos culturais marcaram a paisagem, revelando o sentido sociocultural e educativo da paisagem. Logo, valorização da paisagem como elemento cultural serve também para democratizar esse patrimônio, que não deve ser apenas estético ou de aparência (SANTOS, 1982; 1985), mas que deve ser considerado como “um direito” e contemplar os ambientes que marcam a vida cotidiana e as relações sociais das pessoas.

O pressuposto da autonomia das cidades e as disputas entre elas, para atração de investimentos e privilégios, enfraquecem o Estado-Nação, pois desviam os compromissos dos governantes com relação às políticas nacionais, que deveriam priorizar muito mais as questões urbanas e sociais do que somente se limitar a captar financiamentos públicos ou investidores privados. As cidades individualizadas necessitam ter um diferencial com relação às demais, como é o caso das cidades que estão inserindo esses mesmos elementos simbólicos emblemáticos. Porém, no caso de Blumenau, que já era uma cidade com arquiteturas e identidades bem consolidadas, como a da imigração, a industrial e a da modernidade, isso não faz sentido, pois não precisa se tornar uma cidade cenário e importar símbolos exteriores, com o aval do poder público, para substituir o patrimônio que já existe.

Esse contínuo processo de investimento econômico e discursivo na identidade germânica, iniciado na década de 1970, através de alguns elementos emblemáticos, mas que acabou transformando parte da paisagem urbana da cidade em um cenário temático, carregada de simulacros para atrair turistas, demonstra a falta de valorização do patrimônio genuíno e a falta de consideração pelo cidadão local em detrimento do turista eventual. Esse desvio de prioridade com relação aos investimentos públicos, que ao invés de valorizarem os espaços públicos e dar valor de uso à esses espaços destinados à população local, concentram investimentos em locais privados ou semi privados, destinados prioritariamente para os turistas, acabam diminuindo a importância dos espaços mais nobres da cidade. Da mesma forma, as concessões ou doações de espaços públicos para a iniciativa privada explorar, principalmente com o discurso de fomentar as relações comerciais advindas do setor turístico, acabam por tornar os poucos espaços públicos da comunidade local em espaços destinados aos visitantes, ao invés de fortalecerem as relações sociais e coletivas tão necessárias para a população local, carente de espaços públicos.

Atualmente, a introdução de novas imagens, associadas às cidades globais, pode afetar diretamente a paisagem histórica e culturalmente construída, pois estas vão se impor justamente nos espaços públicos mais simbólicos e com caráter referencial para a cidade, como a Praça do *Stadtplatz*, a Prainha e o mirante do Morro do Aipim. Ao desqualificar, abandonar e esvaziar esses espaços tão nobres,

o poder público repassa suas obrigações para o poder privado e legitima o discurso de que somente o poder privado pode gerir e qualificar os espaços da cidade. Como consequência dessa política da criação de imagens para tentar vender a cidade e atrair investidores, surgem também os projetos como imagens, desconexos da realidade local, em locais inapropriados e sem consideração pelo patrimônio e pela paisagem historicamente constituídos.

Essas políticas públicas demonstram como os processos de renovação urbana substituem a prioridade com relação ao morador local pelo turista acidental, dos espaços públicos pelos espaços privados, dos conjuntos urbanos genuínos pelos cenários temáticos, enfim, dos espaços sociais de usos pelos espaços abstratos de expropriação.

Com relação a legislação vigente, o poder público se apresenta como uma instituição praticamente inoperante ao repassar suas responsabilidades para os conselhos, que invariavelmente defendem os seus interesses políticos e do setor privado. O atual Código de Zoneamento, revisto em 2010, não delimita nenhuma Zona de Proteção Cultural, mas ao contrário, transforma toda a área central, que vai do *Stadtplatz* ao final da Rua XV, em uma Zona de Localização Especial 1 (ZLE-1), com índices urbanísticos “diferenciados”, onde “as edificações cujos projetos sejam de interesse turístico, econômico, social e paisagístico poderão ter seus índices construtivos definidos pelo Conselho Municipal de Planejamento Urbano”, ou seja, novamente o poder público transfere para um conselho a responsabilidade de gerir os espaços mais nobres da cidade conforme os interesses turísticos e econômicos, que praticamente sempre se sobressaem sobre os interesses social e paisagístico. Por outro lado, o poder público se apresenta como uma instituição bastante eficiente com relação ao setor privado, ao transformar toda a Ponta Aguda em uma Zona de Localização Especial 2 (ZLE-2), com os índices urbanísticos mais atraentes da cidade e sem maiores restrições, como por exemplo, a liberação de altura das edificações. Considerando a necessidade de uma articulação recíproca entre todos os aspectos abordados ao longo do trabalho, é fundamental considerar o Centro Histórico, o Centro atual e a Ponta Aguda como um conjunto indissociável para a compreensão da totalidade da paisagem urbana.

Essa paisagem com valor patrimonial deve ser constituída pelos elementos mais simbólicos desses componentes, que devem aparecer na forma de valorização da história e das especificidades dos lugares, da geomorfologia particular do local, das formas de apropriação do meio ambiente conforme as técnicas disponíveis nos diferentes períodos históricos, da utilização do patrimônio em vez do seu abandono, da reabilitação urbana em vez das renovações urbanas, dos conjuntos urbanos em vez dos objetos isolados, da originalidade e autenticidade em vez da cópia e da falsidade, da marcação digna de seu tempo em vez da introdução novos elementos atemporais, da centralidade em vez da descentralização das funções urbanas, dos moradores locais em vez dos turistas acidentais, no sentimento de identidade e de pertencimento da história local em vez da imitação ou da importação de uma cultura exterior. Essa paisagem que consegue reunir as características reveladoras de um legado patrimonial histórico será, também, formadora de identidade social contemporânea e um legado para as próximas gerações.

A paisagem do Vale do Itajaí representa bem a interação dos diversos aspectos abordados, revelando o seu valor patrimonial. Através dela é possível perceber as diferentes formas de apropriação do espaço, com seus caminhos que revelam a forma de ocupação urbana que levam em conta a geomorfologia encontrada, principalmente por se desenvolverem nos fundos de vale, entre os principais cursos d'água e a topografia acidentada do Vale. É possível perceber o domínio e a adaptação das técnicas construtivas tradicionais na arquitetura da imigração, que revelam as técnicas construtivas trazidas pelos imigrantes e adaptadas ao local, através da utilização dos materiais locais, que foram extraídos ou confeccionados artesanalmente. É possível perceber as formas de apropriação do ambiente natural e dos recursos disponíveis, principalmente com relação à água, utilizada como abastecimento, como energia motora e como transformação em energia elétrica.

Essas formas de apropriação cultural, aliadas ao sítio físico disponível e a localização mão de obra local, deram origem a mais um legado patrimonial que foi a industrialização do Vale, com destaque para a indústria têxtil. Nesse momento ocorreu um fenômeno muito importante que foi o desenvolvimento industrial ocorrendo de forma

concomitante ao desenvolvimento urbano, ou seja, industrialização e urbanização gerando uma dependência recíproca, que vai se refletir na dinâmica urbana e nas práticas sociais locais. As relações dessa indústria com o meio e a sociedade local vão se modificando, através das adaptações da indústria ao meio e à sociedade local (colono-operário), mas também da adaptação do meio e da sociedade aos novos processos industriais ao longo dos anos, o que caracteriza bem esse movimento dinâmico. Diversas práticas sociais contemplam a memória coletiva e social desses processos, demonstrando que a valorização do patrimônio industrial no Vale do Itajaí deve ser muito mais abrangente do que apenas os valores materiais das indústrias, que tentam desenvolver algumas pequenas políticas culturais nesse sentido mas ainda de forma isolada. A implementação de uma política pública para este patrimônio industrial, pensado num âmbito regional, poderia dar maior suporte na criação, manutenção e divulgação de uma Rota do Patrimônio Industrial do Vale do Itajaí.

A modernidade também está presente na paisagem do Vale do Itajaí, onde após a ocupação inicial que seguia os cursos d'água, foram implantados as ferrovias com suas grandes estruturas (pontes, tuneis, estações), conectando a Alto Vale com o litoral. Os principais marcos referenciais destas cidades são os edifícios âncoras (institucionais, religiosos e turismo), situados geralmente nas centralidades urbanas ou em pontos estratégicos com relação à geomorfologia local, que marcam a paisagem de forma muito particular.

A valorização deste patrimônio paisagístico poderia ser pensada em conjunto, com o objetivo de revelar e articular as diversas fases dos processos de ocupação, com destaque para a imigração, industrialização, modernidade e as novas (velhas) particularidades locais, como a produção de cerveja artesanal que já se consagrou no âmbito nacional. Essa valorização reforçaria também um turismo de caráter mais cultural em detrimento ao turismo de massa pautado somente em imagens emblemáticas, pois a experiência e a vivência nesses ambientes autênticos e com os seus moradores locais revelaria um valor intangível.

A paisagem de Blumenau representa a convergência dessa paisagem do Vale do Itajaí, onde o nosso objeto central vai ser dado pela centralidade urbana da nossa área de estudo, que deve ser o espaço integrador e simbólico de todo esse conjunto físico e social. Conforme

defendido ao longo dessa tese, a função social dessa paisagem poderia ser a articulação de todos os aspectos abordados, valorizando a sua história urbana, revelando assim as especificidades locais naturais, sociais, econômicas, materiais e imateriais, que marcam a paisagem através de seus elementos físicos e dos valores comunitários herdados culturalmente, através da valorização, da proteção, do gerenciamento e do ordenamento dessa paisagem, com a reabilitação correta e coerente de um conjunto urbano dinâmico, ao invés da busca incessante de uma renovação urbana através de imagens emblemáticas. Esse patrimônio urbano encontra-se ameaçado por sucessivas políticas públicas de desvalorização da história da cidade, com o abandono e o esvaziamento dos espaços públicos, a descaracterização da autenticidade do conjunto urbano e a perda da força da centralidade urbana, através de políticas públicas que privilegiam muito mais o turista eventual do que o morador local, diminuindo o sentimento de identidade e de pertencimento da cultura local pela importação de elementos exteriores.

A paisagem que pretendemos valorizar como um legado patrimonial, que nos foi deixado e que deve permanecer para as próximas gerações, deve revelar uma articulação recíproca entre os aspectos naturais (rio e topografia), os aspectos socioeconômicos (estrutura urbana: ruas, arquitetura e usos diversos), os aspectos culturais (formas de adaptação e apropriação do meio), os aspectos materiais (conjunto urbano) e os aspectos imateriais (usos, práticas sociais, memória coletiva, patrimônio), como algo dinâmico e indissociável, permitindo sua interação com o contexto da vida contemporânea.

Esses aspectos poderiam se destacar ainda mais com políticas públicas de valorização dessa paisagem, através de um tratamento mais adequado e qualificado para as questões que envolvem a centralidade urbana (espaço integrador e simbólico), a estrutura urbana (ruas, arquiteturas e usos diversos), os espaços públicos (apropriação social dos espaços) e a autenticidade do conjunto urbano (materiais e elementos simbólicos), com o objetivo de se criar dinâmica urbana (vitalidade) e sentimento identitário, desempenhando assim, uma função social e de interesse público.

Essa paisagem como um bem de valor patrimonial não pode ser pensada apenas esteticamente, como parece ser o objetivo apresentado pelo poder público local, mas sobretudo, deve ser tratada como uma construção social. Deve revelar o conteúdo social desses aspectos abordados e não somente a sua forma, como se fosse um objeto. Por ter sido construída historicamente e socialmente, ela deve exercer influência na vida cotidiana, revelando o passado que anima na construção do futuro e evoca o sentimento de pertencimento na construção dessa paisagem, como um valor identitário, social e coletivo.

A centralidade urbana é muito importante porque é capaz de revelar o espaço simbólico e integrador da cidade. Logo, a área central da cidade deveria ser o grande “palco” da vida cotidiana, que deve exercer sua força simbólica e representar o local do encontro entre as pessoas e destas com a sua história. Nesse sentido, é muito importante ressaltar o valor de uso destes espaços, para que os moradores sintam-se os verdadeiros atores da construção da história urbana. Essa história como uma construção contínua, sem rupturas entre passado e presente, mas como parte da construção de um futuro que respeita o passado. Atualmente, o Centro Histórico que já foi esse espaço simbólico e integrador da cidade, passa por sucessivos processos de abandono e esvaziamento de suas funções, iniciado ainda na década de 1950 com o término do transporte fluvial e a retirada da prefeitura na década de 1980, com as alterações das formas de uso e dos próprios usuários, com a transformação do espaço principal da praça pública em um anexo do empreendimento privado (*Biergarten*) e com a transformação da histórica Rua das Palmeiras num corredor viário, sem maiores preocupações com os pedestres, com os usuários do arquivo municipal e as perspectivas visuais em direção à Igreja Luterana e ao Rio Itajaí-Açú. O Centro atual permanece revelando sua dinâmica econômica devido aos empreendimentos comerciais e de serviços ali localizados, porém sem maiores preocupações com os espaços simbólicos e de sociabilidade, representados pelos espaços públicos, a Rua XV e a Av. Beira-Rio, que na falta de uma praça pública digna e representativa para a cidade, poderiam ter se tornado os grandes espaços de integração da cidade. Logo, está cada vez mais se tornando um local de passagem, visto que não existem maiores opções para as pessoas residirem nesta área e nem espaços que fomentem os encontros ou a permanência.

A estrutura urbana deve contemplar os diversos usos nos diversos espaços disponíveis, cuidando para que as ruas não se tornem somente um elemento viário de passagem, mas que o conjunto urbano seja estruturado a partir dos espaços públicos e da própria arquitetura, urbanismo e paisagismo para contemplar os demais usos diversos, fortalecendo a dinâmica da centralidade urbana principalmente com relação aos espaços simbólicos e integradores da cidade. Em Blumenau, a estrutura urbana deveria estabelecer parâmetros urbanísticos para a relação destes conjuntos urbanos com a paisagem, valorizando as perspectivas e os marcos referenciais, conectando os espaços públicos, respeitando gabaritos e adensamentos, valorizando a relação da cidade com o rio e a topografia local, aproveitando as matas ciliares para implantar parques lineares conectando os ribeirões com os espaços públicos, restabelecendo o uso público das praças e dos mirantes para valorizar a geomorfologia peculiar, bem como, a supervisão de toda a dinâmica gerada pela sua estruturação urbana. Novamente, deve-se considerar o Centro Histórico, o Centro atual e a Ponta Aguda como um conjunto indissociável para a paisagem urbana.

Seria importante a recriação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Blumenau (IPPUB), onde fosse possível criar um setor específico responsável pelos cuidados do Centro Histórico e de uma zona de proteção deste, com apoio técnico de caráter multidisciplinar, especialmente o cultural. O mapeamento e cuidado dessas zonas poderiam ser facilitados pela implantação de “anéis viários” para retirar os automóveis do centro histórico e liberar espaços viários para pedestres e veículos não motorizados, a partir da implantação de um sistema de transporte coletivo mais eficiente e de maior qualidade, buscando reestabelecer o centro tranquilizador, local dos encontros e das práticas sociais. As edificações obsoletas devem exercer sua função social, sendo reabilitados com novos usos, com incentivo ao uso misto para propiciar maior dinâmica no pavimento térreo e incentivar o retorno do uso residencial ao centro da cidade. Uma outra boa opção seria o incentivo aos alojamentos locais, para melhorar a relação do morador local com o visitante.

Os espaços públicos devem ser os locais de apropriação social por excelência, que deveriam ser os elementos estruturantes de toda a trama urbana que se desenvolve na vida cotidiana, com valor de uso,

local dos encontros dos moradores e destes com os visitantes. Não deveria segregar os visitantes dos moradores e nem os próprios moradores uns dos outros, como parece ser o objetivo das imagens divulgadas pelo poder público, por isso esses espaços não devem assumir qualquer tipo de caráter privado. As principais ruas da cidade, como Rua das Palmeiras, Rua XV e Av. Beira-Rio, também precisam ser consideradas como espaços públicos e não apenas como corredores viários, para a utilização mais qualitativa de pedestres e de veículos não motorizados, servindo como espaços estruturantes na malha urbana e conectando com os demais espaços públicos.

A autenticidade do conjunto urbano e de seus elementos simbólicos referenciais devem ser revelados através de suas técnicas construtivas e dos materiais utilizados. A arquitetura deve marcar o seu tempo, seja pela preservação ou valorização da história, seja pela sua intervenção contemporânea ou seja pela mistura dessas duas nas intervenções contemporâneas em edifícios históricos, para que revelem as diferentes formas de intervenção nos diferentes períodos históricos, prezando sempre pela autenticidade e pela possibilidade de reversibilidade. Os edifícios âncoras implantados na nossa área de estudo, devem ser representativos, gerar dinâmica urbana para o entorno imediato, servir como um marco referencial na paisagem e permanecer (ou retornar) para a centralidade urbana, com o objetivo maior de gerar dinâmica urbana. Somente com a valorização do patrimônio genuíno e com uma arquitetura contemporânea de qualidade, que represente o seu tempo presente, é que o morador local voltará a perceber que ele também faz parte dessa construção social que é a paisagem urbana.

Com o objetivo de se criar dinâmica urbana (vitalidade) e sentimento identitário, através dessas políticas públicas de valorização da paisagem, da história e da centralidade urbana, estruturados a partir dos espaços de uso públicos e dos elementos referenciais, essas edificações podem se tornar “patrimônio vivo” e formar um “conjunto urbano dinâmico”. A apropriação social desses aspectos é a melhor forma de se preservar a paisagem, como algo dinâmico e em constante movimento, respeitando o passado e preocupada com o futuro. A paisagem deve contemplar a história através do valor identitário, a centralidade urbana simbólica e dinâmica através do sentimento de pertencimento, os espaços públicos de qualidade e dinâmicos através do

valor de uso para toda uma coletividade, com um conjunto urbano representativo e com políticas públicas que favoreçam a dinâmica.

Não se trata mais de preservar apenas alguns objetos isolados, mas a totalidade do espaço culturalmente humanizado, o ambiente como um todo, inclusive a questão espaço-temporal. Não se trata de tombamento, mas de conscientização e educação patrimonial, da busca pela inserção do patrimônio na dinâmica urbana local. Trata-se de uma nova abordagem sobre o conceito de preservação, não mais estanque no tempo, mas fazendo sentido, tendo significado ou sendo resignificado constantemente pela própria vida contemporânea.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **O sítio urbano de Blumenau e suas implicações para o planejamento regional - um alerta.** In: 5 Reunião Especial da SBPC. Anais. Blumenau: Edifurb, 1997.

_____. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALVES, Jorge Fernandes. **Fiar e Tecer: Uma perspectiva histórica da indústria textil a partir do Vale do Ave.** Vila nova de Famalicão: Museu da Indústria Têxtil, 1999.

AMARAL, Ilídio. Acerca de paisagem: Apontamentos para um debate. **Finisterra.** XXXVI, n.º 72, p. 75-81. Lisboa, 2001.

ARENDT, Hanna. **A Condição Humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade.** Campinas: Papyrus, 1994.

BARRETTO, Margarita. *La delicada tarea de planificar turismo cultural: un estudio de caso con la "germanidad" de la ciudad de Blumenau-SC (Brasil).* **Pasos. Revista de turismo y patrimônio cultural.** Vol.1, n.1, p. 51-63. Universidad de La laguna, Espanha, 2003.

BAPTISTA, Lúcia; PROVIDÊNCIA, Paulo. Rota do Patrimônio Industrial do Vale do Ave – projeto de musealização. In: **Rota do Patrimônio Industrial do Vale do Ave.** Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, 2002.

BERTRAND, George; BERTRAND, Claude. A Geografia e as ciências da natureza. In: PASSOS, M. **Uma Geografia transversal e de travessias: O meio ambiente através dos territórios e das temporalidades.** p. 98-117. Maringá: Massoni, 2007.

BIELSCHOWSKY, Bernardo B. **Patrimônio Industrial e Memória Urbana em Blumenau/SC**. 2009. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

_____; PIMENTA, Margareth C. A.; PIMENTA, Luís Fugazzola; SERRAGLIO, J. P. **Mestres Artífices em Santa Catarina**. Brasília: IPHAN/CEDIT, 2012.

_____; PIMENTA, Margareth C. A. Patrimônio Industrial e a Cidade Contemporânea. *In*: CASTELLS, Alicia N. G.; NARDI, Letícia (Orgs.). **Patrimônio cultural e cidade contemporânea**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012. 280p.

_____; SERRAGLIO, João P. As ideias de Hans Broos para a cidade de Blumenau: um modernista além do dogma. *In*: NOLL, João F.; ODEBRECHT, Silvia (Orgs.). **Modernidade em arquitetura e urbanismo de Santa Catarina**. Blumenau: Editora da FURB, 2013. 260p.

_____; PIMENTA, Margareth C. A. Paisagem e memória urbana nas cidades de imigração alemã em Santa Catarina. *In*: PIMENTA, Margareth C. A.; FIGUEIREDO, Lauro C. (Orgs.). **Lugares: patrimônio, memória e paisagens**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014. 337p.

BAUDRILLARD, Jean. **Cultura y simulacro**. Barcelona: Kayros, 2002

BROOS, Hans. **Construções antigas em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

_____. Implantação e consequências da colonização de Blumenau. *In*: **Jornal de Santa Catarina**. Artigo publicado em 05/07/1990. Blumenau: JSC, 1990a.

_____. Desenvolvimento urbano da cidade de Blumenau. *In: Jornal de Santa Catarina*. Artigo publicado em 19/07/1990. Blumenau: JSC, 1990b.

_____. Blumenau: topografia, geologia e consequências. *In: Jornal de Santa Catarina*. Artigo publicado em 02/09/1990. Blumenau: JSC, 1990c.

_____. Arquiteto analisa a topografia e a geologia de Blumenau. *In: Jornal de Santa Catarina*. Artigo publicado em 16/09/1990. Blumenau: JSC, 1990d.

_____. A ocupação do solo em Blumenau. *In: Jornal de Santa Catarina*. Artigo publicado em 07/10/1990. Blumenau: JSC, 1990e.

_____. Sugestões para urbanização no município de Blumenau. *In: Jornal de Santa Catarina*. Artigo publicado em 14/10/1990. Blumenau: JSC, 1990f.

_____. O anel central: importante no plano urbano de Blumenau. *In: Jornal de Santa Catarina*. Artigo publicado em 06/11/1990. Blumenau: JSC, 1990g.

_____. Organização do trânsito no espaço central de Blumenau. *In: Jornal de Santa Catarina*. Artigo publicado em 23/11/1990. Blumenau: JSC, 1990h.

_____. É necessário pensar nas ligações intermunicipais. *In: Jornal de Santa Catarina*. Artigo publicado em 24/11/1990. Blumenau: JSC, 1990i.

BUDAG, Luciana. **Vida coletiva e trocas sociais na área central de Blumenau/SC**. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFSC, Florianópolis, 2004.

CABRAL, Oswaldo. R. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Landes, 1970.

CAREZIA, Roberto M. **Ícones da vida moderna: tecnologia e saúde nos anúncios publicitários veiculados em Blumenau (1935-1955)**. 2002.143 f.. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

_____. Blumenau e a modernização urbana: alterando costumes (1940-1960). *In*: FERREIRA, C.; FROTSCHER, M. **Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes**. Blumenau: Nova Letra, 2000.

_____. Os Discursos Comemorativos, as Representações do Turismo e os Contrastes Socioculturais em Blumenau (1990-2000). *In*: MACHADO, Ricardo; VOIGT, André (Org.). **Desterritorializações do Vale**. Blumenau: Liquidificador Produtos Culturais, 2012. 242p.

CASIMIRO, Pedro. Uso do Solo – Ecologia da Paisagem: Perspectivas de uma nova abordagem do estudo da Paisagem em Geografia. **GeoInova**. n.º 2, p. 45-66. Lisboa: UNL, 2000.

CASTELLS, Manoel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **O poder da identidade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRIOTA, Leonardo. **Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas e Instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3.ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2003. 282 p.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

_____. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

_____. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. *In*: **Introdução à Geografia Cultural**. p. 147-166. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CORDEIRO, José Manuel Lopes. **A Indústria do linho na Bacia do Ave**. Vila nova de Famalicão: Museu da Indústria Têxtil, 2008.

_____. O Patrimônio Industrial e as Novas Cartas Patrimoniais: Nizhny Tagil, Riga, Monterrey e El Bierzo. **Arqueologia Industrial**. 4. série, vol.V, n. 1-2, 73-97. Vila Nova de Famalicão, 2009.

_____. **Guimarães: a tradição das cutelarias**. Guimarães: Associação Comercial e Industrial de Guimarães, 2013.

COSTA, Francisco da Silva. O património industrial no vale do Ave: o têxtil como chave de leitura territorial. *In*: Gonçalves, E. C. (Ed.). **Dinâmicas de Rede no Turismo Cultural e Religioso**. 2 vols, vol. II, 349-368. Maia: Ed. ISMAI e CEDTUR – CETRAD, 2010.

_____; CORDEIRO, José Manuel Lopes. **Património documental da bacia do Ave**. Guimarães: UMDGEO, 2015.

_____. **Património industrial e cultura da água o exemplo de Guimarães, no noroeste de Portugal**. 1st International Meeting Geography & Politics, Policies and Planning. [Online] 707-720. 2013. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25077>. [Acedido em 01/09/2016]

_____; GONÇALVES, Antonio José Bento. O vale do Ave – a sua geografia. *In*: **Rota do Património Industrial do Vale do Ave**. Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, 2002.

_____; GONÇALVES, Antonio José Bento; NEVES, Antonio Amaro das. **Mãe-d-água**. Guimarães: Vimágua, 2007.

_____; Vieira, A.; Zucco, E.; Carvalho, I. R. T. V.; Azevedo, J. J. R.; Moro, P. R. **Os doutoramentos em Geografia: tendências da investigação em Portugal**. IX Congresso da Geografia Portuguesa. [Online] 771-778. 2013. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/27463>. [Acedido em 01/09/2016]

DEBORD, Guy. **A Sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 237 p.

DEEKE, José. **O Município de Blumenau e a história do seu desenvolvimento**. Blumenau: Nova Letra, 1995.

DELGADO, Carlos. **Expansão urbana e fragmentação de áreas com forte aptidão Agrícola: o caso de estudo da «bacia leiteira primária» de Entre-Douro-e-Minho**. Dissertação de Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território, 335 p. Universidade do Porto. Porto, 2010.

DAUFENBACH, Karine. **Hans Broos: a expressividade da forma**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **A modernidade em Hans Broos**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). USP, São Paulo, 2011.

DOM FAFES. **Revista Cultural**. Ano XIII, N. 13/14. Fafe, 2007.

DOMINGUES, Álvaro. A paisagem revisitada. **Finisterra**. XXXVI, n.º 72, p. 55-66. Lisboa, 2001.

FARO, Suzana. A Rota do Património Industrial do Vale do Ave. *In: Rota do Património Industrial do Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, 2002.

FASSIN, Didier. **La raison humanitaire. Une histoire morale du tempos présent**. Paris: Gallimard/Seuil, 2010.

FERREIRA, António de Brum; ALCOFORADO, Maria João; VIEIRA, Gonçalo; MORA, Carla; JANSEN, Jan. Metodologias de análise e de classificação das paisagens. O exemplo do projecto Estrela. **Finisterra**. XXXVI, n.º 72, p. 157-178. Lisboa, 2001

FERREIRA, Cristina.; FROTSCHER, Méri. **Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes**. Blumenau: Nova Letra, 2000. 235p

FIGUEIREDO, Lauro C. **Memória e experiência de uma cidade do Paraná: o caso de Maringá**. 2005. 210f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; WOLFF, Cristina Scheibe. **Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997. 188p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ / Iphan, 1997.

FONSECA, Maria Helena. **Estabelecimento de critérios e parâmetros para a valoração do património geológico português. Aplicação prática ao património geológico do Parque Natural de Sintra-Cascais**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 166 p. Lisboa, 2009.

FROTSCHER, Méri. Mãos que esculpem a memória no espaço urbano: investimentos em monumentos em Blumenau na primeira metade do século XX. *In*: RAMPINELLI, Waldir José (org). **História e Poder: a reprodução das elites em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2003. 224p

GEORGE, Pierre. **Geografia dos EUA**. Campinas: Editora Papirus, 1990.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. 504p.

_____. O planejamento estadual em Santa Catarina de 1955 a 2002. **Ensaio FEE**. V. 26, n. 1, p. 627-660, jun. 2005. Porto Alegre, 2005.

GUGLIIELMO, Raymond. “Geografia e Dialética”. In DRESCH *et alli*. **Reflexões sobre a geografia**. São Paulo: Edições da AGB, 1980.

GUTIERREZ, Ramón. História, memória e comunidade. In: **O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: SMC/DPH, 1992, p. 121-8.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HERING, Maria L. Renaux. **Colonização e Indústria no Vale do Itajaí**. Blumenau: FURB, 1987.

HERNANDÉZ, Francisca. La conservación integral del patrimonio. **Complutum Extra**, 6(U), p. 251-260. Madrid, 1996.

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto M. **A invenção do Brasil moderno : medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 226p.

JACQUES, Paola Berenstein. Errâncias urbanas: a arte de andar pela cidade. **Arqtexto 7**. pág. 16-25. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1990.

_____. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KENDE, Pierre. *L'avènement de la modernité*. Paris: Larousse, 1975.

LASH, Scott. La reflexividad y sus dobles: estructura, estética, comunidad. *In*: BECK, ULRICH; GUIDDENS, Anthony; LASH, Scott (Org.). *Modernización reflexiva. Política, tradición y estética en el orden social moderno*, p. 143-144. Madrid: Alianza, 1997.

LEFEBVRE, Henri. *La vida cotidiana en el mundo moderno*. Madrid: Alianza, 1972.

_____. *La Production de L'Espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

_____. *O direito à cidade*. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001. 145p.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LESSA, Carlos. *Quinze anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1982. 173p.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MACHADO, Ricardo. Memória e Arquivo no caso dos ossos de Blumenau. *In*: MACHADO, Ricardo; VOIGT, André (Org.). *Desterritorializações do Vale*. Blumenau: Liquidificador Produtos Culturais, 2012. 242p.

MAMIGONIAN, Armen. “A geografia e a ‘Formação social como teoria e como método’”. *In*: SOUZA, Maria A. (Org.). *O Mundo do Cidadão. Um Cidadão do Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996. p.198.

_____. “Estudo geográfico das indústrias de Blumenau”. *In*: **Separata da Revista Brasileira de Geografia**. Ano 27, n. 3, Rio de Janeiro, 1965.

MARTINS, Luísa. *Património ou patrimónios: para uma gestão diacrónica do conceito*. **Inuaf Studia**, n.º 10, p. 29-41. Loulé, 2006.

MARX, Karl. “A Chamada Acumulação Primitiva”. *In: O Capital*. Livro I, vol. I, Cap. XXIV, 2ª ed.. S.Paulo: Nova Cultural, 1985.

MATTEDI, Paulo. **Uma leitura da construção da paisagem da Rua 15 de Novembro - Blumenau-SC**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade). UFSC, Florianópolis, 2009.

MENDES, José Amado. A indústria do Vale do Ave no contexto da indústria nacional. *In: Rota do Património Industrial do Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, 2002.

MONTANER, Josep. *Reciclaje de paisajes: condición posmoderna y sistemas morfológicos*. *In: NOGUÉ, J. El paisaje en la cultura contemporánea*, p. 233-248. Madri: Biblioteca Nueva, 2008.

MORETTI, Silvana Maria. **Fábrica e espaço urbano**. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFSC, Florianópolis, 2006.

NAME, Leo. O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura. **GeoTextos**. Vol. 6, n.º 2, p. 163-186. Salvador: UFBA, 2010.

NOGUÉ, Joan. La valoración cultural del paisaje en la contemporaneidad. *In: NOGUÉ, J. El paisaje en la cultura contemporánea*, p. 9-24. Madri: Biblioteca Nueva, 2008.

NOLL, João Francisco; ODEBRECHT, Silvia (Orgs.). **Modernidade em Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina**. Blumenau: Edifurb, 2013.

_____. **Gottfried Böhm e sua obra no Brasil**. Entrevista, São Paulo, ano 15, n. 057.02, Vitruvius, jan. 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *In: Projeto História*. São Paulo: Brasil, 1981. p. 7-28.

OPPIDUM. **Revista de Arqueologia, história e Patrimônio**. Ano 09, N. 08. Lousada, 2015.

PANIZZA Mario; PIACENTE, Sandra. *Geomorfologia culturale*. Bologna: Pitagora, 2003

PELUSO Jr., Victo Antonio. Tradição e plano urbano. *In: Estudos de Geografia de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

PEREIRA, Augusto Castro. **História da indústria do vale do ave (1890-2001)**. Guimarães: Santo Tirso, 2002.

PEREIRA, Paulo. **Patrimônio geomorfológico: conceptualização, avaliação e divulgação: aplicação ao Parque Natural de Montesinho**. Dissertação de Doutorado. Departamento de Ciências da Terra. Universidade do Minho. Guimarães, 2006.

PEREIRA, Yone Yara. **Arquitetura da imigração alemã em Blumenau: das permanências às transformações**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). UFBA, Salvador, 2009.

PIAZZA, Walter. F. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

PIMENTA, José. **O «Lugar do Passado» em Martins Sarmento: geo-historiografia do programa de investigação arqueológica da cultura castreja (1876-1899)**. Dissertação de Doutorado. Universidade do Minho. Braga, 2007.

PIMENTA, Margareth C. A. **Industrialisation et territoire: le cas de l'industrie textile et de la confection au Brésil. (1850-1980)**. Tese de Doutorado. Universidade Paris IV, Sorbonne, 1994.

_____. A expansão da atividade têxtil e da confecção em Santa Catarina. **Revista Geosul**, v.11, n.21/22. Florianópolis, 1996.

_____. Cultura teuto-brasileira e a cidade industrial de Blumenau em Santa Catarina. **Revista Dynamis**. V.6, n.24, pág. 62-83, Blumenau: Editora da FURB, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU. **Blumenau 2050**. Blumenau: PMB, 2008.

RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RIBEIRO, Orlando. Paisagens, regiões e organização do espaço. **Finisterra**. XXXVI, 72, p. 27-35. Lisboa, 2001.

RISCHBIETER, Iara Lúcia Klug. **O papel da cultura local no desenvolvimento do turismo em Blumenau – SC**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007.

ROGER, Alain. **Court traité du paysage**. Paris: Gallimard, 1997.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 309p.

SAMAGAIA, Jacqueline. **Globalização e cidade: reconfigurações dos espaços de pobreza em Blumenau/SC**. Tese (Doutorado em Geografia). UFSC, Florianópolis, 2010.

SANTIAGO, Nelson Marcelo. **ACIB: 100 anos construindo Blumenau**. Florianópolis: Expressão, 2001. 205p.

SANTOS, Milton. **L'espace partagé**. Paris: Librairies Techniques. M. Th. Génin, 1975.

_____. “Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método”. In SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Ensaios. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 156p.

_____. **Pensando o Espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SARMENTO, João. Geografia Cultural e Geografia do Turismo: configurações para o final da década de 90. **Inforgo**. XII-XIII, 1999, p. 163-172. Porto, 1997.

SASSE, Fernanda. O Instituto Blumenau 150 anos: comemorando e monumentalizando a memória dos blumenauenses. In: I Simpósio de Patrimônio Cultural de Santa Catarina. **Anais do I Simpósio de Patrimônio Cultural de Santa Catarina**. Florianópolis, 2013

SCHMITT, Darlan J. Reviste Blumenau em Cadernos e José Ferreira da Silva: artes para escrever uma história regional. In: MACHADO, Ricardo; VOIGT, André (Org.). **Desterritorializações do Vale**. Blumenau: Liquidificador Produtos Culturais, 2012. 242p.

SCHMITZ, Sérgio. **Planejamento estadual: a experiência catarinense com o Plano de Metas do Governo - 1961-1965**. Florianópolis: UFSC/FESC/UDESC, 1985. 134p.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre: Movimento, 1974.

_____. A colonização alemã no Brasil: etnicidades e conflito. In: FAUSTO, Bóris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 2000.

SIEBERT, Claudia Freitas. **Estruturação e desenvolvimento da rede urbana do Vale do Itajaí**. Blumenau: Ed. da FURB, 1996.

_____. **A Evolução Urbana de Blumenau: o (des)controle urbanístico e a exclusão sócio-espacial**. 1999. 190f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1999.

_____. A Evolução Urbana de Blumenau: a Cidade se Forma (1850/-1938). *In*: THEIS, Ivo M.; MATTEDI, Marcos A.; TOMIO, Fabricio R. L. (Orgs). **Nosso passado in(comum): contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau**. Blumenau: Ed. da FURB: Ed. Cultura em Movimento, 2000.

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. V. 22, n. 44. p. 425- 438. São Paulo, 2002.

SIMÃO, Vilma Margarete. **Blumenau: da indiferenciação étnica à diferenciação de classe**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1995.

_____. Da hegemonia passiva à hegemonia ativa. *In*: THEIS, Ivo M.; MATTEDI, Marcos A.; TOMIO, Fabricio R. L. (Orgs.) **Nosso passado (in)comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau**. p.15-65. Blumenau: Ed. FURB: Cultura em Movimento, 2000.

SOARES, Laura; PACHECO, Elsa; LUCAS, João. «Geo» diversidade, cultura e património: uma leitura integrada da paisagem. **Revista Cultura, Espaço e Memória**, n. 04, pág. 157-175. Porto, 2013.

SOARES, Laura; COSTA, António; GOMES, Alberto. Geografia, Arqueologia e Sistemas de Informação Geográfica: exemplos de articulação no estudo de arqueosítios do Norte de Portugal, III Jornadas do Quaternário. **Revista da APEQ**. p. 171-188. Braga, 2010.

SOLIS, Jorge Benavides. **Guimarães Patrimônio de la Humanidad. El agua, la Penha y el Couros.** Anexo IV – Dossier Couros. Guimarães: CMG, 2014.

SOUZA, Reginaldo. O sistema GTP (geossistema-território-paisagem) como novo projeto geográfico para a análise da interface sociedade-natureza. **Revista Formação.** n.º 16, vol. 2, p. 89-106. Presidente Prudente: UNESP, 2009.

TÁVORA, Fernando. **Plano Geral de Urbanização de Guimarães. Memoria Descritiva.** Guimarães: CMG, 1982.

THEIS, Ivo Marcos. Processo de Acumulação em Blumenau: uma Interpretação Crítica. *In:* THEIS, Ivo. M.; MATTEDI, Marcos A.; TOMIO, Fabricio R. L. (Orgs). **Nosso passado in(comum): contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau.** Blumenau: Ed. da FURB: Ed. Cultura em Movimento, 2000.

TRICART, Jean. “o campo na dialética da geografia”. *In* DRESCH *et alli.* *Reflexões sobre a geografia.* São Paulo: Edições da AGB, 1980 [1977].

TSCHUDI, Johann Jakob von. **Reisen durch Südamerika.** Leipzig: F.A. Brockhaus, 1868.

TUAN, Ti-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo, DIFEL, 1983.

VIDOR, Vilmar. **Industria e urbanização no nordeste de Santa Catarina.** Blumenau: Editora da FURB, 1995. 248p.

VOIGT, André. O teuto-brasileiro: a produção de um ressentimento. *In:* MACHADO, Ricardo; VOIGT, André (Org.). **Desterritorializações do Vale.** Blumenau: Liquidificador Produtos Culturais, 2012. 242p.

WEIMER, Günter. **Arquitetura da Imigração Alemã.** Porto Alegre: UFRS, Nobel, 1983.

_____. Vida e Morte da Cidade Teuto-Gaúcha. *In*: WEIMER, Günter (org). **Urbanismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

_____. **Arquitetura Popular Brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WITTMANN, Angelina C. R. **A Ferrovia no Vale do Itajaí: estrada de ferro Santa Catarina**. Blumenau: Edifurb, 2010.

Relatórios Anuais dos Prefeitos Municipais (RP)

Relatórios Anuais dos Prefeitos Municipais de Blumenau no período de 1950-1965. Blumenau: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, 1950-1965.

Sites e Blogs

<http://adalbertoday.blogspot.com.br/>

<https://angelinawittmann.blogspot.com.br/>

<http://csiebert-arq.wixsite.com/blumenau-urbana>

Jornais Locais

Jornal de Santa Catarina

Cidade de Blumenau

Folha de Blumenau

Blumenews

Folha de Blumenau

O Blumenauense

BNU.tv

clicRBS

378

Periódicos de Arquitetura

Acrópole

Habitat

Módulo

Projeto

AU

Leis e Portarias Federais:

Lei Federal nº 4.771/1965 (Código Florestal)

Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade)

Portaria 127/2009 do IPHAN (Chancela da Paisagem Cultural Brasileira)

Leis e Decretos Municipais de Blumenau:

Lei Municipal n. 37/1948

Decreto 42.423/1957

Lei Municipal 862/1958

Decreto 654/1962

Lei Municipal 1.169/1963

Decreto 504/1964

Decreto 757/1967

Lei Municipal 1.909/1972

Lei Municipal 2.047/1974

Lei Municipal 2.235/1977

Lei Municipal 2.242/1977

Lei Ordinária 2.262/1977

Lei Ordinária 2.384/1978

380

Lei Ordinária 2.762/1981

Decreto 2.361/1984

Lei Ordinária 3.142/1984

Lei Municipal 3.650/1989

Lei Municipal 3.652/1989

Lei Complementar 17/1991

Lei Complementar 79/1994

Lei Complementar 101/1995

Lei Complementar 142/1997

Lei Complementar 715/2000

Lei Complementar 491/2004

Lei Complementar 514/2005

Lei Complementar 524/2005

Lei Complementar 573/2006

Lei Complementar 615/2006

Lei Complementar 726/2009

Lei Complementar 751/2010

Lei Complementar 793/2011

Lei Complementar 794/2011

Lei Complementar 925/2014

APÊNDICE A – QUADRO COMPARATIVO DE ZONEAMENTOS

Quadro 1 – Quadro comparativo de zoneamentos

	RUA XV / BEIRA-RIO	CENTRO HISTÓRICO	PONTA AGUDA
PD 1977	ZC1 = LIVRE * (C.A.= 4)	ZR2 = 6	ZR1 = 4
PD 1989	ZC1 = 9 ZLE = 4	ZPH = 4	ZR3 = 10 ZR4 = 15
PD 1997	ZC1 = 4 ZLE = 4	ZLE = 4	ZR4 = 12 ZR5 = 15
PD 2006	ZLE4 = 5 ** (P3 = COPLAN)	ZLE4 = 5 ** (P3 = COPLAN)	ZR4 = 12 ZR5 = 15
REVISÃO 2010	ZLE1 = LIVRE *** (C.A.= COPLAN)	ZLE1 = LIVRE *** (C.A.= COPLAN)	ZLE2 = LIVRE * (C.A.= 4,8)

Fonte: PMB. Elaboração: Bernardo Brasil Bielschowsky (2017).

* Condicionado pelo coeficiente de aproveitamento (C.A.).

** Seus índices passaram a ser definidos conforme a classificação dos imóveis situados na ZLE 4, condicionando a preservação total (interna e externa) para P1, parcial (somente externa) para P2 e os **índices urbanísticos ficaram a cargo do COPLAN** para P3 (localizados no entorno das edificações classificadas como P1 e P2). Para os demais imóveis situados na ZLE 4, quando não classificados como P1, P2 e P3, sua altura limitada a 05 pavimentos. (Art. 45 Lei 491/2004).

*** As edificações localizadas na ZLE1 cujos projetos sejam de interesse turístico, econômico, social e paisagístico poderão ter seus **índices construtivos definidos pelo COPLAN**. (§ 2º do Art. 13 Lei 751/2010). A edificação localizada na ZLE1, independente de recuos, desde que não atenda ao disposto no § 2º do artigo 13 (senão será definida pelo COPLAN), deve respeitar a altura máxima de: 14,00m do nível do solo podendo a cumeeira atingir a altura de 18,00m para uso comercial e 26,00m do nível do solo para uso residencial”.

Legenda do Quadro 1:

ZC1- Zona Comercial 1

ZR1- Zonas Residencial 1

ZR2- Zonas Residencial 2

ZR3- Zonas Residencial 3

ZR4- Zonas Residencial 4

ZR5- Zonas Residencial 5

ZPH- Zona de Preservação Histórica

ZLE- Zonas de Localização Especial

ZLE1- Zonas de Localização Especial 1

ZLE2- Zonas de Localização Especial 2

ZLE4- Zonas de Localização Especial 4

APÊNDICE B – OBJETIVOS E METODOLOGIA DO ESTUDO COMPARADO

4.6. Objetivos do estudo comparado

4.6.1. Objetivo Geral

O objetivo geral do estudo comparado foi a realização um intercâmbio acadêmico para realizar um estudo comparado entre as paisagens históricas e as especificidades dos lugares de algumas cidades portuguesas, localizadas especificamente no Vale do Ave em Portugal, com cidades brasileiras, localizadas especificamente no Vale do Itajaí no Brasil.

Vale destacar também a riqueza no acréscimo dos referenciais teóricos, pois a Europa destaca-se no debate sobre políticas protecionistas ou de renovação urbana, especialmente a partir do período do pós-guerra. A Europa do pós-guerra se reconstrói a partir do Estado do Bem-estar social (sistema redistributivo e que valoriza os padrões culturais), enquanto no mesmo período, o Brasil encontra-se num período de acumulação predominantemente econômica e pouco protecionista em termos sociais. Portugal tornava-se um caso ainda mais interessante, pois não se tratava de discutir um território reconstruído, mas de um território que soube como tratar o seu legado patrimonial, que estava bastante degradado (porém preservado) até sua inserção na Comunidade Europeia na década de 1980.

O Vale do Ave tornava-se uma caso ainda mais específico, pois seu processo de industrialização, ambos no final do século XIX (aproximadamente 1880) e de desindustrialização, ambos no final do século XIX (aproximadamente 1980), são muito próximos e bastante similares. Considerando o rio como o fio condutor, buscou-se analisar uma área de maior centralidade e maior importância histórica (zona central de Guimarães), uma área industrial de expansão urbana da cidade (zona industrial de Guimarães) e uma área mais abrangente que representasse o Vale do Ave como um todo (Rota do Patrimônio Industrial do Ave), para depois comparar com Blumenau e o Vale do Itajaí.

4.6.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do estudo comparado foram:

- compreender a paisagem a partir da atualidade: O trabalho de campo, através de visitas *in loco* e da percepção do lugar, serviu para o reconhecimento da paisagem enquanto patrimônio ainda vigente, considerando o seu estado de conservação e o contexto em que esta paisagem está inserida. Essas visitas *in loco* foram realizadas no Vale do Ave, com destaque para a cidades de Guimarães e algumas outras incluídas na Rota do Patrimônio Industrial do Vale do Ave (RPI).

- analisar as políticas públicas que tenham influenciado diretamente na valorização da paisagem como um bem patrimonial de valor cultural: essa análise foi feita através da coletas de dados (entrevistas e arquivos) e do trabalho de campo (visitas *in loco*).

- conhecer as metodologias de análise da Paisagem utilizados em Portugal: o estudo foi feito através de leituras de trabalhos desenvolvidos em Portugal, especialmente no Doutorado em “Estudos da Paisagem” da Universidade do Minho, que utiliza a metodologia de investigação de análise da paisagem, como algo dinâmico e indissociável de uma análise multidisciplinar.

- ampliar o debate teórico-conceitual com outras visões e incremento bibliográfico: o debate teórico-conceitual e o incremento bibliográfico foram essenciais para a compreensão da construção da paisagem (história do desenvolvimento da industria têxtil no Vale do Ave, como condições, localização, setores, consolidação, crises, desindustrialização e atualidade) e para a compreensão das políticas públicas de valorização dessa paisagem e sua interação com a vida contemporânea (Projeto de Reabilitação Urbana do Centro de Guimarães e Projeto Rota do Patrimônio Industrial do Vale do Ave).

4.7. Metodologia do estudo comparado

A pesquisa foi feita em diversas etapas, que não foram necessariamente cronológicas, mas que foram complementares entre si, sendo que podemos agrupá-las em três grandes momentos: 1- trabalho de campo, que foram as visitas *in loco* para a compreensão da paisagem a partir da atualidade; 2- coletas de dados, que foram as entrevistas e a pesquisa nos arquivos; 3- revisão bibliográfica e as metodologias de análise da Paisagem utilizados no Doutorado em “Estudos da Paisagem” da Universidade do Minho em Portugal.

4.7.1. Trabalho de campo: as visitas *in loco*

O trabalho de campo tinha um objetivo muito claro que era a compreensão da paisagem a partir da atualidade. Para isso, foram feitos alguns percursos em determinadas áreas, tendo em conta o rio como o fio condutor do percurso (Fig. 141), que buscava analisar uma área de maior centralidade e maior importância histórica (zona central de Guimarães), uma área industrial de expansão urbana da cidade (zona industrial de Guimarães) e uma área mais abrangente que representasse o Vale do Ave como um todo (Rota do Patrimônio Industrial do Ave), para depois comparar com Blumenau e o Vale do Itajaí.

A ideia de buscar a compreensão da paisagem a partir da atualidade teve como metodologia principal a criação de percursos nas diferentes formas de apreensão: na zona central de Guimarães o percurso foi feito em forma de caminhada, utilizando os referenciais urbanos e os elementos simbólicos para a definição do percurso na Zona de Patrimônio Mundial classificada pela UNESCO e a Ribeira de Couros como o fio condutor do percurso na Zona de Couros; na zona industrial de Guimarães o Rio Selho foi utilizado como fio condutor do percurso; e na área mais abrangente que representasse o Vale do Ave como um todo, o percurso foi feito de automóvel pelas estradas nacionais e de comboio (trem urbano) através da ferrovia que liga Guimarães ao Porto (até a Estação de Santo Tirso), onde neste caso os rios Vizela e Ave foram utilizados como fio condutor dos percursos.

Figura 141 - Figura referência dos percursos propostos.



Fonte: Google (2017). Elaboração: autor (2017).

A utilização dos rios como o fio condutor dos percursos reforça nosso método de análise da paisagem, como algo dinâmico que revela a interação do legado patrimonial com o contexto contemporâneo. O maior benefício desta metodologia foi conseguir a apreensão do objeto em questão, que era justamente essa paisagem contextualizada como um conjunto indissociável, e não apenas os objetos isolados, que foram esses lugares cheios de especificidades que definiram o percurso.

4.7.1.1. Guimarães: Zona de Patrimônio Mundial (UNESCO) e Zona Especial de Proteção (ZEP)

A área de maior centralidade e de maior importância histórica (zona central de Guimarães) foi subdividida em Zona de Patrimônio Mundial classificada pela UNESCO e Zona Especial de Proteção (ZEP), responsável justamente pela proteção da área classificada, onde abordaremos mais especificamente a Zona de Couros. Em ambas as áreas, foram feitos um primeiro percurso aleatório por toda a área que contemplasse a leitura dessa paisagem sem nenhuma informação técnica mais relevante anterior às leituras bibliográficas e as entrevistas num primeiro momento, e num segundo momento, um segundo percurso um pouco mais técnico, posterior às leituras bibliográficas e as entrevistas, bem como, com o conhecimento das metodologias de análise. Foram

visitados os locais que facilitaram a compreensão da proposta geral do Projeto de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Guimarães e da Zona de Couros (que adotou a mesma metodologia), especialmente os espaços públicos requalificados para os moradores (principalmente) e que deram suporte aos privados, os edifícios âncoras (institucionais e/ou reabilitados) que geraram nova dinâmica urbana e a importância do apoio técnico aos privados, que auxiliaram e mostraram o caminho correto das intervenções nas edificações privadas.

4.7.1.2. Zona de expansão industrial de Guimarães (Rio Selho)

Na zona de expansão industrial de Guimarães (Pevidém) foram selecionadas algumas espaços com maior significado para nossa pesquisa, localizados principalmente ao lado do Rio Selho, onde a paisagem pudesse revelar a história e as especificidades destes locais, como alguns espaços de aproveitamento das águas públicas para geração de força motriz para as fábricas, pequenas centrais hidroelétricas que forneciam energia para as indústrias, espaços industriais na sua grande maioria ainda em pleno funcionamento, alguns bastante degradados e poucos totalmente abandonados. As visitas foram realizadas como um percurso, para facilitar a compreensão da paisagem como um processo, conforme o caminho das próprias águas. O percurso iniciou no Rio Selho com um bom exemplo de reabilitação de uma antiga fábrica junto ao rio, depois onde existe um caso de uma fábrica construída em cima do rio, um parque linear junto ao rio e logo em seguida uma Estação Hidroelétrica que alimentava uma outra fábrica.

4.7.1.3. O Vale do Ave como um todo (Rio Ave e seus afluentes)

Na área mais abrangente, que representasse o Vale do Ave como um todo, foram selecionadas alguns lugares com maior significado para nossa pesquisa, localizados na RPI, onde a paisagem pudesse revelar novamente a história e as especificidades destes locais, com alguns espaços de aproveitamento das águas públicas para geração de força motriz para as fábricas, pequenas centrais hidroelétricas que forneciam energia para as indústrias, espaços industriais em pleno funcionamento, abandonados, degradados ou reabilitados que estão localizados

principalmente ao lado dos rios Vizela e Ave ou da ferrovia que liga Guimarães ao Porto, que neste caso já coincidem. A mesma metodologia foi utilizada e as visitas foram realizadas como um percurso, para facilitar a compreensão da paisagem como um processo dinâmico, conforme o caminho das próprias águas ou da ferrovia, que por diversas vezes coincidiam.

O percurso iniciou com uma visita a um exemplo de reabilitação industrial para novos usos ainda em Guimarães, localizado entre a Estrada Nacional e a ferrovia que liga Guimarães ao Porto, próximo a Estação Covas (primeira estação), e logo depois, à uma importante fábrica bastante degradada localizada junto desta mesma ferrovia que liga Guimarães ao Porto, próximo a Estação Vizela. No núcleo urbano central de Vizela, iniciamos o percurso ao longo do Rio Vizela, visitando uma estação hidroelétrica junto à um parque urbano e, posteriormente, exemplares interessantes de fábricas abandonadas (e já em ruínas) mas com potencial enorme devido à localização destas. No final do Rio Vizela, onde ele encontra o Rio Ave e a ferrovia cruza esse encontro dos rios (Vizela e Ave), está localizada uma fábrica muito interessante, encravada no Vale das Aves, onde temos um ponto magnífico de apreciação da paisagem. A partir deste ponto, o percurso segue ao longo do Rio Ave, agora já com a ferrovia acompanhando o percurso, até Santo Tirso, onde atualmente se desenvolve um grande projeto de reabilitação de uma antiga fábrica.

4.7.1.4. Vila de Riba d'Ave e Museu da Indústria Têxtil do Ave

O percurso definido passou por outras duas áreas interessantes para o nosso estudo, ambas localizadas em Vila Nova de Famalicão, que foi a Vila de Riba d'Ave, que atualmente está abandonada mas possui grande potencial, e uma visita específica ao Museu da Indústria Têxtil do Ave, que como paisagem não é muito representativo, mas contém informações valiosas para o nosso estudo, onde além do excelente material exposto ao público, foi possível entrevistar o seu diretor, Prof. Cordeiro, o maior nome em Patrimônio Industrial em Portugal. Além disso, esses dois casos estarão “resolvidos” num futuro não muito distante, com a transferência do museu, que está num local inadequado e não muito representativo enquanto paisagem, para Riba d’Ave, que

atualmente está abandonado mas sua potencialidade é enorme. Justamente por isso achamos interessante inseri-los neste estudo, pois se procuramos paisagens históricas e as especificidades dos lugares, nada melhor do que este exemplo que está acontecendo neste momento, uma coisa “boa” que está no local errado (museu) sendo transferido para o local potencialmente correto, mas com a coisa “ruim” neste momento (fábrica abandonada).

Vale aqui reforçar que o objeto de estudo foi justamente o percurso, que conectava essas áreas aqui descritas e não somente elas em si. A metodologia buscou fazer uma análise integrada da paisagem (elementos naturais, socioeconômicos e culturais) como um conjunto (e não objetos isolados) através de percursos, como algo dinâmico, demonstrando a interação do legado patrimonial com o contexto da vida contemporânea.

4.7.2. Coletas de dados: entrevistas e pesquisa nos arquivos

As entrevistas foram realizadas num período intermediário, sendo posterior a revisão bibliográfica e anterior à saída de campo, e tiveram como objetivo a compreensão das políticas públicas de valorização dessa paisagem e sua interação com a vida contemporânea, bem como, auxiliaram na definição dos percursos para a análise do objeto.

Foram realizadas entrevistas com os profissionais diretamente envolvidos no Projeto RPI, como o arq. João Paulo Providência (Professor no Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, que foi o responsável pelos levantamentos e intervenções contemporâneas nas edificações históricas da RPI), Dra. Isabel Fernandes (Diretora do Museu Alberto Sampaio, Paço dos Duques de Bragança e Castelo de Guimarães, que foi responsável pela coordenação do projeto e material bibliográfico da publicação da RPI) e a Dra. Paula Peixoto Dourado (Diretora de serviços na ADRAVE, que foi responsável pela direção geral do projeto da RPI).

Foram realizadas entrevistas com os profissionais diretamente envolvidos no Projeto de Reabilitação Urbana do Centro de Guimarães, como o arq. Miguel Melo (Arquiteto da Divisão do Centro Histórico,

antigo Gabinete Técnico Local, que foi o órgão municipal responsável pelo Projeto de Reabilitação Urbana do Centro de Guimarães, atualmente patrimônio Cultural da UNESCO desde 2001).

Foram realizadas entrevistas com os professores da Universidade do Minho envolvidos diretamente nas temáticas de Paisagem, Ordenamento Territorial e Patrimônio, como o Prof. Dr. Francisco da Silva Costa (Prof. do Departamento de Geografia da UMinho, que foi o responsável pelos textos referentes a Geografia do Vale do Ave no material da publicação da RPI e leciona no Doutorado em “Estudos da Paisagem” da UMinho) e o Prof. Dr. José Manuel Lopes Cordeiro (Prof. do Departamento de História da UMinho, diretor do Museu da Indústria Têxtil do Ave em Vila Nova de Famalicão, presidente da Associação Portuguesa para o Patrimônio Industrial e consultor do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), organismo da UNESCO responsável pelas atribuições do estatuto de Patrimônio da Humanidade).

As pesquisas no acervo foram realizadas no período concomitante e posterior à saída de campo, e tiveram como objetivo pesquisar alguns arquivos disponíveis sobre os sítios visitados que revelaram dados interessantes ou importantes sobre determinada situação que foi encontrada no trabalho de campo. Foram realizadas pesquisas fundamentais e de caráter inédito no acervo do Arquivo da ARH do Norte/APA (Fig. 116), onde estão os processos relacionados com o uso das águas públicas no Vale do Ave. As pesquisas no acervo foram realizadas conforme a metodologia utilizada no trabalho de campo.

Figura 116 - Acervo do Arquivo da ARH do Norte/APA.



Fonte: Bielschowsky (2016).

4.7.3. Revisão Bibliográfica e Metodologias de Análise da Paisagem

Partindo-se dos conceitos de paisagem como registro das relações sócio-espaciais e as transformações históricas assíncronas das diferentes determinações que compõem a realidade social, o incremento bibliográfico adquirido no exterior enriqueceu o quadro teórico na discussão dos conceitos que tratam a paisagem como um processo, incluindo a interpretação contemporânea dos conceitos de paisagem, patrimônio e paisagem-patrimônio em Portugal. Foi importante para uma discussão preliminar anterior à saída de campo, pois clareou ainda mais o objeto a ser pesquisado, que foram as paisagens históricas e as especificidades desses lugares enquanto patrimônio dinâmico e ainda vigente.

A revisão bibliográfica anterior à saída de campo, no que se refere à compreensão da construção da paisagem historicamente herdada atualmente, foi essencial para nas visitas *in loco* que foram realizadas posteriormente, pois chamavam a atenção para detalhes específicos dos lugares, que tornavam o objeto ainda mais singular, e no que se refere a compreensão das políticas públicas de valorização dessa paisagem e sua interação com a vida contemporânea, que neste caso refere-se ao Projeto de Reabilitação Urbana do Centro de Guimarães e ao Projeto Rota do Patrimônio Industrial do Vale do Ave, foram ainda mais importantes porque foram determinantes para definir os percursos para a análise do objeto.

A revisão bibliográfica anterior à saída de campo, no que se refere às metodologias de análise da Paisagem utilizados em Portugal, foram fundamentais para as posteriores análises do objeto feitas na saída de campo. A metodologia de análise integrada da paisagem, proposta pela Universidade do Porto, leva em conta os elementos naturais, socioeconômicos e culturais, onde existe uma articulação recíproca entre os aspectos biofísicos e os valores culturais que as moldaram. Já no Doutorado em “Estudos da Paisagem”, da Universidade do Minho, utiliza-se a metodologia de investigação de análise da paisagem como algo dinâmico e indissociável de uma análise multidisciplinar, o que nos permite perceber a interação do legado patrimonial com o contexto da vida contemporânea.